

Camões

REVISTA DE LETRAS E CULTURAS LUSÓFONAS

NOVEMBRO
2004

30€
[IVA INCLUIDO]

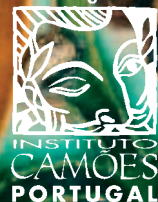
número
17·18

Relações luso-marroquinas

230 anos



Ministério das Negações
Estrangeiros



Relações luso-marroquinas

230 anos

Ministério dos Negócios
Estrangeiros



INSTITUTO
CAMÕES
PORTUGAL

Camões

■ POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DA VIII Cimeira Luso-Marroquina de Chefes de Governo em Sintra, saúdo a iniciativa do Instituto Camões ao associar-se a esta significativa reunião anual que celebra a relação de partenariado político, económico, cultural, social e humano entre dois países vizinhos e amigos, através da publicação de uma edição dedicada a Marrocos e às celebrações dos 230 anos de relações diplomáticas entre os dois países. Com a assinatura do Tratado de Paz, Navegação e Comércio em 1774, na sequência da retirada de Mazagão, Portugal inaugurou uma nova era do seu relacionamento com aquele país, saldando definitivamente o contencioso histórico existente, facto que permitiu aos dois povos consolidar ao longo dos últimos séculos uma relação fraterna e privilegiada. Graças a essa atitude, podemos hoje viver em conjunto uma memória recheada de factos históricos e culturais comuns que continuam a aproximar as duas civilizações e que se interpenetram numa mesma cultura atlântica e mediterrânica de vocação ocidental.

É através do reconhecimento deste binómio de tradição e modernidade que pretendemos continuar a encarar com dinamismo o desenvolvimento da relação prioritária com Marrocos. Este desígnio molda-se ainda através de uma estreita coordenação de interesses estratégicos, de segurança e desenvolvimento que são hoje em dia inevitavelmente transportados para o contexto mais alargado da União Europeia e das relações transatlânticas, onde Portugal tem sido proponente de várias iniciativas no sentido de uma maior aproximação entre a Europa e o Mundo Árabe, em particular no contexto do Mediterrâneo.

Faço votos para a multiplicação de iniciativas deste tipo as quais constituem um contributo relevante para uma maior aproximação e conhecimento mútuo dos povos e sociedades civis dos dois países.

António Monteiro

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS | PORTUGAL

■ LES RELATIONS ENTRE LE MAROC ET LE PORTUGAL sont très anciennes (1774) amicales et empreintes d'une parfaite compréhension. Le Maroc a ainsi été, dès 1957, l'un des premiers pays arabes et africains à ouvrir une représentation diplomatique au Portugal. Ces excellentes relations ont été scellées par la signature, en mai 1994, d'un Traité d'Amitié, de Coopération et de Bon Voisinage entre les deux pays. La visite officielle de feu Sa Majesté le Roi Hassan II au Portugal du 21 au 24 Septembre 1993, puis celle du Président de la République portugaise, s.e.m. Jorge Sampaio, au Maroc, du 13 au 18 mai 1998 traduisent l'émergence d'un nouvel état d'esprit et d'une prise de conscience de la part des responsables des deux pays pour mettre en valeur les potentialités qu'offrent leurs marchés respectifs. Les excellentes relations politiques, qui unissent le Maroc et le Portugal sont marquées par une coopération exemplaire, imprégnées de l'esprit de dialogue de concertation mutuelle et la convergence de vues sur les questions tant bilatérales que régionales et internationales. Lesdites relations ont abouti à la mise en place d'une véritable coopération bilatérale qui s'est traduite par la conclusion de plusieurs accords qui coiffent les domaines politique, économique, commercial, culturel.

Conformément aux vœux de Sa Majesté le Roi Mohamed VI et de Son Excellence le Président Jorge Sampaio, ces relations sont appelées à jouer un rôle déterminant dans la création de nouvelles synergies pour le développement d'un modèle réussi de partenariat.

Conscients du rôle de la coopération économique et financière dans le renforcement de leurs relations bilatérales, les deux pays accordent une attention particulière à la promotion des investissements, au développement des relations commerciales et à l'appui des PME/PMI,... Cet intérêt a été mis en exergue lors de la dernière Réunion de Haut Niveau tenue, les 21, 22 mai 2003 à Rabat.

A cet effet, le Maroc et le Portugal ont décidé de favoriser une forte coopération dans les secteurs suivants: le textile, la pêche, les infrastructures, la santé, le logement, le tourisme, les industries

agro-alimentaires, métallurgiques et mécaniques, en vue d'une meilleure contribution du Portugal au programme de mise à niveau de l'économie marocaine. De même que les deux pays ont identifié comme secteurs de coopération, le programme autoroutier marocain, le programme de construction de 100.000 logements par an et les projets visant à développer les chantiers navals. Par ailleurs, il a été convenu d'engager une coopération tripartite en développant des projets communs de partenariat en direction du Continent africain grâce à leurs connaissances spécifiques des diverses régions de ce Continent.

Dans le cadre de la promotion du patrimoine culturel commun, les deux pays ont décidé d'intensifier leurs efforts pour la restauration et la réhabilitation des monuments et sites maroco-portugais, notamment la Cathédrale et le Château de mer de Safi, ainsi que les sites d'Azemmour et de Ksar Sghir. Dans cette perspective, il sera établi une étude de faisabilité pour la réalisation d'un musée du patrimoine luso-marocain.

Un autre domaine où la coopération entre les deux pays est appelée à se développer est celui du jumelage entre les villes. A ce titre, il y a lieu de signaler les jumelages entre El Jadida et Sintra et entre Salé et Portalegre. Il s'agit là d'un canal de coopération et de rapprochement très efficace qui pourrait créer des liens étroits entre les sociétés civiles des deux pays.

Il convient de signaler, enfin, que cette contribution s'inscrit dans le cadre de la commémoration, cette année, du 230^{ème} anniversaire de l'établissement des relations diplomatique entre le Maroc et le Portugal (1774-2004). Plusieurs activités et manifestations à caractère culturel ont été organisées à l'occasion de cette célébration. Il s'agit de préserver notre patrimoine qui est appelé à constituer simultanément et pour toujours un point rayonnant pour notre histoire commune et un pont entre notre passé, notre présent et notre futur.

Mohamed Benaïssa

LE MINISTRE DES AFFAIRES ETRANGÈRES
ET DE LA COOPÉRATION DU MAROC



Painel de azulejos.
Oficina de Fernan Martinez
Guijarro,
século XVI (c. 1503),
Museu Nacional do Azulejo
Nº Inv. 69
Foto de José Pessoa,
Divisão Documentação
Fotográfica do Instituto
Português de Museus

QUANDO O EMBAIXADOR José Rollen Van-Deck desembarcou na costa de Marrocos a 3.10.1773, lançavam-se os primeiros pilares da ponte que, no ano seguinte, consubstanciada num Tratado de Paz, iria manter unidos em verdadeira estabilidade diplomática dois países de fronteiras marítimas sobranceiras à transição entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

Portugal havia acabado de fechar a sua última porta em Marrocos, com a saída da Fortaleza de Mazagão, há muito desejada, mas aguardando o momento estratégico para se concretizar.

O cerco inexorável imposto pelas tropas xarifinas àquele último bastião português foi o pretexto que o Marquês de Pombal esperava para sair da hoje bem conhecida «*cité portugaise*»,

recentemente incluída na lista do Património Mundial da UNESCO, motivo de orgulho para dois povos.

Quando os parlamentares se sentaram à mesa das negociações, com o objectivo de atingirem uma plataforma de paz, havia uma vontade firme de ambas as partes de encontrar essa solução tão rapidamente quanto possível. E entre o desembarque do embaixador e a assinatura do Tratado mal passou um ano, o que reflecte bem a deliberada intenção de bem ajustar os interesses comuns – foi verdadeiramente um «*talant de bien faire*» para usar a divisa henriquina, não o *talento* como tantas vezes se diz, mas a *vontade* de fazer bem feito, sem a qual não há talento que valha.

Sempre presente, estava um português já adiantado em anos – estaria até, segundo a expectativa de vida da época, para além do que seria de esperar. Com os seus 73 anos, Jorge Colaço, velho comerciante português

em Tetuão, dominando o árabe e privando intimamente com a própria corte, revelou-se um personagem fundamental na definição e defesa da estratégia.

Não foi o primeiro diplomata acreditado na corte xarifina – esse papel, o de cônsul-geral, estava reservado a um hoje desconhecido Bernardo Simões Pessoa, que assentou arraiais em Mogador, bem para o sul, e que cedo regressaria a Portugal, quando percebeu que de Lisboa não lhe resolviam os problemas, inclusive da própria residência consular. Jorge Colaço saíra nomeado cônsul em Tânger, para onde se mudou da cidade de Tetuão, onde comerciava há anos.

E foi preciso que Bernardo Pessoa morresse, para o consulado-geral ser transferido de Mogador, no sul, para Tânger, bem ao norte, sendo nessa altura Jorge Colaço promovido ao lugar de cônsul-geral. Na sua família se manterá esta função, como detalhadamente contará Jorge Forjaz, actual conselheiro cultural português em Rabat, na sua história dos Colaços, sedeados em Tânger até ao século xx e exemplo de como se serve a Pátria sendo expatriado.

É, aliás, uma história fascinante, a desta gente algarvia que se fixou em Gibraltar e daqui passou a Tetuão. Comerciantes *doublés* de diplomatas, diplomatas *doublés* de artistas! Ao longo de sucessivas gerações, e sempre tendo Tânger como pano de fundo, nos Colaços encontramos escritores, poetas, pintores, escultores, pianistas, actores de teatro, romancistas, ceramistas... É um catálogo de artistas, sob a mesma firma familiar.

É, porventura, um retrato da própria ligação Portugal – Marrocos ao longo destes últimos 230 anos.

O Instituto Camões associa-se às Comemorações dos 230 anos de Relações Diplomáticas entre

Portugal e Marrocos, reunindo alguns dos mais conhecidos especialistas dos dois países em torno deste projecto evocativo.

Trata-se dum duplo número editorial há muito previsto, mas cujo lançamento consideramos oportuno fazer coincidir com a VIII Cimeira Luso-Marroquina.

Porém se a efeméride se transformou numa ocasião privilegiada para celebrar a importância do que une os dois países, os seus laços, mesmo aqueles já existentes além da nacionalidade propriamente dita, nada têm de efémero.

A cultura portuguesa possui desde a sua génese um amplo legado patrimonial, com marcas que persistem desde a arquitectura às artes decorativas, dos inúmeros vocábulos a hábitos tradicionais do quotidiano, da ciência a técnicas agrárias.

Também Marrocos possui na sua história, no seu território e no seu património marcos indeléveis da presença portuguesa, desde o início do século xv. Haverá, contudo, que ler e interpretar as Crónicas para além dos feitos de força e, sobretudo, não esquecer os longos períodos de paz fundada na vontade dos povos em conviver lado a lado, em segurança, apesar das diferenças de opinião, de religião ou de sentido de Estado. Trata-se, na realidade, dum importantíssimo

património histórico-cultural comum que, mediante uma abordagem moderna, merece um contínuo aprofundamento de trocas de conhecimento e de investigação.

Actualmente, a existência dum Centro Cultural Português em Rabat, onde é ministrado um curso de português, tal como na sua extensão em Casablanca, a presença dum leitor na Universidade de Fez fazem parte da estratégia nacional de divulgação e valorização da língua e cultura nacionais naquele país. Num futuro próximo, desejaria o Instituto Camões que o português viesse a fazer parte de currícula num amplo espectro universitário, estando a desenvolver esforços para a criação de licenciaturas em Língua e Cultura Portuguesas. Finalmente, quero agradecer ao Professor Dias Farinha, Comissário Científico e responsável pela escolha de autores e respectivas temáticas bem como pelo difícil trabalho de coordenação e revisão de textos e imagens, e aos eminentes pensadores, cujos testemunhos do seu saber servirão em muito uma longa, frutuosa e crescente relação entre as duas nações e culturas.

Simonetta Luz Afonso

PRESIDENTE DO INSTITUTO CAMÕES

COMISSÁRIO CIENTÍFICO

Prof. Doutor António Dias Farinha

DESIGN GRÁFICO

TVM designers (Luís Moreira)

CAPA

Painel de azulejos (pormenor).
Sevilha, século XVI (1.ª metade)
Museu Nacional de Arqueologia
N.º Inv. 1342
Foto de Pedro Ferreira,
Divisão Documentação Fotográfica
do Instituto Português de Museus.

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO

Gráfica Maiadouro

REVISÃO

Soares dos Reis

TRADUÇÕES

Badr Hassanien (árabe)
Magda Bigotte de Figueiredo (francês)
Richard Rogers (inglês)
Maria Virgínia
Lechner Revara (espanhol)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Instituto Camões
Rua Rodrigues Sampaio, n.º 113
1150-279 Lisboa
Tel.: 21 310 91 00
Fax: 21 310 91 82
Correio electrónico:
rev@instituto-camoes.pt

TIRAGEM

8000

DEPÓSITO LEGAL

124 734/99

DISTRIBUIÇÃO

Sodilivros

COPYRIGHT INSTITUTO CAMÕES

ISSN: 0874-3029

AGRADECIMENTOS

A Presidente do Instituto Camões
agradece à equipa cessante desta
Revista, Prof.ª Doutora Maria José
Stock, sua antecessora e directora
da publicação, Dr.ª Ana Maria
de Azevedo (directora-adjunta)
e Dr.ª Piedade Braga Santos (directora
de produção), bem como a todos os
outros colaboradores deste Instituto
que, de diferentes formas e com
diversas responsabilidades, tornaram
possível a saída deste número
da Revista Camões por altura
da VIII Cimeira Luso-Marroquina
de Chefes de Governo.

NOTA EDITORIAL

Mantiveram-se as transcrições dos
nomes árabes tal como foram escritas
pelos respectivos autores. Essa opção é
justificada pela diversidade das normas
de equivalência propostas para outros
alfabetos, pela falta de correspondência
que existe entre alguns sons do Árabe
literal e dialectal, bem como pela fruste
vantagem dos sinais diacríticos em
textos de carácter literário. Assim:
Mawlay “meu senhor” pode ser grafado
“Mulei” ou “Moulay”; e *Muhammad*,
“Maomé” ou “Mohamed”, entre outros.

A. DIAS FARINHA

8	As relações luso-marroquinas: Identidade e História <i>António Dias Farinha</i>
17	A fronteira marroquina <i>Adriano Moreira</i>
26	O Tratado de Paz entre Portugal e Marrocos de 1774 <i>Fernando de Castro Brandão</i>
42	Portugal e Marrocos: Geografia da fachada atlântica subtropical do Velho Mundo <i>Suzanne Daveau</i>
55	Portugal e Marrocos: Inversão das políticas externas, modernidade das relações (1760-1773) <i>Joana Neto</i>
70	Marrocos, o novo aliado de Portugal (1769-1822) <i>Ahmed Boucharb</i>
83	O Tratado Luso-Marroquino de 1774 e o Magrebe: Um relacionamento integrado <i>Jorge Afonso</i>
96	Marrocos e Portugal após o Tratado de 1774: Triunfo da paz e da cooperação <i>Othman Mansouri</i>
110	O Magrebe e o Gharb al-Andalus: Testemunhos arqueológicos e simetrias culturais (séculos VIII-XIII) <i>Rosa Varela Gomes</i>
125	As construções portuguesas na cidade magrebina de Azamor <i>Pedro Dias</i>
135	A arquitectura abaluartada de origem portuguesa <i>Rui Carita</i>
149	Judeus entre Portugal e Marrocos nos séculos XVI e XVII: Páginas de controvérsias e entendimentos <i>José Alberto Rodrigues da Silva Tavim</i>
166	Mazagão: Retrato de uma cidade luso-marroquina deportada para o Brasil <i>José Manuel Azevedo e Silva</i>
180	Influência andaluza na arquitectura portuguesa dos séculos XIX e XX <i>António Losa</i>
200	As relações entre Portugal e Marrocos: Uma cronologia <i>Maria do Carmo J. D. Farinha</i>
206	Bibliografia <i>Maria do Carmo J. D. Farinha</i>
212	O Tratado de Paz de 1774 entre Portugal e Marrocos – original em português
212	original em árabe

As relações luso- marroquinas Identidade e História

António Dias Farinha

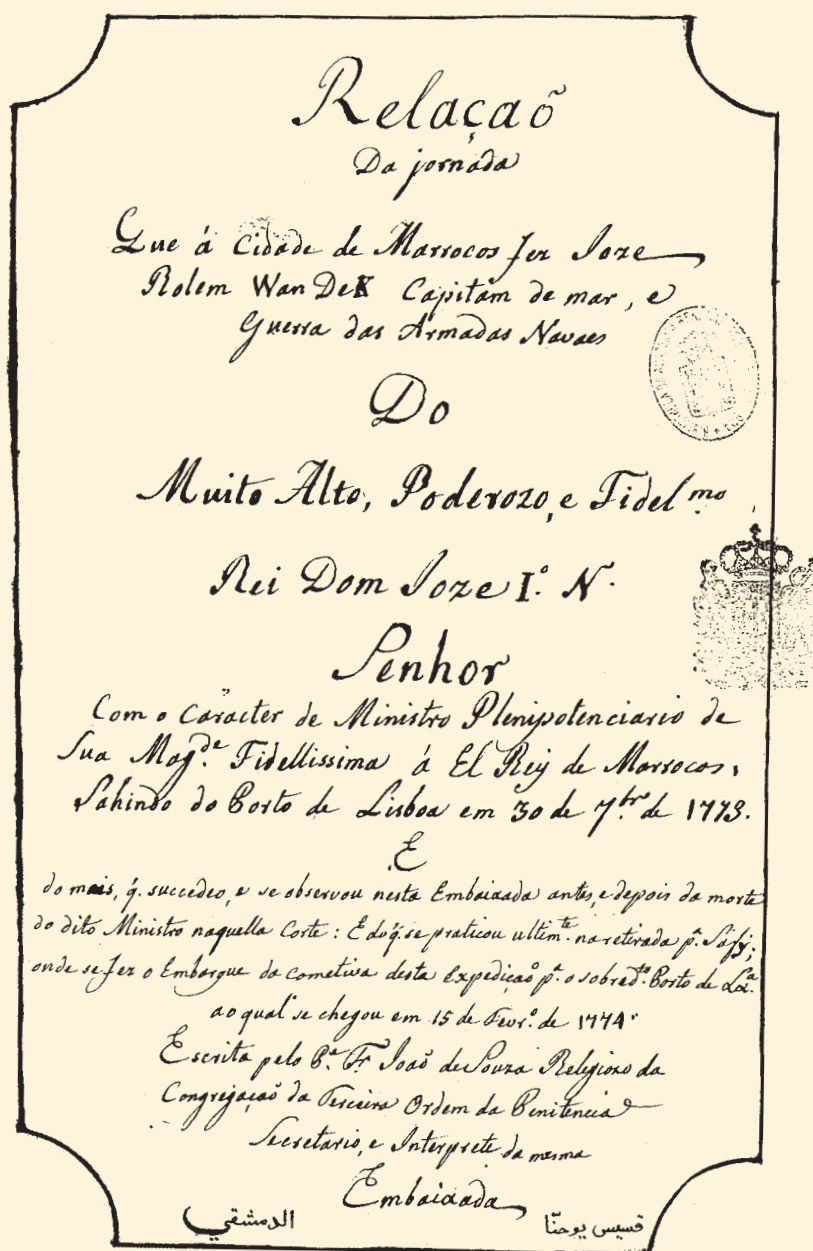
Universidade de Lisboa

Os povos que habitam os extremos ocidentais da Europa e da África souberam definir e preservar uma forte identidade cultural e política desde há muitos séculos, que lhes permitiu organizarem-se em estados e manter a independência ao longo das vicissitudes da História. Naturalmente, surgiram dificuldades e confrontos que foram superados pela consciência das diferenças, pelo equilíbrio das forças e pelas vantagens que advêm da vizinhança e da complementaridade de muitos dos recursos naturais e da similitude dos objectivos nacionais.

Da proximidade geográfica deriva o primeiro factor de conhecimento. Ambos os territórios estão debruçados sobre o Atlântico, separados apenas pelo estreito de Gibraltar e por uma extensão diminuta do oceano, e foram povoados por gentes de origem frequentemente igual ou semelhante que se confrontaram com a necessidade de se fixar nessa fronteira última das terras conhecidas até ao período da Expansão portuguesa. A semelhança do clima, do relevo, da rede fluvial e dos recursos naturais convidaram esses povos a um estilo de vida comum ao mundo mediterrâneo. Divergiam, no entanto, num aspecto das fronteiras: enquanto a Península Ibérica se abre em portos generosos que facilitam a navegação, o Magrebe situa-se em região de difícil abordagem marítima que é de certa maneira compensada pela ligação ao rico mundo africano através do deserto. Esse problema geográfico está na origem da diferença surgida nos séculos xv e xvi: as caravelas portuguesas singraram pelo oceano, enquanto os marroquinos viajaram em cáfilas até aos lugares onde se abasteciam do ouro do Sudão ocidental e de outros produtos africanos.

Na Antiguidade, povos navegadores como os fenícios, os gregos e os cartagineses visitaram os portos ibéricos e magrebinos onde estabeleceram pequenas colónias, aproveitaram os recursos naturais e difundiram técnicas de melhoramento das condições de vida. Terão mesmo iniciado algu-

Descrição da Embaixada Portuguesa enviada
a Marrocos, em 1773/1774, escrita por Frei João
de Sousa. Academia das Ciências de Lisboa



M^{mo} e Ex.^{mo} Senhor.

Offreço humildemente a V.^{Ed.} a presente Relação da jornada, que do Porto de Lisboa se fez, por occasião da Embaixada dirigida a El Rey de Marrocos, para onde se navegou em 30 de Setembro de 1773, na qual nos demoramos até 15 de Fev.^o de 1774. em q.^{ta} voltamos a esta Cidade. Nella só refiro o que vi, presenciei, e ouvi, e me pareceo mais digno de memoria; sem tocar porém nos pontos da Negociação da paz, á que se encominhou adita Embaixada, por serem circumstancias particulares do Gabinete, dos quaes considero a V.^{Ed.} ja bem informado.

Esta offerta pois Ex.^{mo} Sr., he mais por dar a V.^{Ed.} huma prova da obsequiosa veneração, com que o respeito, do que por contemplar, que a forma desta rude, e indigesta materia me podesse nunca influir a vaidade de presumido Escriitor.

Bem longe estava eu de pensar, que os apontamentos, que fiz por mera curiosidade para minha lembrança, houvessem de merecer a V.^{Ed.} que se dignou mandarme insinuar a vontade que tinha de collocar na Sua preciosa Bibliotheca este pequeno volume. Tãode enfim o agrato para o empenho que me move a ser prompto em servir a V.^{Ed.}

Não foi Ex.^{mo} Sr. ategora o duvido, ou falta de affecto, quem me deteve a pena, para occupar-me neste gotoso exercicio, de obsequiar a V.^{Ed.} mais sedo com esta Relação: Sim a falta de tempo he que me fez retardar este tributo. Espero da benignid.^e de V.^{Ed.} dequiesce accetor sem attender á pequenez do corpo; mas sim a grandesa da alma com que lle fizes este sacrificio do meu trabalho.

Se finalm.^{te} V.^{Ed.} julgar, que desta pode seguir-se alguma interesse ao Publico, com a sua approvação solicitaréi que se de ao prelo, para satisfazer a curiosidade de muitos, que me pedirão semelhantes copias, as quaes eu deixei de communicar, em quanto não entregava este exemplar a V.^{Ed.} que foi o unico objecto, que me incitou a unir os apontamentos, que

tinha

Descrição da Embaixada Portuguesa enviada a Marrocos, em 1773/1774, escrita por Frei João de Sousa. Academia das Ciências de Lisboa

mas viagens de reconhecimento ao longo do litoral oceânico, por vezes fabulosas como o périplo de Hanon, que, no entanto, favoreciam a exploração futura. Esses marinheiros e colonizadores anunciavam, de modo ainda fruste, a comunhão dos habitantes dessas paragens e antecipavam dados geográficos que seriam úteis no período seguinte.

O marco histórico que se seguiu foi o da romanização, latinização e cristianização das terras ibéricas e magrebínas, estas limitadas à sua metade setentrional. O *limes* romano passava perto do Bu Regregue, o rio que desagua entre Rabat e Salé, mas a sua influência alargou-se a sul, sobretudo na zona litoral. Roma marcou profundamente a vida das regiões pela administração imperial, pelo conjunto da legislação e da jurisprudência, pela construção de edifícios e de estradas, pelo incremento do comércio e pela difusão do ensino e do convívio entre os habitantes de que o *forum* constitui o expoente.

O mundo romano foi influenciado pelo latim e grande parte da população aceitou esse padrão linguístico, mais tarde diversificado em vários falares românicos. Grande parte da África do Norte passou, igualmente, a expressar-se nesse idioma, mas persistiram os numerosos dialectos berberes que continuam a ser falados na actualidade, mesmo depois da introdução do Árabe.

No período romano ocorreu a dispersão dos Judeus que contribuiu para difundir pelo mundo, pelo exemplo mas não por proselitismo, a Mensagem monoteísta. A cristianização foi alargada a todo o mundo romano a partir do século III. Esta religião assumiu desde logo um carácter ecuménico e um espírito missionário que levou o novo credo aos mais recônditos territórios do Império e penetrou, ainda, em zonas vizinhas, tais como o Próximo e o Médio Oriente, a África Oriental, a península Arábica e o Indostão.

A desagregação do império romano, durante o período das invasões dos Bárbaros, originou

profundas alterações na vida quotidiana. À paz anterior sucedeu um período de incerteza e de insegurança. Alguns exemplos permitem rastrear as dificuldades sentidas nesse período: foi necessário construir muralhas no perímetro das urbes, regressar ao comércio por troca e esquecer parte do saber acumulado. As cidades abertas que eram abastecidas por água trazida por aquedutos foram abandonadas e substituídas por outras situadas junto dos rios. Foi o que aconteceu aos habitantes de Conimbriga que tiveram de passar para Aeminium, junto ao Mondego (hoje Coimbra). Sorte idêntica conheceu Volubilis, a grande metrópole romana no Magrebe ocidental, que viria a ceder o seu papel a Fez (fundada em 800 pelos idrísidas).

Enquanto a Europa procurava organizar-se em reinos, enquadrada por uma frágil administração eclesial com vértice no Papa e dividida nas tradicionais dioceses, herdadas da malha administrativa romana e com paróquias abrigadas por oragos de particular devoção, era revelada no Hedjaz (Meca e Medina), no século VII, a Mensagem alcorânica que se propunha congregar os povos no Islão. Como o cristianismo, era uma religião ecuménica e missionária e aceitava os judeus e os cristãos como *Ahl al-Kitâb*, «povos do Livro», isto é, fiéis do Deus Único. Se a nova religião era tolerante e respeitava a fidelidade de judeus e cristãos às suas crenças, o expansionismo árabe que veiculava o islamismo revelava-se agressivo e dominador ao pretender erguer uma nova ordem internacional com base no Alcorão e na *Sunna* do Profeta.

O mundo árabe-muçulmano substituiu o antigo império romano (e bizantino) em África, no Próximo e no Médio Oriente e na maior parte da Península Ibérica que, nessa época, foi designada por al-Ândalus. À semelhança do mundo cristão, também as regiões islamizadas passaram a ser assoladas por numerosas dissensões e heresias que, paradoxalmente, consolidaram o novo credo

(tal como sucedeu nas zonas cristãs), mas separaram os vários povos, cavando entre eles diferenças que não permitiam a sua unidade política nem a perfeita consonância religiosa. No al-Ândalus, a dinastia omíada pôde manter a unidade política até ao século x e a tolerância religiosa que foi a marca de qualidade dos primeiros tempos do Islão. No Magrebe sucederam-se as perturbações religiosas com os carejitas no século viii, os xiitas nos séculos ix e x (a dinastia idrísida) e, a partir do século xi, as dinastias sunitas de povos berberes: Almorávidas, Almóadas, Merínidas e Watácidas. Esta evolução pode explicar o motivo pelo qual ao norte do estreito de Gibraltar terá havido uma maior arabização e uma menor conversão ao islamismo, enquanto na margem sul o fenómeno seria inverso.

As cruzadas do Oriente, no século xi, assinalam um novo período das relações entre a *domus Dei* – a Cristandade – e a *dâr al-Islâm* – a terra muçulmana. Os dois sistemas político-religiosos assumiram, frequentemente, posições contrárias e tal facto repercute-se no Ocidente. As dificuldades aumentaram com a pressão da Reconquista cristã e, depois do início do século xiii, um conjunto de acontecimentos tornou cada vez maior o conflito. A fundação das Ordens Mendicantes e a separação das mourarias nas cidades medievais são dois momentos dessa realidade. Os Franciscanos almejaram a conversão dos Mouros e a sua pertinácia culminou com a morte dos Cinco Franciscanos em Marraquexe, episódio que deu origem a inúmeros altares nas igrejas da Ordem de S. Francisco de Assis. Na batalha de Navas de Tolosa (1212), pela primeira vez os beligerantes separaram-se pela diferença dos credos.

Portugal, reino cristão, destacou-se do conjunto peninsular e conseguiu vitórias sucessivas contra os Muçulmanos. Um grande número destes permaneceu na Península e os monarcas concederam-lhes sucessivos forais, a fim de garantir as suas liberdades e direitos. A guerra de Recon-

quista não visava a expulsão dos mouros, mas apenas o efectivo controlo militar e administrativo das regiões conquistadas. O convívio ficou garantido entre os fiéis das duas religiões, o afecto entre os membros das duas comunidades era aceite, a vida quotidiana era partilhada e, mesmo às festas profanas e religiosas, acorriam os adeptos dos diferentes credos. Pode concluir-se que Portugal deve, em grande parte, a sua identidade ao conflito com os Mouros, mas soube incorporar inúmeros dados da civilização e da cultura dessa comunidade e, ainda, integrar uma parte significativa da população muçulmana. Daí o respeito que perdurou acerca do passado e a crença de que tudo o que é antigo foi construído no tempo dos Mouros.

O fim da Reconquista não significou o fim das dificuldades da Coroa portuguesa, devido à contínua ameaça de absorção por parte do reino vizinho de Castela. Durante o governo de D. Fernando, último monarca da primeira dinastia portuguesa, por três vezes os dois países se envolveram em violento conflito armado. As dificuldades com Castela e a necessidade de legitimação de D. João I e da nóvel dinastia de Avis constituíram a motivação essencial na conquista de Ceuta em 1415. Pretendia-se conseguir um novo ponto de apoio militar, a abertura do Mediterrâneo e de África, o reconhecimento do Papado e dos reinos europeus para a nova fronteira cristã e, por isso, as principais figuras e forças do Portugal coevo não hesitaram em envolver-se no conflito.

A presença dos portugueses em Marrocos continuou depois da tomada de Ceuta devido à relativa fraqueza da decadente dinastia Merínidas e aos novos recursos conseguidos por Portugal na exploração do ouro e de outros produtos da África subsaariana e na colonização das ilhas atlânticas. Desse modo se estabeleceu o senhorio sobre a região norte de Marrocos, nas circunscrições dependentes de Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila, por acordo estabelecido com Mulei Xequê, primeiro soberano watácida, no

Castelo de Silves. Fragmento de placa de marfim, século X. Escavações de Rosa Varela Gomes, Fotografia de M. V. Gomes



ano de 1471. D. Afonso V acrescentava na sua titulação: «rei do Algarve dalém-mar em África». Anos depois, os Reis Católicos reconheciam a Portugal o «direito de conquista» do reino de Fez, pelo Tratado de Alcáçovas-Toledo, de 1479-1480, mais tarde reafirmado pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Essa cláusula significava que Castela reconhecia a Portugal o direito exclusivo de intervir em Marrocos. Também a Santa Sé erigia em dioceses as sés de Ceuta, Tânger e Safim, esta ainda *in partibus infidelium*.

13 A abertura ao mundo protagonizada pelas viagens de Vasco da Gama e de Pedro Álvares

Cabral (1497-1499 e 1500-1501) e a drenagem consequente de riquezas para o Reino pareciam tornar possível a renovação da empresa marroquina. Foi a época da tomada ou fundação de Santa Cruz do Cabo de Guer (Agadir), Mogador, Safim, Azamor e Mazagão, iniciativas que tiveram um desfecho trágico no desastre da Mamora (1515) na foz do rio Cebu. Essa derrota, a maior do reinado de D. Manuel, marcou o fim do plano de expansão no Norte de África.

O período seguinte foi caracterizado por um abandono progressivo das posições portuguesas em Marrocos, onde emergia o poder dos xarifes



sáidas. Estes obtiveram o poder graças à legitimidade derivada da luta vitoriosa que chefiaram contra os portugueses e contra a dinastia watá-cida, que tinham estabelecido uma quase aliança contra o novo poder emergente em Marrocos. A vitória dos xarifes representa o triunfo das

forças opostas à presença cristã e europeia e, por isso, significa a garantia da independência do país. Sublinhe-se que a dinastia xarifina sávida foi substituída pela filálida ou alauíta, da mesma família de descendentes do Profeta, pelo que se pode afirmar que se a independência portuguesa

Morábito junto da muralha de Arzila.
Aquarela de Rui Carita

Azamor. Porta de entrada da cidade.
Fotografia de Pedro Dias

foi conseguida contra os Mouros, estes, em Marrocos, devem a sua autonomia e a sua personalidade nacional, em boa medida, às suas vitórias contra os Portugueses.

A intervenção de Portugal, na época do rei D. Sebastião, em favor do xarife Mulei Muhammad al-Mutuwaqil, sultão deposto de Marrocos, contra seu tio o xarife Mulei Abd al-Malik, saldouse pela derrota do exército português na Batalha de Alcácer Quibir, em 1578, conhecida também pelo nome de Batalha dos Três Reis, ou do Wâd Mahzan, que designa o rio perto do qual se desenrolou a batalha. Esta teve um significado profundo na história de Marrocos e do mundo árabe em geral, porque o novo sultão Mulei Ahmad al-Mansûr al-Dahabî pôde afastar a ameaça turca que pretendia anexar o país, tal como havia feito com os restantes territórios árabes.

A vitória de Alcácer Quibir teve uma enorme repercussão e o xarife al-Mansûr beneficiou do extraordinário prestígio de que Marrocos passou a desfrutar. D. António, prior do Crato, enviou para Marraquexe seu filho D. Cristóvão como garantia do empréstimo que solicitou. Filipe II mantinha na corte do sultão embaixadores de renome. A Holanda e a Inglaterra estabeleceram relações comerciais frequentes, para comprarem alguns produtos do país, entre os quais avultava o açúcar.

Filipe III de Espanha, tal como o seu antecessor, tinha grande interesse pelos negócios políticos de Marrocos. Graças a hábeis negociações, conseguiu obter de Mulei Xequê, filho de al-Mansûr, a cedência do porto de Larache, em 1610. O estuário do Lucos, onde aquele porto ficava situado, no dizer de Filipe II, «valia por todo el Africa», tal era a importância que se atribuíra, depois da vitória de Lepanto (1571), aos portos com valor estratégico. Do ponto de vista do Direito internacional e da Coroa portuguesa, com a assunção da soberania da cidade de Larache pela Coroa castelhana, cessava para Portugal o «direito de conquista» do reino de Fez, que Castela lhe reco-

nhecera pelos tratados das Alcáçovas (1479), de Tordesilhas (1494) e de Sintra (1509). Filipe III prosseguiu na sua opção de dar a Castela o direito de intervenção em Marrocos, ao conceder a D. Luís Fajardo o comando da expedição que conquistou o lugar de Mamora, na foz do Cebu, em 1614. Foi ali construída uma fortaleza a que foi dado o nome de San Miguel de Ultramar.





Quando da aclamação de D. João IV como rei de Portugal, todas as possessões ultramarinas aceitaram o novo monarca. No entanto, em Ceuta, a maioria da população era castelhana, pelo que a praça acabou por ficar a pertencer àquele reino. A cidade de Tânger foi cedida à Inglaterra, em 1662, como dote da princesa D. Catarina quando do seu casamento com o monarca inglês. Das antigas praças portuguesas só restava Mazagão que foi cercada por diversas vezes pelo exército do sultão Sidi Muhammad ben Abdalá.

O governo do Marquês de Pombal optou pelo abandono da praça em 1769. Desde essa data ficava aberto o caminho da paz e do entendimento entre os países vizinhos. Após rápidas e amistosas negociações, foi assinado o tratado de paz em 11 de Janeiro de 1774. Iniciou-se então um longo período de frutuosas relações diplo-

máticas e comerciais. Tornou-se claro o interesse de ambas as Coroas em aprofundar os laços de toda a ordem que existiram durante séculos de convivência e que não tinham sido suficientemente aproveitados.

A História do período posterior encontra-se largamente documentada nas páginas desta Revista cuja edição comemora os 230 anos de uma colaboração sempre afirmada por dois povos que se conhecem e se respeitam há muitos séculos. Confirma-se, assim, a cooperação nos domínios cultural, económico e político entre os dois países. Entre tantos aspectos, temos a considerar a geografia, a arqueologia, a arte, a história, a literatura, as línguas, a etnologia, cujo estudo se procurou analisar neste número da Revista do Instituto Camões.

A inclusão da cidade portuguesa de Mazagão na lista do Património Mundial da UNESCO, no dia 30 de Junho de 2004, foi celebrada em Marrocos no dia 27 de Setembro do mesmo ano. A esse propósito, o Senhor Mohamed Achaarî, ministro da Cultura, afirmava: «en l'occasion de cette consécration qui reflète aussi bien la qualité universelle de cet héritage partagé entre nos deux pays, que nos efforts et notre volonté ferme de préserver et de réhabiliter l'un des repères historiques les plus remarquables qui unissent nos deux peuples amis, sera également l'occasion de donner une nouvelle impulsion à nos excellentes relations bilatérales.»

Ao extraordinário símbolo de arte e de arquitectura que constitui a cidade portuguesa de Mazagão, com a sua belíssima cisterna e imponentes muralhas, correspondeu Sua Excelência o Ministro Mohamed Achaarî com a decisão de o manter e valorizar, na venerável tradição recíproca de que os monumentos antigos de cada país foram construídos pelos naturais do outro Estado. Esta é a melhor garantia do porvir nas relações entre os dois povos vizinhos e amigos.

Retrato de David Lopes. Instituto Árabe, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A fronteira marroquina

Adriano Moreira

*Academia das Ciências de Lisboa
Presidente da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior*

Castelo de Silves. Elemento arquitectónico, em estuque, do palácio islâmico dos séculos XII-XIII. Escavações de Rosa Varela Gomes. Fotografia de M. V. Gomes



DUAS QUESTÕES, APARENTEMENTE SEM CONEXÃO directa, enquadram nesta data o debate sobre a relação da Europa com o mundo muçulmano, tema em que não pode omitir-se a avaliação da relação portuguesa, na entrada do terceiro milénio, com uma cultura que defrontou no território europeu, no Mediterrâneo, na África do Prestes João, e na Índia onde por séculos ficaria situada a coroa do Império.

Das referidas questões, uma diz respeito à mudança interna das sociedades europeias e desenvolve-se tendo por centro o chamado *affaire du voile* que emocionou a França; a outra tem relação com a redefinição territorial e política da União Europeia, discurso centrado no Projecto de Constituição Europeia apresentado em 2003, fruto de uma chamada Convenção presidida por Giscard d'Estaing, e visando admitir a Turquia como Estado da União.

A primeira questão ressuscita desconfianças históricas que atingem as comunidades muçulmanas que vivem no território da União, agora atraídas por um mercado de trabalho submetido a uma espécie de *teologia de mercado* liberal, que não propicia um estatuto de justiça efectiva para esses imigrantes.

Recorda-se a invasão do exército muçulmano que desembarcou na Península Ibérica em 710, e a Batalha de Poitiers (732) que, na leitura tradicional devida a Chateaubriand, evitou que o mundo fosse maometano. Pode bem ser que se trate de um mito, mas tem peso na definição da relação com as suas áreas culturais e políticas agora em crescente agitação.

Na Península Ibérica, a Reconquista iniciada em 718, movimentando os cristãos e multiplicando as soberanias libertadoras, incluindo Portugal, é parte essencial da memória histórica, e das entidades que se formaram.

A literatura, inspirada nas canções de gesta medievais, fixou uma imagem terrível da presença das tropas muçulmanas, com um ponto

alto na *Destruição de Roma*, apenas escrita no século XIII, e lida na versão de Pirenne (1936): «A selvajaria dos sarracenos atinge um grau extremo. Os seus bandos incendeiam os castelos, as cidades, as fortificações, queimam e invadem as igrejas, incendeiam toda a *campagne* romana, deixam um montão de ruínas por onde passam. Pilham os bens... O emir manda executar todos os prisioneiros, laicos e religiosos, mulheres e jovens. Os sarracenos dedicam-se às piores atrocidades, cortam os narizes e os beijos, o punho e a orelha das suas vítimas inocentes, violam as religiosas... Entrados em Roma, decapitam todos os que encontram. O próprio Papa foi decapitado na Basílica de São Pedro.»

Os factos não foram talvez tão graves, mas estas versões diabolizantes fazem parte de uma estratégia de guerra, com genealogia milenária.

Foi uma estratégia eficaz que levou os responsáveis cristãos a firmarem a convicção de que era um mundo não assimilável, e ao mesmo tempo um inimigo mortal, aquele que finalmente foi contido nas margens do Mediterrâneo que tinham pertencido ao Império Romano, inimigo que ocupara a Terra Santa, que ameaçava Constantinopla, que obrigaria o Império de Carlos V a pagar tributo às portas de Viena.

As Cruzadas foram dinamizadas por essa percepção, o comportamento dos cruzados não foi descrito mais favoravelmente pelos muçulmanos aterrados, e homens como Chateaubriand, Delacroix, Victor Hugo, consagraram aquela movimentação como épica.¹

Leituras recentes intentam uma interpretação mais distante da tradicional versão do conflito mantido vivo na memória dos povos, embora pareça difícil conseguir rapidamente uma leitura amenizada dessa época ainda longe do império euromundista, no qual o cordão muçulmano fez parte do «resto do mundo» submetido à hegemonia ocidental, e recorreu à revolta armada para obter a autodeterminação.

A segunda metade do século XIX é certamente a referência mais viva e presente no que toca a essa dominação, que o célebre ensaio de Lenine, *L'Imperialisme, stade suprême du capitalisme* (1917) atribuiu a uma luta pelas fontes de matérias-primas e de mercados.

A crítica de Henri Brunschwig e de Raymond Aron inclina no sentido de atribuir essa expansão mais a impulsos políticos do que a motivações económicas, a uma «ambição de grandeza e de posse», que devemos reconhecer animadora da discriminação baseada na convicção da superioridade étnica, científica e cultural dos colonizadores ocidentais.² Na mística portuguesa do Império, o Norte de África tem uma presença excepcional quer pelas primeiras incursões directamente influenciadas pelo Infante D. Henrique (Ceuta), quer pelo desastre que fez do infante D. Fernando um mártir nacional e cristão (Fez), quer pela catástrofe de Alcácer Quibir (D. Sebastião).

Todavia, desde que o Marquês de Pombal decidiu abandonar Mazagão, em 1769, as relações, o interesse, a intimidade cultural com o Norte de África declinaram, e Portugal não participa na memória e no capital de queixas que ali nasceram com a moderna tomada colonial do governo pelos ocidentais, sob várias formas jurídicas, dos territórios e povos da margem sul do Mediterrâneo.

Esta submissão da área ao império euromundista estava a cargo da França, da Espanha, da Itália e do Reino Unido, que foram retirando à medida que a política descolonizadora da ONU se afirmou e globalizou, com a tragédia da Argélia a receber o ponto final do conflito com a França, formalizado nos Acordos de Evian de 1962, com destaque para figuras como o sultão Mohammed V de Marrocos, ben Bella da Argélia, Kadhafi da Líbia, Bourguiba da Tunísia, Nasser do Egipto.

O movimento descolonizador do Mediterrâneo deixou vivo um foco desestabilizador de

Minarete da Mesquita de El-Kutubia.
Arquivo Histórico Ultramarino



Visão da Argélia El Rachidia em Marrocos

todos os projectos, que é a questão da Palestina. A importância das lideranças em todos os aspectos da evolução africana, de norte a sul, aconselha a estabelecer como referências fundamentais alguns dos condutores responsáveis.

Do lado da Palestina tem especial relevo Yasser Arafat, sobretudo depois de 1965, data em que fundou o *Fatah*, para chegar em 1969 à presidência da Organização de Libertação da Palestina – (OLP). Reconhecido em 1974, na Cimeira de Rabat, como único representante legítimo do povo palestino, manteve-se até hoje, embora em perda de autoridade, como sendo o líder mais representativo da luta contra Israel.

Do lado de Israel, a ambição de ocupar todo o território, a que chamam Terra Prometida, foi assumida por Menahem Begin (1913-1992), que recusou sempre aceitar a divisão da Palestina, de modelo britânico, em dois Estados. Responsável pelo massacre que as tropas cristãs do Líbano executaram contra os palestinos que se tinham refugiado nos campos de Sabra e Chatile, demitiu-se, mas deixou no exercício do seu legado o que era então ministro da Defesa de Israel, Ariel Sharon, actual líder do governo do país. Assim recusa de facto a herança de ben Gourion (1886-1973), que em 1947 aceitou o plano de divisão da Palestina, e em 1948 proclamou o Estado de Israel, e governou até 1963.

Deste modo sobrevive, naquela área, a percepção do fundamentalismo de causas várias, que teve entre os representantes ben Bella na Argélia, e que Khomeyni (1900-1989) viria a tornar esdrúxulo no Irão quando tomou o poder em 1979, denunciando o que chamou o Grande Satanás americano e o dissoluto Ocidente.

Do lado dos europeus, responsáveis pela desmobilização do império euromundista, importa colocar em primeiro lugar a intervenção do general De Gaulle que resolveu a guerra sangrenta da Argélia pelos referidos Acordos de Evian de 1962, com o acidente da demissão e

prisão de alguns dos mais condecorados generais do exército francês.

Mas a dimensão gaullista não deve fazer esquecer Pierre Mendés France (1907-1982) que, assumindo a presidência do governo francês depois do brutal desastre militar de Dien Bien Phu (1954), levou a cabo o feito de, em trinta dias, colocar um ponto final à guerra da Indochina (21 de Julho), anunciar a autonomia da Tunísia (1 de Agosto), caindo como vítima do início da revolta armada na Argélia em 1 de Novembro. Foi uma passagem meteórica pelas responsabilidades, mas deixou uma marca profunda na memória francesa.

Este processo, em cujo decurso a violência da luta na Argélia foi o mais traumatizante para as relações entre europeus e muçulmanos, parece limitado pela perspectiva que o compara com as duas guerras do Iraque, conduzidas ambas pelos EUA, a última determinada pelo brutal ataque levado a cabo por Ossama bin Laden contra o World Trade Center em 11 de Setembro de 2001.

A evolução da conjuntura fixou no Médio Oriente o ponto crítico das relações tumultuosas entre os ocidentais, especialmente representados pelos EUA e os muçulmanos, tendo o petróleo no lugar que as especiarias tiveram na expansão portuguesa para a Índia, e o proclamado objectivo da democratização no lugar da evangelização.³

Assumindo que o conflito que tem por referências mais graves as questões do Iraque, de Israel, do Afeganistão e da al-Qaeda, também define os «ocidentais» como o inimigo assumido pelos «fundamentalismos», os interesses portugueses estão envolvidos pela ameaça que se agudiza no «terrorismo global». Parece apenas um detalhe o facto de o governo português ter apoiado a política do presidente Bush, quanto ao envolvimento pela ameaça.

Se esta moldura não poder ser ignorada, parece todavia de salientar, dentro dela, que o

«património secular de queixas», que radicam no regime colonial que se foi extinguindo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, atinge menos severamente Portugal porque há séculos que retirou a soberania do Norte de África, porque Alcácer Quibir e D. Sebastião se inscrevem no imaginário português de esperança de redenção nacional e não de retaliação, e na memória histórica dos muçulmanos com uma data de supremacia vitoriosa e não de humilhação.

Isto diz especialmente respeito a Marrocos que, por outro lado, na história da ocupação recente, foi talvez o Estado que fez maior apelo à prudência governativa no processo de libertação.

O presidente José Maria Aznar, não obstante ser o representante da Espanha que guarda a soberania das praças do Norte de África, e que não hesitou em ameaçar impor pelas armas a soberania sobre o minúsculo rochedo, Leila-Persil, escrevia em 1992 que «com possibilidades eleitorais na Argélia, com esperança de alcançar uma força operacional em Tunis, perseguida pela força na Líbia, sem raízes na Mauritânia e bem contido pela organização oficialmente democrática de Marrocos, o fundamentalismo no Mediterrâneo ocidental não pode considerar-se como uma ameaça presente, mas antes como um fenómeno que reclama atenta observação e deve tocar na sensibilidade dos países europeus para que as relações entre as duas margens do Mediterrâneo encontrem, ainda que com atraso, as vias do diálogo e bom entendimento que o senso comum e a lei da gravidade da História deveriam impor-nos como tarefa da máxima urgência.»⁴

De todos os países da área considerou Marrocos o mais estável, e existem razões para supor que é o mais inclinado a fortalecer relações externas com os ocidentais em geral e com os europeus em particular.

Na história recente, e não obstante as vicissitudes do relacionamento com a França, o sultão Mohammed V, sempre oposto ao regime



de protectorado, não patrocinou um futuro conflituoso com a França ou com a Espanha, lutando para se manter no frágil trono até à independência.

O seu filho Hassan II, que subiu ao trono em 1961, deu os primeiros passos para a democratização pela Constituição de 1962, mas reservou-se o poder executivo e conseguiu uma unidade política interna ao eleger objectivos nacionalistas territoriais, ocupando uma parte do antigo Sara espanhol com a chamada «marcha verde» de 1975, embora as dificuldades internas posteriores o obrigassem a transigir com a Frente Polisário que reivindica a independência do antigo território espanhol, e foi reconhecida pela ONU.

Finalmente, Mohammed VI, que sucedeu a seu pai, falecido este em 23 de Julho de 1999, embora mantendo o título de Comendador dos Crentes, rei de uma monarquia constitucional de direito divino, e não obstante as dificuldades económicas, vai sendo visto como decidido a romper com os «anos negros» da repressão política.

Com todas as contradições habituais do reformismo pilotado pelo poder instalado, mantém a tradicional tendência ocidental e assume atitudes favoráveis à libertação da sociedade civil.⁵

Talvez a síntese que preside às incertezas do trajecto político tenha sido bem formulada por Martinez-Conde, secretário-geral da Fundação

Cánovas del Castillo, nestes termos: as coisas ou estão de acordo com o Islão ou se opõem a ele. As pessoas são crentes (muçulmanas) ou não são crentes (kafirs). O território é terra de islão (*Dâr-al-Islâm*) ou é terra de pagãos (*Dâr-al-Harb*). A guerra é justa (*Jihad*) ou não é justa (*Fitna*). Mas, como admite, a contradição mais permanente, que está na base do «fundamentalismo», é entre o «bem terreno», o progresso material e o bem da *umma*, a comunidade dos crentes, o bem espiritual que antecipa o paraíso.⁶

O recente projecto de Constituição Europeia, elaborado pela chamada Convenção a que presidiu o antigo presidente francês Giscard d'Estaing (mandato entre 1974 e 1981), colocou no primeiro plano a questão da «redefinição do Mediterrâneo», em vista dos pressentidos alargamentos da União Europeia ao espaço muçulmano.

Para avaliar o projecto talvez possa utilizar-se a tipologia proposta por Pierre George, que identifica os seguintes grupos: a) Estados nacionais muçulmanos não árabes, o Irão e a Turquia; b) países árabes do Oriente Próximo e Médio; c) o grupo Magreb, ligado ao anterior pela orla costeira da Líbia; d) um Estado criado pelo movimento sionista, que é Israel.⁷

Destacaremos duas questões, no projecto de redefinição das relações da Europa com esse mundo, e são as que dizem respeito à Turquia e a Marrocos: ambas interessam especialmente a Portugal, a primeira pela pertença à NATO, a segunda pela atitude tradicional em relação ao Ocidente.

A questão da Turquia exige consideração de vários factores, designadamente o que respeita à mudança do estatuto de «Aliada» na NATO, para a de «membro» de pleno direito da União Europeia.

Lembramos em primeiro lugar que o espaço europeu recolhe hoje uns quinze milhões de muçulmanos atraídos pelas necessidades do

mercado de trabalho e empurrados pelas deficientes condições de vida do seu país de origem. Em vários países europeus povoam «colónias interiores» que os Estados têm dificuldade em «integrar» ou «assimilar», dois métodos diferentes mas que teoricamente se referem, de maneira sucessiva, à «primeira geração e à geração seguinte», que pode esta ter adquirido a nacionalidade pelo *jus soli*.⁸

Nesta entrada do milénio, a França agitou a opinião mundial quando aprovou uma lei proibindo o uso do véu pelas estudantes muçulmanas nas escolas oficiais, em nome da laicidade da República.⁹

Além dos talvez cinco milhões de muçulmanos existentes em França serem um desafio considerável na transformação da «sociedade nacional» em «sociedade cosmopolita», com evidentes reflexos políticos, não foi tomado em consideração o pensamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, que considera a família, pela primeira vez em textos desta natureza, como a célula base da organização da sociedade civil. Este radicalismo laico francês, que servirá de caso de estudo para os restantes países europeus também a evoluçionarem para o «cosmopolitismo» da população, pode levar as famílias a retirar as jovens das escolas oficiais e a multiplicar as escolas islâmicas no território europeu.

Tão importante incidente aconselha a avaliar prudentemente as «formas» de reestruturação das relações entre os vários países mediterrânicos, considerando que a Europa, além dos imigrantes muçulmanos, também tem de integrar as parcelas em que se desintegrou a antiga Jugoslávia, processo em que o factor islâmico definiu um trajecto de guerra e de crimes contra a Humanidade, embora o Irão não tenha conseguido exportar a sua revolução e o islamismo ideológico e supranacional esteja a evolucionar no sentido de dar lugar aos nacionalismos.

A Turquia é oficialmente um Estado laico, desde a revolução de Atatürk depois da Primeira Guerra Mundial, mas a ideologia do aparelho político não é acompanhada pela população. Por isso tem resistido às solicitações da liberalização da economia, provenientes do FMI e do Banco Mundial, e à liberalização política aconselhada pela União Europeia. Foi porém um fiel aliado dentro da NATO para enfrentar a ameaça soviética, e a questão é a de saber se reúne os pressupostos para transitar para a União Europeia como Estado-membro, diligência em que se empenhou o chanceler Schroeder neste ano de 2004.

A razoabilidade aponta para o estatuto de «associado» na União Europeia, e para a «aliança» na NATO reformada, porque é difícil que a definição turca se compagine com o conceito de «comunidade», à qual trará a questão dos Curdos e as restantes reivindicações territoriais que fazem parte do seu contencioso internacional. Uma questão que se torna mais exigente de ponderação quando o projecto de Constituição europeia organiza um sistema de votação em que a dimensão populacional é um vector determinante.¹⁰

Todas estas questões podem ser levantadas em relação a Marrocos, que não tem sido considerado na problemática da integração na União Europeia, embora seja tradicional a sua atracção pelos ocidentais, para além das vicissitudes políticas que sofreu.

É útil meditar as teses de Abdelkhaleq Berramdane, que avaliou a história política e diplomática do Reino, e as suas relações com o Ocidente em geral e a Europa em particular, desde 1800, em que a ameaça colonialista se perfilou, até 1974, data em que o nacionalismo se afirma.

De facto, o livro confirma a conclusão de Kissinger, segundo o qual «há um século que Marrocos se encontra na inserção das grandes estratégias das potências estrangeiras, o que



Tânger, in «Civitates Orbis Terrarum», 1572.
Biblioteca Nacional de Lisboa

obriga os seus dirigentes a manobrar com arte, subtileza e autoridade.»¹¹

O referido autor parte desta premissa: «Traço de união entre a Europa e a África, país aberto sobre dois mares e designadamente pelo Atlântico com a América, Marrocos aparece de algum modo predestinado pela geografia a estabelecer relações privilegiadas com o Ocidente.»¹²

O período que mais interessa à conjuntura actual é o da libertação da tutela ocidental, evitando o compromisso na luta dos Blocos militares, apoiando o neutralismo. Mas sem perder a capacidade de construir pontes com a colonizadora Europa e os EUA. Uma tarefa a exigir grande sabedoria e agilidade diplomática, com o objectivo de entrar no círculo ocidental.

A principal tese de Berramdane, que os factos recentes parecem confirmar, é que, desde o século VIII, Marrocos evoluciona destacando-

-se do Oriente e ligando-se à Europa: «À *Jihad* ofensiva na idade do ouro das dinastias marroquinas sucedeu, efectivamente, a '*Jihad* defensiva' durante o refluxo do islão de Espanha, antes que Marrocos, muito mais tarde, desenvolvesse a *Jihad* nacionalista em vista de recuperar a independência confiscada pela França e pela Espanha.»¹³ Para além das constantes históricas, muitas razões podem ser evidenciadas para esta ligação de Marrocos à Europa, superando a atracção com o cordão muçulmano que separa o Norte do Sul do mundo.

Em primeiro lugar a geografia que colocou o reino na situação de trânsito das pistas das caravanas e das rotas marítimas, entre a Europa e a África. A competição novecentista entre a França, a Espanha e a Inglaterra para controlarem a navegação mediterrânica teve em conta essa situação geográfica, assim como ela explica o esforço americano, desde a própria independência, para definir tratados úteis à sua expansão e soluções como o estatuto de Tânger, cidade livre cujo governo viria a ser exercido pelo almirante Magalhães Correia, com o objectivo de impedir que a Inglaterra (Gibraltar) ou a Espanha (Ceuta) pudessem perturbar a livre circulação no estreito.

Na Segunda Guerra Mundial foi ponto de apoio para o desembarque aliado na Sicília e na Normandia, e no longo período da Guerra Fria, em execução dos acordos franco-americanos de 1950, ali foram instaladas bases estratégicas.

Politicamente, é surpreendente que a divisão colonial do território em áreas de variada dependência, designadamente Tânger cidade livre; Ceuta, Mellilla e Ifni na dependência soberana espanhola; o protectorado espanhol a norte; o protectorado francês no centro; as regiões disputáveis com a Argélia ou com a Mauritânia, não tenham afectado o sentido da unidade do Reino. E também é notável a maneira como, usando a afinidade com o chamado Terceiro Mundo, e por vezes a atracção do Leste europeu,

de facto manteve a ligação ao Ocidente como o eixo fundamental da sua política, não obstante as tensões que de quando em vez se agravam com a Espanha.¹⁴

Admitindo que tem fundamento considerar a vocação ocidental com uma das linhas de força do interesse permanente de Marrocos, Portugal não pode ignorar a fronteira sul com que os avanços tecnológicos, a globalização e a revolução dos teatros estratégicos lhe modificaram o conceito de vizinhança, tradicionalmente limitado à Espanha.

No plano estratégico, quando a referida evolução coloca Portugal na situação de país situado na articulação entre a segurança do Mediterrâneo e do Atlântico, da articulação entre a segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul e da dialéctica entre o europeísmo e o americanismo, a frente atlântica ocidental dá continuidade à linha que do Cabo de S. Vicente se prolonga pela costa marroquina, com os dois governos obrigados a tentar, no plano dos seus interesses, preservar o equilíbrio entre a Europa e os EUA.

Dos países europeus que tiveram um passado conflituoso com Marrocos, apenas Portugal tem com esse reino uma memória histórica que eliminou o capital de queixas, e assim uma aptidão natural para se articular com a vocação ocidentalista daquele país. E por isso todo o esforço na cooperação luso-marroquina se inscreve numa perspectiva de interesse português de bom relacionamento com um país fronteiriço, na perspectiva europeia destinada a enfrentar o crescente cosmopolitismo da sociedade civil, e também da organização política cosmopolita anunciada pelo chamado Projecto de Constituição Europeia em discussão, um tema ao qual não é possível deixar de prestar atenção.¹⁵

A França deixou ali uma forte presença cultural, mas a chamada excepção francesa, que tem mais de uma vertente, todas relacionadas

com a forte identidade do país, despertou uma atenção mundial por causa da lei destinada a proibir o uso de sinais religiosos ostensivos nas escolas, sendo que o uso do tradicional véu muçulmano é o facto determinante da agitação causada pela iniciativa legislativa.

A base da iniciativa é a laicidade, que se implantou como um valor fundamental da República francesa, que teve originariamente em vista a relação histórica do Estado com a Igreja Católica, e que nesta data se reafirma como um pilar da igualdade e defesa contra o alegado perigo social da confusão entre cultura e religião, ou entre religião e identidade.

Este perigo seria mais agudo nas escolas, ameaçando a igualdade perante a lei. Uma igualdade promotora da eficácia da luta pela emancipação das mulheres, não esquecendo recomendar uma acção social apropriada para eliminar as injustiças sociais que orientam no sentido de ser mantida a submissão representada pelo véu.

Nesta querela, que despertou a atenção da opinião pública de vários países ocidentais, não aflorou, à sombra do véu, a questão da progressiva evolução das sociedades civis europeias para o cosmopolitismo, que implanta várias definições culturais obrigadas à coexistência, nem a paralela evolução programada para o cosmopolitismo da definição política da União Europeia, na expectativa da entrada da Turquia e das exigências de absorção das fragmentações da Jugoslávia.

É por isso que talvez seja razoável, entre todos os argumentos que foram invocados para contrariar a oportunidade e legitimidade da sobreposição da laicidade ao legítimo uso dos sinais de identificação religiosa, avaliar os que chamam a atenção para a necessidade de relacionar a exigência republicana, quanto ao comportamento na escola, com a estrutura cultural da família das jovens abrangidas pela proibição.

Uma observação que parece bem apoiada nos factos, é a que lembra a submissão familiar

das jovens portadoras do véu, e que provavelmente serão afastadas da escola laica para serem entregues à orientação de religiosos fundamentalistas, e à tradicional dependência em relação à supremacia masculina.

A escola inclusiva, que o progressivo cosmopolitismo da sociedade civil exige, numa Europa onde a população muçulmana, sobretudo chamada pelas leis do mercado, anda pelos 15 milhões de pessoas, talvez não seja pela via do laicismo, também fundamentalista, que deva começar. Também aqui a doutrina portuguesa é de invocar, a favor da integração e da assimilação, métodos articulados e não incompatíveis. A integração é certamente o primeiro passo exigido pela manutenção do modelo de sociedade de confiança de que depende a paz civil, e a experiência histórica francesa recomenda atenção ao respeito pelas diversidades religiosas. Neste caso, a proibição é de prever que enfraqueça as oportunidades de tecer outras malhas do tecido conjuntivo de uma sociedade integrada, que é diferente de uma sociedade assimilada.

Para avaliar prospectivamente esta relação, talvez não deva ser esquecido que a Declaração Universal dos Direitos Humanos considera, pela primeira vez na história destes textos, que a família é a célula base da sociedade e a família muçulmana tem uma definição cultural que vai levar tempo a ser vencida pelos modelos da laicidade em explosão de formas.

A intervenção de uma historiografia revisionista do passado conflituoso entre cristãos e muçulmanos, que pretende pacificar as memórias para facilitar o cosmopolitismo político do programado projecto constitucional europeu, não pode ignorar a ligação desses poderes políticos com as suas sociedades civis e com as diásporas que por agora são frequentemente condicionadas em colónias interiores. Um pequeno véu pode transformar-se numa causa grave.

Fevereiro 2004.

¹ Jean-Henri Roy et Jean Deviosse, *La Bataille de Poitiers*, Gallimard, Paris, 1966. Henri Pirenne, *Mahomet et Charle Magne*, Alcan, Bruxelles, 1936.

² São textos que exprimem os dois pontos de vista contraditórios: a) o discurso de Lord Asquith à Conferência Imperial de Londres de 1911, onde louva o espírito da Comunidade, dizendo: «Hoje, e durante toda a conferência, não teremos, creio, senão um ardor e um fim: fazer deste Império, em todas as suas actividades e lugares, um instrumento mais completo e mais eficaz.» In A. B. Keith, *Selected Speeches and Documents on British colonial Policy, 1763-1917*, Londres, Oxford University Press, 1953, T. II, p. 240; b) Anatole France, in *Sur la Pierre blanche*, Paris, Calmann-Levy, 1905, pp. 226-230, clama contra «a loucura colonial» da França que, «durante setenta anos despojou, expulsou, perseguiu os Árabes para povoar a Argélia de italianos e espanhóis.»

³ Maria do Céu de Pinho Ferreira Pinto, «Infiéis na Terra do Islão», *os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003. É o mais actual e informado trabalho, em português, sobre o estado da questão.

⁴ José Maria Aznar, *Principales problemas que afectan al sur de Europa*, in «El fundamentalismo Islámico», Veintiuno, Fundación Cánovas del Castillo, Madrid, 1992.

⁵ J. Bessis, *Maghreb, la traversée du siècle*, L'Harmattan, Paris, 1997. R. Leveau, *Le Sabre et le Turban. L'Avenir du Maghreb*, François Bousin, Paris, 1993. B. Lopez Garcia, *Marruecos en trance. Nuevo rey. Nuevo siglo. Nuevo regimen?* Biblioteca Nueva, Madrid, 2000. M. Tozy, *Monarchie et Islam politique au Maroc*, Presses de Sciences Po, Paris, 1998. P. Vermeren, *Le Maroc en transition*, La Découverte, Paris, 2001.

⁶ Jesus Trillo-Figuero y Martinez-Conde, *Introducción*, in *El fundamentalismo islamico*, cit., p. 14.

⁷ Pierre George, *Panorama do mundo actual*, Difel, Lisboa, 1976, p. 137.

⁸ P. Dewitte, *Les nouvelles frontières de l'immigration*, in S. Cordellier (Dir.), *La Mondialisation au-delà des mythes*, La Découverte, Les Dossiers de L'État du Monde, Paris, 1997. D. Lochak, *État, nation, frontières; vrais et fausses evidences*, Plein Droit. La revue du Gisti, n.º. 36-37, Paris, 1997.

⁹ Charlotte Nordmann (Dir.), *Le foulard islamique en question*, Edition Amsterdam, Paris, 2004. Vincent Geisser, *La Nouvelle Islamophobie*, La Découverte, Paris, 2003.

¹⁰ G. Turunç, *La Turquie aux marches de l'Union Européenne*, L'Harmattan, Paris, 2001. S. Yerasimos, G. Setifert, K. Vorhoft (Dir.), *Civil Society in the Grip of Nationalisme*, Orient-Institut, Istanbul, 2000.

¹¹ Kissinger, *Les annés orageuses*, Paris, 1982.

¹² Abdelkhaleq Berramdane, *Le Maroc et l'Occident*, Karthola, Paris, 1987.

¹³ P. Valéry, *Oeuvres*, Paris, Gallimard, 1960, II, p. 1556. A. Berramdane, cit., p. 407.

¹⁴ Lacouture, *Le Maroc à l'épreuve*, Paris, Seuil, 1958. Henry-Haye, *La grande éclipse franco-marocaine*, Paris, Plan, 1972. C. et Y. Lacoste (Dir.), *Maghreb. Peuples et Civilisations*, La Découverte, *Les dossiers de L'État du Monde*, Paris, 1991. P. Vermeren, *Le Maroc en transition*, La Découverte, Paris, 2001.

¹⁵ Cooperação Luso-Marroquina, in http://www.emb-marrocos.pt/menu2_4.htm

O Tratado de Paz entre Portugal e Marrocos de 1774

Fernando de Castro Brandão

*Embaixador
Director do Instituto Diplomático*

NA OPINIÃO DE CONSAGRADOS ESTUDIOSOS os tratados são instrumentos relevantes, porque representam uma das mais significativas manifestações da vida colectiva de determinada sociedade. Pontos de referência não escamoteáveis, assumem-se fundamentais para a análise das relações entre Estados. A sua importância afere-se, aliás, pelo facto de terem sido frequentemente considerados, no conceito historiográfico do século XIX, a verdadeira essência da História Diplomática.¹

Quiçá excessivo, este juízo mereceu uma devida correcção actual. De inestimável valor como fonte documental, partilha com diversas outras o vasto campo da investigação, de que são exemplos os despachos, ofícios, notas, memorandos, comunicações telegráficas, etc.

Havendo a intenção, que não é o nosso caso, de proceder ao estudo exaustivo de um tratado, importa ter em conta duas ordens de factores: o interno e o externo.

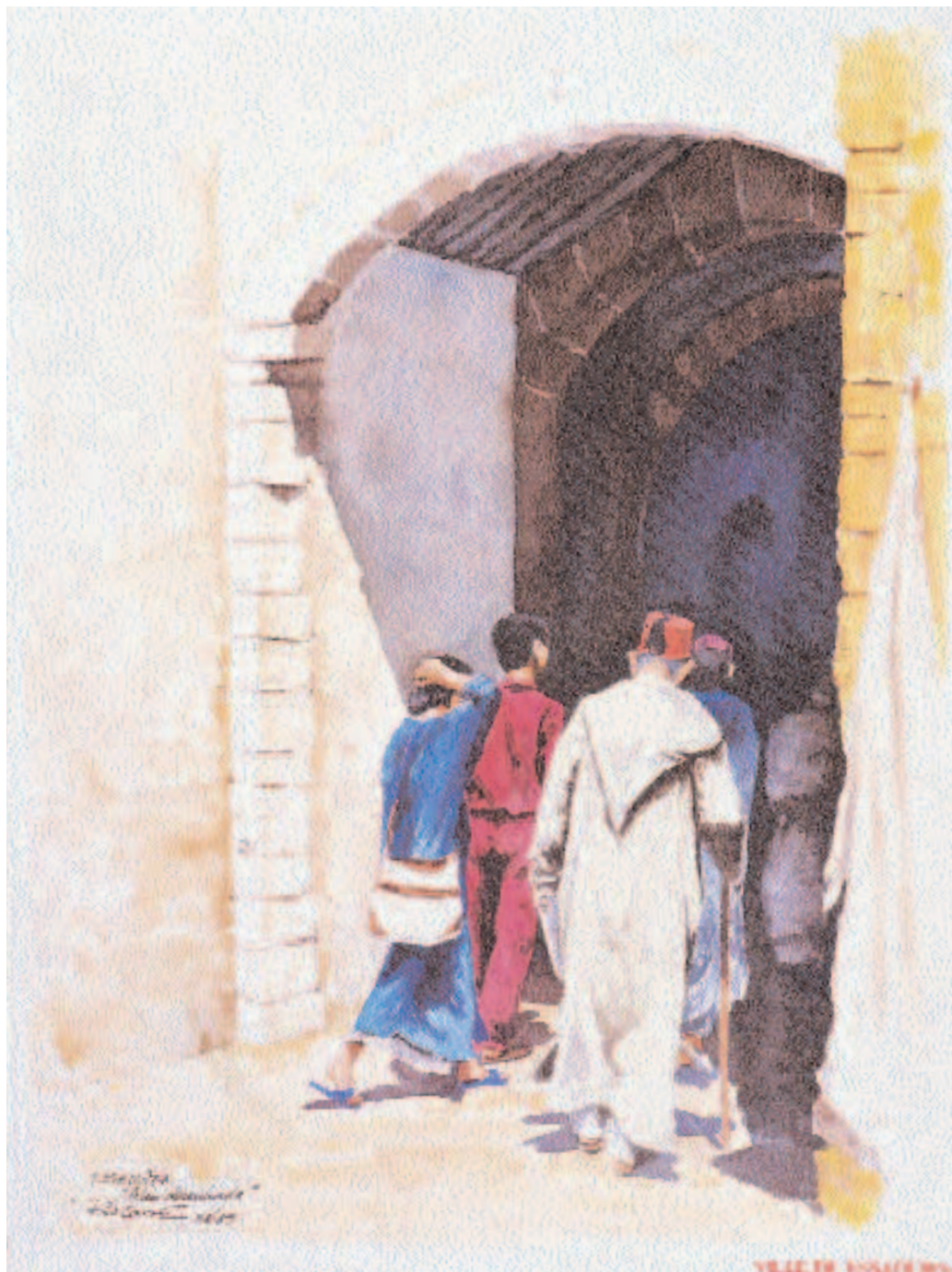
Quanto à primeira, há que examiná-la à luz do seu significado legal, esclarecendo as suas origens, aplicação prática, precedentes, efeitos, consistência e fragilidades.

Com respeito à segunda, cumpre investigar as causas e consequências no contexto de uma época ou de um país, para que um tratado se torne compreensível no seu intrínseco alcance.

O propósito de historiar um tratado deve incidir sobre o quadro factual e ideológico que lhe está subjacente. E, de particular interesse, será a apreciação do segmento da actividade humana, reguladora de controvérsias surgidas entre políticas soberanas, prescrevendo normas de conduta recíproca. Tal função responde às necessidades implícitas dessas sociedades para um desenvolvimento coordenado, que expressam vitalidade e poder.

Ainda no plano histórico, os tratados reflectem uma relação particular entre as forças das partes contratantes, no exacto momento em que são assinados.

Mogador (Essaouira). Aguarela de Rui Carita



Sob o aspecto estritamente jurídico, corporizam a substância da lei internacional, sendo ponto privilegiado para o respectivo enquadramento.

No presente trabalho não se optou pela análise aturada desta vertente. Moveu-nos antes o interesse de dar informação sobre um marco, sobretudo histórico, que pontualizou as seculares relações entre dois povos. Através da sua formalização diplomática, será tecida toda a convicção posterior até aos nossos dias.

A morte de Moulay Ismael (1727) dá lugar a um período marcado por sangrentas e constantes revoluções². A ruptura do poder, debilmente consolidado, fomenta uma anarquia generalizada em que imperam os desmandos das fracções militares rivais.

Até 1750 Marrocos será palco de terríveis desordens internas, a muito custo debeladas pela incansável acção de Moulay Abdallah, filho e continuador de Ismael.

Para alcançar a paz, pela submissão dos insurrectos, Abdallah procura apoiar-se na tribo dos «Magil»³, no seu prestígio de xarife e na ordem reinante em todo o sul do país. Deste último factor extrairá a melhor vantagem, como área tampão, leal e disciplinada, para obstar ao expansionismo rebelde do Norte.

A maior dificuldade a vencer tinha raízes profundas. Desde sempre os esforços para uma unidade política revelaram-se infrutíferos. As tribos da região oriental, que mais se avizinha de Argel, furtavam-se ao domínio dos xarifes de Marrocos. No sul, agora apaziguado, subsistia igualmente um forte pendor contra qualquer acção centralizadora, escudado na defesa natural das suas inóspitas serranias. Quanto às populações litorâneas, apoiadas pelas armas que o curso fornecia, resistiam com êxito à submissão de um eventual governo regular.⁴

O cenário desta luta sem quartel, nas suas vicissitudes, transcende o objectivo da nossa análise. Importará, portanto e sobretudo, ter pre-

sente a evolução dos acontecimentos, que levaram à almejada unidade política, fundamento estrutural da constituição de um país.

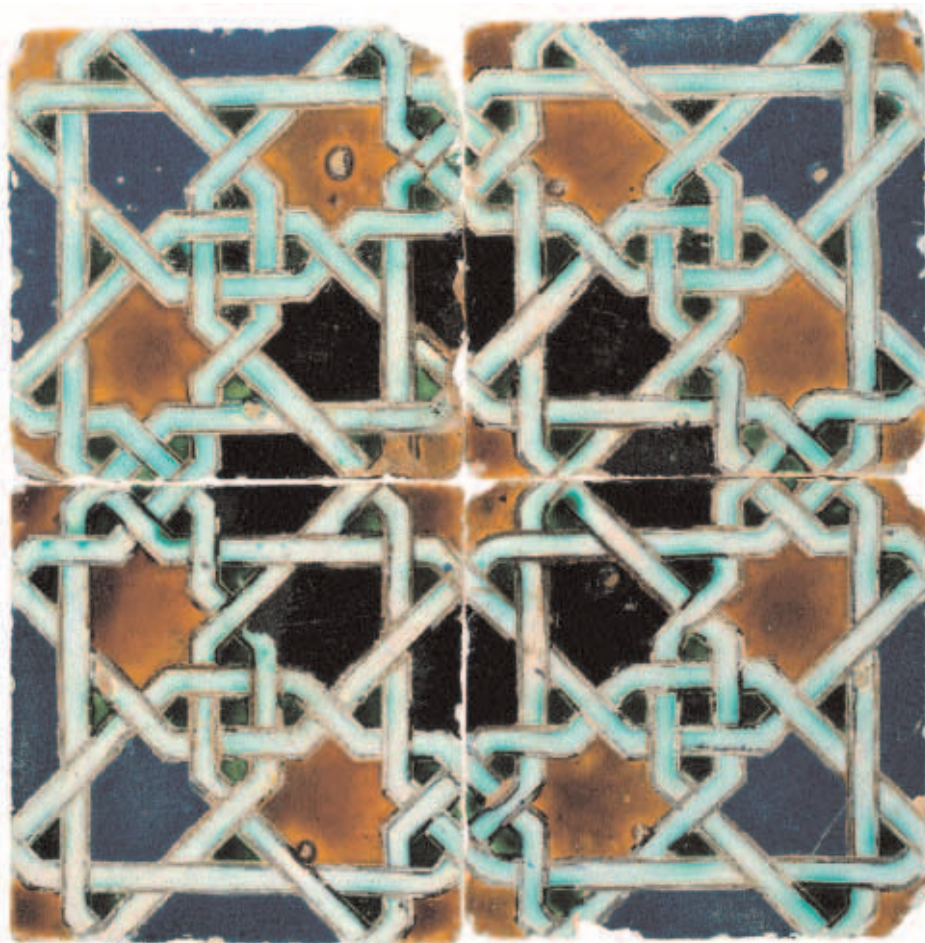
Detentor de ampla visão, Abdallah logo constatou ser indispensável, em prol da hegemonia do poder, a união entre árabes e berberes. Com tal fito se empenhou para constituir uma frente comum, da qual resultasse a paz e o progresso.

Embora lentamente tais fins foram atingidos. As tensões atenuaram-se e a autoridade pessoal veio sobrepor-se às rivalidades tribais: era o reforço do sultanato.

Graças à quietude reinante no sul aí se impõe a presença de Mohamed ben Abdallah (Sidi Mohamed), filho do novo senhor de um Marrocos restaurado. Nomeado governador da região meridional, lança-se com afincos no restabelecimento do comércio. Tanto no Atlântico como na área saariana, logra reanimar as antigas tradições de um trato produtor de riqueza e de consolidação de poder.⁵ Tendo como fulcro a cidade de Marraquexe, dali desenvolve uma cuidada governação, reconhecida pelas populações submetidas à sua autoridade, a ponto de pretenderem proclamá-lo sultão em lugar de seu pai, honraria que nobremente recusa.⁶

Quando, finalmente, Sidi Mohamed assume a linha de sucessão em 1757, não herdará apenas um trono, mas um verdadeiro reino. Após trinta anos de crise, restabelecera-se a tranquilidade, na ordem conquistada pela comunhão do Norte e do Sul. O novo soberano provará, por seu turno, estar à altura das responsabilidades que sobre ele recaíam, demonstrando-se, desde logo, disposto a retomar os princípios políticos prosseguidos pelo avô, Moulay Ismael.⁷

O longo período da guerra civil havia contudo depauperado vidas e fazendas. Mister era portanto debelar os males antigos através de um governo apto a encontrar soluções. A tal tarefa se lançou Mohamed.



Painel de azulejos
Oficina de Sevilha, século XVI (início),
Museu Nacional do Azulejo
Nº Inv. 101
Foto de Francisco Matias,
Divisão Documentação Fotográfica
do Instituto Português de Museus

A pacificação na orla costeira permitiu a criação de novos portos, destacando-se Mogador e Casablanca. Beneficiando de medidas adequadas, despontou um crescente comércio exterior, que reanimou as trocas e trouxe significativos réditos aos fundos exaustos das finanças públicas.

À aposta atlântica ficará o sultão credor de boa parte do êxito de uma política trilhada com previsão e argúcia. Grande admirador de al-Mansour, nele se inspirará na adopção de uma esclarecida geoestratégia apostada nos contactos externos.⁸ Privilegiando o Atlântico sem subesti-

mar os interesses mediterrânicos, eis o quadro segundo o qual se desenrolará toda a sua acção.⁹

Nesse sentido, dedica especial prioridade ao porto por si criado: Casablanca. Sobre este recaem particulares cuidados, criando condições atractivas a negociantes e armadores. Ali manda construir uma mesquita, escolas, banhos, cuja defesa é assegurada pela edificação de poderosa muralha. A sua afeição à cidade aumenta com o respectivo crescimento. Aquando do terrível tremor de terra, ocorrido em 1755, de efeitos também tão duramente sentidos em Volubilis, Meknès e Lisboa, prontamente concede facilidades e privilégios a quantos concorrem para a reedificação da cidade portuária.

Dez anos volvidos sobre esta tragédia, funda-se Essaouira (Mogador). Da sua localização privilegiada resultará um acelerado progresso em concorrência aberta com Agadir e Salé. Confluência das rotas caravaneiras provenientes do Sudão, em breve se transforma no porto de Tombuctu, ou seja, no consagrado entreposto do ouro e da prata.

A adopção do sistema europeu de comércio, salvaguardando o espírito do Islão entre os seus povos, é a antinomia que Sidi Mohamed procura conciliar. Nos seus trinta e três anos de reinado desenvolverá um constante esforço para articular duas realidades tendencialmente antagónicas. Parece inegável tê-lo conseguido, reabrindo o reino ao tráfico atlântico e fazendo atenuar um espírito xenófobo ancestral.

Por etapas sucessivas assiste-se à recuperação lenta de uma herança secular: o contacto com o mar, através do relançamento das actividades comerciais.

A entrega de Mazagão pelos portugueses, após poderoso cerco militar e uma capitulação honrosa, restitui aquela praça cujas fortificações são danificadas em 1769.¹⁰

O adiamento do contencioso de Melilla com a Coroa espanhola, depois de sitiada sem êxito,

leva à abertura em 1782 de uma casa comercial de Cádiz no porto de Casablanca.¹¹ E, pela mesma época, o sultanato procede a substanciais benéficas em Tânger, transformando a urbe em abrigo seguro e adequado ao comércio.

Na senda desta orientação marcada pelo desenvolvimento mercantil, levantam-se as severas interdições que de há muito recaíam sobre a exportação de cereais e carne. Entre 1771 e 1773 regista-se um intenso afluxo de comerciantes europeus.

Inicialmente limitado a tão curto período, devido aos sete anos de seca que afligiu a região, passado o flagelo seria retomada uma florescente actividade comercial. De futuro, aquelas produções passaram a constituir produtos basilares dos seus recursos económicos.

Este enquadramento, que contemplava novas condições e garantias, mereceu o devido processo institucional assente na forma de tratados.

Talvez melhor de que ninguém Frei José de Santo António Moura sintetiza esta renovação política. Familiarizado com a realidade magrebina, pela observância de várias missões para resgate de cativos, aquele religioso escreverá em 1824 sobre Sidi Mohamed: «Ensinado este príncipe pela experiência, cuidou, logo que subiu ao trono, em fazer respeitar em todas elas a sua autoridade, assim como em restabelecer as finanças animando para esse fim o comércio; e por isso se resolveu a fazer a paz com todas as potências da Europa, o que pôs em execução.»¹² De facto, copiosos foram os instrumentos diplomáticos que celebrou. Começando por ratificar os tratados de paz entre seu tio Moulay Ahamed e a Inglaterra de 1728 e entre seu pai e a Holanda de 1732, assinou vários outros. Com a Dinamarca e a Suécia, respectivamente em 1757 e 1763, e, dois anos depois, com Veneza. Princípio fundamental consignado em todos eles radica na condição do pagamento anual de uma prestação, seja em numerário ou em géneros.

Tal exigência, sempre vultuosa, fornecia considerável alívio para o erário, que a conjuntura favorável ao sultanato permitia obter. Embora compreensível, introduzia, porém, uma prática pouco usual no relacionamento diplomático, levando alguns autores a considerá-la atentatória ao direito e prova da cupidez dos sultões.

Sob condições análogas assinaram-se ainda tratados com a França e Espanha em 1767, seguindo-se Portugal no ano de 1774 e a Toscana em 1782.

Tido como corolário da liberdade de comércio, mas não só, assiste-se ao declínio do corso. Se bem que em menor escala no respeitante a Marrocos, esta actividade, sobretudo prosseguida por argelinos e tunisinos, representava um verdadeiro flagelo para a navegação cristã.

Com efeito, opera-se então uma mudança de atitude das potências europeias, face à pirataria magrebina. Graças ao aperfeiçoamento de um novo tipo de embarcação concebida no século anterior, intensifica-se a repressão. De maiores dimensões e melhor artilhada, a fragata não perde todavia as vantagens de velocidade e manobra. Mais rápida do que o navio de linha, volve-se em eficaz meio de fiscalização e apresamento.¹³

Assim, pela segunda metade do século XVIII aumenta a vigilância e o combate à prática corsária. Em 1763 uma esquadra francesa bloqueia a costa marroquina impedindo o desembarque de armas e munições; a partir de 1774 serão os holandeses a infligir pesados prejuízos aos navios de Tetuão, Larache e Salé, que ainda se aventuravam no corso; e o próprio sultão de Istambul, cinco anos depois, ameaça com represálias, caso não fosse ressarcido pelo sequestro de um barco ragusano.¹⁴ Era o princípio do fim de uma era e de uma instituição que por muitos anos vivera próspera e incólume.¹⁵

Embora questionável, afigura-se que o fim do corso terá sido mais uma causa do que uma

consequência da abertura de Marrocos ao comércio exterior. Perante a crescente inviabilidade de uma prática ilegal, mandava a lucidez e o pragmatismo de Sidi Mohamed encontrar a alternativa, quiçá menos rendosa mas por certo mais segura.

Do gradual retraimento da pirataria resulta a consequente quebra do número de cativos apresados como reféns. Esta circunstância, que toma a dianteira em Marrocos, terá sobretudo os seus efeitos nas demais regências do Magrebe. Na verdade, ao longo do primeiro quartel do século XIX regista-se o lento declínio dos presídios, finalmente extintos em 1830.

Mas não somente a um diferente contexto internacional se terá ficado a dever a mudança produzida em Marrocos. Os objectivos governamentais de Sidi Mohamed transformam-no em grande paladino de uma época nova. Se não fora a amplitude e a temperança do seu impulso inovador, o mais certo seria a continuidade do ativismo consuetudinário de uma política fechada sobre si mesma.

Consagrados alguns princípios de reciprocidade, garantindo salvaguardas ao tráfico comercial, desde logo se alinham países prontos a promoverem vantajosas permutas. Nesta base e segundo os respectivos interesses, dois grupos se constituem como potenciais parceiros de Marrocos. Para um, assumia prioridade absoluta iniciar um lucrativo comércio com aquela área recentemente franqueada; para o outro, mais carecido de produtos negociáveis, convinha sobremaneira alcançar um compromisso de paz que arredasse o grilhão do corso. Entre o primeiro contavam-se a Inglaterra, a Holanda, a França e a Espanha. Do segundo faziam parte a Dinamarca, Veneza, os Estados Unidos da América, a Áustria e Portugal.¹⁶

Quase na totalidade estes últimos pagavam anualmente, ou cada dois anos, um tributo ao sultão pela garantia de tréguas pontuais à acção

corsária, que nem mesmo os tratados posteriores lograram extinguir. No caso português, como se verá, o governo foi poupado ao gravoso ónus, que aliás nem sequer constou das imposições negociais. Facto tanto mais significativo, quanto é certo que raramente se obteve benesse semelhante no relacionamento mais tardio com Argel e Tunes.¹⁷

Não obstante os ajustes celebrados visassem, à luz de alianças, principalmente a suspensão das aguerridas incursões navais marroquinas, nem por isso deixavam de incluir artigos de carácter mercantil. À semelhança dos Estados Unidos da América, da Áustria e da Suécia, também Portugal cuidou de incluir, no primeiro tratado com Marrocos, referências expressas à navegação comercial e, nomeadamente, às funções dos seus representantes consulares. Medida cautelar, prevenindo para o futuro a importância do possível intercâmbio de alguns produtos. Assim aconteceu na compra de cereais ou de carne marroquina, para colmatar as cíclicas crises agrícolas abatidas sobre o reino no decurso do século XIX.¹⁸

O contexto português da altura suscita avaliações diversas. De uma maneira geral, tende-se para um balanço crítico sobre a acção externa do reinado de D. José.¹⁹ O abandono da política de equilíbrio e neutralidade do período Joanino quebrará uma linha tradicional. A vocação atlântica inflectiu para um envolvimento nas questões continentais. Gravosa para Portugal foram as consequências da Guerra dos Sete Anos, quer na Europa quer no Brasil. Invadidos por espanhóis e franceses, não se obtiveram quaisquer benefícios. Pelo Tratado de Fontainebleau (3/11/1762), onde nem sequer fomos admitidos, apenas se recuperaram as áreas perdidas no decurso da guerra.

Em relação aos limites do sul do Brasil os problemas acentuaram-se. Desde 1767 que se tinham reiniciado as campanhas militares, ten-

tando os portugueses, em vão, retomar as áreas indevidamente conservadas pelos castelhanos.²⁰

Ao longo de quinze anos, a política externa esteve subordinada ao objectivo da extinção dos Jesuítas. Terminado o conflito europeu, tal desígnio viu-se intensificado até à sua resolução definitiva.

Dois dos sectores fundamentais desta fase assentariam na aliança inglesa e «no estabelecimento do interesse dominante do Brasil».²¹

A duplicidade diplomática de Madrid oscilava entre as promessas de paz na Europa e a permanente hostilidade sobre o território meridional brasileiro.

O recurso à mediação «benévola» disponibilizada pela França não oferecia garantias, conhecidas as ligações estreitas que a ligavam à monarquia espanhola.

Por seu turno, a Inglaterra, assumia um papel contemporizador, porventura favorável a cedências portuguesas, em salvaguarda do previsível apelo para conceder auxílio militar. Tanto mais que as crescentes tensões na sua colónia americana desenhavam um cenário preocupante, em breve transformado na irreversível luta pela independência.

A conjuntura portuguesa desse ano de 1773 apresentava-se sombria. Iminente parecia ser a abertura das hostilidades espanholas no Rio Grande do Sul, como veio a acontecer em Novembro.²² Pombal decide-se pelos preparativos para a guerra, embora ciente da impossibilidade do apoio britânico. Impunha-se a disponibilização de todos os recursos em efectivos militares e transportes marítimos. Os esforços deveriam concentrar-se para esse fim. Tornava-se indispensável, portanto, mitigar problemas que absorviam meios, agora tão necessários: o combate ao corso era um deles. Onde, qualquer perspectiva susceptível de conter ou reduzir essa prática seria bem recebida.

Vinham de longe os propósitos conciliatórios nesse sentido. Já no tempo de D. João III se havia esboçado um projecto de aliança, sob a iniciativa do agente português Bastião de Bargas.²³ Mas os tempos então eram outros. A indesejada presença portuguesa em Marrocos e a ausência de unidade política no país, obstavam qualquer entendimento mais consistente.

Removidos estes factores e na senda da política de abertura ao exterior de Sidi Mohamed, por este é proposta uma trégua de um ano em 1769, logo aceite.

Prorrogado o acordo sucessivamente, reiterou o sultão a iniciativa de promover um melhor e mais amistoso relacionamento. Várias missivas se trocaram entre os dois soberanos, a última das quais do marroquino, datada de 15 de Agosto de 1772. Nela informava da boa disposição para receber a embaixada portuguesa que lhe fora anunciada.²⁴

À falta de elucidação sobre a preferência do momento para a enviatura, é de admitir que o projecto paulatinamente se consolidara. A boa vontade recíproca era manifesta, como prova a libertação das tripulações de dois corsários apreçados junto à Barra de Lisboa.²⁵ Com tão bons auspícios e sem entraves impeditivos estavam criadas as condições para um diálogo profícuo.

Pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha é passado, em 22 de Setembro de 1773, o pleno poder a José Roleen Van-Deck, a incumbi-lo da negociação de um tratado com Marrocos.²⁶ «Holandês de Nação, católico», recebe as respectivas instruções decorrida uma semana.²⁷ Ao serviço da Marinha portuguesa e com larga experiência operacional no Mediterrâneo seria escolha adequada à missão de obter a almejada paz definitiva, indispensável à navegação e ao comércio.

Das alíneas constantes naquelas instruções, ressalta de imediato o cuidado concedido aos aspectos protocolares.²⁸ No conjunto de 64

Formulário
Da expedição de huma Embaixada
pasta Corte para a de Marrocos, e
Da
recepção da de Marrocos nesta
Corte

Escrita pelo Padre Fr. João de
Souza, Religioso da Congregação
da Terceira Ordem da Penitência
Professor da Cadeira da Língua
Árabe; official da Secretaria
do Estado dos Negocios da
Marinha, e Dominios ultra
Marinos, e Socio da Real
Academia das Sciencias
Jo.º



*Expedição
de hum Embaixada desta Corte para
a de Marrocos.*



*Vorneado o Embaixador, ou Ministro Plenipotencia-
rio por Sua Mag. Fidelissima; preparado o presente q.
indispençavelmente se deve naquelle occasião remeter
a El Rei de Marrocos; dadas ao dito Ministro as Instruc-
coes necessarias, e determinado finalmente o dia da sua
viagem, embarcar se ha em huma Fragata de Guerra el-
le, sua familia, e Comitiva, que constará de hum Secre-
tario da Embaixada (e qual lhe servirá de Interprete);
hum Capellão; huma Companhia de Soldados, com
seus Officiaes; Criados particulares, e ordinarios; Cox-
iñeiros; Cozeiro com seus Moços; Seis Musicos chama-
dos de Clarinete; tres, ou quatro Barrigueiros para arma-
rem, e desarmarem as Barracas na viagem (A) a saber:
hum grande para o alojamento do Embaixador; hum
para se deitar a Missa; tres proporcionadas para a luxuria do
seu, e deza de jantar, e outra igualmente em que se possa re-
colher o presente de noite durante a viagem, e em quanto se
(A) As Barracas pedem-se por hum. Arco da Secretaria no Real Arce-
bispado da Fimdecão.*

preceitos, 25 respeitam objectivamente às sensibilidades do cerimonial. Preocupação não fortuita e menos ainda desprecienda, traduzia antes a finalidade de garantir um tratamento negocial, em pé de igualdade com as demais Nações europeias, cujos tratados haviam sido já celebrados. A relevância de tal matéria impunha-se, em prol de uma política de prestígio, pela qual não se regateariam os maiores sacrifícios pecuniários.

De tanta importância se revestia este factor que o secretário e intérprete da Embaixada a Marrocos, Frei João de Sousa, elaborará alguns anos depois um «Formulário», definindo as regras de protocolo exigidas por ambas as cortes.²⁹

Atenção particular mereciam também os pontos relativos à liberdade de navegação e comércio. Em termos genéricos, estipulavam-se condições semelhantes àquelas já acordadas entre o sultão e alguns reinos europeus. Sem embargo, incluíam-se dois artigos separados, referentes aos cativos de ambas as partes.³⁰ Pela sua particular sensibilidade, tais cláusulas obrigavam a uma extrema prudência, por bem sabida que era a importância dos resgates regularmente pagos ao sultão.³¹

O curso norte-africano infligia terríveis prejuízos à navegação cristã, quer no Mediterrâneo quer no Atlântico. Deste sistemático ataque, que se estendia às povoações litorâneas do continente e das ilhas, resultava o apresamento de milhares de cativos. Para o seu resgate obtinham-se fundos, provenientes do erário e da caridade pública, e de cujas transacções se encarregavam certas ordens religiosas.

Logicamente, este ónus vultuoso sobrecarregava as finanças do reino que a muito custo respondia ao dever humanitário. Mister é recordar que, mais danosa ainda se mantinha o curso de argelinos e tunisinos, aos quais se pagavam elevadas somas pelo grande número de reféns anualmente feito.³²

Melhor se compreende, portanto, face ao precedente, o empenho em fazer acrescentar aquelas cláusulas, embora prudentemente propostas em separado. Ainda assim destacando-se da contextualização do pretendido acordo, não deixavam de complementar o respectivo artigo ix.³³ Como se verifica, era este de molde a assegurar a neutralidade marroquina no combate português àquelas Regências, nessa altura os principais redutos da pirataria em grande escala.

Com estas orientações, Van-Deck deveria tentar obter a satisfação de maior número de requisitos previamente traçados. Para tanto e como particular forma de cortesia, seria ainda portador de uma missiva de D. José, dirigida ao sultão Mohamed em termos amistosos, visando sensibilizar o destinatário.

Assim munido, aprestou-se o embaixador a embarcar na fragata aprontada para o seu transporte e o de toda a comitiva. Pelo expressivo número dos 117 integrantes se pode aquilatar a grandeza e o luzimento que se pretendiam emprestar à missão diplomática.

Além do embaixador, seguiam outros elementos de distinção: o cônsul-geral Bernardo Simões Pessoa, o 2.º secretário Manuel da Silva, o capitão João Marques de Carvalho, o cirurgião António José Coelho e o secretário-intérprete Frei João de Sousa.

Para a guarda pessoal de Van-Deck incorporaram-se quarenta soldados de Infantaria, comandados por um capitão e um tenente e mais seis músicos trombeteiros das Reais Cavalarias de Sua Majestade Fidelíssima.

No porto de Mogador foram ainda agregados mais alguns membros «de qualidade», além de Jorge Colaço e Pedro Colaço, seu filho, que viriam posteriormente a desempenhar funções consulares em Tânger.³⁴

Ultimados os preparativos, embarcou a Embaixada na fragata *N.ª S.ª da Nazaré* pertencente à Armada Real, no dia 29 de Setembro de

1773.³⁵ Dos seus sucessos deu-nos abundante relato o respectivo capelão. À semelhança de Frei João de Sousa, escreveu também um pormenorizado diário, até agora inédito.³⁶ Pelo cotejo de ambos, quase não se registam diferenças. Apenas a assinalar que, embora sem data, tudo leva a crer ter sido redigido logo após o termo da Missão. Bem ao contrário, a «Relação» elaborada pelo intérprete só foi composta cinco anos depois, ou seja, em 1778, conforme o próprio esclarece.³⁷

Por estes dois preciosos testemunhos sabemos que, com ventos favoráveis, aportavam a Mogador cinco dias após a partida de Lisboa. Contudo, uma mudança repentina das condições atmosféricas obstou ao desembarque, obrigando a fragata a fazer-se ao largo, só fundeando no cais uma semana depois.

Desembarcaram então todos e tudo o que pertencia à Embaixada, e só depois o embaixador. Mas logo aqui houve um pequeno contratempo, de significado não despidendo. Van-Deck, informado de que a Fortaleza o deveria saudar com 50 salvas, de acordo com as instruções do sultão, recusou-se a pôr pé em terra até que aquelas fossem cumpridas. Em causa estava o prestígio da imagem do Estado, que o protocolo se obrigava a respeitar.

Informado o baxá local do incidente, ordenou de imediato a observância da saudação, não com 50 salvas, mas com 300. O excesso de zelo da reparação, face aos demorados preparativos que exigia, obrigou o representante do S.M.F. a «andar duas horas no mar», aguardando o desfecho de todo o processo.³⁸

A recepção que se seguiu em terra revestiu-se de um entusiasmo quase apoteótico. Nada faltou para abrilhantar as cerimónias, nas quais o baxá não deixou de tomar parte como suprema autoridade anfitriã.³⁹

Alojada a comitiva em local próximo da costa, não se pouparam cuidados para que nada

lhe faltasse. Com ordens bem definidas, apresentou-se um «Hebreu Tesoureiro», solicitando uma lista de tudo quanto pudesse haver necessidade e cuja satisfação correria a expensas marroquinas.

Toque de aprimorada atenção por parte do soberano, traduziu-se no envio de um dos seus cozinheiros pessoais, encarregado de prodigalizar iguarias ao embaixador.

A tudo isto se acrescentou grande diversidade de presentes e obséquios que, obviamente, desvaneceram todas e quaisquer reservas quanto à magnificência da hospitalidade.

Rodeada de atenções, nomeadamente concedidas à pessoa do embaixador, a delegação ali estanciou por duas semanas. Entretanto, atacado de um mal não definido, o estado de saúde deste agravara-se preocupantemente. Por isso, depois das despedidas, singelas e sem festejos, tomou-se o caminho da cidade de Marrocos, fazendo-se Van-Deck transportar por liteira.

O percurso até Marraquexe (Marrocos) venceu-se devagar e sem incidentes. Pela manhã de 6 de Novembro chegavam junto da cidade. Repetir-se-ia aqui o espectáculo de Mogador. Mohamed havia ordenado a paralisação do trabalho, para um mais grandioso acolhimento popular. Curiosos e hospitaleiros milhares de habitantes acorreram aos subúrbios aclamando festivamente a comitiva.

Os portugueses, por seu turno, prepararam-se com desvelo para se mostrarem dignos da recepção. Depois da tropa formada e a banda a tocar, fez-se a entrada pelas portas da urbe até a uma das quintas do soberano onde havia sido levantado o arraial.

O dia seguinte passou-se em bem merecido descanso. Alguns religiosos espanhóis, ali radicados, vieram visitar o embaixador, oferecendo os seus préstimos.

Por mandato do sultão, apresentou-se também um seu valido, Manuel de Pontes, antigo

refém, que transmitiu o impaciente interesse do amo em receber o embaixador em audiência.⁴⁰

Lamentavelmente, os problemas de saúde de Van-Deck tinham-se acentuado, impedindo-o de aceder com prontidão ao convite. Tal contratempo não terá agradado ao monarca, que logo mandou novo emissário. Desta feita, era o próprio baxá Bénàmeran, incumbido de propor a nomeação de outro interlocutor que substituisse o chefe da Missão. A razão da urgência devia-se à circunstância de Mohamed não poder protelar a sua partida para Fedala, onde questões urgentes o reclamavam.

Perante a insistência, decidiu o embaixador confiar ao cônsul-geral Simões Pessoa a delegação de poderes, esclarecendo-o dos principais assuntos a tratar. Isto feito, seguiu este e a comitiva à presença do sultão, pelas 4 horas da tarde desse dia 9 de Novembro. Ao som da fanfarra a tropa marchou com garbo até à praça onde se deu o encontro.

Pouco depois chegou o sultão acompanhado por um séquito majestoso. Feitas as apresentações o rei mostrou-se acolhedor e confiante. Ao receber a carta de D. José, entregue juntamente com o projecto do tratado, logo apontou para a assinatura, afirmando reconhecê-la. Entregues os presentes, que o terão satisfeito, declarou que «pelo muito que amava o El-Rei D. José, voluntariamente concederia tudo o que este monarca dele pretendesse.»⁴¹

Prova de especial consideração radica no facto de ter nomeado como interlocutor das negociações o príncipe Moulay Abdessalam, seu filho. Sem precedente análogo, todos os tratados anteriores haviam sido ajustados por um ministro, nomeado para o efeito.⁴² Com esta atitude pretendeu o sultão sublinhar a sua deferência para com a Coroa de Portugal, o que seguramente calou fundo entre os membros da delegação.

Reconduzida a comitiva ao acampamento, ali se aguardou a presença do príncipe. Insoli-

tamente, tardou este dois dias a aparecer, mas para se dedicar ao «jogo da pólvora» com os seus soldados, a pretexto de assim obsequiar el-rei de Portugal. Por isso, só na manhã seguinte se entabularam as conversações mantidas entre Abdes-salam e o cônsul-geral Simões Pessoa, que era acompanhado pelo intérprete Frei João de Sousa.

Pela narrativa do religioso o príncipe nada discutiu e menos ainda alterou a proposta do tratado, limitando-se apenas a demonstrar interesse pelo seu aspecto formal.⁴³

Finalizado o encontro retirou-se Muley Abdessalam para se avistar com seu pai. Pretendendo-se agora efectuar uma análise mais cuidada, Sidi Mohamed nomeia o cádi de Safim, que imediatamente quis reunir-se com Frei João de Sousa para esclarecimento de certos vocábulos.⁴⁴ E nova sessão será marcada para o dia seguinte.

Novamente não se terão suscitado problemas de maior. O medianoiro marroquino assentiu em tudo, mas não sem deixar de transparecer que contaria com uma natural recompensa.⁴⁵

Neste meio tempo os males do embaixador não davam mostras de melhoras. Pedeu por isso e recebeu o «Viático Sagrado».

Pressentindo a morte próxima, fez o testamento perante o cônsul-geral e as devidas testemunhas.⁴⁶ Ao dia seguinte foi-lhe dada a extrema-unção, ainda com forças para fazer algumas derradeiras recomendações ao seu substituto. Finalmente, pelas nove horas do dia 18 de Novembro, expirava.⁴⁷

A morte de Van-Deck não trouxe alterações ao curso da Missão. Sem delongas, Bernardo Simões Pessoa assumiu oficialmente as funções que já desempenhava, não dando qualquer notificação oficial à parte marroquina. Assim procedendo, acautelava a possibilidade de a circunstância ser aproveitada para se exigirem novas e mais onerosas condições negociais.⁴⁸

A 24 daquele mês retomava-se o diálogo. Ao acampamento português deslocou-se o cádi de Safim na posse de instruções do seu soberano. E Mohamed confirmará a promessa de tudo facilitar para a conclusão do acordo, assinando uma folha de papel em branco, juntamente com o filho como medianeiro.⁴⁹ Restava somente transcrever a minuta portuguesa em documento definitivo e elaborar a resposta do sultão à carta de D. José. Tudo isto, porém, seria feito em Safim, para onde partiriam em breve.⁵⁰

A transferência do local devia-se, sem dúvida, ao astuto cádi daquela cidade que, tirando proveito do afastamento do rei, procurava obter benesses pessoais da negociação. Tanto assim, que logo fez sentir ter chegado o momento para colectar a recompensa pretendida.⁵¹

Simões Pessoa, cômico de não haver alternativa para uma prática atávica e generalizada, anuiu sem hesitação. Ao marroquino, porém, não agradou o montante recebido, demonstrando claramente o seu descontentamento. No receio de que o assunto sofresse delongas, o cônsul prometeu novo pagamento, a liquidar quando tudo estivesse concluído.

Aceite a promessa, aguardaram-se as ordens do sultão para a audiência de despedida. Nessa mesma tarde efectuou-se a cerimónia. Uma vez mais o sultão concedia um tratamento especial já que, segundo o protocolo marroquino, apenas havia lugar à entrevista de boas-vindas aos representantes estrangeiros, três dias decorridos sobre a sua chegada.⁵²

Do ambiente de cordialidade desse encontro final dá-nos conta Frei João de Sousa, que bem sublinha o gosto revelado por Sidi Mohamed em ter recebido a enviatura portuguesa.

Restava agora ultimar a derradeira fase da negociação. Para Safim partiu a embaixada a 5 de Dezembro, onde chegou quatro dias depois, juntamente com o cádi. Aboletada em casas

outrora pertencentes a um negociante dinamarquês, ali permaneceu quase um mês, a aguardar a vinda do navio para o regresso ao reino. Nessa longa espera, houve tempo de sobra para o ajuste formal do tratado. Dir-se-ia que até excessivo, por fornecer maior oportunidade às maquinações de cádi. Com tergiversações entrou este a pôr sucessivas dúvidas, mas «cedendo delas à proporção que se lhe davam patacas».⁵³

Outro contratempo surgiu quando o cônsul-geral verificou que na tradução árabe fornecida pelo cádi se suprimira o artigo III.⁵⁴ O protesto pela omissão aparentemente não logrou êxito. Segundo o interlocutor marroquino, a concessão ali proposta jamais fora feita a qualquer outra potência. Ora, sobre ser um argumento de peso, a circunstância de estar o tratado já assinado e selado, levou Simões Pessoa a anuir.⁵⁵

Todavia, curioso é sublinhar que essa cláusula surge lavrada no texto definitivo, condizendo em absoluto com as instruções recebidas. Será portanto de admitir ter sido possível um acordo posterior, hipótese para a qual não se encontrou fundamento documental.

Intransigente se revelou o negociador português relativamente à missiva para D. José. Questão sensível de formulário, fá-lo rejeitar a designação de «rei dos portugueses» concedida ao monarca, por considerá-la de menor dignidade. Após longa discussão acordaram as partes na terminologia adequada.⁵⁶

Chegara-se enfim à conclusão do processo. Havia que aguardar apenas a chegada da fragata que conduziria a comitiva a Lisboa. Durante este tempo folgaram os portugueses, sempre muito bem tratados pelos anfitriões.

Bernardo Simões Pessoa, naturalmente satisfeito pelo sucesso alcançado, dirige um ofício ao secretário de Estado. Aí sumaria o que, em seu entender, havia contribuído para a obtenção do tratado: a restituição de dois navios corsários



apresados e cujas tripulações tinham recebido um bom tratamento; o respeito pela Nação portuguesa, outrora senhora de tantas praças em Marrocos; e o comprovado afecto do sultão por S.M.F. «Estes foram os motivos e não outros, que obrigaram a este Príncipe, para distinguir, e honrar tanto, a nossa Embaixada, sustentando tão grande comitiva...».⁵⁷

Factores não negligenciáveis, sem dúvida, mas sobretudo complementares da conjuntura propícia a um recíproco entendimento.

Na madrugada de 5 de Fevereiro despontava no horizonte o velame da *Nossa Senhora da Nazaré*.

Em dois dias deu-se o embarque, para logo zarpar, prevenindo a ameaça de tempestade.

A rota até Lisboa fez-se sem incidentes. A 15 daquele mês fundeava no Tejo. Após a visita a bordo do secretário de Estado Mello e Castro, desembarcou o cônsul, conduzido imediatamente à presença do Marquês de Pombal.

Em traços largos, eis o registo da enviatura a Marrocos e da negociação do tratado de paz assinado a 11 de Janeiro de 1774.

As vantagens que dele se extraíram justificam, crê-se que plenamente, o dispêndio financeiro envolvido.⁵⁸

Com efeitos imediatos fazia cessar as incursões dos corsários marroquinos. O mesmo se diga relativamente ao auxílio por estes prestado aos seus congéneres de Argel, Tunes e Tripoli. Além disso, a esquadra portuguesa passou a contar

com oito ou nove portos de abrigo, de enorme importância logística para a acção repressiva contra a pirataria em geral. Recorde-se ainda que se tornava viável libertar alguns efectivos navais afectos a esse objectivo. E o momento bem os reclamava, para reforço do cenário bélico que se desenhava no Sul do Brasil.

Por outro lado, no plano da política europeia, ficou Portugal ombreado com as principais potências em termos de acesso a uma área até então manifestamente hostil.

Como é lógico, para o trato comercial abriam-se renovadas perspectivas, concretizáveis pelo inestimável apoio à navegação mercante. Resultados significativos incidiram nomeadamente sobre a importação de cereais e carne marroquinos.

Frangueado o diálogo directo, não tardou a que a parte marroquina lhe desse continuidade. Poucos meses volvidos sobre o regresso da missão arribava ao porto de Lisboa, a 7 de Setembro, um enviado do sultão. Juntamente com numerosa comitiva, pretendia retribuir a visita anterior e consolidar o relacionamento estabelecido.⁵⁹

Por mais de dois meses permaneceram os marroquinos, aos quais se concedeu amistoso e atento acolhimento. Já nos derradeiros dias, foi o embaixador recebido em audiência de despedida por Martinho de Mello e Castro. E será nessa oportunidade que lhe é feita a entrega da ratificação do tratado de paz, datada de 13 de Novembro de 1774, sendo também portador de uma carta do monarca para Sidi Mohamed.⁶⁰

Quatro dias depois partiu a enviatura de Marrocos rumo a Tânger.⁶¹

A estes primeiros contactos outros se lhes seguiram através de várias missões diplomáticas. Registam-se as marroquinas de 1777 e 1780 e as portuguesas realizadas em 1790, 1797 e 1798.

Sem que haja notícia de iguais contactos ao longo do século XIX, nem por isso deixou de

subsistir o amistoso quadro que o Tratado de 1774 fixara.

A presença portuguesa perdurará em Marrocos pela acção dos seus representantes consulares, testemunho de uma harmonia que pôs termo às ancestrais rivalidades.

- ¹ TOSCANO, Mario, *The History of Treaties and International Politics*, the Johns Mapkins Press, 1966, Baltimore, p. 47.
- ² ANDRÉ-JULIEN, Ch., *Histoire de l'Afrique du Nord* Payot, Vol. II, 1966, Paris, p. 240.
- ³ ANDRÉ-JULIEN, Ch., op. cit., p. 223.
- ⁴ BOCAGE, Carlos Roma du, «Marrocos», in *Revista Militar*, 1906, Lisboa, p. 4
- ⁵ BRIGNON, Jean; AMINE, Abdelaziz; BOUTALEB, Brahim, *Histoire du Maroc*, Hatier, 1967, Casablanca p. 259.
- ⁶ ANDRÉ-JULIEN, Ch., op. cit., p. 241.
- ⁷ HARDY, Georges, *Histoire des Colonies Françaises – Le Maroc*, 1931, Paris, p. 102.
- ⁸ BRIGNON, Jean op. cit., p. 262.
- ⁹ ZELLER, Gaston, *Les Temps Modernes*, in *Histoire des Relations Internationales*, publicada sob a direcção de Pierre Renouvin, Hachete, T. III, 1955, Paris, p. 325.
- ¹⁰ CHAVRELIERE, Coissac de, *Histoire du Maroc*, 1931, Paris, p. 405.
- ¹¹ BRIGNON, Jean, op. cit., p. 263.
- ¹² *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa* – T. X, Parte I, Lisboa 1827, pp. 115 e 116.
- ¹³ ZELLER, Gaston, op., cit., p. 157.
- ¹⁴ BRIGNON, Jean, op. cit., p. 175.
- ¹⁵ MONLAU, Jean, *Les États Barbaresques*, PUF, 1969, Paris pp. 91 e seguintes.
- ¹⁶ BRIGNON, Jean, op. cit., p. 276.
- ¹⁷ Quer com a Regência de Argel quer com a de Tunes, os acordos fizeram-se quase sempre na base de um prémio monetário, muitas vezes em forma de pagamento bienal.
- ¹⁸ Veja-se, por exemplo, sobre a importação de trigo marroquino dos anos de 1803 e 1804 a correspondência a ela referente – in A.H.U. – caixa século XVIII e XIX (3).
- ¹⁹ MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Verbo, 1986, Lisboa, p. 197.
- ²⁰ AZEVEDO, Lúcio d', *O Marquês de Pombal e a Sua Época*, 1922, Porto, p. 272.
- ²¹ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força*, IDN, 1987, Lisboa, p. 290.
- ²² AMNE (in A.N.T.T.), Documentos sobre as usurpações feitas pelos generais espanhóis na fronteira do Rio Grande, nos anos de 1773 e seguintes. E sobre preparativos militares – Papéis vários – Espanha, Caixa 1.
- ²³ BRAZÃO, Eduardo, *Relance de História Diplomática*. Porto 1940, p. 174.
- ²⁴ RICARD, Robert, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra 1955, pp. 281 a 311.
- ²⁵ Vide apêndice, documento n.º I – A.H.U. – Caixa Norte de África – 1790-1800 (2) – Negócios Consulares e Diplomáticos – Pasta Marrocos – 1796-1798.

- ²⁵ MARTINS, F.A. Oliveira, *Portugal e Marrocos no século XVIII*, 1937, Lisboa, p. 104, A.C.L. Ms. 989 A – «Relação da Jornada que à Cidade de Marrocos...», por Frei João de Sousa, fol. 36.
- ²⁶ A.H.U. – Caixa Norte de África século XVIII e XIX (1). Original em pergaminho e com o respectivo selo.
- ²⁷ A.C.L., Ms. 151 V., fol 15, «Formulário de Expedição etc.»
- ²⁸ Vide apêndice, documento n.º II, parágrafos n.ºs 2, 3, 8, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47.
- ²⁹ A.C.L., Ms. 134 V. «Formulário de Expedição de Uma Embaixada desta Corte para a de Marrocos, e da recepção da de Marrocos nesta Corte». – Citado por FIGANIER, Joaquim, *Frei João de Sousa Mestre e Intérprete da Língua Árábica*, 1949, Coimbra, p. 13.
- ³⁰ Vide apêndice – documento n.º II – parágrafo 48.
- ³¹ A.H.U. – Caixa Norte de África – 1760-1789 – Negócios Consulares e Diplomáticos. Pasta 1760-1764 – «Ordens antigas sobre o resgate de cativos».
- ³² BRANDÃO, Fernando de Castro, *Portugal e as Regências de Argel, Tunes e Tripoli – Subsídios para a História Diplomática Portuguesa*, S.E.E. – Centro de Estudos, 1985, Porto.
- ³³ Vide apêndice – documento n.º III.
- ³⁴ A.C.L., Ms. 989 A 2 – «Relação da Viagem por Frei João de Sousa», fols. 39 v. e 40.
- ³⁵ A.C.L., Ms. 989 A.2. Relação da Viagem por Frei João de Sousa, fol 1.
- ³⁶ A.H.U. – Caixa Norte de África – 1773-1832. «Notícia dos Sucessos da Embaixada que foi deste Reino aos Domínios de El-Rei de Marrocos no ano de 1773. Escrita pelo Padre João Baptista Marques de Carvalho, Bacharel, formado nos Sagrados Cânones, Capelão da mesma Embaixada.»
- ³⁷ FIGANIER, Joaquim, op. cit., pp. 26 a 29.
- ³⁸ Esta narrativa peca por imprecisão e algum exagero. De facto, o que se passou, segundo informação do próprio embaixador, foi o seguinte: da visita ao navio, feita pelo capitão do porto, tinha ficado assente que aquele seria recebido com a saudação de 50 tiros, embora o habitualmente concedido fossem 25 peças. Quando, porém, Van-Deck já se encontrava no escalor e a fortaleza iniciara o fogo, este parou à décima quarta salva. Foi então que o embaixador fez saber que só desembarcaria depois de cumprida a promessa. Para isso, teve de aguardar mais de duas horas, enquanto se aprontava a necessária artilharia. In - A.H.U. – Caixa Norte de África, séculos XVIII e XIX (10), ofício de Roleen Van-Deck a Martinho de Mello e Castro, 1773 Mogador, 27 de Outubro.
- ³⁹ Entre as personagens de maior relevo da cidade, aguardava o embaixador um representante del-Rei de Marrocos, o baxá ben Amaran. Segundo Frei José de Santo António Moura, (discípulo e continuador de Frei João de Sousa), «Este ben Amaran, foi condutor do embaixador de Portugal. Ele é pessoa distinta, e a quem el-Rei confia o governo na sua ausência.
- Tinha vindo com cento e vinte soldados para Mogador a esperar a chegada do dito embaixador, acompanhá-lo, e fazer-lhe todos os gastos da jornada. Também serviu de introdutor ao cônsul-geral Bernardo Simões Pessoa nas funções da Embaixada, e conclusão da paz, que pela moléstia do embaixador, de que depois faleceu, se lhe cometeram». In B.N.L. (Reservados) E.G. 8.543 – «Colecção de Diários de Viagens a Marrocos, Argel e Tânger», fol. 134.
- ⁴⁰ MARTINS, F.A. Oliveira, op. cit., p. 102.
- ⁴¹ A.H.U. – Caixa Norte de África – 1731-1832. «Notícia dos Sucessos etc.».
- ⁴² A.C.L., Ms. 989 A – «Relação da Jornada...», fol. 18 verso.
- ⁴³ A.C.L., Ms. 989 A – «Relação da Jornada...», fol. 21.
- ⁴⁴ A.C.L., Ms. 989 A – «Relação da Jornada...», fol. 21 verso.
- ⁴⁵ A.C.L., Ms 989 A – «Relação da Jornada...», fol. 22 verso.
- ⁴⁶ A.H.U. – Caixa Norte de África, séculos XVIII e XIX (1) – 1773 Novembro 19, of. de Bernardo Simões Pessoa a Martinho de Mello e Castro. Do seu Testamento singelo, salienta o cônsul-geral a doação que fez «do seu Museu de História Natural para a Universidade de Coimbra».
- ⁴⁷ A.H.U. – Item – «A queixa de que faleceu, diz o cirurgião, fora uma chaga no Bofe, acabando tísico confirmado».
- ⁴⁸ A.H.U. – Caixa Norte de África, séculos XVIII e XIX (1) – 1773 Dezembro 28, of. de Bernardo Simões Pessoa a Martinho de Mello e Castro.
- ⁴⁹ A.H.U. – Caixa 4 – Norte de África, 1760-1789 – Negócios Consulares e Diplomáticos «Minuta a apresentar a El-Rei».
- A.C.L. – Ms. 989 A – «Relação da Jornada...», fol. 28.
- ⁵⁰ A.H.U. – Caixa 4 – Norte de África – 1760-1789 – Negócios Consulares e Diplomáticos «Minuta a apresentar a El-Rei».
- ⁵¹ A.C.L. – Ms. 989 A – «Relação da Jornada...», fol. 28.
- ⁵² A.C.L. – Ms. 989 A – «Relação da Jornada», fol 29 verso.
- ⁵³ A.H.U. – Caixa 4 – Norte de África – 1760-1789 – Negócios Consulares e Diplomáticos – «Minuta a apresentar a El-Rei» e FIGANIER, Joaquim, op. cit., p. 36, nota 1.
- ⁵⁴ Vide apêndice – documento n.º III.
- ⁵⁵ A.H.U. – Caixa Norte de África, séculos XVIII e XIX (2), 1773 Dezembro 28, of. de Bernardo Simões Pessoa a Martinho de Mello e Castro.
- ⁵⁶ B.N.L. (Reservados). E.G. 3543. «Colecção de Diários...», fol. 134.
- ⁵⁷ A.H.U. – Caixa Norte de África, séculos XVIII e XIX (1) – 1774, Fevereiro 6, of. de Bernardo Simões Pessoa a Martinho de Mello e Castro.
- ⁵⁸ Para além dos presentes oferecidos ao sultão de Marrocos e a seu filho, que orçaram respectivamente em 11 134 743 reais e 1 979 455 reais, citado por Joaquim Figanier, op. cit., p. 27, nota 1, avultam ainda os gastos feitos em ordenados e gratificações – Vide apêndice – documento n.º IV.
- ⁵⁹ FIGANIER, Joaquim, op. cit., p. 41.
- ⁶⁰ CASTRO, José Ferreira Borges de, *Colecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências, desde 1640 até ao presente*, T. III, nota 1, Imprensa Nacional, 1856, Lisboa, pp. 226 e 227.
- ⁶¹ B.N.L. (Reservados), E.G. 8.543, «Colecção de diários de viagens a Marrocos, Argel e Tanger», fols. 150 e 151 e A.H.U. – Caixa Norte de África (D.º) séculos XVIII e XIX (6).

Portugal e Marrocos

Geografia da fachada atlântica subtropical do Velho Mundo

Suzanne Daveau

Universidade de Lisboa

PORTUGAL E MARROCOS ocupam uma posição quase perfeitamente simétrica em relação ao acidente linear, de dimensão telúrica, que separa as placas continentais da Europa e da África. Os dois países estão muito próximos um do outro. A distância que separa Faro de Tânger (cerca de 220km) não é superior à que medeia entre a capital do Algarve e Lisboa. Ela é quase cinco vezes mais curta que a distância entre Lisboa e a Madeira. Já Al-Bakri, no século XI, dizia que, com vento favorável, podia ir-se de Trafalgar ao cabo Espartel, ou reciprocamente, em menos de um dia.¹

Portugal e Marrocos são países vizinhos e que tiveram, durante séculos, uma história estreitamente entrelaçada, mas mantêm, hoje, relações pouco intensas. Basta notar que as linhas regulares de voos são três vezes menos frequentes entre Casablanca e Lisboa que entre Paris e a capital de Portugal, e com muito menor número de passageiros.

Simetria e contrastes

Considerando a série de seis pequenos mapas² que resumem alguns traços geográficos fundamentais da fachada atlântica subtropical do Velho Mundo, verifica-se que Portugal e Marrocos têm posição e fisionomia muito parecidas. Ambos são virados para o fresco e sempre imprevisível Atlântico, que ameniza as temperaturas extremas de Verão e de Inverno, e que cobre, muitas vezes, o litoral de nevoeiro. Os dois países devem à sua disposição em anfiteatros, virados respectivamente para SW e para NW, as chuvas abundantes que caem sobre as suas terras altas e que alimentam os rios caudalosos e perenes, que desaguam no oceano.

Ainda que de posição mais meridional, e encostada à enorme zona saariana, a parte ocidental de Marrocos é eficazmente defendida das influências desérticas pela altíssima e maciça barreira do Atlas, que culmina a mais de quatro

mil metros de altitude no Tukbal. Daí, o clima das planícies ocidentais ser mais ameno do que podia fazer pensar a sua latitude. As culturas mediterrâneas de sequeiro mantêm-se possíveis na faixa litoral até ao cabo de Guer e os rios saídos do Alto Atlas permitem ricas culturas de regadio, mesmo na árida vertente meridional da grande cadeia montanhosa.

Sobrevoando a faixa litoral de Marrocos, em Dezembro de 1947, para ir participar num encontro científico em Bissau, Orlando Ribeiro notou no seu caderno de campo³, não sem alguma surpresa: «A impressão dominante é a de uma paisagem profundamente humanizada, sem árvores ou mato, só culturas. Terra negra lavrada que faz mancha à roda das povoações (alqueive de Inverno como em Portugal?). Muitos pousios, mas em todos se vêem as marcas regulares dos campos. Campos rectangulares. (...) Mouros de despedrega. (...) A grande revelação da viagem é a paisagem completamente humanizada.» Sobrevoava, portanto, uma paisagem mediterrânea, que se prolongava excepcionalmente em direcção ao sul.

Mas além das simetrias e semelhanças, não se pode esquecer que existem contrastes acentuados entre os dois países. Nem todos são directamente devidos à posição geográfica e muitos resultam do desenrolar da História. No entanto, mesmo sem sair do campo dos fenómenos naturais, o peso do escalonamento em latitude mantém a força. Encontra-se ilustrado, por exemplo, no quinto mapa da série, que esquematiza alguns dos mais significativos limites de vegetação natural ou cultivada, quase regularmente escalonados de NW para SE.

Por outro lado, se todos os grandes rios da vertente atlântica de Marrocos conseguem, ao norte do Atlas, atingir regularmente o mar, a sua força não é suficiente para manter as barras desimpedidas. Os sítios portuários portugueses, implantados em estuários profundos e, em cer-

tos casos, na sua extremidade interior, fixaram os maiores núcleos urbanos de Portugal. Ora eles não têm equivalentes em Marrocos. Nada, aqui, de semelhante aos portos seguros de Lisboa e de Santarém, para tomar o exemplo do Tejo. Mesmo as cidades litorais situadas na foz dos maiores rios marroquinos – como é o caso da dupla Rabat/Salé, separada pelo Um er Rbia –, devem muito pouco ao seu rio.

Quando muito, os veleiros antigos conseguiam entrar umas quantas léguas, na foz de alguns dos maiores rios marroquinos, em condições de tempo especialmente favoráveis. Os sítios de Larache, na foz do rio Lucos, e de Mamora, no rio Sebu, eram muito cobiçados. Lembrem-se, por exemplo, os esforços diplomáticos que Felipe II, rei de Espanha, desempenhou nos anos 70 de quinhentos perto do xarife de Marraquexe para conseguir, no quadro da sua luta contra os Turcos, o acesso ao Porto de Larache, que considerava «capaz e seguro para trezentas galés»⁴. Mas a caprichosa natureza foi sempre a mais forte. Pela Barra de Mamora podiam, segundo Duarte Pacheco Pereira, que escrevia em 1507, «ir por este rio até seis ou sete léguas navios pequenos de 30 tonéis e os grandes ficarão mais em baixo, acerca da foz do rio»⁵. Em 1614, querendo os Ingleses fechar esta barra, afundaram «uma urca carregada na boca da barra, por se recolherem ali navios de Mouros e Holandeses, ainda que pequenos. Mas o efeito foi tão diferente que, como este rio sai e toma tanta água no Inverno, achando aquela resistência, abriu uma barra aos navios de mais de 400 toneladas».⁶

Em regra, portanto, os navios tinham de ficar ancorados ao largo, frente às «praças» litorais fortificadas, sem abrigo nem das repentinas tempestades nem dos piratas. Os habitantes das praças tinham de vigiar constantemente, da torre principal ou das atalaias disseminadas em redor, a chegada temida de dois perigos: do lado da

terra, a ameaça dos rápidos cavaleiros, do lado do mar, dos corsários.

O colar urbano de Marrocos tem sítios puramente marítimos: os brancos cascos urbanos reflectem-se directamente no oceano e a grande mesquita recente de Casablanca tem simbolicamente os pés lavados pela água do mar. Pelo contrário, a fachada marítima de Portugal é de tipo tipicamente sublitoral. Na costa, apenas existiram, durante muito tempo, acampamentos precários de pescadores⁷. Quase todas as grandes cidades que se sucederam na chefia do país – Braga, Porto, Coimbra, Lisboa – ou, ainda, os antigos empórios da sua fachada meridional, como Silves e Mértola, situam-se nos estuários ou nas proximidades deles. Bem protegido, próximo dos campos férteis de cultura, este rosário urbano foi o eixo ao longo do qual se construiu o reino. O colar urbano marítimo de Marrocos nunca teve o mesmo papel unificador. Até a França implantar a cabeça do seu protectorado em Casablanca, as capitais político-económicas de Marrocos foram as cidades interiores, Fez e Marraquexe.

Se o escalonamento em latitude de Portugal e Marrocos condiciona já fortemente as características geográficas locais dos dois países, ele é determinante em relação a sua posição mundial. Vão considerar-se, a seguir, tanto a sua posição relativamente ao espaço marítimo situado a oeste do estreito de Gibraltar, como o seu enquadramento entre dois grandes domínios de civilização, o europeu e o africano.

O mar das Éguas e o golfo de Cádiz

Em meados do século XII, o geógrafo Idrisi, descrevendo o mundo conhecido para o rei Rogério da Sicília, evocava, na extremidade ocidental do Quarto Clima, o «Oceano Tenebroso donde procede o Mar de Síria [o Mediterrâneo]» e atribuía a Alexandre, o Grande, a abertura do estreito de Gibraltar, ao longo do qual ele diz ter

observado restos dos grandes diques para isso construídos. Falava, a seguir, da navegação dos «Aventureiros de Lisboa», que atingiram no oceano ilhas povoadas e chegaram finalmente a Safim.⁸

Não parece que seja de pôr em dúvida a realidade desta navegação, mesmo se é difícil situá-la no tempo (nos fins do século XI?). Christophe Picard tem mostrado que existia uma longa tradição de navegação oceânica, no «Atlântico muçulmano», ou seja, na faixa marítima meridiana, que acompanha o Gharb-al-Andalus e Marrocos⁹. A partir dos séculos XIII e XIV, uma área habitual de navegação cristã individualizou-se também no Atlântico próximo. Definia-se pela rota elíptica que ligava, no sentido dos ponteiros de um relógio, o litoral meridional da Península Ibérica às Canárias, com volta pelo Arquipélago da Madeira¹⁰. Esta rota pode ser considerada a prefiguração da grande volta do Atlântico Norte, que se tornará um elemento essencial da rota da Índia, a partir do século XVI.

Os roteiros e cartas marítimas representaram cedo este novo domínio marítimo¹¹. O portulano de Gracioso Benincasa (1467) mostra admiravelmente esta curiosa antecâmara do Mediterrâneo. Exagera, até, o duplo colar de ilhas que a limita: ilhas imaginárias prolongam ao norte o Arquipélago da Madeira, enquanto as Canárias estão já quase correctamente representadas.

A forte individualidade desta porção do oceano fez-lhe adquirir nome próprio. O «Golfo das Éguas» aparece documentado cartograficamente pela primeira vez em 1570, na tábua da Berberia do *Theatrum Orbis Terrarum* de Ortelius,¹² que se apoiou na autoridade de Francisco Oviedo. Gaspar Frutuoso, por seu turno, radicou a apelação num episódio precoce da descoberta dos Açores, quando Gonçalo Velho teria tido de lançar ao mar, para salvar a vida, durante uma tempestade, as éguas que levava para o povoamento de Santa Maria¹³. Muito frequentado

Parte da tábua «Barbariae et Biledvlgerid. Nova Descriptio» *Theatrum Orbis Terrarum*, 1570. Biblioteca Nacional de Lisboa

BARBARIAE ET BILEDVLGERID. NOVA DESCRIPTIO.





Parte da tábua «Europa Recens Descriptio»,
de Willem Blaeu (1617)

pelos pescadores portugueses, este mar teve de ser defendido dos piratas pela frota organizada por D. Dinis.¹⁴

Mas o uso do nome não deve ter sobrevivido durante muito tempo. Ele já não aparece em parte dos mapas publicados por Willem Blaeu¹⁵ nos primeiros decénios do século XVII. Este espaço marítimo será cada vez mais frequentado pelos veleiros, mas principalmente na sua parte oriental, que passou a ser geralmente chamada golfo de Cádis. A rota normal das armadas portuguesas e espanholas, que zarpavam de Lisboa ou de Sevilha, atravessava o golfo, rumo às Índias Orientais ou Ocidentais. Os navios faziam regularmente uma primeira escala, depois de poucos dias, na Gomeira ou na Grã-Canária, para «tomar refresco de água e lenha, queijos e carnes frescas, e outras coisas, as que lhes parece dever ajuntar ao abastecimento principal, que trazem já de Espanha», como escrevia Oviedo,¹⁶ em 1526.

Quanto à navegação transversal, que liga o Mediterrâneo ao oceano pelo estreito de Gibraltar, ela é de todos os tempos históricos, pelo menos desde o tempo dos Cartagineses. Conheceu fases mais ou menos intensas e também mais ou menos seguras, conforme a actividade da pirataria e a eficácia da dominação do estreito pelas praças-fortes, sucessivamente mantidas pelas principais potências marítimas.

Os marinheiros e geógrafos modernos hesitaram muito sobre a maneira de designar este importante espaço marítimo, que chamaram em geral golfo de Cádis, mas também golfo de Gibraltar ou mar de Espanha e, ainda, mais escrupulosamente, golfo luso-hispano-marroquino: uma maneira de significar que ele tinha perdido da sua individualidade. Os oceanógrafos estudaram muito este golfo, mas procurando quase exclusivamente entender as trocas de águas profundas, que saem em profundidade do

estreito, em compensação do fluxo superficial que alimenta o Mediterrâneo¹⁷. Foi apenas muito recentemente que dois geógrafos, Jean-René Vanney e Loïc Menanteau, consagraram à descrição geográfica do golfo de Cádis um livro denso e rico que, infelizmente, ainda aguarda publicação.¹⁸

Os Algarves daquém e dalém mar

Segundo Cláudio Torres,¹⁹ o Mar Tenebroso começava apenas, para os habitantes do Garb al-Andalus, além do cabo de São Vicente, ou seja, fora do golfo de Cádis, que os veleiros sulcavam regularmente para ligar entre si as margens algarvias. Com efeito, a designação *Algarve*, forma aportuguesada da palavra árabe que designa o Ocidente, aplicava-se tradicionalmente a um vasto conjunto de terras. Dizia frei João de São José, em 1578: «As terras que os Mouros chamam Algarves são muito grandes e de muitos senhorios, e cingem boa parte do mar Mediterrâneo duma banda e de outra, e também do oceano. Da banda de Espanha começam do cabo de São Vicente e correm ao levante até Almeria [e,] por África, desde o reino de Tremecem, pelo estreito de Gibraltar, até o cabo de Gué».²⁰

Quando D. Afonso V, em 1471, depois da conquista de Tânger, adoptou o título de «Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África», ele procurava realçar a incorporação, no reino, das novas praças marroquinas, mas contribuiu também, deste modo, para restringir ao litoral português e às praças marroquinas, que lhe fazem frente, o emprego mais usual da palavra Algarve. No entanto, a velha unidade regional resistiu a esta tendência nacionalista. Robert Ricard²¹ irá mostrar como a vida conturbada das praças portuguesas continuava intimamente ligada tanto ao rico litoral da Andaluzia, com o qual elas comerciavam amiúde, como à ilha da Madeira, progressivamente erigida pelo rei em

pólo comercial, religioso e militar das novas conquistas.

A presença portuguesa em Marrocos atingiu o auge cerca de 1540, começando, desde o ano seguinte, o abandono de praças. Em 1640, Ceuta decidiu ficar ligada à Espanha e Tânger tornou-se inglesa em 1683. Quanto à praça-forte de Mazagão, foi resistindo até 1769, como imponente símbolo de um passado já desprovido de significado, comparável ao que é actualmente Gibraltar para a Inglaterra.

A posição mundial

A sucessão dos pequenos esboços, que sugerem as variações da posição de Portugal no Mundo, ao longo dos séculos²², ajuda a reflectir sobre a instabilidade da noção de localização geográfica. Conforme a situação dos focos historicamente mais activos e a trajetória dos fluxos que irradiam deles, um mesmo território pode ficar isolado ou directamente implicado nas relações e influências que se interligam em dada época.

Terras extremas, finisterras ocidentais quase esquecidas durante muito tempo, os Algarves ganharam um papel próprio e activo quando as rotas da expansão oceânica europeia – ou, por outras palavras, as da segunda fase da expansão cristã – sucederam ao vasto derrame do islão, que se realizou por via terrestre e mediterrânea. A fronteira religiosa, localizada desde 1492 no estreito de Gibraltar, manteve-se fixa até hoje, mas matizou-se de uma crescente componente social e económica, à medida que a Europa se tornou mais rica e dominante. As frágeis barquinhas, que teimam tragicamente em trazer de noite os imigrantes clandestinos da África para a Europa, ressuscitam, pela sua precariedade, as perigosas condições em que a navegação sulcava antigamente o mar das Éguas.

Fernand Braudel ilustrou o seu livro famoso sobre *O Mediterrâneo na Época de Filipe II*, com um sugestivo planisfério²³, que mostra bem a

posição mundial de Portugal e Marrocos. Pontos de partida cómodos para as aventuras e descobertas ultramarinas, os dois países têm uma posição diferente em relação aos dois grandes domínios de civilização, europeu e africano, que os enquadram. Portugal encontra-se em posição bastante excêntrica em relação às planícies da Europa do Noroeste, por ser separado delas pelas altas terras peninsulares, mas ele não é muito afastado delas quer por mar quer por terra. Roma e a Flandres foram, ao longo de séculos, os principais pontos de encontro entre Portugal e a Europa – Roma no plano espiritual e diplomático, Antuérpia no plano comercial. Outros caminhos terrestres ligavam o reino aos santuários de Santiago e de Guadalupe, bem como aos grandes centros universitários, Salamanca, Paris e outros.

Marrocos estabeleceu as suas principais ligações a maiores distâncias, para além das terras áridas do grande deserto sariano. Do Próximo Oriente vieram tanto o influxo da religião do Profeta como novos modos de vida quer urbanos quer nómadas. Os Árabes trouxeram também a língua do Alcorão, que se justapôs aos velhos falares berberes. Do Sudão, as caravanas traziam ouro e escravos²⁴. A maior parte das rotas do Ocidente do deserto convergia em Sigilmassa, no Tafilalt. Foi também do deserto que surgiram os muçulmanos rigoristas almorávidas, no século XI, e os almóadas, no século seguinte. Muito activas no século XIV, quando Ibn Battuta atravessou o deserto, as trocas transarianas continuavam a processar-se regularmente no começo do século XVI, segundo o testemunho ocular de João-Leão, o Africano. No fim do mesmo século, o xarife Almansor mandou de Marraquexe um exército conquistar, em 1591, Goa e Tombuctu.²⁵ Enquanto a força da expansão ibérica no Magrebe já se tinha então esgotado, a expansão marroquina continuava a processar-se para o Sul, e a influência magrebina irá prolongar-se até

Arzila, in «Civitates Orbis Terrarum», 1572. Biblioteca Nacional de Lisboa



hoje, através da penetração cada vez mais forte do islão entre as populações negras.

Mas qual foi a visão que Portugueses e Marroquinos tiveram uns dos outros, desde que Portugal se constituiu num reino autónomo? As sucessivas descrições e crónicas são fontes importantes, que permitem apreciar os tipos de relações, militares, comerciais ou sociais, que se estabeleceram entre as duas populações. Na

actualidade, estão disponíveis mais testemunhos portugueses sobre Marrocos, do que marroquinos sobre Portugal, mas é possível que novos textos esclarecedores venham a aparecer.

Os geógrafos árabes

Depois do século X, quando foi escrita a *Crónica* do Mouro Rasis, não parece que algum geógrafo árabe tenha viajado pelas terras cristãs da

Península Ibérica. O único que forneceu alguns dados sobre o reino de Portugal – Idrisi, em meados do século XII –, estava mal informado sobre aquelas regiões, que conhecia apenas indirectamente, enquanto tinha viajado pessoalmente pelo sul de Portugal e outras terras do Garbal-Andalus e de Marrocos. Nem Ibn Battuta, no século XIV, nem João-Leão, o Africano, no século XVI, conheceram as terras cristãs. Idrisi nasceu, talvez, em Ceuta, Ibn Battuta, com certeza, em Tânger, João-Leão em Granada. Os três geógrafos eram portanto naturais do Algarve, em sentido lato, e viveram demoradamente nele. Mas foi principalmente João-Leão²⁶, que transmitiu um saber vivo, rico e matizado, fundamental para entender as relações que ligavam então a gente das duas margens do mar das Éguas. Citam-se apenas algumas das suas notações.

Quando João-Leão chega a Anfa, entre 1508 e 1513, no actual sítio de Casablanca, diz não ter podido reter as lágrimas à vista do fantasma da cidade, que os Portugueses tinham devastado cerca de 40 anos antes, queimando as casas e destruindo vários panos da muralha. Acrescenta que: «A maior parte das casas, lojas e templos ainda estão de pé, [inclusive] palácios de vários andares.» Este apontamento, datado do começo de quinhentos, corresponde admiravelmente com a imagem de Anfa, que Braunius incluirá, em 1572, no *Civitates Orbis Terrarum*.²⁷

Quanto a Arzila, diz ter estado presente, em 1511 e 1512, aos assaltos dados pelo rei de Fez à pequena cidade, recentemente reconstruída e fortificada pelos Portugueses, depois da primeira tomada pelos Mouros, em 1508. Pareceu-lhe então insensato o rei persistir no projecto de reconquistar uma praça tão forte. Mais uma vez, a descrição dada por João-Leão corresponde perfeitamente à imagem utilizada por Braunius em 1572.

De Azamor, que ele conheceu antes da conquista pelos Portugueses em 1513, João-Leão diz que é uma cidade muito grande e povoada, cons-

tantemente frequentada por mercadores portugueses, que vêm todos os anos comprar grande cópia de sável, «de modo que os seus habitantes são pessoas bem-educadas e convenientemente vestidas». Na montanha de Beni Fensecare, evoca o mercado semanal de sábado, frequentado por «Genoveses, para ali comprar cera e peles de bois, que mandam para Génova e para Portugal». A coexistência de trocas comerciais pacíficas e de brutais golpes militares caracterizava então a vida em Marrocos.

Os Portugueses em Marrocos

Os testemunhos portugueses sobre Marrocos, hoje conhecidos, são relativamente abundantes e diversificados. Confirmam um quadro complexo, com aspectos contraditórios. Preconceitos e rivalidades, desfavoráveis a uma apreciação válida da realidade, parecem ter coexistido com aspectos de confraternização e de trocas frutuosas. Alguns dos informadores estiveram presentes, e alguns deles viveram demoradamente, em Marrocos. Estes são, evidentemente, os testemunhos mais preciosos, mas a opinião dos outros tem também interesse, por mostrar como Marrocos era visto do exterior, a partir de Portugal.

O mais antigo observador presencial português é o cronista Eanes de Zurara. Encarregado de escrever as crónicas referentes à tomada de Ceuta e à história posterior da praça, ele teimou em ir observar directamente o palco da história, que tinha que contar, e acabou por ser autorizado a passar um ano completo em Marrocos. Podíamos esperar dele um testemunho geográfico de valor, mas o território que conseguiu observar era reduzido e ele tinha de dar prioridade às façanhas dos fidalgos. Apenas se colhem, do texto, algumas observações comparativas, como: «Suas casas são feitas ao modo que são as de Entre Douro e Minho, cobertas de colmo ou tabual.»²⁸

Duarte Pacheco Pereira deve ter observado, ele próprio, o litoral que descreveu e ilustrou de



Anfa (Casablanca), in «Civitates Orbis Terrarum», 1572. Biblioteca Nacional de Lisboa

estampas no *Esmeraldo de Situ Orbis*²⁹, mas não parece ter penetrado no sertão. Caso parecido terá sido o de Duarte de Armas, encarregado em 1507 de levantar as barras de Azamor, Mamora, Salé e Larache, e o de Francisco Dansilho, que o duque de Bragança encarregou de «pintar» Azamor, em 1513. É provável que uma parte destes desenhos tenha sido retomada por Braunius,³⁰ em 1572.

Pelo contrário, na mesma época, o anónimo informador de Valentim Fernandes demonstra ter conhecido muito bem o país que descreveu oralmente, em 1507, ao impressor alemão.³¹ Citam-se dois exemplos: «Mamora é um rio de água doce e vem da grande cidade de Fés, não navegável. Aqui andam os alarves no campo com o seu gado, de um lugar para outro. Toda esta costa é praia, onde os Castelhanos e Portugueses vão a pescar, com bom resguardo dos Mouros.» O seu conhecimento excelente da sociedade marroquina transparece no seguinte trecho: «El

rey de Fés, todo o ano não está mais que três meses ou quatro na cidade de Fés e, todo o al, anda pelos campos, com toda a sua gente, e mulheres e filhos, todos em tendas, a uma por causa das bestas e cavalos buscarem seu pasto, a outra para contentar os alarves e para os senho-rear, que é sua vida de andar em campos.» Escla-rece ainda: «Maksen entendem os de África por cortesão. Berber ou bárbaros são os Mouros lavradores que vivem em aldeias. Alarves criam e lavram, porém andam em tendas pelos cam-pos com seus gados.»

Outro bom observador da mesma época foi Bernardo Rodrigues³², que nasceu em Arzila e redigiu, a partir de 1560, uma importante *Crónica* sobre a vida da praça de 1508 a 1525, publicada em 1915 por David Lopes. Ainda que o campo que conheceu tenha sido mais amplo que o de Zurara, o seu testemunho restringe-se ao extremo norte de Marrocos, ou seja, aos arredores de Arzila.

Acaba de ser publicado, por António Dias Farinha, novo testemunho da maior importância: *A Crónica de Almançor*, escrita por António de Saldanha³³. Este fidalgo, preso em 1592, viveu em Marraquexe até 1606. As lembranças que coligiu, pouco antes da Restauração de 1640, são de grande interesse. Nelas, vê-se viver a complexa sociedade que se acotovelava na capital do reino xarifino. As comunidades religiosas – muçulmanos, judeus e cristãos – coexistiam num clima de pacífica tolerância, com a condição de respeitarem algumas regras. O sossego era raramente cortado por crises esporádicas de agressividade.

Marrocos visto de fora

O testemunho dos Portugueses, que escreveram sobre Marrocos sem nunca lá terem ido, é também importante, por revelar que poucos eram os que tinham uma verdadeira experiência do país vizinho. Admite-se que, cerca de 1540, eles atingiam um máximo de cinco mil soldados e 25 mil residentes civis³⁴. Os fidalgos demoravam-se lá pouco, a maior parte tendo vindo a Marrocos apenas para adquirir rapidamente no campo de batalha a cobiçada chancela social de «cavaleiros».

A experiência amarga vivida pelo humanista flamengo Nicolau Clenardo³⁵ é reveladora. Querendo aprender árabe, para poder dialogar com os muçulmanos e convencê-los, por via pacífica, da verdade do cristianismo, o mestre de latim do Infante D. Henrique teve de ir até Granada, em 1540, para conseguir encontrar lá um mestre (um escravo, comprado para ele pelo vice-rei, D. Luís de Mendoza). É realmente espantoso, mas parece que *ninguém* sabia falar árabe em Portugal, na altura do apogeu da implantação lusa em Marrocos! Clenardo viajou até Fez, onde foi muito mal recebido, e voltou desiludido, para morrer em Granada, em 1542.

O pintor Francisco de Holanda nunca esteve em Marrocos, mas tinha, sem dúvida, acesso à

rica documentação cartográfica reunida por D. Manuel. Colaborador próximo de D. João III e do infante D. Luís, diz ter desenhado para o arcebispo do Funchal uma carta da África, «de muito preço», e trabalhado na elaboração da planta da futura fortaleza de Mazagão³⁶. Os dois desenhos que ilustram o códice *De quanto serve a ciência do desenho*, através do qual ele tentou, em 1571, restabelecer o valimento perto do jovem rei D. Sebastião, revelam um conhecimento apurado da silhueta de numerosas cidades marroquinas, no litoral e no sertão, e ainda do perfil das serras e do traçado do litoral. Esta documentação foi, porventura, colhida em parte por ele nos desenhos anteriormente trazidos por Duarte de Armas e Dansilho. Do discurso de Francisco de Holanda sobre Marrocos deduz-se ter existido, no ambiente da corte, uma visão agressiva de um país socialmente mal conhecido.

Na sua *Descrição de Portugal*, elaborada nos últimos anos de quinhentos, Duarte Nunes do Leão³⁷ apenas se interessou, relativamente a Marrocos, por uma Antónia, que viveu disfarçada de homem em Mazagão, e pelos Santos Mártires, que perderam a vida para defender a Fé: manifesta-se aqui, outra vez, uma visão exterior e estereotipada, colocada num ambiente sonhado de guerra santa, o qual se afigura bastante desfasado em relação à realidade de um país, que parece ter sido, no fundo, tolerante e diversificado.

Outra visão cartográfica de Marrocos foi muito recentemente divulgada³⁸. Reproduzem-se duas tábuas do riquíssimo atlas que foi desenhado, em 1634, por Pedro Teixeira Albernaz para o rei de Espanha. A visão longitudinal do rectilíneo estreito de Gibraltar evoca a nitidez do corte natural, mas também espiritual, que separava as terras cristãs das muçulmanas. Lembra também as frequentes batalhas navais, que se travavam na entrada do estreito.

De particular interesse é a vista da *Baía e Campo da Cidade de Tânger*, que é a melhor

representação cartográfica de uma região marroquina, que chegou até nós. A sua qualidade atinge e ultrapassa a das vistas de regiões da Península Ibérica, incluídas no mesmo atlas. Quais terão sido as fontes utilizadas pelo jovem cartógrafo português ao serviço de Espanha, colaborador, pelo menos desde 1620, de João Baptista Lavanha? Arquivos portugueses ou arquivos espanhóis? Na realidade, sabemos ainda muito pouco sobre a colaboração, oficial ou oculta, que existiu entre as duas potências ibéricas, em relação à África do Norte. Esta magnífica vista a olho de pássaro mostra ter existido um saber aprofundado sobre a Geografia de Marrocos, mas sem dúvida de uso restrito às mais altas esferas do poder e de finalidade essencialmente política e militar.

Os cientistas e historiadores modernos

O renovador dos estudos portugueses sobre Marrocos foi David Lopes. Já se falou deste grande investigador, a propósito da *Crónica de Arzila*, que publicou em 1915. Ele trabalhou sempre em estreita colaboração com os historiadores franceses que, na mesma altura, iam desenvolvendo a investigação científica sobre Marrocos. Destaca-se, entre eles, Robert Ricard, cuja obra foi reunida e publicada em Coimbra, em 1955, sob o título *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*.³⁹

Nesta altura, Vitorino Magalhães Godinho já tinha encetado o estudo do enquadramento socioeconómico dos Descobrimentos portugueses, que irá revolucionar o tradicional tratamento do tema. Publicou, em 1947, uma verdadeira Geografia histórica de Marrocos, concebida numa óptica descritiva e segundo um plano regional. Este livro fornece uma densa e cómoda síntese das informações reunidas pelos viajantes e geógrafos da Idade Média e de quinhentos. Interessou-se, a seguir, pelas rotas do comércio magrebino através do Saara.⁴⁰

Na mesma época, o tema das influências muçulmanas que marcaram Portugal deixou de ser assunto quase esquecido, por ter sido talvez considerado incómodo ou, até, inconveniente. Verdade seja que Duarte Nunes do Leão tinha feito uma precoce e interessante excepção a este desinteresse, recenseando os nomes de rios portugueses⁴¹ derivados da palavra árabe *ued*. Mas foi nos anos 60 do século passado, que o tema começou realmente a suscitar interesse. Orlando Ribeiro estudou, a propósito das «açoteias de Olhão e telhados de Tavira», as influências orientais na arquitectura urbana do Algarve. Jorge Gaspar apresentou os contrastes e convergências que se manifestam entre as cidades muçulmanas e as cidades cristãs peninsulares, apoiando-se no exemplo de três cidades, que observou em Marrocos. Joaquim Romero Magalhães encontrou, nos arquivos, muitas marcas da manutenção de frequentes relações marítimas entre o Algarve e a África do Norte, durante os séculos XVI e XVII. Cláudio Torres vai tirando do esquecimento o enorme espólio arqueológico do activo empório comercial, que foi o porto de Mértola durante a Idade Média. António Dias Farinha continua a publicar documentos do maior interesse sobre a vida em Marrocos, no período em que as relações com Portugal foram mais importantes.⁴²

E este interesse renovado não se restringe aos investigadores portugueses. Sem mesmo tentar falar dos importantes estudos desenvolvidos do lado espanhol, demasiado numerosos para serem aqui recenseados, têm de assinalar-se as duas importantes e recentes sínteses de Christophe Picard,⁴³ sobre *L'Océan Atlantique Musulman* (1997) e sobre *Le Portugal Musulman* (2000). Muito material e muitas hipóteses de trabalho vão sendo postos à disposição cómoda dos investigadores, permitindo esperar-se uma próxima renovação do conhecimento geográfico das relações entre Portugal e Marrocos.

- ¹ Textualmente: «Em dois terços de um dia». Christophe Picard, *L'Océan Atlantique Musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade*, Maisonneuve et Larose, Paris, 1997, p.47.
- ² Estes seis mapas tentam sintetizar o ensino que dei, durante anos, aos alunos da cadeira de Geografia Regional, do Curso de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa. Extraído de Suzanne Daveau, *Portugal Geográfico*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 1995, p. 23.
- ³ A coleção inédita dos *Cadernos de Campo*, de Orlando Ribeiro, encontra-se em vias de organização, no quadro da recuperação do seu espólio científico.
- ⁴ António de Saldanha, *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603)*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1997, p. 29.
- ⁵ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis* (J. Barradas de Carvalho, ed.), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991, p. 572.
- ⁶ A. de Saldanha, *ob. cit.* na nota 4, pp. 181-183.
- ⁷ Gaspar Barreiros, «Suma e descripçam de Lusitânia», in Justino Mendes Almeida, «Um inédito de Gaspar Barreiros» in *Páginas de Cultura Portuguesa*, Universidade «Luís de Camões», Lisboa, 1994, pp. 113-175.
- ⁸ Idrisi, *La Première Géographie de l'Occident*, Flammarion, Paris, 1999, pp. 245-247 e pp. 267-269.
- ⁹ Christophe Picard, *ob. cit.* na nota 1, pp. 17-183.
- ¹⁰ Carlos Riley, «Ilhas atlânticas e costa africana» in *História da Expansão Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1997, I, pp. 139-145.
- ¹¹ M. de La Roncière; M. Mollat du Jourdin, *Les Portulans. Cartes marines du XIII^e au XVII^e siècle*, Nathan, Paris, 1984.
- ¹² Ortelius, *Theatrum Orbis Terrarum*, Antuérpia, 1570.
- ¹³ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Tipografia «Diário dos Açores», Ponta Delgada, 1924, IV, 1, p. 8.
- ¹⁴ Carlos Riley, *ob. cit.* na nota 10, pp. 139-140.
- ¹⁵ O nome «Golfo das Éguas» não aparece na tábua de Willem Blaeu *Europa recens descripta*, que data de 1617 e que se reproduz aqui, mas conserva-se na tábua *Fezzae et Marocchi*, de 1635, derivada de Ortelius. In Joan Blaeu, *Grande Atlas do Mundo*, Verbo, Lisboa, 1990, pp. 30 e 146.
- ¹⁶ Gonzalo Fernandez de Oviedo, *Sumario de la Natural Historia de las Indias*, Biblioteca América, México, Buenos Aires, 1950, p. 81.
- ¹⁷ Camille Vallaux, «Les avenues de la Méditerranée», in *Géographie Générale des Mers*, A. Colin, Paris, 1933, p. 410.
- ¹⁸ Jean-René Vanney, Loïc Menanteau, *Géographie du Golfe de Cadix*, livro inédito.
- ¹⁹ Cláudio Torres, «O Garb-al-Andalus» in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, I, 1992, p. 366.
- ²⁰ Frei João de São José, «Corografia do Reino do Algarve (1577)» in *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, 3, Sá da Costa Ed., Lisboa, 1983, p. 25.
- ²¹ Robert Ricard, *Etudes sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1955.
- ²² Suzanne Daveau, *ob. cit.* na nota 2, p. 33.
- ²³ Fernand Braudel, *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, A. Colin, Paris, 1949 (2^a ed., 1966, fig. 12).
- ²⁴ *Id.*, *Ibid.* (2^a ed., fig. 14).
- ²⁵ Zakari Dramani-Issifou, *L'Afrique Noire dans les relations Internationales au XVI^e siècle. Analyse de la crise entre le Maroc et le Sonhraï*, Karthala, Paris, 1982; António de Saldanha, *ob. cit.* nota 4, pp. 169-175.
- ²⁶ Jean-Léon l'Africain, *Description de l'Afrique*, Adrien Maisonneuve, Paris, 1956, pp. 160 e 260.
- ²⁷ Braunius, *Civitates Orbis Terrarum*, Amsterdão, 1572; Suzanne Daveau, «A propósito das 'pinturas' do litoral marroquino incluídas no *Esmeraldo de Situ Orbis*», *Mare Liberum*, Lisboa, 1999-2000, pp. 18-19, pp. 79-132.
- ²⁸ Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta* (1450), *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* (1458-1464), *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* (1464-1470).
- ²⁹ Duarte Pacheco Pereira, *ob. cit.* nota 5.
- ³⁰ Suzanne Daveau, *ob. cit.* na nota 27.
- ³¹ *Códice Valentim Fernandes*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1997, pp. 6 e 10.
- ³² Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, (David Lopes, ed.), Coimbra, 1915/1919.
- ³³ António de Saldanha, *ob. cit.* na nota 4.
- ³⁴ Teresa Ferreira Rodrigues, «As Estruturas Populacionais», in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, III, p. 237.
- ³⁵ M. Gonçalves Cerejeira, *O Humanismo em Portugal. Cleonardo*, Coimbra Ed., Coimbra, 1926.
- ³⁶ Jorge Segurado, *Francisco D' Hollanda*, Excelsior, Lisboa, 1970.
- ³⁷ Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Centro de História da Universidade de Lisboa, 3^a ed., 2002, pp. 245-256 e pp. 299-301.
- ³⁸ *El Atlas del Rey Planeta. La Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*, de Pedro Teixeira (1634), Nerea, Hondarribia, 2002.
- ³⁹ David Lopes, *ob. cit.* na nota 32; *História de Arzila*, Coimbra, 1925; «Os Portugueses em Marrocos», in *História de Portugal*, Barcelos, III, 1931; Robert Ricard, *ob. cit.* na nota 21.
- ⁴⁰ Vitorino Magalhães Godinho, «Marrocos», *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, I, 1, Terra Ed., Lisboa, 1947; *O 'Mediterrâneo' Saariano e as Caravanas do Ouro*, São Paulo, 1956.
- ⁴¹ Duarte Nunes do Leão, *ob. cit.* na nota 37, p. 168.
- ⁴² Orlando Ribeiro, *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1961, pp. 79-215 (3^a ed. Livros Horizontes, Lisboa, 1992); Jorge Gaspar, «A propósito da originalidade da cidade muçulmana», *Finisterra*, Lisboa, 5, 1968, pp. 19-31; Joaquim Romero Magalhães, *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*, Edições Cosmos, Lisboa, 1970; *O Algarve Económico, 1600-1773*, Editorial Estampa, Lisboa, 1988; «No Alvorecer da Modernidade», in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, III, 1993; Cláudio Torres, «El Garb-al-Andalus» in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999, I, pp. 363-437; António Dias Farinha, «A apropriação do Espaço. Norte de África», *História da Expansão Portuguesa*, Círculo de Leitores, I, 1998, pp. 117-136.
- ⁴³ Christophe Picard, *ob. cit.* na nota 1 e *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*, Maisonneuve et Larose, Paris, 2000.

Portugal e Marrocos

Inversão das políticas externas, modernidade das relações (1760-1773)

Joana Neto

Instituto Infante D. Henrique, Faculdade de Letras de Lisboa

NO DECORRER DE 1769 dois factos trouxeram à luz uma alteração radical nas relações seculares de Portugal com Marrocos. O primeiro, o abandono da Praça de Mazagão em 12 de Março, com evacuação total da sua população e guarnição; o segundo, a confirmação pelo sultão Sidi Mohammed ben Abdallah – Mohammed III na terminologia de hoje –, em 5 de Setembro desse mesmo ano, de uma trégua anual enquanto não fosse enviada uma embaixada de Portugal a Marrocos para conclusão de um tratado de paz.

O objecto deste artigo estuda os anos que precederam 1769 e o período intercalar até ao envio da primeira embaixada de Portugal em 1773, que veio definir a nova política externa portuguesa com o sultanato, aí deixando representação consular em 1774. Ou seja, importa conhecer, no estudo deste caso, como se ajustaram interesses até aí tão opostos e apurar o grau de inovação criado.

A sua melhor compreensão exige, porém, a integração no quadro das relações internacionais europeias e do Magrebe, também elas em mudança. Dado que o sultanato de Marrocos teve, então, um papel pioneiro, torna-se imprescindível evocar tal integração.

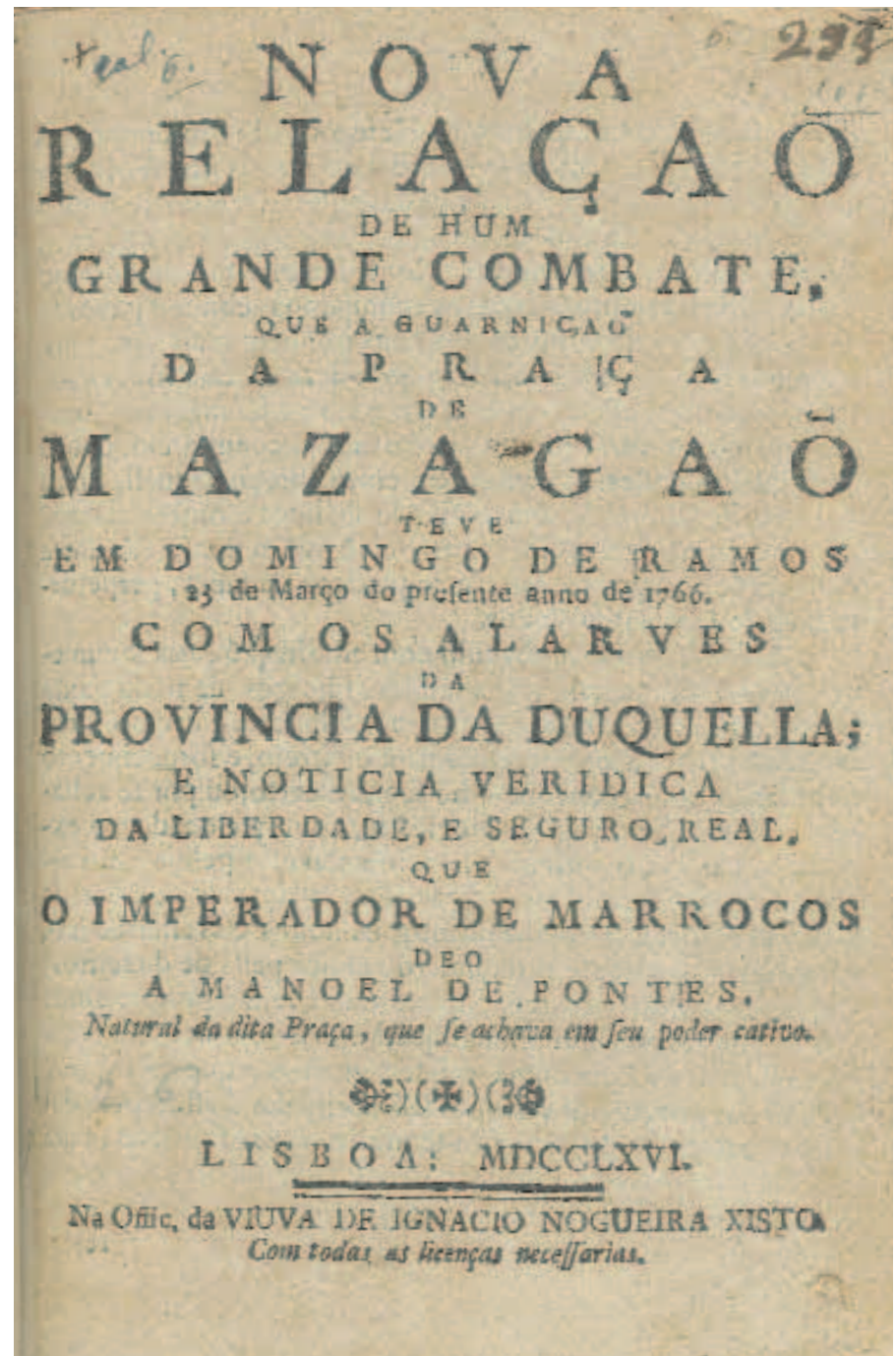
O reformismo modernizador de Sidi Mohammed, sultão de Marrocos

Considerado como o construtor do Marrocos «moderno» ou como o «restaurador» da dinastia alauita, «reformador» da sociedade e do Estado marroquinos, Mohammed ben Abdallah – Sidi Mohammed – chegou ao poder após um período de trinta anos de caos político, que deixaram o sultanato em situação de grande precariedade, destruição e miséria, após a morte do sultão Mulay Ismail. Associado ao reinado de seu pai, o sultão Mulay Abdallah, a partir de 1745, Sidi Mohammed governou em Marraquexe as regiões do sul. Essa experiência, que supôs o exercício do poder político e da chefia militar, preparou o

futuro monarca e desenvolveram-lhe a capacidade negocial. O contacto com comerciantes europeus em Safim fê-lo adquirir muita informação sobre organização política e comercial europeia, usos, leis e instituições, criando em Sidi Mohammed a necessidade de compreender os mecanismos do crescimento e desenvolvimento. Assim preparou a base de uma visão reformadora, que tentou passar à prática com o seu acesso ao trono em 1757.

Seguir-se-ia um longo reinado, em que Sidi Mohammed reorganizou o sistema sociopolítico, renovando a tradição islâmica ortodoxa e diminuindo o peso e as exigências do poder central: o sultão reconheceu um certo grau de autonomia aos corpos intermédios das estruturas sociais marroquinas, de que o «clero», os chorfa, as zauias e os chefes das cabildas eram porta-vozes.

Ao permitir o uso doseado de autonomia e reivindicação dentro dos quadros do Mahzan, Sidi Mohammed pôde iniciar algumas reformas na administração e no exército. Para as sustentar, teve de aumentar as fontes do seu erário. Num primeiro momento, reorganizou o curso saletino e modernizou-o. A este primeiro projecto seguiu o de criação de uma verdadeira marinha de guerra e de uma marinha mercante. Com tais recursos, ainda que modestos, Sidi Mohammed aumentou a pressão nas águas próximas de Marrocos: a partir de 1757, o sultão utilizou com agressividade o curso. De modo selectivo, perseguiu barcos de pesca e de comércio contra potências com quem não tinha paz – casos da Suécia, Portugal, Espanha e França – e brandiu o comércio de cativos como mais uma pressão para as forçar a alterar as respectivas políticas externas com o sultanato. Tratava-se de um meio eficaz de lhes lembrar que, embora os seus interesses na região fossem secundários, senão marginais, Marrocos podia causar-lhes danos regulares, financeira e materialmente ruinosos.



«Nova Relação de hum grande combate, que a guarnição da Praça de Mazagão teve em Domingo de Ramos 23 de Março do presente anno de 1766...». Notícia da primeira vinda de Manuel de Pontes a Lisboa em 1765. Biblioteca Nacional de Lisboa

Contudo, o meio mais inovador para fazer crescer novas fontes de receita pública, sem sobrecarregar as estruturas sociais e actividades económicas marroquinas, foi a abertura ao comércio europeu através de tratados de paz: taxas e direitos vieram engrossar o tesouro real, permitindo-lhe uma certa independência com que financiou diversas reformas. Marrocos conheceu, então, a reanimação do comércio internacional e o florescimento urbano: diversos portos foram construídos ou voltaram a ser praças comerciais – casos de Essauira (Mogador), Mohamedia (Fedala), Darbeida (Casablanca) ou da velha cidade de Tânger.

Sidi Mohammed conjugou habilmente o curso, como ameaça ou efectiva agressão, com ofertas de negociação a diversos Estados europeus. Os termos vantajosos e inovadores que utilizou, em 1765, levaram Veneza, Espanha, França e Portugal a considerar a oportunidade de rever as suas políticas externas nesta região. Presentes no comércio internacional marítimo, estes Estados europeus acabaram por preferir uma situação de reconhecimento mútuo, vantajosa para as suas actividades. Prioritárias no quadro da política mercantilista, elas vieram proporcionar o alargamento, no espaço marítimo, de novas relações reguladas pelo direito internacional comum, que assim se estendeu a águas do sultanato.

De 1752 até 1790 – o reinado efectivo de Sidi Mohammed ocorreu de 1757 a 1790 – que a intensa actividade diplomática de Marrocos levou à celebração de mais de trinta tratados e acordos de paz. Destaquem-se, entre outros, os das Províncias Unidas (1752), Grã-Bretanha (1760), Dinamarca (1753, 1754 e 1756), Suécia (1763), Veneza (1765), Espanha e França (1767). A esta primeira fase da política externa europeia de Sidi Mohammed pertence o Tratado com Portugal. Em 1778, o sultão celebrou um tratado com a Toscana, e ao longo dos anos 80 celebrou a paz com a Áustria (1783) e os Estados Unidos da Amé-

rica (1786). Dirigiu-se igualmente ao Mediterrâneo muçulmano, com o exercício de uma política de atracção e prestígio junto do Império Otomano e de Meca, ao mesmo tempo que as suas relações com a Regência de Argel se enredavam num clima de tensão e ameaça de conflito, depois de 1775.

A boa conclusão destes tratados representou, ainda, o fim de uma longa era de cativos e resgates, cujos expoentes eram, na época, Argel e Malta. Inscrevia-se numa das linhas da política externa de Sidi Mohammed, seguida com coerência até ao fim do seu reinado: acabar com a escravatura europeia em Marrocos, em paralelo com uma política humanitária de libertação de muçulmanos em territórios europeus, fossem ou não oriundos do sultanato.

Nas suas relações com Marrocos, Portugal não fugiu a esta nova tendência. A modernidade da política europeia de Sidi Mohammed coincidiu com a reorganização pombalina nos espaços portugueses. A sua conjugação temporal proporcionou à coroa uma perspectiva de mudança nas relações com o sultanato, que a política externa portuguesa teve de encarar: fê-lo com pragmatismo entre 1765 e 1773, embora gradualmente e sob pressão. A paz entre Portugal e Marrocos integra-se, assim, num movimento mais vasto – o fim de um bloqueio secular em que o sultanato e a Europa viviam, cabendo a Marrocos um papel pioneiro no Magrebe.

Por diferentes que tivessem sido os resultados desta abertura política e comercial, ela revela uma habilidade negocial, continuidade e persistência notáveis. Não foi fruto do acaso e correspondeu a tentativas de introduzir reformas modernizadoras em Marrocos, dotando-o de meios que lhe fizessem superar atrasos acumulados e ganhar para o sultanato um certo espaço de liderança no Mediterrâneo Ocidental. Muito vigiada e tutelada, esta abertura foi dirigida com pragmatismo e riscos calculados, por de forma a

preservar a autonomia da sua velha civilização mediterrânea e muçulmana. O reformismo de Sidi Mohammed foi contudo gerido com estruturas políticas e socioeconómicas marcadas por demasiadas fragilidades e atrasos para poder alcançar plenamente os fins propostos. Convém, também, lembrar que paz e relações comerciais não significavam para as potências europeias parcerias políticas com o sultanato.

Fractura de um longo passado: libertar os cativos e negociar um acordo (1760-1769)

O estudo comparado dos tratados europeus com Marrocos acentua a correlação entre a sua assinatura e o fim da escravatura europeia no sultanato. A negociação com Portugal permite afirmar que a partir de 1774 e dos dois artigos separados aduzidos ao corpo do Tratado (o 21.º e o 22.º) findou o cativo de portugueses em Marrocos, bem como o de marroquinos em mãos de portugueses.

No processo de negociação de Portugal e Marrocos interessa apurar a relação temporal entre a libertação dos últimos portugueses no sultanato e o acordo final. Sabe-se que durante a negociação do Tratado jamais se aludiu a processos de resgate e libertação de cativos. Durante o período intercalar, ou seja, entre o abandono de Mazagão e o envio da Embaixada de Portugal em 1773, sabe-se também que não foram feitos novos cativos. Os resgates, por troca e por compra, foram efectuados em diversas levas, mas todos até ao Verão de 1768. Ao admitir-se a anterioridade da libertação total ao último cerco de Mazagão e à assinatura do Tratado, estes últimos acontecimentos devem então ser interpretados levando em conta tal atitude.

Relembre-se o paralelismo com outras potências, também elas alvo do curso de modo sistemático até que, no ano de 1765, Sidi Mohammed se serviu de um outro sistema de pressão

pelo contacto diplomático: é neste contexto de sequência de medidas que se apreende melhor a estratégia da política europeia do sultão até alcançar a paridade do reconhecimento mútuo.

De 1757 a 1759, o curso do sultão nas águas próximas de Portugal continental e insular foi contínuo e proveitoso: em 1759 foram apresados seis barcos, cujo valor, carga e resgates ascendeu a um milhão de cruzados¹. O pequeno contingente de mazaganistas cativos cresceu com cerca de duas centenas e meia de «cativos do mar», apresados em navios mercantes e pesqueiros. Libertos, estes, e pagos os resgates até final de 1762, deles ficaram excluídos os «cativos de terra». Em simultâneo, a pressão por escaramuças e cercos a Mazagão foi constante de 1751 a 1766, tendo alguns desses cercos contado com a presença provável do próprio Sidi Mohammed. Data de 1765 a ameaça do penúltimo cerco a Mazagão, que foi levantado quando de Lisboa regressou Manoel de Pontes, enviado do sultão a Portugal para negociar a paz.

Manoel Simões de Pontes, mazaganista, jardineiro e antigo escravo de Sidi Mohammed, viera com o encargo de propor a negociação de paz e liberdade de comércio, com o resgate de todos os cativos portugueses, mas excluindo Mazagão, que o sultão pretendia reaver. A Coroa participou ao «valido» a sua decisão «[...] d'un cōté la résolution decisive, que le Roy mon Maître avoit prise depuis quelques annueis (sic) de faire évacuer et céder sans coup ferir, au Roy de Maroc le préside de Mazagan dont la dépense lui étoit fort à charge sans que ses sujets en eussent pû en retirer aucune utilité: D'un autre côté que Manoel de Pontes est retourné à Maroc pour y acheminer les Préliminaires de la Paix que l'ont a fait comprendre être souhaitée avec sa ditte Majesté Très Fidèle en y comprenant la cession gratuit du même préside de Mazagan [...]»²

Embora escassas, as fontes encontradas revelam correspondência entre a importante

Rota de vigilância no Atlântico feita pelo tenente-do-mar Pedro de Mariz de Souza, de 14 de Julho a 3 de Agosto de 1772. Arquivo Histórico Ultramarino

Carta reduzida, onde está notada a cidade q' se depozit' a Carta da Baía de Lisboa em 12 de Maio de 1712, entre q' a mesma em Baía de Lagos em 3 de Agosto do mesmo Anno.



Do. Fei. da Mar. Pedro de Sousa de Sousa

decisão da Coroa e o extraordinário eco que ela teve junto de Sidi Mohammed. O nexó explicativo permite assegurar que a intenção de deixar Mazagão deve ter sido comunicada ao sultão por Manoel de Pontes, uma vez regressado da sua primeira viagem a Lisboa, em Novembro desse ano de 1765, e levando uma carta de D. José I para Sidi Mohammed, juntamente com presentes da Coroa. A carta de D. José respondia a carta anterior do sultão mas não possuía conteúdo político concreto relevante: remetia para fórmulas de cortesia, além de sinais de distinção dados na pessoa do «valido» e antigo cativo, forma indirecta de honrar o soberano marroquino.

O regresso de Pontes a Marrocos, levando um «recado» para o sultão, era acompanhado pela esperança de que o cerco a Mazagão fosse levantado: «E ainda que há bastante probabilidade de que o mesmo rey, depois de receber a carta e presentes que leva o seo valido chamado Manoel de Pontes, encarregado de hum recado para o dito rey; poderá com facilidade mudar de systema (no cazo que o tenha havido) para o sítio dessa praça: Comtudo Sua Magestade manda as munições de guerra contheúdas na relação incluza; e successivamente hirão hindo as mais, que o mesmo Senhor tem determinado.»³ Como explicar que Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de Estado da Marinha, depositasse esperanças no fim do cerco só pelo envio de presentes e de uma carta do rei D. José? Embora se ignorem os termos do seu conteúdo, o «recado» que Pontes transmitiu a Sidi Mohammed foi eficaz: «[...] e chegando á presença delle em 16 do dito mez no porto de Mogador, onde se achava com a sua Côrte; o recebo com agrado; e com especial alegria o presente, e carta, pondo esta em suas barbas; beijando-a por muitas vezes; e dizendo aos da sua Côrte, que estimava tanto aquella carta de seu leal Irmão e amigo El-Rey Fidelissimo, como o mayor thesouro; e logo mandou por todas as Cidades do seu dominio festejar com tres dias de

luminarias, e escaramuças as boas noticias, que de seu Irmão havia recebido; fazendo mais plausivel este festejo em se manifestar ao seu pôvo na sua carruagem, puxada por quatro Andarilhos Mouros, e acompanhada de muitas guardas de pé, e cavallo [...].»⁴

A desproporção dos gestos entre o conteúdo da carta de D. José e as atitudes públicas de grande regozijo de Sidi Mohammed, só encontra explicação no conhecimento da intenção de Portugal celebrar a paz e ceder Mazagão. Correspondência do Campo Imperial de Mazagão, durante o cerco, alude a esses contactos de 1765 para um acordo com cedência de Mazagão: «[...] la nation portuguaise peut vener trafiquer, et négocier dans les ports de cet empire et voyager par terre où elle voudra [...] comme font les nations Chrituennes qui sont en paix avec luy, [...] à l'exception de Mazagan qui n'a point été admis no compris dans le d. Traitté de paix entre l'Empereur mon Maître et le Roy de Portugal; [...]»⁵

Tendo a Coroa optado pelo abandono, faltava ponderar o momento e a forma da sua execução. O gabinete pombalino protelou a decisão, para vir a obter melhores condições no acordo final de paz, na prática recusando negociar acordos com condições prévias impostas pelo adversário: «Porque no cazo, em que se pudesse defender, seria mais útil cedê-la depois por hum Tratado, do qual tiraremos algumas vantagens para o socego da nossa navegação, e para fazermos commercio com Marrocos.»⁶

Não foi essa a estratégia de Sidi Mohammed que libertou todos os cativos portugueses, como prova de querer a paz, e porque determinara apoderar-se de Mazagão. As diversas viagens de Pontes à capital portuguesa levaram a bom termo a libertação final dos seus companheiros de infortúnio, os «cativos de terra», trinta e quatro homens de Mazagão. A devolução destes homens de guerra, que Sidi Mohammed retinha havia lon-

gos anos e a quem sempre dificultara o regresso através de exigências tidas por inaceitáveis, impondo a diferença com os «cativos do mar», é muito significativa. O resgate dos «cativos de terra» entregues em Mogador deve, como tal, ser interpretado em termos de inovação, uma vez que aí cessou de facto a escravatura de portugueses em Marrocos, como o futuro o viria provar. A novidade do acto foi intuída por um dos comissários do resgate, que o deixou registado: «[...] afirmando a Vossa Excellência que naquella porto da Barbaria se concluhio esta dependência com tranquillidade tão grande, que não mostrarão ser homens aquelles bárbaros que têm por natureza a infedilidade, o engano por artefício.[...].»⁷ Não havendo já cativos de parte a parte e querendo a paz, Sidi Mohammed forçou aí um novo patamar para a discussão do acordo: entre os dois Estados só restava por liquidar o diferendo de Mazagão.

A partir do fim de 1767, e a paz feita com Espanha e França, o sultão deu múltiplos sinais de preparar o cerco, forma de pressionar Lisboa a uma decisão. Na ausência de resposta, abriu hostilidades em 1769, iniciando o seu plano de reaver, uma a uma, as praças em mãos de portugueses e espanhóis. Entretanto, Mazagão reabastecia-se e preparava a defesa.

Mazagão era a peça-chave para a paz, mas os dois Estados divergiram quanto ao momento da cedência, pelas vantagens que a sua posse representava no momento do acordo final. Durante o abandono de Mazagão, uma das preocupações maiores, e objecto de Instruções ao seu último governador, foi o cuidar de sair em condições de impedir cativos. Embora o sultão tivesse cumprido a promessa, por diversas vezes feita desde 1765 e ainda durante o cerco, de que tal não voltaria a suceder, não convinha que o futuro acordo lhe desse essa vantagem. O peso da tradição levava ainda o gabinete pomalino a desconfiar da continuidade das pro-

messas dadas. Por outro lado, acentue-se que sendo a posse de Mazagão e a paz o objectivo de Sidi Mohammed, o fim do cativo em Marrocos era-lhe por natureza inerente, já que mantê-lo era contraditório com o contexto do seu plano modernizador. Também, o seu valor monetário era secundário face aos proventos que a liberdade de comércio proporcionariam. Desse modo o atesta, na véspera da suspensão das hostilidades, a correspondência entre Samuel Sumbel e o governador de Mazagão: «Sa Majesté Impériale n'a jamais hu envie de vous perdre ni de vous prendre pour esclaves; [...]; mais Sa Majesté Impériale disere seulement la place [...]; pour que les deux Couronnes [...] afin que si en cas elles desereront dans la suite la paix elles ne se trouveront pas ayent fait une à l'autre un mal remarquable qui pourroit rester dans le cœur.»⁸

O abandono de Mazagão significou uma vitória política para Marrocos. O resultado premiou todas as tentativas de acordo e boa-vontade dadas, tanto quanto a utilização de meios de pressão, desgaste, ameaça e, quando estes se esgotaram, de conflito armado. A recuperação de Mazagão para o sultanato significou uma vitória política pelo prestígio interno que trouxe a Sidi Mohammed. Ganha a praça, o sultão renovou a política de Mulay Ismail, obtendo sucesso onde seu avô falhara, e recuperou território marroquino, havia séculos em mãos de estrangeiros. Através da rede consular representada em Marrocos, recebeu felicitações pela grande vitória militar⁹ ampliando o seu prestígio externo junto das potências europeias.

Para Portugal, o abandono de Mazagão representou a execução militar de uma decisão política, considerada necessária e mais útil que a manutenção. A sua inutilidade estratégica, comercial e a enormidade dos gastos eram os seus principais fundamentos. A estes, a justificação oficial aduziu argumentos de anteriori-

uma atitude de recurso, fruto de circunstâncias inesperadas. Há que reconhecer que, ao não ter tomado a iniciativa de negociações formais para a paz, Portugal não pôde escolher o momento do abandono, o que lhe deixou uma margem de manobra mais estreita no terreno e na ocasião que lhe foram impostos. A decisão do abandono não foi seguida de coerência prática, dado que nem se investiu a tempo na solução diplomática, nem se dotou a praça dos meios para aguentar um cerco, o que inutilizou a sua cedência vantajosa. Sob este prisma, a saída de Mazagão revela indecisões. A sua defesa era na realidade uma segunda escolha para o gabinete, não tendo este, provavelmente, previsto o nível de determinação, capacidade mobilizadora e recursos presentes no arraial de Sidi Mohammed.

A saída de Mazagão cumpriu os objectivos políticos imediatos: ao não prolongar hostilidades, tão inúteis face à tática do sultão no terreno, como inúteis no futuro e, ladeando a capitulação que, no entender do governador, não impedia situações de cativo, população e guarnição foram evacuadas e a praça ficou parcialmente desmantelada. Cumpria-se nestas execuções um traço secular das relações de Portugal com Marrocos: evitar o cativo de portugueses e impedir ao inimigo a posse de meios que o dotassem de maior poder bélico. Para a longa experiência portuguesa em Marrocos era muito difícil observá-las sob outro ângulo, de tal modo a mudança nos métodos da política externa marroquina era recente e parecia precária.

Das tréguas à paz (1769-1773)

Entre o abandono de Mazagão e a partida da embaixada portuguesa a Marrocos, em fim de Setembro de 1773, decorreu um período intercalar relativamente longo. Período mal conhecido, merece que se lhe dedique algum espaço pois foi nele que se prepararam as linhas mes-

tras da negociação e se tomaram as opções para o sucesso da embaixada portuguesa.

A expectativa marroquina numa rápida solução de acordo contrasta com a demora do lado português. Até ao Verão de 1772, os contactos de Lisboa tiveram como preocupação quase única a renovação da trégua anual. Retardar a negociação pode assim ter significado fazer crer que se desvalorizava a sua imediata necessidade. Há que assinalar que, segundo os métodos diplomáticos de Marrocos e da sua representação do poder, cabia a Portugal o maior esforço: competir-lhe o envio da embaixada e de avultados presentes, tendo a negociação lugar em território marroquino.

Após o abandono de Mazagão, coube uma vez mais a Sidi Mohammed a iniciativa do primeiro contacto através de Manoel de Pontes. Explicados mutuamente os agravos, foram superados e controlados os diferendos de modo a não renovar qualquer acto hostil. A ambas as partes convinha ultrapassar o estado de guerra, que fora a última relação conhecida. A partir de então trabalhou-se para a criação de uma rede de relações pacíficas: a primeira trégua anual ficou estabelecida até final de Agosto de 1770, contando o sultão com o envio de uma embaixada para a assinatura da paz durante esse período. Como complemento, um conjunto de diplomas asseguravam o respeito da navegação portuguesa pela marinha marroquina, em paridade com as nações que tinham paz com Marrocos, e abriam os portos do sultanato à livre circulação portuguesa. Em reciprocidade, a secretaria de Estado emitia passaportes aos corsários do sultão, dirimindo incidentes. Até ao Verão de 1772, foram as tréguas anuais renovadas, sem que uma embaixada selasse um acordo definitivo.

O período intercalar foi preenchido com a actividade de quatro portugueses ligados a Marrocos, e que foram os primeiros artífices da pacificação no terreno. Manoel de Pontes continuava

a preencher o papel de «correio de estrada» entre as duas cortes e a gozar da confiança pessoal de Sidi Mohammed. Não teve o mesmo crédito junto do governo português. A sua personalidade e preparação não o tornavam o interlocutor ideal para o gabinete pombalino, muito menos para funções de representação. Esse crédito de confiança política levaria muitos anos a ser dado a Manoel de Pontes.

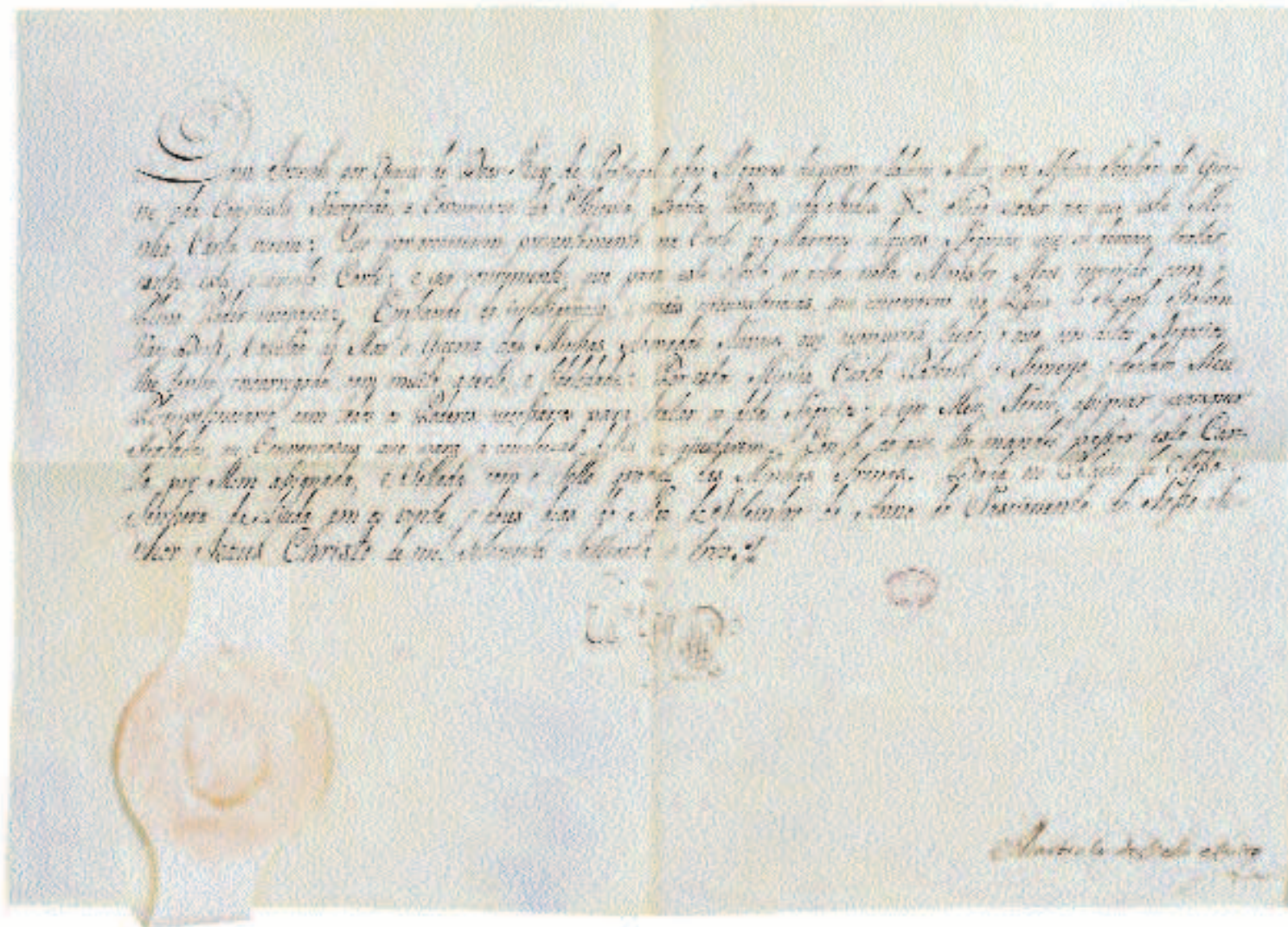
Também o comerciante algarvio Jorge Colaço e Sarre contribuiu para o estabelecimento das primeiras relações pacíficas. Radicado em Tetuão desde 1767, com relações em Gibraltar e no Algarve, enviara em 1768 à secretaria de Estado os primeiros avisos de preparação bélica contra Mazagão. Com contactos em Lisboa, dele se serviram a secretaria de Estado dos Negócios do Reino e o próprio sultão. Foi através de Jorge Colaço que Sidi Mohammed concedeu a abertura dos portos marroquinos e garantiu a segurança do comércio português. Um traço relevante deste período intercalar é o estabelecimento das primeiras linhas comerciais em direcção a Portugal: de Tetuão, Tânger, Fedala (actual Mohamedia) e Mogador. À volta dos cereais e do comércio de bovinos iniciaram-se os primeiros tráficos, que tiveram em Jorge Colaço, seu filho Jorge Pedro Colaço, e em Inácio José Moreira (antigo cativo) os pioneiros a quem o sultão concedeu as primeiras licenças de exportação.

As informações de Jorge Colaço interessavam ao gabinete pombalino, pelo que a secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra iniciou com ele correspondência directa. De 1770 até ao Verão de 1771, tomou o conde de Oeiras a direcção destes contactos, até que Martinho de Mello e Castro preencheu o cargo de secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos. De Tânger e de Larache, os Colaço funcionaram como correspondentes da coroa, ainda que sem um título formal. Ao invés, Sidi Mohammed concedeu a Jorge Colaço, em Outubro de 1769, a rega-

lia de imunidade e atribuiu-lhe funções de representação. Por Jorge Colaço passou o melhor das informações sobre o sultanato: movimentos do corso e entrega de passaportes e de «certidões de saúde» aos arrais de Sidi Mohammed, no início de cada Verão, missão própria dos então cônsules-gerais europeus em Marrocos. A rede montada com seu filho permitia-lhe entrar num sistema de informações e observação do corso argelino. Tais notícias eram, então, coordenadas pela secretaria de Estado da Marinha que decidia dos cruzeiros dos guarda-costas no Atlântico, em missão de vigilância em águas insulares e continentais.

A correspondência de Jorge Colaço para a secretaria de Estado permitiu um registo de conhecimentos actualizado do sultanato. Todas as notícias sobre a evolução da política externa, como a descrição de comitivas de embaixadas europeias eram dadas com regularidade. Não esqueceu Jorge Colaço de notar os sinais de agrado e de desagrado sobre presentes, encomendas e armamento. Atento, deixou registo das potências que regularmente enviavam dinheiro ao sultão – caso da Dinamarca – e sobre os Países Baixos que, nesses anos, resistiam à pressão de Sidi Mohammed os obrigar à posição de tributários. Embora não se conheça toda a correspondência das secretarias de Estado para Jorge Colaço, é possível reconstruir a partir das cartas de Tânger as orientações que lhe foram remetidas de Lisboa a partir do final de 1769 e entrar no sistema de informações coligido, pertinente para o estatuto de potência que a Coroa queria ver consagrado para a embaixada.

A demora numa solução de acordo não evitou problemas, de pouca monta, entre navios portugueses e marroquinos. O incidente ocorrido com a fragata *Mrebka*, em Setembro de 1771, foi considerado grave, apesar dos esclarecimentos dados pelo sultão e do inquérito e castigo por ele ordenados. A actuação ambígua da fragata e a



Carta Credencial de José Roelen Van-Deck, ministro plenipotenciário para a negociação e assinatura do Tratado de Paz com Marrocos (1773). Arquivo Histórico Ultramarino

proeminência do arrais Salak no sultanato foram aproveitados pelo gabinete português com raro sentido de oportunidade e rapidez de decisão que sugerem o desejo de os explorar como facto político útil, para dele retirar dividendos a favor de Portugal durante a negociação. Tais incidentes demonstravam ao gabinete pombalino como as relações precárias com Marrocos poderiam

fazer crescer a vulnerabilidade. A condução da política externa portuguesa com Marrocos estreitava as margens de segurança obtidas em 1769. Para a inverter, seria necessário aceitar que uma política de maior segurança envolvia compromissos acrescidos. Interpretação plausível, dado que foi depois deste momento que Portugal apressou o acordo. Já próximo de renovar a

quarta trégua, a secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra comunicou, por fim, a nomeação de José Rolleen Van-Deck, capitão-de-mar-e-guerra da Marinha portuguesa, para negociar os preliminares do Tratado. Contudo, foi só a partir do Verão de 1772 que se preparou a negociação.

Desde 1769 que se acumulara conhecimento suficiente sobre as vantagens de consolidar a política externa portuguesa com o sultanato, como para saber tratar eventuais divergências e superar dificuldades. A correspondência vinda de Marrocos foi revista e sintetizada para retirar matéria relevante a incorporar no futuro tratado. Pensadas as vantagens económicas que interessava obter, foram as mesmas integradas no texto da minuta do Tratado. Para instruir o convénio em preparação foram ainda estudados, como referência, os textos de diversos tratados europeus de paz de Marrocos.

Tornou-se, então, necessário definir os objectivos políticos da negociação. Três problemas absorveram a preparação da embaixada: o carácter da missão diplomática – dele decorria a escolha da comitiva, dimensão e qualidade do Presente –, o texto do Tratado e as questões protocolares. No início de 1773 foi elaborado, provavelmente por Martinho de Mello e Castro, um Parecer sobre o estado da questão, fundamentando duas opções sobre o carácter da missão: deveria Van-Deck partir como encarregado de Negócios, com suficiente autoridade para negociar o Tratado, levando consigo um «módico» Presente e uma «módica» Comitiva, o que só obrigaria a Coroa a entregar o Presente mais avultado com a troca final da ratificação do Tratado; ou partir como ministro plenipotenciário, com um Presente maior e uma Comitiva «pomposa»? Duvidava-se que as potências europeias tivessem arriscado presentes e embaixadas faustosos sem conhecimento prévio das vantagens que lhes seriam concedidas com a ratificação. Hesitava-

-se sobre as etapas a percorrer: manter a negociação em duas fases ou, devido ao atraso acumulado, regular a questão com um enviado dotado de plenos poderes?

Os considerandos do Parecer aduziam factores para ponderação: quatro anos tinham passado sobre a promessa de Portugal enviar um embaixador, tendo o sultão sempre renovado a trégua. A necessidade de apressar a negociação e o peso dos factos aconselhavam uma inflexão. Sidi Mohammed tomara iniciativas recentes, tidas por invulgares para com um Estado com que não tinha qualquer tratado de paz, e que deveriam ser valorizadas: «Além disto o Rey de Marrocos, vendo que o dito Embaixador, ou Ministro de Portugal, tantas vezes prometido não acabava de chegar; [...] ordenando ao mesmo Pontes: Que segurasse aos Ministros de Sua Magestade; que ou fosse, ou não o referido Embaixador, a paz continuaria da sua parte, sem interrupção; e que os vassallos portugueses terião nos domínios de Marrocos, a mesma entrada e liberdade, de que gozavão as outras naçoens amigas daquela Corte.»¹⁰

O Parecer socorria-se das vantagens iniludíveis gozadas durante quatro anos de tréguas: «Esta promeça, e segurança, ainda que feita de palavra; e dita a hum sugeito tal, como Manoel de Pontes, se tem comtudo verificado até hoje; e della temos tirado a grande ventagem dos muitos navios carregados em Marrocos de trigo, farinha e legumes, que no anno passado, e no presente entrarão, e continuão a entrar no porto de Lisboa: Da livre navegação dos vassallos de Sua Magestade, para as ilhas dos Açores, e portos do Brazil: Da segurança com que os iates de Setúval carregão sal em Cádiz, que transportam ao reino de Galiza, e às Astúrias: E da tranquillidade com que se tem feito, e fazem as pescarias do Algarve; sem que conste que em alguma destas paragens se tenha encontrado, ou visto desde o referido tempo até hoje embarcação de Marro-

cos, que enquite, ou perturbe os vassallos de Portugal.»¹¹ Muitas eram as vantagens da relação pacífica com Marrocos. A trégua apresentara as linhas do comércio marítimo português com sossego e maior rentabilidade. Além do benefício adicional de contar com um novo mercado de cereal, era um contributo para resolver o problema crónico do abastecimento de Lisboa. A sua proximidade permitia diversificar e abri-lo aos agentes nacionais. A vontade persistente de Sidi Mohammed de estabelecer paz formal levaram o Parecer a aconselhar o envio de uma representação diplomática que traduzisse a confiança portuguesa: um ministro plenipotenciário com um «avultado» presente e preparado para uma entrada «faustosa». Ficou assim revista neste Parecer a posição da política externa portuguesa, substituída por uma política de maior compromisso: os benefícios já gozados eram o seu argumento, a segurança futura a sua estratégia.

Definido o carácter da missão diplomática, voltou a analisar-se as informações sobre embaixadas europeias à Corte marroquina. O Parecer concluía que a prática diplomática europeia optava pela organização de entradas faustosas e envio de presentes avultados, ambos encarados como meio decisivo para o sucesso dos seus fins políticos. Pautando o nível da Comitiva e Presentes de Portugal pelo de outras embaixadas europeias enviadas ao sultanato, cuidava-se da imagem e prestígio que se lhe queriam ver associados. Ambos deviam espelhar a potência que Portugal se reclamava, tanto pelo lugar que ocupava, como pela posição relativa a outras potências europeias. Esboçava-se nestes imperativos o critério de exigir para a Coroa um tratamento de paridade. Impunha-se que aferisse por elas o nível da embaixada, presentes, comitiva e cerimonial pois, só conferindo o mesmo nível, assegurava tratamento idêntico. Com estes recursos, «esplêndidos», para usar o termo de Jorge

Colaço, planeava a secretaria de Estado assegurar à embaixada o nível protocolar concedido a potências europeias de primeira grandeza. Aceitava-se, assim, que a qualidade do Presente e Comitiva era um valor nuclear nos códigos do protocolo e da representação do poder em Marrocos.

Uma tarefa que exigiu cuidado foi a selecção do representante diplomático de Portugal para a negociação, bem como a escolha dos seus mais próximos apoios: cônsul-geral, secretários, intérprete e restante comitiva. Também aqui, se seguiu a prática europeia. Como escreveu Frei João de Sousa, segundo secretário desta embaixada e seu intérprete e tradutor, ao notar os critérios de escolha dos representantes diplomáticos de Portugal que negociaram tratados de paz com Marrocos nas embaixadas de 1773-1774 e 1791: «Não costumão esses sujeitos serem pessoas da maior nobreza, mas sim de verdade, capacidade, e empregados no serviço de Sua Magestade Fidellíssima, como os que até agora se têm enviado.»¹² Assim foi: Van-Deck era oficial da marinha de guerra portuguesa, como também o foram os ministros que negociaram os tratados de França, Espanha, Grã-Bretanha e Dinamarca.

Sem representação ao nível de embaixadas – só nomeadas para ocasiões precisas – a rede diplomática europeia fixa em Marrocos, como no resto da Barbária e Levante, atingiu o nível de consulados-gerais, já habitual no Império Otomano, e revelador dos critérios europeus de importância protocolar secundária que davam a estas relações. De qualquer modo, também aqui o Portugal pombalino se modernizava, acompanhando a tendência de reorganização da rede consular europeia com responsabilidades acrescidas no Mediterrâneo, em particular nas escalas da Barbária e do Levante.

Foram ainda definidos os critérios de escolha dos elementos mais importantes da comi-

tiva¹³. Para o primeiro secretário exigiam-se os conhecimentos necessários para substituir o ministro (no caso previsível de doença) e para ficar como cônsul-geral residente. O Parecer aconselhava a sua escolha e a do segundo secretário da embaixada, em funcionários da Coroa com a formação de «aulistas»¹⁴ – estudos feitos na Aula do Comércio –, sugerindo que o futuro cônsul-geral fosse seleccionado nos quadros que preenchiam o Erário Régio. Exigia-se que possuíse um mínimo de preparação política para negociar e para orientar a sua actuação em futuro exercício consular. A nível da formação, deveria possuir conhecimentos comerciais e de contabilidade. Estavam delineados o perfil profissional e competência de representação do primeiro cônsul-geral em Marrocos, Bernardo Simões Pessoa. Tais critérios revelam a exigência de preparação actualizada e a garantia de fidelidade política, comuns à escolha na administração pombalina.

Por fim, uma das matérias que maior preocupação deu à preparação da embaixada foi a das questões protocolares ou, para empregar o termo setecentista, a do «cerimonial». Patentes na «Instrução» entregue a José Rolleen Van-Deck¹⁵, tornaram-se um objectivo prioritário da negociação. Entregues ao ministro plenipotenciário e concebidas durante o período de preparação, muitas das questões de protocolo, exigidas na pessoa de D. José I como representante da Coroa, foram aferidas pelo cerimonial de outras embaixadas a Marrocos, pelos textos dos seus tratados de paz e pela correspondência entre a Corte marroquina e D. José e com as diferentes cortes europeias. À sua luz rejeitou-se, corrigiu-se tudo o que era considerado inaceitável, cuidando de impor um objectivo político muito claro: obter a paridade de tratamento com outras potências europeias e exigir inflexibilidade nas formas de tratamento que a monarquia portuguesa considerava adequadas.

Definidos os principais objectivos políticos da embaixada, fixado o texto da Minuta do Tratado – em português e em árabe –, resolvido o carácter da missão e, correlativamente, o da Comitiva, Entrada e Presente, clarificados todos os problemas protocolares, restava a sua concretização. Em 30 de Setembro de 1773 partiu de Lisboa para Mogador, a bordo da fragata *Nossa Senhora da Nazaré*, da Armada Real, a primeira embaixada de Portugal a Marrocos que selou a modernidade de uma paz inovadora.

Em síntese, é possível concluir que, de 1760 a 1773, as políticas externas de Marrocos e Portugal conheceram uma fractura que marcou as relações entre os dois Estados e seus nacionais. Após 1769, cessou o bloqueio secular, que foi dando lugar à modernidade entre os dois Estados, regulada por tratado de paz, liberdade de comércio e fim mútuo da escravatura. A coerência de Sidi Mohammed foi reconhecida por Bernardo Simões Pessoa, que dela deixou registo: «[...] este rey hé diferente de seus pays, e avós no modo de pensar a favor da humanidade [...]. Tem este Príncipe a glória de ser o primeiro em África, que não gosta da escravidão dos homens, [...] por isso o seu nome será sempre lembrado, e saudozo.»¹⁶

Os anos de 1760 a 1773 servem para situar o ponto de não retorno. Ao banirem o corso e o cativoiro, também Marrocos e Portugal sujeitaram os espaços comuns entre si a normas do direito internacional. A crescente complexidade das relações internacionais e a decorrente necessidade de se adaptarem levaram Portugal e Marrocos a coincidir nos interesses. A paz e a modernidade de relações eram-lhes fundamentais, embora por motivos diferentes. A posição relativa de cada um dos Estados, nas áreas civilizacionais a que por tradição pertenciam, permite compreender o peso da inovação.

Para Portugal, pequeno Estado europeu e potência imperial de segundo nível, a segurança e rentabilidade das suas áreas era vital e nelas jogava a posição. O seu poder de potência e a vontade de defender as áreas de expansão, tão expostas nos conflitos de setecentos, foram o eixo das decisões geoestratégicas que levaram à revisão da sua presença em Marrocos. Ainda que as melhores áreas do império fossem longínquas do sultanato, a pressão contínua, persistente e a vantajosa ofensiva diplomática do sultão resultaram. Não conhecendo ambições de domínio no Magrebe, Portugal soube libertar Mazagão em tempo útil, eliminando a principal contradição histórica que tinha ainda com o sultanato. Pôde, assim, acompanhar outras potências europeias na paz.

Situado numa região tão próxima da Europa, mas tendo com ela relações externas bloqueadas e intermitentes, Marrocos iniciou uma abertura controlada ao comércio europeu e teceu, com Sidi Mohammed, uma rica e diversificada rede de relações pacíficas com várias potências, por meio de tratados internacionais. O desejo de aceder à modernidade pelo avanço dos conhecimentos e recursos reintroduziu o sultanato na rede da política internacional. Convém acentuar a notável capacidade de Sidi Mohammed em actualizar e valorizar a posição do sultanato nos interstícios das rivalidades e conflitos europeus e, a termo, alcançar alguns dos objectivos a que se propusera.

Para Portugal, as inovações introduzidas baniram a ameaça latente ou efectiva que a proximidade do sultanato representara, transformando-a numa área de segurança estratégica de novos significados. Marrocos ganhou em Portugal um interlocutor útil, como potência que realçava o prestígio internacional de Sidi Mohammed, além de parceiro comercial próximo, regular e interessante para as finanças do sultanato. Os anos a seguir à paz contribuiriam

para tornar mais flexíveis, próximas e compreensíveis as relações entre os dois Estados, tecendo até possíveis parcerias. Relembre-se o pensamento de D. Luís da Cunha e poder-se-á concluir que a paz entre Portugal e Marrocos fora útil e justa.

O presente artigo é uma síntese de dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa em 1996 e orientada pelo Professor Doutor António Dias Fariña. A principal bibliografia utilizada pode aí ser consultada. Com referência às citações utilizadas no corpo do texto, achei útil indicar a proveniência nas Notas que seguem.

- ¹ Ofício de Bernardo Simões Pessoa para Martinho de Mello e Castro, Mogador, 9.2.1779, A.H.U., *Norte de África*, Cx. 417, «Diário».
- ² Carta de Manuel de Figueiredo para Samuel Sumbel, Ajuda, 18.7.1769, A.H.U., *Conselho Ultramarino*, cód. 522, fl. 302.
- ³ Despacho de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Dinis de Mello e Castro e Mendonça, Ajuda, 31.10.1765, *ibidem*, fls. 200 v – 201 v.
- ⁴ *Nova Relação de hum grande combate...*, Lisboa, 1766.
- ⁵ Cópia de Carta de Samuel Sumbel ao governador de Mazagão, 1.2.1769, A.H.U., *Conselho Ultramarino*, cód. 522, fl. 270 – 271 v.
- ⁶ Instruções de Francisco de Mendonça Furtado para Dinis Gregório de Mello e Castro, Ajuda, 1.2.1769, *ibidem*, fls. 258 v – 259 v.
- ⁷ Ofício de Estácio Manuel de Aragão Carneiro, 6.8.1768, Mazagão, A.H.U., *Norte de África*, cx. 402.
- ⁸ Carta de Samuel Sumbel para o governador de Mazagão, 8 de Março de 1769, A.H.U., *Conselho Ultramarino*, cód. 522, fl. 279 v.
- ⁹ Ofício do cônsul-geral Louis Chénier para o duque de Choiseul, secretário de Estado da Marinha, Salé 16.3.1769, com cópia de Carta de Sumbel mandada pelo sultão aos cônsules das nações cristãs, Mazagão, 12.3.1769, em Pierre Grillon (introdução e notas), *Un chargé d'affaires au Maroc. La correspondance du consul Louis Chénier, 1767-1782*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1970, pp. 124-125.
- ¹⁰ «Parecer que fundamenta a decisão de enviar o Ministro de Portugal a Marrocos com poderes plenipotenciários (...)», [1773], A.H.U., *Norte de África*, cx. 396.
- ¹¹ *Idem, ibidem*.
- ¹² Frei João de Sousa, *Formulário da expedição de huma embaixada desta Corte para a de Marrocos...*, s/d, [1793-1796], A.C.L., ms. 151 V.
- ¹³ V. Nota 10.
- ¹⁴ V. Nota 10.
- ¹⁵ V. Fernando de Castro Brandão, «Subsídios para a História Diplomática Portuguesa. O Tratado Luso-Marroquino de 1774», in *Studia*, n.º 32 (junho de 1971), pp. 332-342.
- ¹⁶ Ofício de Bernardo Simões Pessoa para Martinho de Mello e Castro, «Diário», A.H.U., Mogador, 1778.

Marrocos, o novo aliado de Portugal (1769-1822)

A h m e d B o u c h a r b

Faculdade de Ciências Humanas, Ain Chok, Casablanca

A EVACUAÇÃO DE MAZAGÃO, o último presídio português em Marrocos, em 1769, representa uma viragem nas relações luso-marroquinas e o início de uma nova era de relações de cooperação entre os dois países, relações predefinidas num tratado de paz e de comércio devidamente ratificado e constantemente revitalizado pela troca de embaixadores, de ofertas, de felicitações e de condolências.

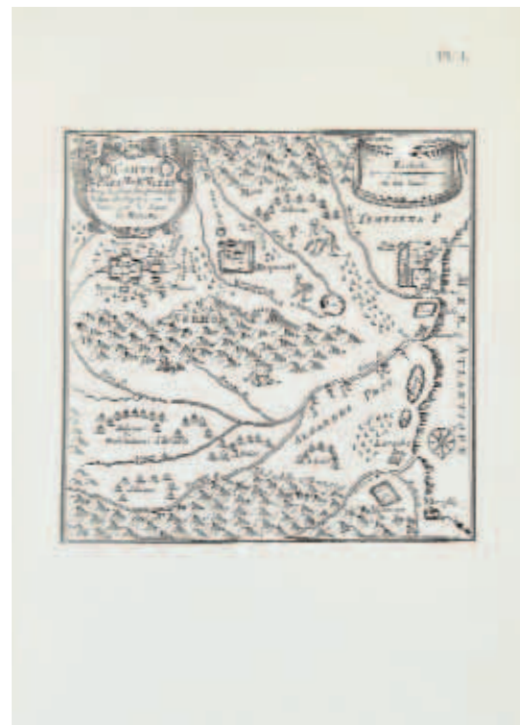
Apesar da conjuntura internacional do final do século XVIII e do início do século XIX e das situações políticas e económicas por vezes difíceis nos dois países, Portugal tornou-se o principal aliado de Marrocos e ambas as partes fizeram firmemente questão de aprofundar os laços que os uniam e respeitaram escrupulosamente as cláusulas do tratado que os unia.

O leitor das fontes portuguesas e nomeadamente das existentes no consulado de Tânger não deixará certamente de ficar surpreendido com a harmonia reinante entre os dois países desde a assinatura da primeira trégua, a ausência de qualquer diferendo por menor que este pudesse ser, a disponibilidade de cada uma das partes para satisfazer os pedidos da outra, mesmo quando as condições internas ou diplomáticas o não permitiam. Muitas vezes, estes gestos de cortesia ou de apoio político-militar não eram unicamente ditados por considerações diplomáticas ou protocolares. Eram de facto expressão de sentimentos de amizade e de consideração sinceros. Não se viu Sidi Mohammed ben Abdellah ordenar a punição em Tânger dos corsários argelinos que haviam maltratado um português?¹ Não haviam os sultões explicado alguns dos seus gestos em relação a Portugal ou aos seus habitantes pela amizade que tinham pela rainha?² Não se viu, do mesmo modo, o rei de Portugal libertar dois navios de corso marroquinos capturados em flagrante delito, e recolher outros obrigados a refugiar-se nos portos portugueses? Não declinou Portugal a oferta de venda maciça de trigo proposta

pelos rebeldes à autoridade do sultão marroquino apesar da raridade desse produto no país?³ etc.

A evacuação de Mazagão pôs termo ao estado de guerra que não servia os interesses estratégicos e económicos de nenhum dos dois países vizinhos. O sultão marroquino deixara de ter razões para manter esse estado de coisas, tanto mais que libertara a última cadeia nas mãos dos portugueses e optara por um desenvolvimento de trocas comerciais com a Europa, como nos demonstra a carta por ele enviada a todos os representantes das nações europeias em Marrocos⁴. Tal escolha marginalizou o curso que deveria deixar de representar a principal fonte de recursos para o tesouro⁵. Três meses apenas após a evacuação de Mazagão, ele tomou a iniciativa de pedir a Portugal a assinatura de uma trégua.

A escolha de Portugal não era gratuita. Corresponhia a uma estratégia bem definida pelo sultão. Ao decidir abrir-se aos países europeus e dar prioridade às trocas comerciais com estes, a manutenção de uma frota de corso e o desejo de reduzir o impacto da superioridade das marinhas europeias obrigavam-no a assegurar portos europeus próximos das áreas das suas operações que lhe permitissem recolher-se aí em caso de perseguições ou de dificuldades. O sultão não podia encontrar melhor do que Portugal e as suas ilhas. A assinatura de um tratado de paz, abrindo os portos marroquinos e portugueses aos navios dos dois países, assegurou à frota marroquina um lugar de abrigo em caso de necessidade. Foi assim que os navios de corso marroquinos recorreram em diversas ocasiões a este precioso serviço. Sidi Mohammed ben Abdellah ordenava aos seus capitães que se refugassem sistematicamente em caso de dificuldade em portos portugueses; aqueles que o não fizeram foram castigados.⁶ O sultão tinha o hábito de avisar o cônsul português do programa das saídas dos seus navios que: «Em caso de necessidade, têm ordem para não procurarem outros portos que os de Portugal onde



espera que sejam bem recebidos, que jamais se poderá esquecer da real e generosa acção de Sua Majestade Fidelíssima em lhe restituir dois dos seus corsários prisioneiros de Lisboa.»⁷ O mesmo cônsul português assinala em correio de 22 de Outubro de 1777 que um bergantim de vinte peças e cem homens de tripulação recentemente construído em Salé acabava de se fazer ao largo e que «para se reconhecer melhor a sua qualidade e ensaiar a gente antes de se recolher, dizem fará escala pela ilha da Madeira e Lisboa».⁸

Os navios que dispunham de documentos oficiais eram bem acolhidos pelas autoridades portuguesas. Um bergantim de 14 peças e de cem homens de equipagem fundeou na Madeira. Após verificação dos documentos, o governador «lhe concedeu toda a liberdade e franqueza que se costuma conceder aos navios de nações amigas e aliadas; de forma que os

mouros do referido bergantim, depois de nove dias de residência, não podiam vir mais satisfeitos do agrado e atenção de todos aqueles habitantes segundo publicaram aqui, logo que desembarcaram».⁹

Esta possibilidade durou muito tempo uma vez que o cronista marroquino Adu’aif assinala que durante o ano de 1804, os *rais* Tahar Awad, Brahim Loubaris e Sbiyaâ visitaram por ordem de Mulay Soulaymane o porto de Lisboa¹⁰. A 1 de Janeiro de 1829, o cônsul português previne o ministro marroquino Taleb ben Jelloun que um

navio pilotado por Aberrahmane ben Brahim Brital se refugiou em Lisboa onde se reabasteceu a expensas do tesouro português «sem contrapartida, mas unicamente para festejar a sua chegada e exprimir a amizade antiga e indefectível entre os nossos dois soberanos...»¹¹

O quadro¹² seguinte traça as diferentes prestações fornecidas à frota marroquina nos reinados de Sidi Mohammed ben Abdellah e de Mulay Soulaymane pelo arsenal português e assinala algumas entregas de munições pedidas pelos sultões marroquinos:

DATA	PEDIDO EMANADO DE	TIPO DE SERVIÇO	VALOR DO SERVIÇO	OBSERVAÇÕES	FONTES
2.9.1776	Sidi Mohammed ben Abdellah	Autorizar os navios a utilizar em caso de necessidade os portos portugueses			A.H.U. Norte África, caixa 417
14.10.1776		Um navio marroquino refugia-se na Madeira onde foi bem recebido			A.H.U. Norte de África, cx. 417
22.10.1777		Escala em Lisboa e Madeira		Navio de corso em ensaio	A.H.U., Norte de África, cx. 417
20.12.1780	Sidi Mohammed ben Abdellah	Reparação de um navio de corso	Valor desconhecido	O sultão avisado por Mohamed El Anaia, o «Rais» do navio	A.H.U., Norte de África, cx. 404
3.4.1781		Reparação de um navio de corso		Navio levando a bordo o embaixador Mohamed El Anaia	A.H.U., Norte de África, cx. 424
De 19.11.1784 a 19.6.1785	Sidi Mohammed ben Abdellah	Reparação de uma fragata, assistência à tripulação, reparação da aparelhagem de artilharia	Valor 18.201\$789 reis	Serviço executado no arsenal do exército e da marinha a cargo do tesouro	A.H.U., Norte de África códice 977, fols. 146-147
Abril 1788	Sidi Mohammed ben Abdellah	Reparação e fabrico da aparelhagem de uma fragata marroquina e de artilharia	Valor desconhecido	Carta da rainha D. Maria ao sultão com a lista das encomendas e serviços de reparação com um pedido em contrapartida de renovação do apoio à esquadra do estreito	A.H.U., Norte de África, códice 997, fols. 167

DATA	PEDIDO EMANADO DE	TIPO DE SERVIÇO	VALOR DO SERVIÇO	OBSERVAÇÕES	FONTES
14.6.1797	Mulay Soulaymane	163 barris de pólvora	Valor desconhecido O sultão enviara ouro para esta operação	Cada barril pesava meio quintal português, ou seja 4,7 toneladas	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, MNE, 299
12.12.1799	Mulay Soulaymane	Encomenda de 10 000 pesos duros de pólvora e 15 000 pesos de crés	Valor desconhecido	Pedido análogo aos outros cônsules a deduzir dos direitos de alfândega	A.H.U., Norte de África, cx. 389
Entre Maio e Junho de 1800	Mulay Soulaymane	Envio de 8,25 toneladas e 40,5 toneladas de pólvora	Valor 100 220 reais duros, 2,5 onças	Em Maio, chegada da primeira quantidade e em Agosto da segunda. Trata-se da maior remessa efectuada	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, MNE, 299
7.7.1800	Mulay Soulaymane	Encomenda de 25 000 pesos duros de crés e de 50 000 de pólvora			A.H.U., Norte de África, código 978.
25.10.1803		Reparação da aparelhagem de uma fragata marroquina e «refresco»		Numa carta ao cônsul, o rei português promete o envio de um presente (1000 peças de crés) se o sultão autorizar a exportação de 30 mil <i>fanegas</i> de trigo e 90 mil de centeio e renova o habitual reabastecimento da esquadra do estreito	A.H.U., Norte de África, código, 978
13.10.1804	Mulay Soulaymane	Reparação de 2 fragatas marroquinas no arsenal da marinha e abastecimento		Carta de agradecimento dos dois «rais», Ibrahim e Hagi Tahar	A.H.U., Norte de África, código 978.
1811		2000 qts de pólvora	Oferecidos	Este gesto responde à autorização de exportar trigo.	A.H.U., Norte de África, cx 413.
Set. 1821		Ajuda a um navio marroquino			ANTT MNE, 299
Jan. 1829		Ajuda a um navio marroquino		Carta do cônsul ao ministro Taleb ben Jelloun	ANTT, MNE, 299.
Ag. 1831	Mulay Aberrahmane	Canhões, munições, etc.			ANTT, MNE, 299

Trata-se certamente de acções raras, espaçadas no tempo e de fraca importância. Segundo a nossa documentação, as primeiras entregas assinaladas datam de Junho de 1797, isto é, 23 anos após a assinatura do Tratado de Paz e de Comércio. Portugal não foi pois solicitado antes da morte de Sidi Mohammed ben Abdellah. Mulay Soulaymane esperou cinco anos após a sua entronização para o fazer.

Tratava-se de remessas de munições, e sobretudo de pólvora. Os canhões apenas são mencionados em 1831. Ora a Espanha tinha entregue a Mulay Soulaymane, segundo informação enviada pelo cônsul português ao seu governo, a 23 de Abril de 1798, 300 quintais de pólvora, perto de 400 bombas, 600 balas, três ou quatro canhões (morteiros) de bronze e algumas espingardas. É verdade que o cônsul português não estava certo das quantidades, mas especificou que o estava em relação à parte que enviava essas munições¹³. A Inglaterra mandara, também ela, em 1821, peças de artilharia e seus acessórios.¹⁴

Mulay Soulaymane era o principal beneficiário dessas remessas. O que se explica pela duração do seu reinado e pelas dificuldades que teve de enfrentar (pretendentes, tribos). A principal remessa chegou no ano de 1800: cerca de 49 quintais entre Maio e Junho e equivalendo a 50 mil *duros* em Julho (ver quadro).

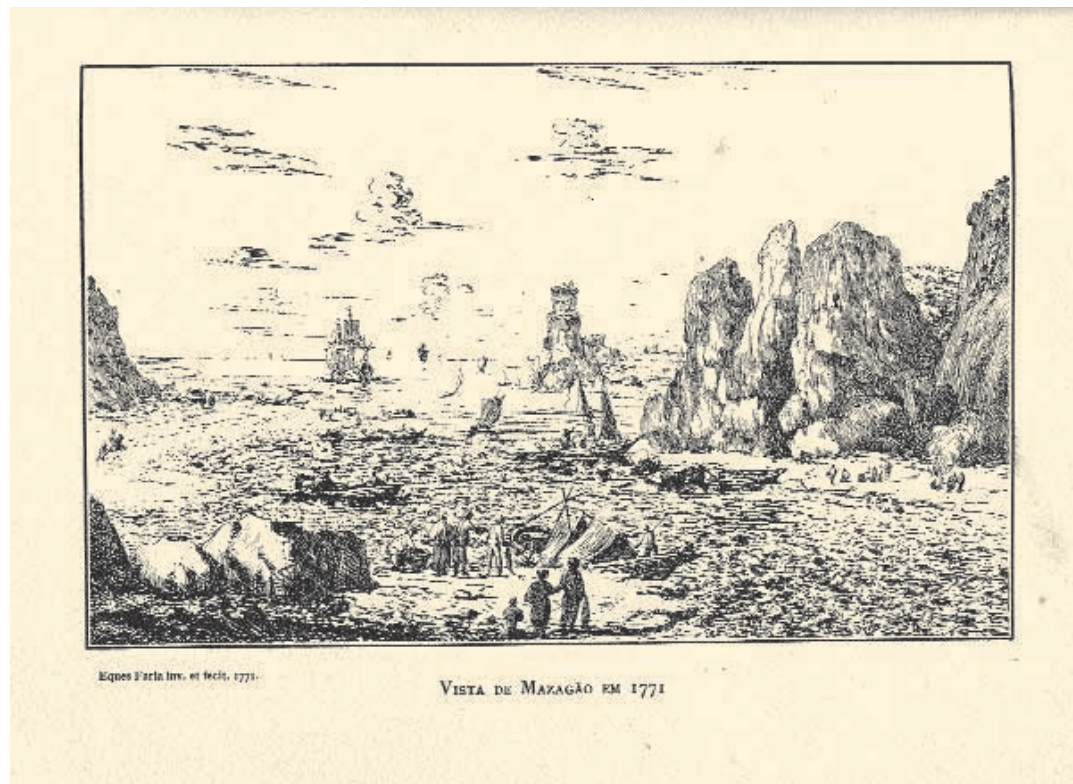
Por outro lado, a situação interna de Portugal parece não permitir sempre satisfazer o pedido – mínimo – de Marrocos. Quando Mulay Soulaymane enviou em 1797 o ouro necessário para a compra da pólvora pedida, os responsáveis portugueses tinham eles próprios necessidade de armas e de munições por razões de defesa nacional. Na resposta ao pedido do sultão, informaram-no da venda do ouro enviado, da compra da pólvora pedida e do envio de um navio fretado que fizeram escoltar até Tânger. E assinalavam que se haviam feito isso, era em

virtude do amor que tinham pela sua Pessoa Real e que sem essa consideração, «não teriam autorizado a saída daquela pólvora do seu país... pois se encontram na extrema necessidade do pequeno “arrátel” dessa pólvora pois Vossa Alteza está ao corrente das guerras terrestres e marítimas que travam contra o inimigo. Mas apesar disso, acederam favoravelmente ao pedido como prova inequívoca do amor que por ele têm».¹⁵

Não encontrámos qualquer venda de navios a Marrocos, contrariamente ao que aconteceu com a Espanha que ofereceu a Mulay Soulaymane uma fragata e alguns canhões.¹⁶

Igualmente, não temos notícia do envio de militares em estágio para Portugal ou da chegada de técnicos portugueses a Marrocos, como no caso do cunhar de moeda no reinado de Sidi Mohammed ben Abdellah.¹⁷

Por seu turno, Portugal, que atribuíra grande importância ao espaço atlântico e à segurança da sua navegação¹⁸, tinha interesse em responder favoravelmente à proposta do sultão marroquino. Com efeito, precisava de neutralizar o corso marroquino, e sobretudo impedir os corsários de Argel, mais virulentos e mais devastadores, de utilizarem os portos marroquinos e assegurar, a partir destes mesmos portos, a logística necessária à esquadra do estreito enviada pelo governo português para defender a sua frota comercial e assegurar a segurança das suas costas. Tinha pois interesse em pôr fim à situação de guerra que prevalecia em Marrocos e que se arriscava, caso se mantivesse, a atingir a economia nacional e navegação do país, nomeadamente com o Brasil¹⁹. A corte portuguesa apressou-se pois a responder favoravelmente aos gestos do sultão marroquino que acabava de enviar o seu mandatário Manoel de Pontes portador de uma carta de 5 de Setembro de 1769 ao rei D. José. Estavam portanto reunidas as condições para a assinatura de uma tré-



gua a 1 de Setembro de 1769. Esta foi renovada duas vezes, antes de ser substituída pelo tratado de paz e de comércio de 1774.

Esta estratégia de defesa dos interesses nacionais, na qual o Atlântico e o corso ocupavam um lugar predominante, surge claramente nas instruções escritas e detalhadas²⁰ entregues com o projecto do tratado ao embaixador José Roleen Van-Deck antes da sua partida para Mogador, em Setembro de 1773. Estas instruções contavam nada menos de 64 artigos destinados a facilitar a tarefa do emissário português e a garantir ao país o máximo de vantagens. Como era de esperar, os temas relacionados com o corso e a navegação eram privilegiados. O diplomata devia alcançar um objectivo muito preciso: libertar e pacificar os

movimentos marítimos por um lado e conceder o livre acesso aos portos marroquinos ricos em produtos estratégicos por outro. Devia pois velar pela prorrogação da «trégua e o cessar-fogo que felizmente duram há alguns anos entre as Cortes de Portugal e de Marrocos».

O acordo de comércio e de navegação ratificado no início de 1774 contém 22 artigos²¹ que instituem entre as duas partes a livre circulação de pessoas e bens, a garantia da sua segurança e a não-agressão contra os navios e os portos de cada um dos dois Estados, bem como a nomeação de um cônsul português em Marrocos. O mesmo tratado assegura aos navios e às pessoas que frequentavam os portos marroquinos um certo número de garantias. Portugal pôde assim conceder a si próprio cláusulas reservadas

a parceiros europeus há muito instalados em Marrocos, como a Espanha ou a Inglaterra.

O Tratado de 1774 representa a base jurídica das relações posteriores entre Marrocos e Portugal. Foi ratificado por Mulay Yazid no início de Fevereiro de 1790 e por Mulay Soulaymane a 22 de Junho de 1798.²²

A historiografia portuguesa considera a assinatura deste tratado de paz como uma grande vitória da diplomacia portuguesa²³. É verdade que as escolhas estratégicas e económicas de Sidi Mohammed ben Abdellah facilitaram a tarefa dos negociadores portugueses. Em carta redigida durante o mês de Fevereiro de 1779, e destinada a Martinho de Mello e Castro, o cônsul português em Mogador insiste nas vantagens desta paz que assegura a segurança da navegação com o Brasil e lembra que em 1759 «perdeu a nação portuguesa um milhão de cruzados, por bom cálculo, em seis navios que nos tomaram os corsários de Salé e Larache nas suas cargas e no resgate de pessoas que se achavam dentro, sem se contemplar outro milhão de lágrimas que deramaram os captivos, seos pais, mulheres e filhos, vendo-se desamparados a pobreza e mais desordens que procedem de semelhantes desgraças».²⁴

A importância estratégica de Marrocos para Portugal foi sendo confirmada todos os anos. A morte de Sidi Mohammed ben Abdellah suscitou preocupações nos responsáveis portugueses e foi para eles um verdadeiro exercício de discernimento político. As «Reflexões sobre a conveniência e vice-versa de se estabelecer a paz com o rei de Marrocos»²⁵, redigidas entre 1790 e 1792, fazem da aliança entre os dois países uma escolha estratégica vital e incontornável para Portugal.

O autor insiste em primeiro lugar na situação geográfica de Marrocos que possui uma longa costa mediterrânica e atlântica com oito ou nove portos que podem todos abrigar cor-

sários que dispõem por vezes de embarcações de 24 ou 30 peças de artilharia «que são mais do que se precisa para inquietar e molestar infinitamente a nossa marinha mercante». Acrescenta que no caso da paz com os marroquinos não ser renovada, será então difícil, até mesmo impossível, impedir a sua união com os corsários de Argel. Nesse caso, a esquadra do estreito será incapaz, mesmo com cinquenta embarcações de guerra, de assegurar a segurança dos navios comerciais, o que terá como efeito o aumento das despesas de seguro. O autor aconselha pois ao seu governo que faça o necessário para que Mulay Yazid ratifique o tratado de paz satisfazendo se for caso disso os pedidos pecuniários.

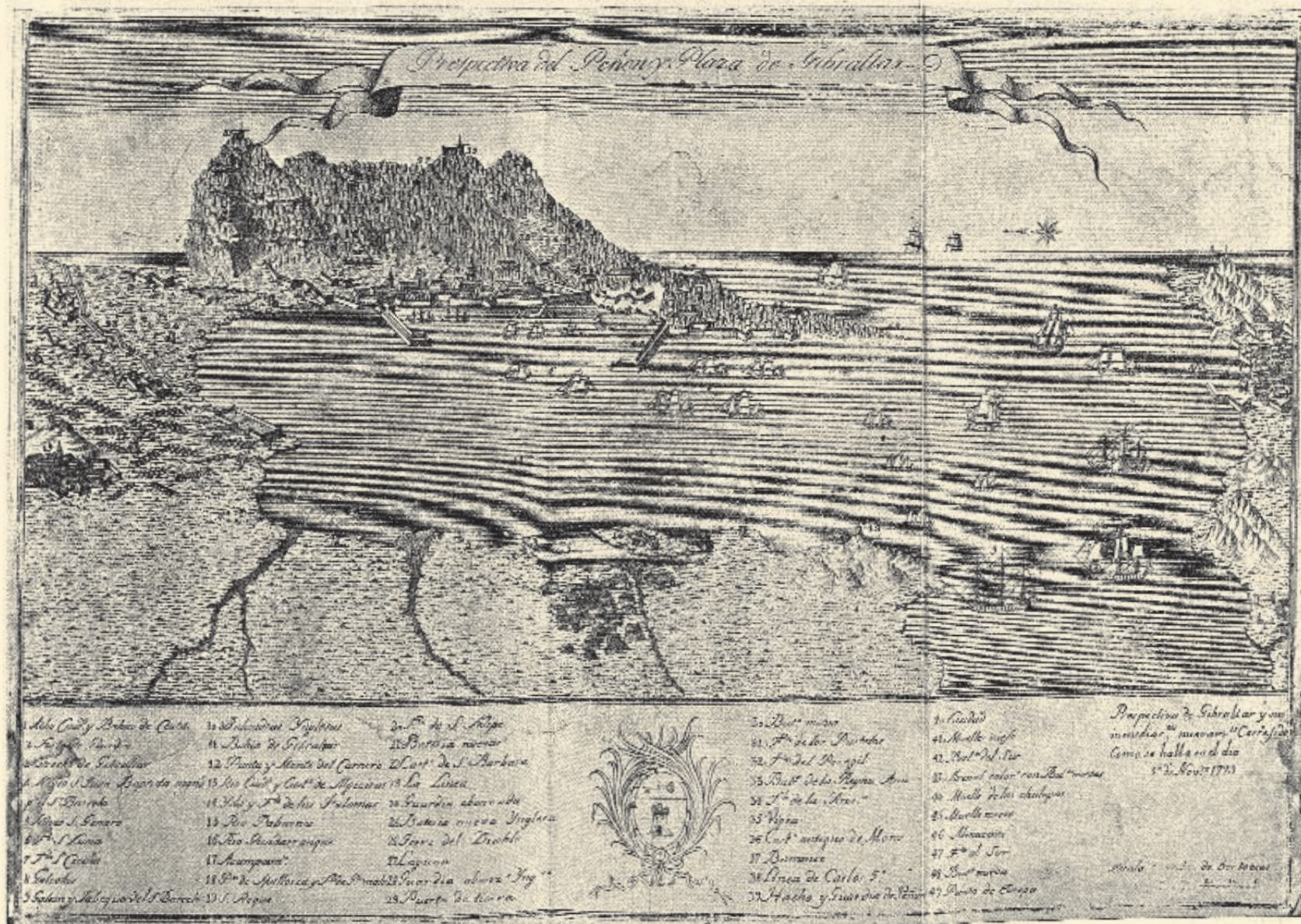
O autor insiste depois no apoio logístico por parte de Marrocos na defesa de Portugal, do seu litoral e da frota comercial e no papel que desempenha na luta que os portugueses travam contra os corsários:

«A paz com Marrocos nos facilita o cruzeiro da nossa esquadra contra os argelinos e mais potências barbarescas do Mediterrâneo. Os marroquinos assistem à dita esquadra em mantimentos livres de direitos; e além disto, costumam mandar gratuitamente refrescos avultados à dita esquadra. Temos as suas bahias e portos abertos para a nossa navegação; e o tratado que existe entre as duas cortes he inteiramente a favor de Portugal que pode extrahir livremente daquelle paiz todos os géneros das suas produções, pagando direitos diminuidos a os que pagam as mais nações. E sobretudo, a segurança que a marinha mercante experimenta no Oceano he de hum preço infinito.»

Antes de terminar estas reflexões, o autor não hesita em afirmar que: «Finalmente, com a guerra pouco ou nada têm os marroquinos que perder, e muitos que ganhar.»²⁶

Este apoio logístico era, desde o início das negociações com Marrocos, o objectivo essencial

Vista de Gibraltar e Porto de Ceuta em 1779, in Afonso de DORNELAS, «História e Genealogia», vol. IV, Lisboa: Livraria Ferin, 1916. Biblioteca Nacional de Lisboa



VISTA DE GIBRALTAR E PORTO DE CEUTA EM 1779
O original mede 6, 3/4 x 20 1/2, 103



pretendido pelos negociadores portugueses. Tratava-se sobretudo de assegurar à esquadra portuguesa do estreito o apoio de que ela carecia, nomeadamente assegurando-lhe portos onde pudesse refugiar-se em caso de tempestade ou de ataques e garantindo-lhe os produtos de que necessitava. Conscientes das dificuldades, sobretudo financeiras, que perturbavam o reforço do pessoal e a renovação dos equipamentos da referida esquadra, os responsáveis portugueses não cessaram nunca de renovar este pedido na correspondência com a corte marroquina. Encontra-se alusão a esta questão na carta enviada pelo paxá de Tânger a Martinho de Mello e Castro onde é assina-

lado o acordo do sultão para entregar à referida esquadra «tudo quanto lhe era necessário além do habitual refresco»²⁷. O sultão ordenara igualmente que fossem bem tratados os cidadãos da coroa portuguesa e que os preferissem às outras nações, por causa, diz ele, da amizade que a rainha tinha por ele²⁸. É devido a esta mesma amizade que os navios de guerra portugueses estão dispensados de pagar a taxa que as outras nações pagavam sobre o «refresco»²⁹ que lhes era servido. Este favorecimento desagradou a Inglaterra, considerada há muito como a nação mais favorecida em Marrocos.³⁰ Do mesmo modo, o porto de Tânger, o mais próximo do seu campo de acção,

Vista de Ceuta em 1848, in Afonso de DORNELAS, «História e Genealogia», vol. IV, Lisboa: Livraria Ferin, 1916.
Biblioteca Nacional de Lisboa

estava-lhes permanentemente aberto³¹, gozando até da protecção das autoridades marroquinas.³²

Este acordo do sultão devia ser muito apreciado em Lisboa pois foi adquirido num momento de recrudescimento da actividade corsária a que a frota portuguesa era incapaz de fazer frente.³³

Para além das trocas de serviços, as duas cortes fizeram questão de evitar tudo quanto pudesse prejudicar o clima de confiança instaurado entre ambas. Foi assim que Portugal respeitou o seu compromisso de não apoiar a rebelião no país e apoiou sempre Mulay Soulaymane na luta contra o pretendente Mulay Hicham, mesmo controlando as planícies cerealíferas e os portos que exportavam maiores quantidades de trigo. Recusou receber a embaixada que lhe foi

enviada, aconselhou o caí de Safi a submeter-se a Mulay Soulaymane e propôs até a este último ajudá-lo a pôr fim à rebelião daquela cidade mediante o envio de barcos a fim de a cercarem por mar no momento do cerco pelas tropas do sultão.³⁴

A ajuda fornecida por Portugal foi por vezes decisiva. A pólvora entregue em 1797 permitiu a Mulay Soulaymane pôr termo à rebelião do Mulay Abdel Malek e do Mulay Houcine, entrar pela primeira vez em Marraquexe desde a sua subida ao trono e submeter as tribos ainda rebeldes, nomeadamente as do Rif.

De igual modo, e contrariamente à maioria dos Estados europeus de então, Portugal nunca atacou portos marroquinos ou ameaçou fazê-lo.³⁵

Tânger numa gravura de A. Aveline (século. XVIII), in João Thomas CORREA, *Livro de varias plantas deste reino e de Castela*.
Biblioteca Nacional de Lisboa





Marrocos não poupou esforços para satisfazer os pedidos do seu aliado. Além das facilidades concedidas à esquadra do estreito e aos comerciantes, as autoridades marroquinas tiveram muitas vezes de conceder vantagens especiais aos portugueses, nomeadamente na sua guerra contra os franceses ou por ocasião da falta de cereais e de gado em Portugal. Os navios de guerra portugueses encontravam refúgio em Tânger e iam livremente ali reabastecer-se. Esse reabastecimento não era por vezes objecto de qualquer restrição, contraria-

mente ao que acontecia com as outras nações.³⁶

Para além destas relações puramente militares, outra questão estratégica preocupava as autoridades portuguesas. Tratava-se de garantir ao país a segurança alimentar e de evitar o défice crónico de cereais e de gado. A proximidade com Marrocos e a importância da sua produção cerealífera nos anos de pluviosidade normal fizeram deste país, desde a Idade Média, um destino muito frequentado pelos navios mercantes portugueses.

Combate naval entre cristãos e muçulmanos.
Gravura de J. Callot (século XVIII).
Biblioteca Nacional de Lisboa

Ora o comércio destes produtos, que muitas vezes faltavam até a Marrocos, não era livre, e era objecto de restrições e de interdições repetidas. Não é pois de admirar que se verifiquem os esforços efectuados pelas autoridades portuguesas a fim de assegurar o abastecimento no mercado marroquino, tanto mais que a produção do país não parou de baixar desde o final do século XVIII e início do século XIX e que o seu consumo aumentou muito.³⁷

A compra do trigo marroquino constitui um dos elementos-chave das relações entre os dois países. Este produto representava aliás a principal mercadoria comprada a Marrocos³⁸. É por esta razão que as alusões ao comércio dos cereais e do gado, bem como às negociações respectivas, ultrapassam de longe nos documentos portugueses qualquer outro aspecto das relações entre os dois países.

Consciente da importância estratégica deste produto para Portugal, especialmente durante os períodos de escassez ou de dificuldades políticas, como por ocasião das invasões francesas e na sequência das devastações que estas provocaram, o sultão marroquino concedeu-lhe o estatuto de nação mais favorecida.³⁹

Aquando da referida invasão, os preços dos produtos agrícolas tornaram-se proibitivos. Foi então que Portugal recorreu mais uma vez a Marrocos para aí se abastecer. Ora, a despeito de uma situação difícil no país, Mulay Soulaymane, em sinal de apoio a Portugal, anunciou em carta enviada ao cônsul português: «Em sinal de amizade, autorizamo-vos a importar 20 000 fanegas isentas de direitos e 2000 bovinos... O trigo deverá ser embarcado em Safim.» Como a quantidade fosse considerada insuficiente por Lisboa, o mesmo cônsul justifica a atitude do sultão com as dificuldades internas do país. Em carta de 12 de Janeiro de 1809, ao ministro Miguel Pereira Forjaz, escreve ele:

«Ainda que parecerá a Vossa Excelência muito limitada a exportação de trigo concedida, contudo devo observar a Vossa Excelência que na consideração do systema político que segue este soberano, he uma graça singular, a qual acredita as potestas de amizade e de particularidade com que distingue a nossa corte entre outras. O general Junot desde Lisboa procurou pelas mediações dos cônsules francezes em Cadiz e neste Paiz conseguir a exportação de alguns comestíveis e não obteve couza alguma. Bonaparte mesmo despachou aqui emissários em offícios e presentes para conseguir alguns víveres para a sua esquadra em Cadiz, e para o seu exército em Hespanha, e nada obteve. A antiga corte de Madrid e o seu governo central tem feito as mais activas diligências para huma igual graça, acha-se ainda aqui hum commissionado hespanhol que veio há annos com especial carta daquelle soberano a qual apresentou a este Rey acompanhada de hum presente e joyas de grande valor, nada conseguio, e apezar das suas diligências, e continuos gastos, e da sua assiduidade, não tem obtido athe hoje a mais leve exportação... Só Portugal lhe mereceu huma decidida predilecção.»⁴⁰

Para descrever este clima de confiança que se instaurou entre os responsáveis dos dois países, não podemos encontrar melhor do que esta carta de Mulay Soulaymane ao governador de Tânger e aos dos outros portos marroquinos (Fevereiro de 1792): «Ordenamos-te que veles pelos Portugueses e que peças para que sejam bem tratados. Todos quantos vierem terão direito a um tratamento de favor, serão protegidos contra tudo quanto possa prejudicá-los. Se alguém ousar maltratá-los ou causar prejuízo aos seus interesses, deves castigá-lo consoante o grau do delito. Os seus navios de guerra serão autorizados a carregar tudo quanto lhes faltar em bovinos, ovinos, pão, bolacha e outros

“refrescos” sem pagar o quer que seja, como lhes foi outorgado no reinado de Nosso Senhor que a Paz esteja com ele.»⁴¹ Numa carta do mesmo paxá a Martinho de Mello, datada de 3 Fevereiro de 1792, anuncia-lhe as ordens do sultão que consistem em fornecer à frota portuguesa «todo o necessário além do costumado refresco, igualmente nos recomendou o bom tratamento dos vassalos da coroa de Portugal e que os atendessemos e os distinguíssemos entre as mais nações pela amizade que o dito Senhor encontrou em a vossa soberana, como também em condescender com a sua vontade no que lhe tinha pedido.»⁴²

- ¹ Carta de Bernardo Simões Pessoa, de 17 de Junho de 1779. A.H.U., Norte de África, cx. 417. Estes documentos da A.H.U. foram postos à disposição pela Dra. Maria Joana Neto que os utilizou por ocasião da elaboração da sua tese de Mestrado: *Portugal e Marrocos, diplomacia e comércio (1760-1783)*, Faculdade de Letras, Lisboa, 1996 (2 vols.). Aproveitamos a oportunidade para lhe apresentar os nossos sinceros agradecimentos.
- ² «As grandes expressões de amizade a favor da Raynha Nossa Senhora»: mesmo documento precedente. Para o sultão Mulay Slimane, cf. AFONSO, 165.
- ³ AFONSO, António Jorge, *Portugal e o Magreb nos finais do Antigo Regime*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1998, pp. 203-205, 283-284.
- ⁴ AFONSO, 136 cf. também carta de Bernardo Simões Pessoa ao secretário de Estado da Marinha, de 19 de Janeiro de 1778, a propósito da carta do sultão (redigida em francês) concedendo o livre acesso aos portos marroquinos aos cidadãos da Rússia, de Malta, da Sardenha, da Prússia, de Nápoles, da Hungria, de Livorno, de Génova e da Alemanha. Citada por AFONSO no apêndice documental do seu estudo, p. 265.
- ⁵ *Ibid.*, pp. 109, 158. Os navios passaram a destinar-se ao transporte de material de construção entre Safo e Mogador.
- ⁶ AFONSO, 159, Cartas de Bernardo Simões Pessoa, de 2 de Setembro e 14 de Outubro de 1776, A.H.U., *Norte de África*, cx. 417, documento v. Em carta de 17 de Fevereiro de 1777, relata o castigo inflingido pelo sultão a alguns corsários que não conseguiram refugiar-se em Lisboa ou na Madeira. A.H.U., *Norte de África*. Cf. também carta de 22 de Outubro de 1777, anunciando a saída dos corsários que fariam escala nos lugares atrás mencionados. Etc.
- ⁷ A.H.U. *Norte de África*, cx. 417, carta de Bernardo Simões Pessoa, cônsul de Portugal em Marrocos, datada de 2 de Setembro de 1776.

- ⁸ A.H.U., *Norte de África*, cx. 417, carta de Bernardo Simões Pessoa, cônsul de Portugal em Marrocos, datada de 22 de Outubro de 1776.
- ⁹ A.H.U., *Norte de África*, cx. 417, diário de Bernardo Simões Pessoa, cônsul de Portugal em Marrocos (doc. posto à nossa disposição pela Dra. Maria Joana Neto, que os utilizou na elaboração da sua tese de Mestrado: *Portugal e Marrocos, diplomacia e comércio (1760-1783)*, Faculdade de Letras, Lisboa, 1996, (2 vols.).
- ¹⁰ Mohamed Aduâyif ar-ribati, *Tarikh*, Rabat, 1986, pp. 334 e 337.
- ¹¹ O. Mansouri, *Les relations maroco-portugaises (1790-1844)*. Tese inédita em árabe, Faculdade de Letras Ain Chok, Casa-blanca, 2000-2001, documento 314, p. 644.
- ¹² Devemos uma boa parte deste quadro à Dra. Maria Joana Neto.
- ¹³ O. Mansouri, p. 178 (apêndice documental).
- ¹⁴ *Ibid.*, p. 57.
- ¹⁵ Mansouri, p. 763, doc. n.º 140, carta de 14 de Junho de 1797.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 42, nota n.º 48.
- ¹⁷ A.H.U., cx. 417, carta de Bernardo Simões Pessoa, cônsul de Portugal em Marrocos.
- ¹⁸ AFONSO, pp. 153-156.
- ¹⁹ OLIVEIRA MARTINS, *Portugal e Marrocos no Século XVIII*, Lisboa, 1837, pp. 103, AFONSO 110.
- ²⁰ *Ibid.*, pp. 130-135.
- ²¹ Cf. Texto integral in OLIVEIRA MARTINS, pp. 200-207.
- ²² O. MARTINS, pp. 208-209.
- ²³ AFONSO, p. 175.
- ²⁴ Citado por AFONSO, *op. cit.*, p. 110.
- ²⁵ «Reflexões sobre a conveniência e vice-versa de se estabelecer a paz com o rei de Marrocos», O. Martins, pp. 180-181, AFONSO, p. 175. Este autor publicou o texto integral destas reflexões no apêndice documental do seu estudo, pp. 286-287.
- ²⁶ AFONSO, pp. 286-287.
- ²⁷ Este “refresco” era segundo ordens de Moulay Slimane composto de bovinos, ovinos, leguminosas, carne salgada, trigo, bolachas, etc. MANSOURI, 104, nota 44 e doc. árabe n.º 112, p. 717.
- ²⁸ AFONSO, 165.
- ²⁹ MANSOURI.
- ³⁰ *Ibid.*, 116, AFONSO, pp. 122-123.
- ³¹ AFONSO, p. 120.
- ³² Sidi Mohammed ben Abdellah ordenou que fossem punidos os corsários de Argel por terem agredido um português em Tânger. A.H.U., Norte de África, cx. 417.
- ³³ AFONSO, 178.
- ³⁴ Cf. carta do cônsul a Mulay Soulaymane, de 19.7.1797, in MANSOURI, p. 743.
- ³⁵ MANSOURI, p. 65.
- ³⁶ *Ibid.*, p. 767.
- ³⁷ AFONSO, pp. 192-193.
- ³⁸ *Ibid.*, pp. 214-215
- ³⁹ Cf. Carta de Mulay Soulaymane aos governadores dos portos, de 26/8/1793, e as de Colaço ao sultão, de 15/5/1797 e 19/7/1797 em ANTT, MNE, 299 ou MANSOURI, *op. cit.*, pp. 691, 726, 742, etc.
- ⁴⁰ Citado por AFONSO, pp. 234-235.
- ⁴¹ *Ibid.*, 116, AFONSO, pp. 122-123.
- ⁴² AFONSO, p. 278.

O Tratado Luso-Marroquino de 1774 e o Magrebe

Um relacionamento integrado

Jorge Afonso

Instituto Infante D. Henrique, Faculdade de Letras de Lisboa

O **TRATADO LUSO-MARROQUINO DE 1774** não se esgotou na sua assinatura. Este acordo funcionou como ponto de partida de fundamental importância para o relacionamento integrado com outras realidades políticas magrebina e sem o qual a política externa portuguesa e os objectivos por esta pretendidos teriam ficado comprometidos.

As regências de Tunes e Argel, sobretudo esta última, completaram as abordagens ao Magrebe iniciadas com a normalização das relações com o império xarifino. Privilegiando o desenvolvimento do comércio e navegação entre Marrocos e o reino português, o Tratado de 1774 permitiu aos governantes portugueses, alicerçados em bases constituídas pelos seus representantes no reino alauita, o coroar dos esforços de aproximação ao espaço magrebino, em Junho de 1813, com o estabelecimento de um Tratado de Paz com a regência argelina.

A diplomacia portuguesa no terreno

Para a gerência da nova realidade política surgida após a assinatura do Tratado de 1774 revelou-se de crucial importância a existência no império xarifino de um conjunto de agentes diplomáticos com funções vastíssimas, cujos limites existiam apenas tendo como prioridade os interesses do reino português.

Quando em 2 de Dezembro de 1780 Mohammed ben Abdellah escreveu a Martinho de Mello e Castro sugerindo a nomeação de «...Jorge Colação por consul, porque he sugeito de probidade, e nos agrada mais que os outros consules que rezidem em os nossos portos, ou ao seu filho em seu lugar pois elle he pobre, e digno de todo o favor...»¹, já qualquer dos dois portugueses tinha representado o seu país várias vezes. O ofício de Martinho de Mello e Castro a José Roleen Van-Deck, negociador pela parte portuguesa do Tratado de 1774, no qual este era informado da nomeação de Bernardo Simões Pessoa para o cargo de cônsul-geral da nação portuguesa colo-

Pormenor da carta da costa ocidental de África, publicada em 1738, na qual é visível o litoral atlântico do Império Xarifino. Arquivo Histórico Ultramarino

cado em Mogador, para além do reconhecimento da importância daquele porto da costa atlântica para o sultão de Marrocos, atribuída já aos Colaço um papel relevante nos assuntos magrebinos.

Em 1769, os Colaço intervieram na assinatura da primeira Trégua com Marrocos, efectuada logo após o abandono de Mazagão, e no ajuste da terceira em 1771. Em 1773 acompanharam a embaixada que negociou o Tratado de Paz com o sultão marroquino Mohammed ben Abdellah. Não tendo logo desempenhado um papel central na questão marroquina, isso só aconteceu a partir de 1785 com a nomeação de Jorge Pedro Colaço como cônsul da nação portuguesa em Tânger,² os Colaço desenvolveram até à paz com Argel de 1813 e durante todo o século XIX (José Daniel Colaço abandonou Marrocos em 1896) a sua actividade como agentes diplomáticos da nação portuguesa no império xarifino.

Em 1784 morreu Jorge Colaço. Ordens de Mohammed ben Abdellah foram dirigidas aos magistrados em Tânger no sentido de reconhecerem o filho deste na sua nova função diplomática e de o tratarem como tal. Posto perante os factos que traduziam o reconhecimento desfrutado pela família Colaço em todo o império, o governo de Lisboa nomeia em 1785, por Real Despacho de 12 de Outubro, Jorge Pedro Colaço como cônsul da nação portuguesa em Tânger. Face à conjuntura marroquina no reinado de Mulay Yazid, entre 1790 e 1792, a sua permanência no centro dos acontecimentos permitiu-lhe uma leitura correcta da sociedade magrebina, desempenhando papel relevante na crise que sobreveio à morte do sultão e só terminou com a entrada em Marraquexe de Mulay Soulaymane em 1796.

A falta de visão estratégica dos comerciantes portugueses que demandavam os mercados marroquinos de cereais e gado, privilegiando o imediato em detrimento de procedimentos que visassem o médio e o longo prazo, continuando assim a frequentar os portos na posse das forças rebel-

des a Mulay Soulaymane, quase levaram à ruptura entre os dois reinos. Posto perante o problema, o reino português recusou qualquer apoio aos rebeldes das províncias do sul do império, impedindo-lhes também a subsistência através de direitos arrecadados sobre a exportação de cereais. Esta acção foi secundada pelos avisos de Jorge Pedro Colaço aos comerciantes portugueses para evitarem a frequência do porto de Safim e de outros locais da costa atlântica afectos aos rebeldes. A questão foi definitivamente encerrada com a «Carta para o pretendido Rey de Marrocos» enviada pelo príncipe do Brasil, onde este se recusava a receber o enviado do pretendente Mulay Husayn oferecendo ao mesmo tempo a mediação de Portugal para a resolução do conflito.

À competência do cônsul português, tão necessária para a resolução desta crise, juntavam-se também as mais variadas informações, sempre atempadamente remetidas às autoridades em Lisboa. Primeiro, sobre as condições económicas marroquinas, dando conta dos anos de grande produção cerealífera ou daqueles em que as pestes ou as pragas a arruinavam. Depois, acompanhando as movimentações do corso argelino em direcção ao Atlântico e que eram comunicadas pelos pescadores portugueses assíduos frequentadores das férteis águas da costa atlântica de Marrocos. Por fim, tratando da logística, nos portos marroquinos, da esquadra portuguesa que cruzava o estreito.

No ano de 1796 levantou-se entre os comerciantes que corriam o tráfego de Marrocos uma agitada polémica sobre os trigos da Berbéria. Novamente o cônsul em Tânger foi chamado a intervir na sequência das instruções enviadas de Lisboa. Invocavam-se nestas a necessidade de aumentar o comércio entre os dois reinos «cujo principal objecto he o trigo», solicitavam-se facilidades e protecção para os vassallos portugueses que se dirigissem aos portos marroquinos³ ao mesmo tempo que sugeria a obtenção de um

porto privativo para o comércio português. Em Janeiro de 1797 as solicitações alargaram-se ao abastecimento de gado. O prestígio e valimento de Jorge Pedro Colaço, que em Julho do mesmo ano será nomeado cônsul-geral, tudo foram conseguindo.

Os anos seguintes foram gastos a contribuir para a sempre eterna e difícil questão do aprovisionamento de cereais no país, tentando combater a concorrência das potências europeias no acesso aos mercados norte africanos e ao mesmo tempo colmatar os erros cometidos nas praças do litoral Atlântico de Marrocos pelos comerciantes portugueses. Defrontando-se com as intrigas permanentes dos cônsules estrangeiros em Tânger, transformando o império num espaço onde se confrontavam os interesses europeus, Jorge Pedro Colaço vai tentar explicar ao sultão marroquino a complicada conjuntura interna portuguesa que motivara a saída da corte para o Brasil.

Em 1810, o reputado arabista frei Manuel Rebelo da Silva informava D. Miguel Pereira Forjaz de ter o nosso diplomata desempenhado eficazmente a missão de apresentação de cartas ao primeiro-ministro marroquino, acrescentando: «Posso contudo segurar que não tem faltado diligências, e que o nosso cônsul conserva para estes povos, ministro e rey, o seu antigo conceito, em que nenhum outro o iguala.»⁴

A vigilância sobre o curso de Argel continuou a ser uma das principais missões dos agentes em Marrocos. Perante o último fôlego desta actividade da Regência no início do século XIX, que levantava a questão da informação correcta e atempada das movimentações do curso argelino, são constantes os despachos para Lisboa enviados através das embarcações portuguesas que aqui se dirigiam ou usando outros canais como as representações nacionais em portos do sul de Espanha.⁵

A 10 de Fevereiro de 1814 morreu, em Tânger, o cônsul-geral português. As repercussões do acontecimento no *makhzen* marroquino são

imediatas e provam a importância desfrutada pelo antigo cônsul.

A importância do consulado de Tânger e do agente aí colocado para a complementaridade da estratégia diplomática portuguesa em relação ao Norte de África foi fundamental. Nele se centralizaram as investidas sobre os férteis mercados que forneciam o reino português em cereais e gado, para ele confluíram as informações provenientes dos barcos de pesca, navios de guerra e de todos os outros portos de Marrocos sobre o curso das Regências, ali se coordenou o apoio à esquadra do estreito e todos os dados referentes à conjuntura magrebina. Sem a fonte de informação constituída pela representação portuguesa em Tânger, dado essencial para a elaboração da nossa política externa no Norte de África, pouco ou nada se teria conseguido em termos geoestratégico em relação ao conjunto magrebino e à sua complementaridade.

Em Março de 1814 frei Manuel Rebelo da Silva resumiu de forma lapidar a importância do diplomata português: «O consul geral Jorge Pedro Colaço modelo de vassalos virtuosos morreo já; mas deixa na pessoa de seu filho Jorge Joze Colaço consul de Tânger hum digno herdeiro de todas as suas virtudes, de tal sorte que Vossa Excelência terá a satisfação de não conhecer menor diferença no Real serviço em Marrocos.»⁶

O Tratado de 1774 e o conjunto magrebino

A importância de que se revestia para Portugal o Tratado de 1774 levou a uma negociação rodeada de especiais cuidados com o objectivo de transformar a trégua existente desde a carta de 5 de Setembro de 1769, escrita pelo xarife de Marrocos ao rei D. José, três meses após o abandono de Mazagão, em tratado definitivo de Paz, Navegação e Comércio.⁷

A prisão e posterior restituição ao imperador de Marrocos de dois corsários daquele império,

Carta de Abul Hasain Aly, filho do sultão de Marrocos Mohammed ben Abdellah (1757/1790) a Martinho de Mello e Castro, de Agosto de 1775, na qual se pede ao ministro português o envio de várias encomendas. Arquivo Histórico Ultramarino





Carta de Mulay Soulaymane (1792–1822)
 a Martinho de Mello e Castro, de 16 de Dezembro
 de 1794, na qual este se congratula pela
 proibição decretada pelas autoridades portuguesas
 aos seus comerciantes de frequentarem
 os portos na posse dos rebeldes marroquinos.
 Arquivo Histórico Ultramarino

dos muitos que infestavam as costas portuguesas, um dos quais chegou a penetrar na Barra de Lisboa; as ordens expedidas por D. José para serem tratadas as embarcações marroquinas de guerra ou comércio como amigas e aliadas da Coroa de Portugal foram alguns dos sinais exibidos perante o xarife alauita da boa-vontade portuguesa para iniciar o período pós-Mazagão. A intenção portuguesa era a de firmar um Tratado prolongando a «Tregoa, cessão de Armas, que felizmente dura depois de alguns Annos, entre as Cortes, de Portugal, e de Marrocos».⁸

Estrategicamente o Tratado Luso-Marroquino de 1774 foi um sucesso de Portugal e da sua política externa, como o provam as ratificações de 1790 e 1798 durante os reinados de Mulay Yazid e Mulay Soulaymane. Faltava apenas a sua integração na perspectiva mais alargada das relações com o conjunto magrebino.

Trave mestra da estratégia portuguesa em relação ao Norte de África o Tratado assinado entre os dois reinos foi depois acompanhado por um conjunto de acordos diplomáticos de modo a tornar possível a sua integração nos planos da opção atlântica que sempre marcou a política externa portuguesa. A aproximação ao império xarifino só deve ser lida dentro de uma lógica de complementaridade com as outras realidades políticas magrebina de alto valor estratégico para Portugal: Tunes e Argel. A noção da importância de paz com Marrocos, para a qual contribuiu a longa experiência portuguesa, era atestada pelos seus próprios diplomatas. A opinião dos nossos representantes em Marrocos atravessou o período que decorreu entre 1774 e 1813, ano em que se acordou a paz com Argel, resistiu às crises conjunturais da monarquia portuguesa e por isso mesmo se revelou plena de bom-senso, indo ao encontro das opções geoestratégicas do reino português.

Apenas cinco anos após a assinatura do Tratado de 1774, Bernardo Simões Pessoa atestou a sua importância num ofício a Martinho de Mello

e Castro essencial para o estudo das relações luso-magrebina⁹. Neste documento antecedido, por observações sobre a necessidade do controlo do curso da Regência de Argel e da passagem do estreito, havia já a noção exacta da necessidade de integrar as relações com Marrocos num todo mais amplo, onde teriam de entrar igualmente as regências magrebina. Noutro ofício, também datado de Fevereiro de 1779 e com origem em Mogador, o cônsul-geral voltava a informar Martinho de Mello e Castro do facto de terem passado o estreito cinco chavecos argelinos aduzindo que «...desta sorte, muito deve sofrer a navegação portuguesa, enquanto não chegarem as providencias que Vossa Excelencia sabe».

A crise de sucessão, logo após a morte de Mulay Yazid, marcou uma fase importante nas relações entre Portugal e Marrocos e pôs à prova o discernimento das autoridades de Lisboa em matéria de política externa. As necessidades cerealíferas levavam a que homens de negócio, fundamentalmente da praça de Lisboa, continuassem a frequentar os portos que escoavam a produção de «graons» de Marrocos e que se situavam em áreas ainda não submetidas a Mulay Soulaymane. Este facto criou alguns problemas ao governo de Lisboa no relacionamento com o soberano alauita. Assim, agiu-se rapidamente com a consciência do que estava em jogo. A questão essencial era a de não deixar que a componente marroquina viesse a afectar o papel mais amplo do conjunto magrebino na política externa portuguesa.

A corte em Lisboa, devidamente alertada pelos despachos dos seus representantes, susteve os avanços dos opositores de Mulay Soulaymane que lhe procuravam o apoio. Em carta enviada por Martinho de Mello e Castro a ben Nacer, paxá da província da Duquela, afirmava-se não poder o governo ter comunicação alguma com os revoltosos, proibindo os vassallos do reino de Portugal de frequentarem os portos sob a sua domi-

nação¹⁰. Ordens idênticas foram também transmitidas ao cônsul em Tânger, para que delas desse conhecimento às autoridades daquela cidade marroquina, devendo também as decisões ser comunicadas ao próprio Mulay Soulaymane «(...) para que este príncipe veja as puras, e sinceras intenções do Príncipe Nosso Senhor para conservar a boa intelligencia, e sincera amizade entre esta corte, e a de Marrocos».

A diplomacia portuguesa escolhia assim definitivamente o campo de Mulay Soulaymane, emitindo o seu representante em Tânger solene aviso aos comerciantes estabelecidos nos portos de Safim e Mazagão, alertando-os para os perigos de continuarem a comerciar com os súbditos marroquinos revoltados contra o seu legítimo soberano.¹¹ Tentou-se desempenhar um papel mais activo nesta crise. Em carta para o «pretendido rey de Marrocos» o futuro D. João VI ofereceu os seus «... bons officios para que a bõa harmonia se restabeleça entre voz, e os principes vossos irmaons, de maneira que a liberdade do commercio não sofra impedimentos, e que as nações amigas, e neutras haja de gozar da liberdade que lhes he permitida por todo o direito das gentes».¹²

Reflexão elaborada mais tardiamente, e beneficiando de uma visão distanciada dos acontecimentos, foi a carta na qual o arabista frei Manuel Rebelo da Silva responde às questões colocadas por D. Miguel Pereira Forjaz «para deliberar com maior conhecimento, acerto, e segurança possível nos negocios com Marrocos». Esta longa exposição, escrita cerca de um ano depois da morte de Jorge Pedro Colaço, é uma síntese bem conseguida das relações luso-marroquinas entre 1792 e 1814 e do que deveriam ser os procedimentos do governo de Lisboa. Frei Manuel Rebelo da Silva aponta factos que estiveram na origem do maior ou menor ressentimento do sultão marroquino com as potências europeias. Este ligava-se directamente ao modo de operar dos seus comerciantes os quais, frequentando os

locais de escoamento da produção marroquina ao sul do rio Morbeia, sustentavam um comércio proibido por Mulay Soulaymane e, também, o estado de rebelião contra o legítimo soberano marroquino. Estavam aqui as causas, segundo o religioso português, da «escacez do commercio da Barbaria».

A importância do relacionamento luso-marroquino era notória. À data da carta, a paz com a Regência de Argel já tinha sido concluída. Os avanços em direcção ao espaço argelino, nos quais se incluíam, entre outros, a Trégua com a Regência de Tunes e as três viagens de James Scarnichia a Argel para a libertação dos cativos que ali se encontravam, eram razões mais do que suficientes para a necessidade de uma política integrada contemplando as várias realidades políticas presentes no espaço magrebino.

O Tratado de Paz entre Portugal e a Regência de Argel fechava, assim, um círculo iniciado com o Tratado Luso-Marroquino de 1774. Quase quarenta anos de diplomacia pondo em prática os superiores interesses da nossa política externa tinham-se jogado na complementaridade política concertada com todas as realidades magrebina. Não se pode dizer que os resultados tenham sido nefastos para o reino português.

As aproximações do governo português à Regência de Argel coincidiram com períodos de domínio inglês, ou de luta por esse domínio, no Mediterrâneo. Elas foram subordinadas aos interesses da Grã-Bretanha que se inseriam numa estratégia mais vasta de controlo dos acessos à Índia e de manutenção do domínio no Atlântico. Portugal viu-se assim na contingência de tomar partido no confronto das hegemonias que teve lugar na Europa entre 1767 e 1815 e de por ele pautar a sua política externa. Os avanços em direcção a Tunes e Argel, sem os quais seria inviável a complementaridade magrebina, passaram a ser efectuados sob a égide da potência que saiu vencedora desse confronto, a Inglaterra.

Carta de Mulay Yazid (1790-1792) à rainha D. Maria I, de 6 de Fevereiro de 1791, na qual se confirma o Tratado de 1774 e se renovam as facilidades concedidas aos vassallos portugueses para comerciar com toda a segurança nos portos marroquinos. Arquivo Histórico Ultramarino



Os tratados com o império alauíta e as Regências de Argel e Tunes sublinhavam a importância vital para o reino português do espaço atlântico através do qual afluía aos seus portos um intenso comércio colonial, gerador de prosperidade, riqueza e segurança. Por aí receberia também o país, em caso de agressão pela fronteira terrestre, o necessário auxílio para lhe fazer frente.

A navegação e o comércio

A navegação e o comércio possuem no caso concreto do espaço magrebino, características próprias que deverão ser analisadas de forma cuidada. Quando se aborda a questão do tráfego marítimo em águas do Magrebe, face à sua intensidade e riqueza, de imediato nos surge o problema do corso berberesco e de todo o conjunto de actividades que terão de ser tidas em conta na elaboração de qualquer acordo diplomático.

Os oito resgates levados a cabo pelos «Padres Redemptores da Santíssima Trindade» no século XVIII, trazendo de regresso ao reino cerca de milhar e meio de portugueses cativos, depois de na segunda redenção, em 1726, expressamente se afirmar que não restava em Argel mais nenhum cativo português, são elucidativos do principal problema que afectava as relações com o Magrebe.

A importância do controlo da actividade do curso marítimo argelino cresceu depois do Tratado de 1774. A carta de Mohammed ben Abdelah, em resposta à enviada por D. Maria I na qual é solicitada a sua mediação na paz com Argel e onde também se pedem os seus favores no combate à ameaça corsária, traduz o empenho do reino português na normalização das relações com a regência argelina.¹³

Nos anos que decorreram entre a assinatura do Tratado com Marrocos e a Paz com Argel as notícias das depredações causadas pelos corsários argelinos no Mediterrâneo, ao longo das cos-

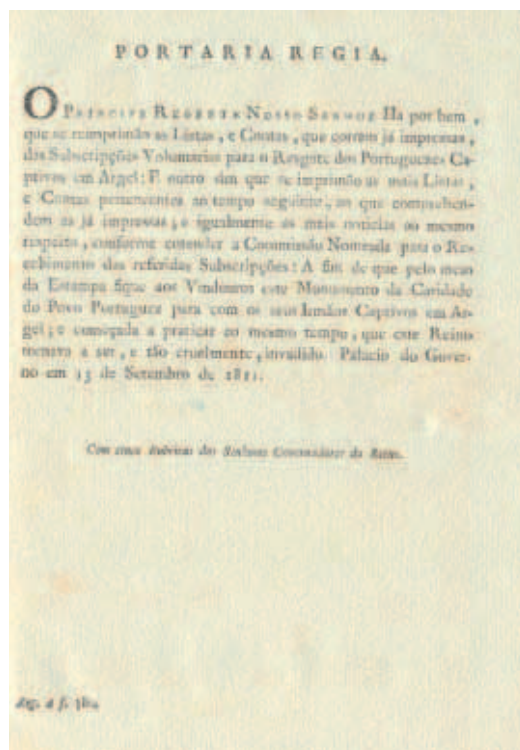


Frontispício da «Collecção de notícias acerca do resgate dos portuguezes captivos em Argel...», ajustado em 1810. Este resgate foi um dos três que antecedeu a paz de 1813 com esta potência berberesca. Arquivo Histórico Ultramarino

tas portuguesas e das rotas que cruzavam o Atlântico Sul, espalham-se pelas páginas da *Gazeta de Lisboa*. Os despachos enviados pelos nossos representantes no Magrebe espelham as constantes preocupações sobre a segurança do tráfego marítimo proveniente de Marrocos e do Brasil. Em muita outra documentação também oriunda de vários pontos do espaço magrebino multiplicam-se os apelos à libertação e regresso à Pátria dos milhares de cativos nos Banhos da Regência de Argel cujos custos se anteviam incomportáveis para a coroa portuguesa.

Um interessante exemplo do valor atribuído em Portugal ao relacionamento com o Magrebe e das reflexões que este suscita encontra-se na documentação das Caixas do Norte de África, do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Mão anónima, mas profundamente conhecedora dos

Portaria Régia incluída na «Collecção de notícias acerca do resgate dos portuguezes captivos em Argel...». Arquivo Histórico Ultramarino



problemas da política externa portuguesa, afirmava facilitar a paz com Marrocos o cruzeiro da nossa esquadra contra os argelinos e as mais potências berberescas no Mediterrâneo, permitindo segurar inteiramente a navegação dos navios mercantes, especialmente a do Brasil; a situação estratégica do Império xarifino, banhado pelo Mediterrâneo e Atlântico, possibilitava que em oito ou nove dos seus portos se acolhessem pequenos corsários capazes de criarem problemas à nossa marinha mercante. Concluía-se «...que se rompermos com os Marroquinos, será bem dificultoso, quasi impossível embarçar a união dos corsários Argelinos com elles».¹⁴

O último grande fôlego do curso argelino lançou sobre o comércio marítimo português o que restava dos corsários da Regência. A perda, entre muitas outras embarcações, do bergantim *Lebre*

Pequeno e da fragata da marinha de guerra *Cisne*, em Maio de 1802, vai lançar para Argel mais algumas centenas de cativos e exigir um enorme esforço que tendo em conta as depauperadas finanças régias irá atravessar toda a sociedade portuguesa e rapidamente fechar o círculo iniciado em 1774 com o Tratado com Marrocos: a paz de 1813 com Argel.¹⁵

Está presente, em toda a documentação deste período, o permanente cuidado em garantir o abastecimento de trigo ao reino português. Pode afirmar-se, sem grande margem para dúvidas, que o desenvolvimento do comércio cerealífero com Marrocos foi um dos principais vectores em que Portugal assentou toda a sua política com o Magrebe.

Em Dezembro de 1774, Bernardo Simões Pessoa informou Martinho de Mello e Castro da não concessão de licenças para a exportação de cereal «porque dos frutos deste paiz exceptuando o trigo, os mais pouca figura fazem»¹⁶. Em Setembro de 1776 voltava o cônsul-geral português a informar Lisboa. Desta vez o assunto prendia-se com a actividade especulativa para a qual alertava os comerciantes portugueses. Apesar da colheita desse ano em Marrocos ter sido abundante, o preço do trigo tinha atingido níveis muito altos. O Tratado de 1774, ao qual se juntaram as tentativas de controlo do curso argelino, tinha incrementado e dado alguma segurança ao comércio com Marrocos. Este sentimento era expresso pelo governador do porto de Salé em carta ao «Ministro da Grande Rainha de Portugal, o Senhor Martinho de Melo» na qual assegurava o desejo de observância do Tratado de Paz entre as duas cortes e oferecia a todos os vassallos portugueses a oportunidade de negociar e extrair os géneros marroquinos com toda a segurança.¹⁷

A situação de tranquilidade para os homens de negócios que corriam o comércio de «graons» com Marrocos durante o reinado de Mohammed



Largo principal de Tetuão, visto do bairro judeu, durante a celebração do casamento do governador desta cidade marroquina, em Abril de 1833. Arquivo Histórico Ultramarino

ben Abdellah e que continuará a existir durante o breve período de governação de Mulay Yazid, conforme o atesta a sua missiva à rainha D. Maria I, na qual se afirma a vontade de continuação da Paz com Portugal, irá contudo sofrer mudanças drásticas. A situação problemática vivida no ano de 1797 pelos comerciantes do reino estabelecidos no sul de Marrocos «levou os negociantes Portugueses estabelecidos na Prassa de Mazagão para as condusoís de trigos para a nossa Corte, e cidade de Lisboa» a dirigir uma petição a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, solicitando-lhe a intervenção junto da rainha para tentar reduzir o impacto que esta poderia vir a ter no abastecimento ao reino e à cidade de Lisboa.¹⁸

O significativo aumento da importação de cereais no ano de 1796 esteve na origem da discussão no ano seguinte e que passou por uma

profunda reflexão sobre a importância do trigo marroquino para o abastecimento do reino português. A constatação dessa importância motivou o envio de instruções de natureza puramente económica ao cônsul em Tânger Jorge Pedro Colaço, das quais faziam parte um novo artigo a incluir no Tratado firmado em 1774. A realidade acabou por se traduzir na ratificação de 22 de Junho de 1798 e na qual Portugal conseguiu a inclusão do pretendido artigo assegurando a renovação dos abastecimentos de cereais afectados pela crise sucessória que tinha atingido o império xarifino. O recurso ao mercado marroquino funcionava assim para os homens de negócios portugueses como alternativa, permitindo-lhes a participação em actividades geradoras de apreciáveis rendimentos e motivadoras das reflexões sobre as reais vantagens de se con-

tinuar o abastecimento em Marrocos ao qual se tentava ainda juntar a sempre aliciante utilização da marinha mercante nacional, para mais quando muitas das embarcações que a compunham eram propriedade dos comerciantes de trigo da Berbéria.

«A Rellação das Parcelas de Dinheiro destinadas aos Portos de Safy, e Mazagão, que entregarão no Terreiro desta cidade os Negociantes abaixo, e os Commissarios que tem tráfego, e manejo, no mesmo Terreiro em nome dos Negociantes por quem respondem; para haverem de ser transportados a bordo do Bergantim Lebre», em Novembro de 1797, à qual se deve obrigatoriamente juntar a extensa massa documental sobre as trocas comerciais com o Magrebe são bem o exemplo de um intenso e próspero tráfico de trigo com Marrocos e que irá ter continuidade na política de abastecimento frumentário do reino português.

Conclusão

O Tratado Luso-Marroquino de 1774 funcionou assim como marco de importância fundamental para o relacionamento entre Portugal e o Magrebe até à Paz com Argel de 1813.

As opções geoestratégicas portuguesas durante final do século XVIII e início do XIX dificilmente se podem compreender se for desprezada a sua componente magrebina. Durante perto de quarenta anos os nossos agentes no terreno vão manobrar e gerir a informação disponível, em conjunto com as autoridades em Lisboa ou no Rio de Janeiro, no sentido de controlar os efeitos perversos do curso berberesco, assegurar a continuidade dos fluxos comerciais e dar a segurança possível ao tráfico marítimo/comercial oriundo do Brasil.

Gerindo a conjuntura nacional e internacional, Portugal vai abordar as relações com o império xarifino e as Regências de Argel e Tunes numa lógica de complementaridade, nunca dei-

xando de sublinhar a importância de que para si se revestia todo o conjunto do Magrebe.

- ¹ A.H.U. – Caixa Norte de África 404, Carta do sultão de Marrocos a Martinho de Mello e Castro, datada de Tânger, em 20/12/1780.
- ² ATHLON, Caixa Norte de África 404, Cópia da Carta Régia de D. Maria I, datada de Lisboa, em 12/10/1785.
- ³ A.H.U. – Caixa Norte de África 421, Cópia de diferentes parágrafos que se contem mais instruções dadas a Jorge Pedro Colaço, Cônsul da Nação Portuguesa em Tânger, em 9/12/1796.
- ⁴ A.H.U. – Caixa Norte de África 413, Ofício de frei Manuel Rebelo da Silva a D. Miguel Pereira Forjaz, datado de Tânger, em 20/7/1810.
- ⁵ A.H.U. – Caixa Norte de África 413, Ofício de Jorge Pedro Colaço a D. Miguel Pereira Forjaz, datado de Tânger, em 12/9/1811.
- ⁶ A.H.U. – Caixa Norte de África 426, Carta de frei Manuel Rebelo da Silva a D. Miguel Pereira Forjaz, datada de Lisboa, Convento de Nossa Senhora de Jesus, em 9/3/1814.
- ⁷ Joaquim Figanier, *Frei João de Sousa. Mestre e intérprete da Língua Árábica*, p.26.
- ⁸ AHU – Caixa Norte de África 412, Minuta do Tratado Luso-Marroquino de 1774.
- ⁹ A.H.U. – Caixa Norte de África 424, Ofício de Bernardo Simões Pessoa a Martinho de Mello e Castro, datado de Mogador, em 9/12/1779.
- ¹⁰ A.H.U. – Caixa Norte de África 389, Carta de Martinho de Mello e Castro a Ben Nacer, datada do Palácio de Queluz, em 24/11/1794.
- ¹¹ A.H.U. – Caixa Norte de África 404, Ofício de Jorge Pedro Colaço aos comerciantes portugueses no porto de Safim, datado de Tânger, em 18/4 /1795.
- ¹² A.H.U. – Caixa Norte de África 421, Carta do príncipe D. João ao pretendido rei de Marrocos, datada do Palácio de Queluz, em 16/4 /1796.
- ¹³ A.H.U. – Caixa Norte de África 422, Carta de Mohammed ben Abdellah à rainha D. Maria I [1790].
- ¹⁴ A.H.U. – Caixa Norte de África 389, *Reflexões sobre a conveniência e vice-versa de se estabelecer a paz com o rei de Marrocos*.
- ¹⁵ A observação da *Collecção de notícias acerca do resgate dos portugueses captivos em Argel ajustado no anno de 1810* permite ler o impacto social da questão dos cativos e a forma como toda a sociedade portuguesa contribuiu para a sua solução.
- ¹⁶ A.H.U. – Caixa Norte de África 424, Ofício de Bernardo Simões Pessoa a Martinho de Mello e Castro, datado de Mogador em 2/12/1774.
- ¹⁷ A.H.U. – Caixa Norte de África 389, Carta do governador de Salé a Martinho de Mello e Castro, datada de Salé, em 10/7/1793.
- ¹⁸ A.H.U. – Caixa Norte de África 427, Petição dos negociantes portugueses estabelecidos em Mazagão a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de Mazagão, em 23/11/1797.

Marrocos e Portugal após o Tratado de 1774

Triunfo da paz e da cooperação

O t h m a n M a n s o u r i

Universidade de Casablanca

APÓS O TRATADO DE 1774, Marrocos e Portugal entram numa nova era caracterizada pela concórdia e pela cooperação, uma era onde domina o sentido dos interesses recíprocos. Os dois países puderam, assim, colher os frutos dessa política, tanto no reinado do sultão Sidi Mohammed ben Abdellah como no dos seus sucessores.

Este estudo visa mostrar a transição da guerra para a paz nas relações entre os dois países; da mesma forma que se esforça por fazer prevalecer a importância deste tratado de paz quer no plano intrínseco quer no plano das vantagens que ele trouxe aos dois países.

Sendo vasto o assunto, limitar-nos-emos a tratar unicamente o período entre 1774 e o final do século XVIII, insistindo no facto de as consequências positivas do acordo terem perdurado até à proclamação do protectorado francês em Marrocos em 1912 e da aproximação entre os dois Estados ter permanecido sólida até aos nossos dias.

Preliminares ao Tratado de paz

Antes da conclusão do Tratado de 1774, desejado por ambas as partes, houve tentativas de aproximação e negociações prévias. Sabemos, por exemplo, que Portugal fez questão de estabelecer relações cordiais com Marrocos desde o reinado do sultão Mulay Ismaïl. Mas o problema da ocupação de el Jadida travou todas as tentativas de reconciliação e a normalização das relações, tanto mais que o reinado de Mulay Ismaïl se distinguiu pela importância concedida à guerra santa e pela necessidade de recuperar os portos ocupados pelos cristãos. Com efeito, em 1677, uma embaixada portuguesa chegou a Marraquexe mas sem conseguir chegar a um acordo entre os dois países.¹ Em 1689, o sultão Mulay Ismaïl reclamou ao rei de Portugal a libertação de el Jadida. Em 1691, nova embaixada portuguesa, presidida por José Álvares, foi enviada a Meknès no intuito de chegar a um acordo



Frontispício da obra «Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc», Paris, Paul Geuthner, 1924. Biblioteca Nacional de Lisboa

relativo aos prisioneiros, mas Mulay Ismaïl levantou o problema de el Jadida e, a 1 de Setembro do mesmo ano, dirigiu ao rei de Portugal, D. Pedro II, um carta a este respeito.²

Os sucessores do soberano marroquino prosseguiram a mesma política que seu pai em relação a Portugal. Assim, Mulay ben Abdellah opôs-se firmemente à libertação dos prisioneiros portugueses. Mais, seu filho Sidi Mohammed deu início a preparativos militares a fim de libertar el Jadida. E, a partir de 1 de Dezembro de 1768, com cerca de 75 mil homens, procederam ao cerco da cidade, cerco que como se sabe terminou com a sua libertação no sábado 11 de Março de 1769³. Todavia, é preciso notar que este acontecimento, longe de atizar o conflito e a guerra entre os dois países, abriu pelo contrário a via para uma nova era de entendimento e de cooperação progressiva. Esta orientação pacífica era ardentemente desejada e pedida por ambas as partes. Aliás, a política empreendida pelo sultão Sidi Mohammed ben Abdellah, política de abertura dos portos do Marrocos Atlântico destinada a estimular o comércio com a Europa, correspondia à nova orientação. Tratava-se igualmente de evitar a pirataria que se tornava difícil dada a supremacia dos navios europeus⁴. Esta política tinha a aprovação da maioria dos países europeus que procurava proteger as suas frotas das agressões dos corsários marroquinos⁵. Portugal, em particular, aspirava a pôr termo aos ataques aos seus barcos e portos por parte desses piratas marroquinos que ameaçavam o seu comércio com o Brasil. Aos corsários marroquinos juntavam-se igualmente os corsários argelinos e tunisinos, que encontravam refúgio nos portos marroquinos. E todos provocavam pesadas baixas aos adversários. Foi esta a razão por que, após a recuperação de el Jadida, mal o sultão de Marrocos exprimiu o desejo de concluir uma trégua com Portugal, que este se mostrou imediatamente interessado em aceitar a proposta.⁶

Assim, antes da conclusão do Tratado de 1774, houve entre Marrocos e Portugal uma aproximação que preparou o terreno e permitiu a assinatura de uma trégua.

É de assinalar que a iniciativa partiu do sultão Sidi Mohammed ben Abdellah que, após a recuperação de el Jadida, enviou a Portugal, em Junho de 1769, um dos seus colaboradores, Manoel de Pontes.⁷

Este entregou ao rei de Portugal, D. José, uma carta em que o sultão acusava os portugueses de terem provocado explosões com dinamite em el Jadida, no momento da partida, causando o massacre de inúmeros marroquinos. Com base nesta carta, o soberano português reuniu uma assembleia consultiva e redigiu a resposta onde fez saber que a operação se devera ao não respeito da trégua por parte dos marroquinos que penetraram na cidade e infligiram enormes baixas aos portugueses. Os membros da Assembleia insistiram na necessidade de concluir uma trégua com Marrocos, a fim de proteger os seus portos e o comércio com o Brasil. O rei de Portugal apressou-se a enviar Manoel de Pontes a Marrocos, portador de uma carta onde recomendava ao sultão que desse início rapidamente a conversações com vista à assinatura de um tratado final de paz entre os dois países. Por intermédio deste mensageiro, o rei enviou ao sultão numerosos presentes: pérolas preciosas, tecidos de grande qualidade como panos bordados, *mousselines* e outros.⁸

A 1 de Setembro de 1769, os dois países assinaram uma trégua de um ano. O cônsul de Portugal, Jorge Colaço, participara nas negociações desta trégua que posteriormente foi prolongada por mais dois anos⁹. Durante esta trégua, as relações comerciais evoluíram favoravelmente pois o porto de Fedala começou a exportar para Portugal e Espanha quantidades enormes de trigo.¹⁰ Todavia, apesar da assinatura da trégua, alguns corsários marroquinos atacaram as costas portu-

guesas e abriram fogo sobre os navios ancorados no porto de Lisboa, causando graves prejuízos. Por seu lado, os portugueses conseguiram capturar dois navios marroquinos. O incidente acelerou as negociações com vista à conclusão de um tratado de paz duradouro. Assim, no final de Setembro de 1773, o rei de Portugal empossou um almirante militar, de origem holandesa, José Rollen Van-Deck, como ministro delegado junto do sultão de Marrocos, com plenos poderes para negociar com qualquer homólogo seu nomeado pelo sultão de Marrocos¹¹. O cônsul-geral em Marrocos, Bernardo Simões Pessoa, foi encarregado de acompanhá-lo.

Das orientações dadas por Portugal ao seu cônsul-geral sobressai a importância crucial atribuída por este país à assinatura do tratado. Com efeito, a carta escrita pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Martinho de Mello e Castro, e entregue ao embaixador em questão, engloba 64 pontos¹². O ministro refere nos mais ínfimos detalhes todos os assuntos que o embaixador deve clarificar e respeitar no decurso das negociações com todas as exigências inerentes. Encontra-se descrito, por exemplo, a maneira como devem ser recebidos os embaixadores em Marrocos, a organização do protocolo (composição da delegação, local de residência, refeições, bebidas, número de delegados, guardas, número de ofertas, etc.). A carta insiste igualmente na necessidade de lembrar determinada correspondência anterior entre os dois soberanos relativa à promoção da paz, em particular a do sultão, datada de 5 de Setembro de 1769, pedindo uma paz duradoura. A delegação tinha por missão expor ao sultão a importância que o rei de Portugal atribuía à paz e ao respeito da trégua de três anos. Ela devia informá-lo do desejo do rei em obter uma reconciliação real, recordando-lhe como prova da sua boa-fé a libertação de dois navios marroquinos capturados pelos portugueses, reparados e equi-

pados por estes. As recomendações evocavam igualmente os presentes que deveriam ser oferecidos por Portugal, escolhidos entre os objectos mais apreciados pelo soberano marroquino. O rei de Portugal exprimia o desejo de receber um leão e um tigre como ofertas. Outras prescrições visavam os cuidados a ter em relação ao príncipe herdeiro, bem como os presentes a oferecer-lhe, a fim de facilitar a conclusão do tratado. Certas recomendações eram efectuadas em relação ao ministro Ahmed al-Ghazali; visavam igualmente a clarificação das condições necessárias à assinatura dos acordos de paz, nomeadamente a obrigação de tratar Portugal num pé de igualdade com os países que haviam recebido privilégios de Marrocos.¹³

Aquando da sua chegada a Marrocos, em meados de Outubro, o embaixador de Portugal recebeu ordens para não abandonar o navio antes de ter recebido os presentes destinados ao rei de Portugal, a saber: seis cavalos árabes, seis camelos, três avestruzes¹⁴. A delegação portuguesa foi acompanhada por 120 cavaleiros marroquinos até Marraquexe, bem como por dois cozinheiros escolhidos entre os melhores do palácio.¹⁵ Os arquivos portugueses conservam relatórios que descrevem com precisão minuciosa esta embaixada, precisão essa que não figura noutros arquivos. Todos exprimem a importância dada à missão por ambas as partes.¹⁶ Apesar do falecimento, vítima de doença, do embaixador de Portugal no decurso da missão, as negociações entre os dois países prosseguiram até ao fim.¹⁷ O tratado de paz foi enfim assinado em Marraquexe a 12 do mês do Ramadão do ano de 1187 da Hégira correspondente a 11 de Dezembro de 1773¹⁸. O cônsul-geral de Portugal, Bernardo Simões Pessoa, representava o seu país, enquanto o príncipe Abdessalam representava Marrocos. Manoel de Pontes e o padre arabizante João de Souza participaram nas negociações¹⁹. Logo após o acontecimento, o cônsul-

-geral português escreve ao seu país: «(...) A restituição que Sua Majestade fez a EL Rei de Marrocos dos dois corsários, que estiveram em Lisboa, depois de bem consertados, ou preparados. O grande respeito que estes Mouros têm pela nação Portuguesa, na consideração de que foi senhora de tantas terras, neste continente. A grande veneração e afecto que El Rei de Marrocos tem pela Sagrada Pessoa de Sua Majestade, e o considera o melhor dos reis, e de melhor palavra; estes foram os motivos, e não outros, que obrigaram este príncipe, a distinguir, e honrar tanto, a nossa Embaixada, sustentando tão grande comitiva (...)»²⁰

O Tratado de 1774: um quadro jurídico para as relações entre Marrocos e Portugal²¹

Apresentação do Tratado

O Tratado de 1774 representa um quadro jurídico de referência que rege as relações entre Marrocos e Portugal na época contemporânea; trata-se do primeiro tratado a não implicar limites restritivos no tempo. Engloba cláusulas nítidas e precisas assinadas pelas mais altas instâncias internacionais e clarifica as relações entre os dois países.

As cláusulas do acordo deviam dizer respeito equitativamente e de forma recíproca aos dois países. Ora tal não acontece, respeitando grande parte unicamente a Portugal. O que pode ser explicado quer pelo facto de o tratado inicial ter sido redigido pelos portugueses e depois traduzido para o árabe, quer pelo facto de os comerciantes, navios civis e militares portugueses estacionados nas cidades e portos marroquinos serem mais activos que os seus homólogos marroquinos em Portugal.

Contam-se ao todo 22 cláusulas. Quando se examinam estas cláusulas, ressalta que a parte de leão foi reservada às relações de paz entre os dois países, bem como às trocas marítimas e comer-

ciais. Globalmente, são aí abordados essencialmente os três seguintes temas:

Comércio, comerciantes e navegação

Da análise do tratado ressalta que as 14 primeiras cláusulas dizem respeito ao comércio e à marinha, bem como à protecção dos navios civis e militares.

Estas cláusulas referem-se à liberdade de circulação e comércio dos cidadãos e comerciantes dos dois países, sem qualquer concorrência: com os direitos reconhecidos, os preços habitualmente praticados, as possibilidades de armazenagem. Eram também explicitadas: a liberdade de os barcos fundearem nos portos, a obtenção de «Frescos», a ajuda aos marinheiros, a protecção das cargas sem taxas suplementares, a não perseguição dos navios inimigos dentro das dez «léguas» como distância em relação à costa, a proibição dos navios inimigos atacarem os portos dos dois países, o respeito de um prazo de 24 horas para a saída dos navios inimigos em perseguição de navios marroquinos e portugueses. Eram igualmente citados os procedimentos a seguir no caso de encontro entre navios dos dois países, como por exemplo a protecção dos ocupantes mesmo no caso de estes serem cidadãos de países inimigos.

Presença de um cônsul-geral: direitos e prerrogativas

As cláusulas 15, 16 e 17 são as mais importantes; tratam da instalação de um cônsul-geral de Portugal em Marrocos.

Mencionam os direitos dos cônsules de Portugal: a prática dos cultos religiosos para si próprios, família, criados e estrangeiros a residir em sua casa. Em matéria de justiça, o cônsul-geral tinha o direito de resolver os litígios entre cidadãos portugueses, ao passo que os conflitos que opunham marroquinos e portugueses relevavam do cádi da capital, assistido

por um juiz da cidade onde tinham ocorrido. O cônsul beneficiava de uma espécie de proteção, pois não era considerado responsável das dívidas dos seus concidadãos para com os marroquinos.

Caso de rescisão do Tratado

Eram expressas as formalidades a empreender no caso de rescisão ou de modificação importante dos acordos:

Obrigação de conceder uma trégua aos portugueses residentes em Marrocos antes do início das hostilidades; no caso de guerra, interdição de vender ou de reduzir à escravidão os prisioneiros portugueses, ou de tratá-los desumanamente.

Observações gerais

Como já fizemos notar, a maioria das cláusulas não trata da parte marroquina. A cláusula 4, por exemplo, evoca o caso de Portugal (proteção dos seus navios no mar) sem citar o caso de Marrocos. O mesmo acontece com as cláusulas 7 e 9 (penas incorridas pelos navios marroquinos que não respeitem as obrigações do Tratado). Os artigos 13 e 14 citam os direitos dos comerciantes portugueses chegados a Marrocos e não o inverso. As cláusulas 15, 16 e 17 dizem respeito à presença de Portugal em Marrocos, mas não evocam qualquer representação marroquina em Portugal. A cláusula 18 levanta o problema da eventualidade de rescisão dos acordos por parte de Marrocos, mas passa sob silêncio o caso inverso. O mesmo acontece com a cláusula 21, que interdita a venda de prisioneiros portugueses a Marrocos mas não refere qualquer contrapartida para o reino marroquino.

É claro que os interesses marroquinos foram esquecidos na maioria das cláusulas, e que foi a parte portuguesa quem estabeleceu os acordos não evocando Marrocos senão em caso de necessidade. Esta atitude implica o não respeito da

equidade. Mas talvez a parte marroquina tenha considerado que a reciprocidade das cláusulas era algo evidente. Mesmo a terminologia utilizada no texto árabe do tratado é influenciada por termos portugueses, usando palavras como «légoas, piloto, cônsul-geral e não general...»

As cláusulas do tratado representam o quadro geral das relações Marrocos-Portugal. Visam dar determinadas garantias a Marrocos ao mesmo tempo que preservam os interesses portugueses, interesses essencialmente comerciais e militares. O tratado codifica as relações entre ambos os países, sendo o objectivo essencial proteger o comércio português com o Brasil contra os ataques dos corsários marroquinos e magrebinos. Com efeito, o representante de Portugal, Bernardo Simões, evocava sem cessar, aquando das negociações, o ocorrido em 1759, ou seja, a captura por parte dos corsários de Salé e de Larache de seis navios portugueses, que levou ao pagamento de um resgate de um milhão de cruzados por parte de Portugal.²²

Evolução do Tratado: emendas e adendas

- A 20 de Setembro de 1777, o sultão Sidi Mohammed ben Abdellah enviou a Portugal o texto árabe do Tratado para aprovação. Talvez o texto original se tivesse perdido ou então contivesse termos obscuros que deviam ser clarificados;²³
- Em 1790, no reinado de Mulay Yazid, Portugal enviou a Marrocos o embaixador Landerset, a fim de legalizar o Tratado pelo novo sultão;²⁴
- Em 1798, o cônsul de Portugal presidiu a uma delegação oficial junto do sultão Mulay Slimane. Entre as reivindicações figurava uma emenda que estipulava com precisão a outorga de privilégios consideráveis a Portugal, bem como a Espanha. O soberano marroquino começou por recusar conceder tais privilégios, mas acabou por aceitar as emendas antes da partida do cônsul. Em

conformidade com os novos acordos, o sultão autorizava a título excepcional que Portugal enviasse 18 carregamentos de cereais através dos portos de Safim e el Jadida.²⁵

Todas estas modificações podem ser consideradas como complementos e finalizações do tratado inicial.

Se compararmos o Tratado de 1774 entre Marrocos e Portugal com os tratados concluídos

com os outros países europeus, como a Espanha e a Inglaterra, vemos que estes últimos renovaram os acordos iniciais modificando-os e incluindo artigos mais precisos e mais completos. É o caso, por exemplo, da Carta de Paz de 1801 entre Marrocos e a Inglaterra, dos artigos 1 e 2 que concedem ao cônsul residente em Marrocos, aos comerciantes e outros cidadãos muitas garantias e privilégios inexistentes no tratado

Um episódio do cerco de Mazagão.
Desenho de Eques Faria Filius, identificado
como António Leitão de Faria.
Biblioteca Nacional de Lisboa



com Portugal²⁶. Foi por isso que este último quis preencher determinadas lacunas graças ao acordo de 1798, colocando-se em pé de igualdade com os países mais privilegiados, tomados como referência²⁷. Com efeito, Portugal reclamava os mesmos direitos e privilégios que o resto dos Estados europeus. No âmbito da concorrência e da corrida aos privilégios entre os Estados, esta tática diplomática foi utilizada por outros, antes e depois de Portugal.

Uma nova era de entendimento e de cooperação

Como já referimos, com os acordos de 1774 começou uma nova era nas relações entre Marrocos e Portugal, uma era caracterizada pelo entendimento, a cooperação e o respeito mútuo. A troca de embaixadas contribuiu além disso para o fortalecimento dos laços de amizade. As delegações diplomáticas sucessivas que foram sendo trocadas entre os dois países mostram a evolução positiva das relações bilaterais, bem como os novos horizontes abertos pelo Tratado de 1774. Este Tratado conseguiu resistir a diversos obstáculos, principalmente durante as crises internas marroquinas; e os dois países souberam explorar o lado bom do Tratado, a fim de se ajudarem mutuamente nos anos difíceis que ambos conheceram. Alcançaram mesmo o entendimento total, a aliança militar, a cooperação contra os adversários e principalmente a confiança absoluta que encorajou o rei marroquino a confiar uma parte do seu tesouro a Portugal.

A embaixada de Omar ben Daoudi

Em 1774, Omar ben Daoudi foi enviado como embaixador de Marrocos a Lisboa. A delegação era composta por 40 pessoas, da qual quatro cozinheiros escolhidos entre os melhores. Deixaram Tânger a 27 de Setembro a bordo de uma fragata portuguesa de nome *Nossa Senhora*

da Graça. As cartas oficiais que entregou ao rei de Portugal exprimiam o desejo de o sultão preservar a paz entre os dois países, bem como os laços sólidos de amizade com o rei de Portugal, qualificando D. José como «o melhor dos reis». Nenhum soberano cristão, sublinhava, conseguira tamanha estima da sua parte. Como prova dessa amizade recíproca, que queria, dizia ele, conservar para o resto da vida, o sultão enviava como presente ao rei e Portugal seis cavalos da melhor raça²⁸. Os arquivos portugueses conservaram numerosas informações relativas a esta embaixada. Sabemos, por exemplo, que o governo de Portugal encarregou duas personalidades de se ocuparem da delegação marroquina: João António Pinto e o padre arabizante João de Sousa. Sabemos igualmente que o embaixador de Marrocos foi recebido pelo rei D. José, em pessoa, que lhe entregou um presente de valor para o soberano marroquino: «(...) tecidos variados, pérolas preciosas, açúcar, chocolate, chá, etc.» Foi igualmente recebido pelo Marquês de Pombal. O embaixador marroquino permaneceu em Lisboa até 17 de Outubro, data em que regressou a Marrocos.²⁹

A embaixada de Abdelmajid Lazrak

Quando o sultão teve conhecimento da morte de D. José, enviou uma embaixada a fim de apresentar condolências e felicitações à nova rainha. A escolha recaiu em hadj Abdelmajid Lazrad, paxá da região de Taza, homem de grande experiência, antigo embaixador em Madrid onde permanecera 11 meses. Deixou Meknès a 27 de Setembro de 1777 e embarcou em Salé a 8 de Outubro, acompanhado de uma pequena delegação composta por um secretário, dois criados, três escravos negros e de Manoel de Pontes³⁰. O embaixador levava com ele presentes para a rainha: leões, tigres, avestruzes e outros. Permaneceu em Portugal até ao final do mês de Fevereiro de 1778. Visitou diversas insti-

tuições, entre as quais a Casa da Moeda. Ficou encantado com a técnica de cunhar moeda, e pediu à rainha alguns engenheiros especializados para Marrocos. Foram designados seis para o acompanhar. Levaram quatro grandes cofres contendo aparelhos de cunhar moeda, à laia de oferta destinada ao soberano marroquino.³¹ Estes técnicos permaneceram em Marrocos durante 18 meses onde foram recebidos com consideração e convivialidade.³²

A embaixada de Taïebe Bouhlal

Marrocos passou por um período de fome a partir de 1779, devido a penúria e à invasão dos gafanhotos. A situação obrigou o sultão a importar produtos alimentares necessários a partir dos países europeus amigos, entre outros Portugal. Uma intensa actividade comercial desenvolveu-se entre as cidades de Tânger e Faro. Entre as importações que se sucederam, provenientes de Portugal, podemos citar os frutos secos, o azeite, a manteiga, o trigo. Navios portugueses e espanhóis participaram nesta actividade que atingiu igualmente Larache e Rabat³³. Foi este contexto económico que presidiu à escolha do rico comerciante Taïeb Bouhlal como embaixador do sultão. Foi incumbido de transmitir numerosas cartas à rainha.³⁴

A embaixada de Hadj Mohammed Laanaïa

A fome prolongou-se e agravou-se, causando grande mortalidade. Segundo fontes portuguesas, o sultão recebeu movimentos de revolta e pilhagem das tesourarias reais. Por essa razão, enviou somas importantes de dinheiro a título de depósito para Espanha, Veneza e Lisboa a fim de protegê-las do perigo. A operação teve lugar no maior segredo e chegou até a enviar bolsas vazias no intuito de fazer crer que eram destinadas à compra de trigo. A missão foi confiada a Hadj Mohammed Laanaïa. Originário de Fez,

foi acompanhado de dois funcionários da alfândega marroquina: Hadj Mohammed Tial e Abderrahman Britel, que levaram com eles 200 mil dourados que depositaram na Casa da Moeda em Portugal.³⁵

O embaixador chegou a Lisboa a 4 de Outubro de 1780. Foi recebido tanto pelo padre João de Sousa como pelo cônsul-geral de Portugal em Marrocos, Bernardo Simões, que se encontrava então na capital. Durante a curta estada em Lisboa, Hadj Mohammed Laanaïa recebeu algumas personalidades portuguesas. E a 15 de Outubro, foi ele próprio recebido pela rainha na Praça do Comércio. Ofereceu-lhe presentes do sultão marroquino: cofres com cintos de seda ornados de fios de ouro e prata, provenientes de Fez, um pequeno cofre com tecidos bordados igualmente de ouro e de prata e três cofres com sedas fabricadas em Fez. Cada corte dentro de uma embalagem de couro marroquino da melhor qualidade. Como era hábito, o embaixador entregou à rainha as cartas do sultão, envoltas num tecido precioso, depois de tê-las beijado e colocado sobre a cabeça em gesto de homenagem. Durante a sua estada, o embaixador cumpriu a sua missão depositando na Casa da Moeda de Lisboa as quantias em dinheiro provenientes de Marrocos, cujo montante foi verificado pelos funcionários marroquinos. Hadj Laanaïa teve ocasião de assistir à inauguração da Academia das Ciências de Lisboa. Foi-lhe reservado um lugar num pavilhão particular de onde pôde seguir as conferências efectuadas por alguns sábios portugueses. Em seguida, deslocou-se a uma bela sala de recepção onde foram apresentados, em sua honra, bolos e bebidas diversas, fruta, o excelente café Mota, preparado à maneira turca em chávenas douradas, de porcelana do Japão. Durante a recepção, recebeu a visita de cortesia do duque de Lafões. Este foi-lhe apresentado sem se fazer anunciar e sem protocolo, e falou-lhe utilizando palavras árabes,

o que muito o satisfaz. No último dia da estada visitou o Jardim Botânico e o Museu de História Natural. Deixou depois Lisboa a bordo de um navio marroquino levando uma oferta para o sultão. A rainha portuguesa ofereceu-lhe: chá, açúcar, chocolate, panos brancos, um magnífico colar de ouro e de pedras preciosas variadas (safiras, ametistas...), e ornado ao centro com uma bonita pérola³⁶. Parece evidente que esta ocasião foi uma verdadeira prova para testar os fundamentos das relações cordiais e pacíficas baseadas na confiança e no entendimento. E é também claro que o impacto desta amizade se repercutiu nas relações bilaterais durante longos anos, tanto durante o reinado de Sidi Mohammed ben Abdellah como durante os reinados dos seus sucessores.

As visitas de cortesia em ambos os países sucederam-se. Pode-se citar a missão enviada pela rainha de Portugal a fim de apresentar os pêsames ao soberano após a morte de seu filho Ali, em 1783. O sultão enviou à rainha, em 1786, um presente que consistia num relógio de parede que também ele recebera de presente do presidente americano Georges Washington. A rainha enviou-lhe igualmente, em 1787, uma carta pedindo-lhe que interviesse junto do Dey de Alger com vista à resolução dos problemas existentes entre os dois países. Do mesmo modo, uma delegação marroquina foi enviada a Portugal, em 1788, comandada pelo *raïs* Abbas Moreno e Manoel de Pontes.³⁷

O Tratado posto à prova

A morte do sultão Sidi Mohammed ben Abdellah originou uma crise dinástica que teve repercussões nas relações entre os dois países. Estas puderam contudo resistir a uma situação interna desfavorável, graças ao tratado de paz acima mencionado. Com efeito, quer Marrocos quer Portugal o respeitaram e aplicaram operando algumas modificações. Quantos hori-

zontes e possibilidades este tratado não terá aberto através do estabelecimento de relações directas entre os dois países? O papel do cônsul foi também determinante na sua aproximação recíproca. Dele resultou uma espécie de aliança baseada na compreensão mútua dos problemas.

Deter-nos-emos apenas em algumas etapas da história a fim de demonstrar o grau de entendimento e os resultados positivos alcançados pelos dois Estados.

O início do reinado do sultão el Yazid

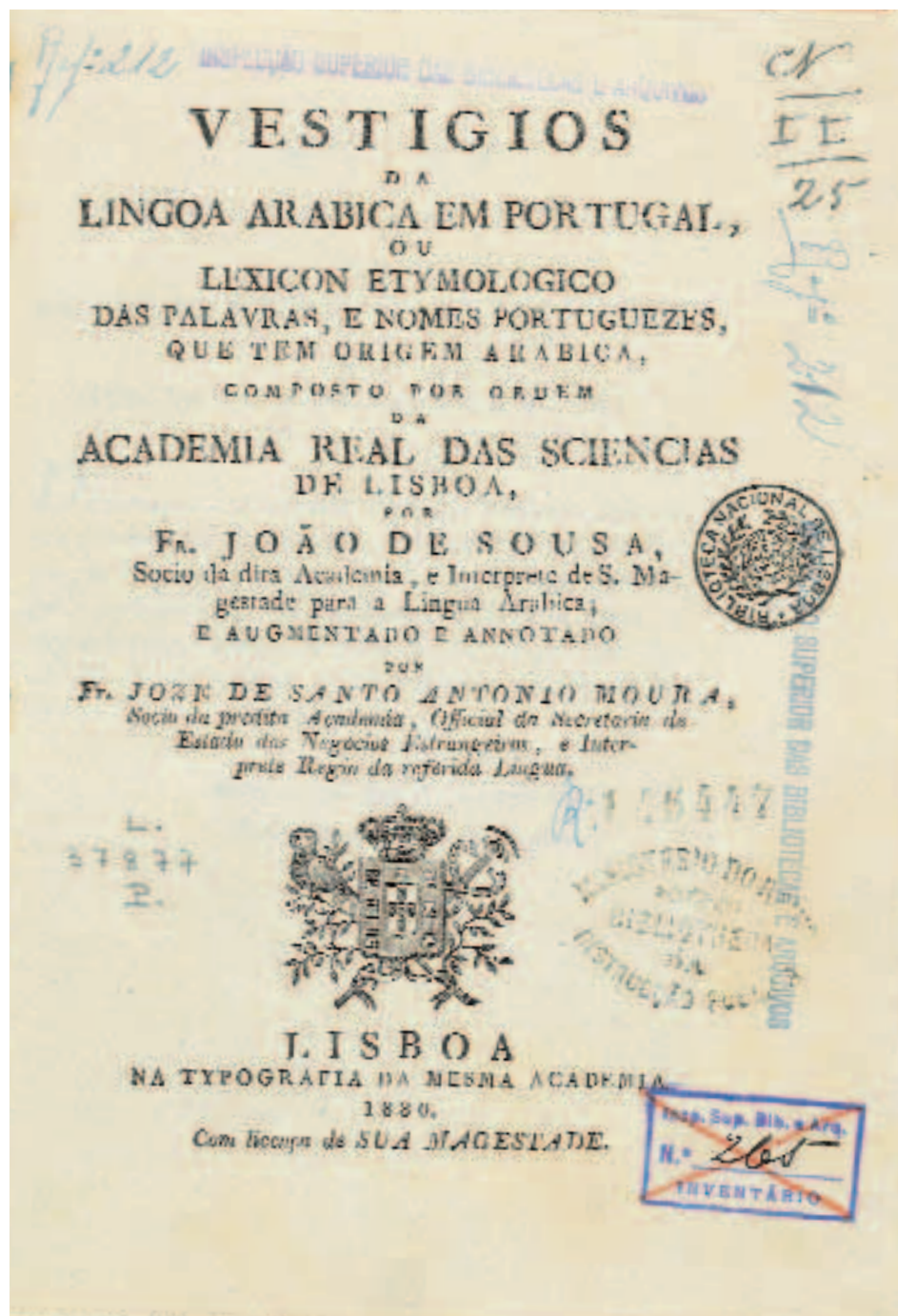
O curto reinado de Mulay el Yazid caracterizou-se por relações conflituosas com a Espanha. Os esforços empreendidos pelo rei para consolidar o seu poder exigiram pesadas despesas. Por esta razão, pediu a Espanha que lhe devolvesse as somas que seu pai lá havia depositado e lhe pagasse um tributo pela ocupação de Ceuta.

O sultão pediu igualmente a Portugal um empréstimo de 50 mil pesetas, que propôs reembolsar com o trigo importado de Marrocos por Portugal. Este pedido criou um problema entre os dois Estados.

Com efeito, a primeira alusão a estes entendimentos é relatada pelo historiador marroquino Aaduâyef que narra que um embaixador português chegou a Marrocos, portador de magnífico presente, mas que o sultão lhe não testemunhou qualquer civilidade a ele ou à sua oferta³⁸. A atitude do sultão é inexplicável. Talvez se tratasse do embaixador Jacques Philippe de Landerset, que foi enviado a Marrocos em 1790 pelo seu governo com vista à aprovação do acordo de paz entre os dois Estados. Ele levava de facto um presente que o sultão desprezou, pois esperava antes de mais o empréstimo solicitado.

Este pedido de empréstimo provocou discussões acesas no seio do governo português,

Frontispício da obra de João de Sousa, «Vestígios da língua árabe em Portugal ou lexicon etymológico das palavras, e nomes portugueses que tem origem árabe», Lisboa, Academia Real das Ciências, 1830. Biblioteca Nacional de Lisboa



dividido em partidários e em opositores. Isto surge num relatório onde o autor exorta a rainha a consentir no empréstimo. A fim de justificar a sua posição, explica as vantagens de uma paz com Marrocos que, graças às suas costas atlânticas extensas, permite aos navios portugueses navegar melhor a fim de perseguirem os corsários argelinos. A ruptura da aliança com Marrocos, afirma ele, seria uma grave ameaça para o comércio do Brasil e de outros países, especialmente se Marrocos se aproximasse dos países do Norte de África. Insiste ele no facto de este pedido não ser indigno de um soberano cioso do seu amor-próprio, mas que as necessidades prementes do reino marroquino assim o exigem.

Explica igualmente que o sultão tem grande confiança e profunda estima pela rainha de Portugal, por isso, é a ela que ele faz apelo. A rainha devia responder favoravelmente. Não há qualquer dúvida de que ele respeitará a sua promessa de reembolso do empréstimo mediante o trigo que exporta para Portugal. O relatório é longo no seu apoio a Marrocos, pois afirma que a paz com Marrocos gerará para Portugal benefícios incalculáveis, muito superiores ao valor daquele empréstimo.³⁹

Os partidários da paz conseguiram convencer o governo português a conceder o empréstimo. Em 1791, Portugal enviou a Marrocos o cônsul-geral Pontes, que entregou ao sultão a soma de 50 mil pesetas. Este enviou um presente à rainha e uma carta, por intermédio do cônsul em Tânger.⁴⁰

Foram dadas ordens, pelo sultão, a favor da frota e dos cidadãos portugueses: ajuda e consideração reforçadas para além dos privilégios já consentidos⁴¹. Tudo devia ser feito à imagem da estima do sultão pela rainha. Portugal testemunhou assim novamente a sua confiança ao rei de Marrocos, que pôde deste modo obter privilégios posteriormente.⁴²

O período de luta pelo poder

Quando o sultão Mulay el Yazid morreu, uma luta pela tomada do poder teve lugar entre os membros da família real. Os países europeus tiveram inicialmente uma política de tergiversações, apoiando ora um ora outro dos pretendentes ao trono. Foi o caso da Espanha e de Portugal, sobretudo quando Mulay Slama, um dos pretendentes ao trono, exigiu dos cônsules europeus um empréstimo de dinheiro.⁴³

No difícil contexto desta guerra intestina, o cônsul do reino de Portugal viu-se obrigado a pôr à prova a sua experiência diplomática e adoptar uma política de neutralidade conciliadora em relação aos pretendentes ao trono. Portugal começou assim por ter uma posição hesitante. Após a entrevista entre o sultão Mulay Slama e o *rais* Tahar Fennich, foram concedidos privilégios aos comerciantes e corsários portugueses, como no tempo do Mulay Mohammed ben Abdellah⁴⁴. Paralelamente, os portugueses faziam questão de preservar as boas relações com Mulay Slimane. Este isentou os navios portugueses de determinadas taxas, à laia de agradecimento pelo acolhimento cordial recebido pela família do príncipe Mulay Abdessalam em Portugal.⁴⁵

Mais tarde, quando a luta opôs Mulay Slimane por um lado e Mulay Hicham e os paxás por outro, Portugal optou pelo primeiro. Mulay Hicham fez então várias tentativas para cair nas boas graças de Portugal (embaixada, em 1976, presidida pelo xarife Mulay Abdellah ben Haj, ofertas)⁴⁶ mas sem resultado. Com efeito, o príncipe regente de Portugal não aceitou o diplomata enviado por Mulay Hicham. O príncipe explicava na sua resposta, que se esforçava por todos os meios ao seu alcance por restabelecer a concórdia entre os pretendentes ao trono a fim de preservar a liberdade de comércio. «(...) Contribuir com os nossos bons officios para que a boa harmonia se restabeleça entre voz e os príncipes vossos irmãos, de maneira a que a liberdade de commercio não sofra impedimentos.»⁴⁷

Anteriormente, Portugal havia afirmado a sua neutralidade em relação às rebeliões do sul de Marrocos. O cônsul de Portugal contribuiu para a adopção desta decisão que se impôs em diversas ocasiões, em particular quando o príncipe regente se recusou a receber o embaixador que o sultão Mulay Hussaïn lhe queria enviar.⁴⁸

Uma escolha frutuosa: o apoio a Mulay Slimane

Entretanto, a partir de 1794, Portugal confessou abertamente o seu apoio a Mulay Slimane e fê-lo saber aos seus opositores e em particular ao paxá Ibn Nasser. A este respeito, o secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, Martinho de Mello e Castro, escreveu ao paxá uma carta na qual declarava a sua preferência por Mulay Slimane, fazendo o seu elogio. Exortava os rebeldes a prestarem vassalagem ao sultão, como haviam feito, no passado, com seu pai. O nosso país, dizia, bem como os nossos compatriotas e comerciantes não podem em caso algum ter relações convosco.

«(...) Por falecimento do dito rey Muhammed III transferindo-se o reyno em Mulay Eliazid ultimamente morto, ficarão entre os sucessores de seu pay, Muley Soleyman, que pelas suas boas e distintas qualidades se fez muito digno de occupar a coroa de Marrocos; e devendo-vos reconhecer obediente e fiel vassalo delle como o fostes de seu pay, se vê pela vossa carta os diversos e estranhos sentimentos de que vos achades preocupado: E nestas circunstâncias nem esta corte pode ter convosco comunicação alguma, nem os vassalos portugueses entrarão em algum dos portos que se acham debaixo da vossa dominação, por lhes ter o Príncipe Nosso Senhor prohibido a entrada em algum delles...»⁴⁹

O ministro português propunha ao paxá rebelde a sua mediação com vista a uma eventual reconciliação com o sultão Mulay Slimane: «(...) se porém entrardes no verdadeiro conhecimento

dos horrores a que expondes a vossa pátria, e a vossa mesma reputação com os teríveis efeitos da rebelião em que vos achaes envolvido, e quiserdes com ânimo verdadeiro e sincero reconciliar-vos com o vosso soberano, prestando-lhe a devida obediência e sujeição, o Príncipe Nosso Senhor não terá dúvida de interpor por sua real mediação, para conseguir de Muley Suleimão, o perdão dos vossos excessos e a segurança da vossa pessoa conservando-vos as mesmas honras de que gozáveis no tempo de El Rey seu pay; sendo este o meyo mais efficaz de se extinguirem em Marrocos os estragos da guerra civil e se restabelecer entre os povos a paz e tranquillidade que Sua Alteza efficazmente deseja...»⁵⁰

Dois dias após o envio desta carta, o mesmo secretário de Estado de Portugal escreveu ao cônsul em Tânger a informá-lo das decisões tomadas pelo príncipe regente de Portugal. Este proibia os navios portugueses de entrarem nos portos de Safim e de el Jadida, sob a autoridade dos paxás rebeldes. Pedia-lhe que informasse o sultão das decisões tomadas pelo príncipe regente português: «(...) para que este Príncipe veja as puras e sinceras intenções do Príncipe Nosso Senhor para conservar a boa inteligência e sincera amizade entre esta corte e a de Marrocos...»⁵¹

Deste modo, o príncipe regente de Portugal afirmava oficialmente o seu apoio ao sultão Mulay Slimane e assegurava-lhe novamente a sua amizade e as suas intenções leais para a manutenção das relações cordiais com Marrocos. Propunha-lhe a sua ajuda a fim de evitar ao reino marroquino os malefícios de uma guerra civil. Tendo em conta o que precede, o cônsul informou os comerciantes portugueses instalados em Safim que o sultão concedia aos navios europeus uma trégua até ao mês de Abril, a fim de lhes permitir deixar sem problema os portos de Safim e de el Jadida: « (...) pello presente offício comunico a Vossas Mercês, e para que assim mesmo o façam saber aos mestres das embarcações portu-

guezas que estiverem, e possam chegar no futuro a esse porto, que Sua Majestade Muley Suleiman, por carta de 8 do corrente, fez manifesto a Junta dos Cônsules Rezidentes nesta, o terminante prazo de todo o mez de Abril, para que os comerciantes, embarcações europeas, que traficam nos portos de Saffy e Mazagão, sayam delles dentro do referido termo...»⁵²

A posição do governo português foi acolhida com grande satisfação pelo sultão Mulay Slimane. Este concedeu, em 1795, a Portugal, a título excepcional, o privilégio de importar gado (bois) marroquino e prometeu-lhe reservar o porto de Safim para esse fim.⁵³

A questão do comércio dos cereais é muito vasta e necessita, por si só, de um estudo particular. Contentar-nos-emos simplesmente em evocar a abertura de espírito de que deu mostras Mulay Slimane na sua política em relação aos comerciantes portugueses. Estes não respeitaram, com efeito, os decretos que lhes proibiam frequentar os portos rebeldes. E como testemunho da amizade entre os dois países, o sultão libertou um navio português em Julho de 1795.⁵⁴ Outorgou igualmente privilégios excepcionais a Portugal. Em 1796, quando este país tinha necessidades consideráveis de cereais e de carne, por causa da fome que ali grassava, o cônsul foi incumbido de exportar para Portugal a maior quantidade possível de cereais.⁵⁵

A missão foi um êxito. Com efeito, Mulay Slimane ordenou aos responsáveis de portos como Tetuão, Tânger, Salé e Essaouira, submetidos à sua autoridade, que autorizassem todos os barcos sob pavilhão português a fazerem comércio livremente com Marrocos, sem obstáculos nem concorrência. O sultão pediu igualmente a esses responsáveis que dessem aos vassalos portugueses ajuda, socorro e assistência ao mesmo tempo que preservavam os seus direitos velando para que nada lhes faltasse⁵⁶. Relativamente a esta atitude reconhecida do sultão, o

cônsul de Portugal declarou: «(...) e não deicharey de manifestar a Vossa Excelência que desde que temos a paz com estes príncipes, incluz El Rey pay, nunca veyo carta ordem tão geral a favor da nação portugueza, nem tenho notícia que outra alguma nação a tenha semelhante...»⁵⁷ É preciso notar igualmente que o decreto de Mulay Slimane teve lugar no momento em que o príncipe regente de Portugal recusou receber o embaixador enviado pelo sultão Mulay Hicham⁵⁸. No entanto, esta política de tolerância não impediu os navios portugueses de frequentar amiudadas vezes os portos insubmissos ao sultão a fim de proverem às suas necessidades, particularmente de cereais.⁵⁹

A questão do comércio dos cereais e do gado foi a preocupação maior das embaixadas portuguesas em Marrocos durante os anos 1797 e 1798. E durante esses anos difíceis, Portugal enviou ao sultão marroquino quantidades importantes de pólvora. Mais, propôs-lhe ajuda, sitiando a cidade de Safim por mar⁶⁰. Desta forma, as relações entre os dois países chegaram ao mais alto nível de cordialidade.

Em 1797, a embaixada de Portugal obteve para a sua frota o direito de isenção das taxas que devia pagar quando se abastecia nos portos. Era um privilégio especial que nem todos os países estrangeiros obtinham, na época. A Inglaterra, por exemplo, não tolerava que a frota portuguesa pudesse beneficiar de uma vantagem que ela não possuía.⁶¹

No conjunto, as relações entre Marrocos e Portugal distinguiram-se, nesse período, pelo bom entendimento e cooperação, particularmente após a chegada ao poder do sultão Mulay Slimane. Do lado português, estas relações foram marcadas pela necessidade de assegurar os objectivos da frota e de garantir portos onde reinasse a segurança. Portugal procurava igualmente satisfazer as suas necessidades em produtos alimentares, primordialmente cereais e gado, em especial em período de escassez. Mulay

Slimane, por sua vez, procurava obter ajuda financeira e militar para vencer os opositores e consolidar a autoridade no país. Assim, o entendimento entre os dois países repercutiu-se na entreaajuda, nomeadamente militar. Com efeito, Marrocos recebeu de Portugal uma ajuda militar que consistiu numa importante quantidade de pólvora. Em contrapartida, Portugal recebeu assistência para a sua frota. Fazemos notar que as ajudas militares chegaram a Marrocos em Junho de 1797, ano em que se revoltaram Mulay Abdelmalek e Mulay Hussaïn, e o ano em que Mulay Slimane pôde entrar em Marraquexe pela primeira vez após a sua chegada ao poder, em Julho de 1797. Sem dúvida, a ajuda de Portugal e as quantias de dinheiro depositadas em Espanha (400 mil douras) e entregues a Marrocos contribuíram para o regresso dos paxás insubmissos e para a sua obediência. Graças igualmente a essa assistência, Mulay Slimane pôde vencer as tribos rebeldes, em particular as do Rif, que pagaram taxas de um montante jamais cobrado até aí.

¹ TAZI (Abdel Hadi), *Histoire diplomatique du Maroc*, T. IX, Fedala, 1988, p. 135 – IBN ZAÏDAN (Abderrahman), *Les relations politiques de l'État Alaouite*, présenté et annoté para Chadli (Abdellatif), Imprimerie Royale, 1999, p. 48.

² TAZI, *op. cit.*, pp. 138-140.

³ *Ibid*, pp. 140-141.

⁴ Fazemos notar que a frota francesa instalou um bloqueio em todas as costas morroquinas em 1763, e que os holandeses atacaram os portos de Tetuão e Salé, em 1774, fazendo-os sofrer pesadas perdas. Cf. CASTRO BRANDÃO, «Subsídios para a História Diplomática Portuguesa/O Tratado Luso-Marroquino de 1774», in *Revista Studia*, volume 32, p. 309.

⁵ Em 1757, Sidi Mohammed ben Abdellah concluiu um acordo de paz com a Dinamarca, renovou o acordo de 1728 com a Inglaterra em 1760, concluindo outros tratados com a Suécia em 1763, Veneza em 1765, a França e a Espanha em 1767, Portugal em 1774 e a Toscana em 1782.

⁶ Arquivos da Torre do Tombo (A.T.T.), Lisboa, Consulado de Portugal no reyno de Marrocos, MNE, cx. 299, ano 1777, ver também, CASTRO BRANDÃO, *op. cit.*, p. 312.

⁷ Manoel de Pontes era um antigo prisioneiro português que o rei libertou e manteve ao seu próprio serviço.

⁸ OLIVEIRA MARTINS, *Portugal e Marrocos*, pp. 102-1014.

⁹ *Ibid*, p. 104 – ATT, MNE, cx. 299, ano de 1777.

¹⁰ Numa carta de Louis Chinet, data de 30 de Setembro de 1772, é referido que o porto de Fedala foi construído essencialmente com este objectivo. Cf. TAZI, *op. cit.*, p. 144.

- ¹¹ OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, pp. 104-105.
- ¹² BRANDÃO, *op. cit.*, documento nº IV.
- ¹³ *Ibid.*, p. 332.
- ¹⁴ OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, p. 105.
- ¹⁵ *Ibid.*, p. 106.
- ¹⁶ Quando a delegação se aproximou de Marraquexe, o sultão ordenou que o dia da chegada daquela fosse feriado, a fim de que a população pudesse sair e acolher o embaixador. Cf. as memórias do padre João Baptista Marques de Carvalho, *in* CASTRO BRANDÃO, *op. cit.*, documento V, p. 343.
- ¹⁷ O embaixador faleceu a 18 de Novembro, de manhã, e as negociações foram retomadas a 24 de Novembro. Cf. CASTRO BRANDÃO, *op. cit.*, pp. 323-324.
- ¹⁸ O Tratado foi assinado em 1773, mas é conhecido como o Tratado de 1774, ano da sua ratificação por Portugal.
- ¹⁹ OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, pp. 106-107.
- ²⁰ CASTRO BRANDÃO, *op. cit.*, p. 327.
- ²¹ O texto árabe deste tratado encontra-se em: IBN SAÏDAN (Abderrahman), *Ithaf Aalam annanass*, T. 3, pp. 290-297. O texto português em CASTRO BRANDÃO, *op. cit.*, documento VI, pp. 357-363.
- ²² Carta a Martinho de Mello de Mogador, em Fevereiro de 1779, cf. AFONSO, *op. cit.*, p. 110.
- ²³ O cônsul de Portugal enviou-o ao visconde da Ponte por intermédio do secretário do sultão para os Negócios Estrangeiros, Samuel Sinbel. Cf. ATT, MNE, cx. 299, ano de 1778.
- ²⁴ *Ibid.*, relação de Fr. António Moura.
- ²⁵ ATT, MNE, cx. 299, ano de 1798.
- ²⁶ Ver o texto integral em árabe *in* BENMANSOUR (Abdelouahab), *Le voyage royal en Royaume Britanique*, Imprimerie royale, Rabat, 1987, pp. 177-194.
- ²⁷ A embaixada do cônsul Pedro Colaço, em 1798, tem como instrução tentar ratificar o tratado e incorporar o artigo seguinte: «...O Imperador de Marrocos permitirá à nação portuguesa a extracção de trigos, gados e mais produções do país todas as vezes que conceder a mesma graça a qualquer outra nação e pelos direitos que costumam pagar a que for mais favorecida. O mesmo praticará a rainha de Portugal com os vassalos do Imperador de Marrocos nos géneros que eles costumam extrair.» Cf. AFONSO, *op. cit.*, p. 225.
- ²⁸ A carta foi escrita na cidade de Meknès, em 31 de Julho de 1774. Cf. OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, pp. 110-111 – TAZI, *op. cit.*, T. 9, p. 144.
- ²⁹ OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, pp. 111, 130-131.
- ³⁰ OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, pp. 132-133.
- ³¹ TAZI, *op. cit.*, p. 144.
- ³² *Ibid.*, p. 147.
- ³³ ALBAZZAZ (Mohammed Amin), *Histoire des famines et épidémies au Maroc aux XVIII e XIX siècles*, Rabat, 1992, p. 74.
- ³⁴ Tazi pensa que se trata de um projecto comercial com benefícios para os dois países, que o sultão quis que o seu emissário residisse definitivamente em Portugal, e que este levou consigo uma grande quantia de dinheiro a fim de satisfazer as necessidades do rei marroquino. Cf. TAZI, *op. cit.*, p. 147.
- ³⁵ Segundo TAZI, as missões deviam estimular e encorajar o comércio bilateral. TAZI, *Ibid.*
- ³⁶ OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, pp. 145-147. O sultão marroquino enviou uma carta de agradecimentos a Martinho de

Mello e Castro pelo acolhimento reservado ao seu embaixador, a 20-12-1780. Cf. AFONSO, *op. cit.*, p. 272.

- ³⁷ TAZI, *op. cit.*, pp. 147-148.
- ³⁸ ADDUÂYEYEF (Mohammed Arrebat), *Tarikh Addaoula Assaïda*, Rabat, 1986, p. 244.
- ³⁹ AFONSO, *op. cit.*, doc. nº 15, pp. 286-287.
- ⁴⁰ ATT, MNE, cx. 299, ano de 1791.
- ⁴¹ Carta do paxá de Tânger, Tahar ben Abdelhak Fennich ao ministro português Martinho de Mello e Castro, em 3 de Fevereiro de 1792. Cf. AFONSO, *op. cit.*, documento nº 9, p. 278.
- ⁴² Por exemplo, Falcão, um bergantim português beneficiou de refresco. Cf. ATT, MNN, cx. 299, ano de 1791.
- ⁴³ Carta árabe do sultão Mulay Maslama, em 7 de Abril de 1792, *in* ATT, MNE, cx. 299, ano de 1792.
- ⁴⁴ Duas cartas em árabe do mesmo sultão, em 8 de Abril de 1792, ATT, MNE, cx. 299, ano de 1792.
- ⁴⁵ O paxá de Salé escreveu a Martinho de Mello e Castro, em Julho de 1793, o seguinte:
- «(...) Que todos os vassalos de vossa soberana que quiserem vir para negociar, ou extrair alguns géneros deste país, o poderão fazer com toda a segurança; Serão bem recebidos, auxiliados e se lhes fará toda a boa assistência.» Cf. ATT, MNE, cx. 299, ano de 1793, e AFONSO, *op. cit.* p. 120, em carta de M. Abdessalam, irmão do sultão, ao rei de Portugal, em 19 de Agosto de 1793.
- ⁴⁶ TAZI, *op. cit.*, Tomo 9, p. 152.
- ⁴⁷ Carta de 16 de Abril de 1796, AFONSO, *op. cit.*, p. 205.
- ⁴⁸ *Ibid.*, p. 120.
- ⁴⁹ O enviado de ben Nasser à rainha de Portugal, para oferecer o porto de Safim para o comércio dos portugueses, regressou com esta carta de Martinho de Mello e Castro. Cf. AFONSO, pp. 293-204.
- ⁵⁰ *Ibid.* p. 283.
- ⁵¹ Carta de Martinho de Mello e Castro ao cônsul português, em 26 de Novembro de 1794, cf. AFONSO, *op. cit.*, p. 139.
- ⁵² Carta escrita a 18 de Abril de 1795. *Ibid.*, p. 204.
- ⁵³ Duas cartas em árabe de M. Suleiman e seu irmão M. Tayeb, em 16 e 19 de Dezembro de 1794, ATT, MNE, cx. 299, ano de 1795.
- ⁵⁴ Duas cartas de M. Suleiman ao cônsul e a resposta deste ano de 1795, cf. ATT, MNE, cx. nº 299.
- ⁵⁵ Carta do MNE de Lisboa ao cônsul, a 20 de Janeiro de 1796. Cf. AFONSO, *op. cit.*, p. 288.
- ⁵⁶ Carta de Muley Suleiman, em 31 de Março de 1796. Cf. AFONSO, *op. cit.*, p. 290.
- ⁵⁷ Carta de Pedro Jorge Colaço de Tânger, em 6 de Abril de 1796. Cf. AFONSO, *op. cit.*, p. 291.
- ⁵⁸ Carta escrita ao príncipe Mulay Hicham, a 16 de Abril de 1796, remetida ao seu enviado Abdellah ben Alhadj. Cf. AFONSO, *op. cit.*, p. 293.
- ⁵⁹ Em 1796, o total de cereais importado de Marrocos era o dobro do ano anterior: 53 517 *moyos*, a maior parte oriunda de Safim e de ElJadida (30 751 *moyos*). Cf. AFONSO, *op. cit.*, p. 294.
- ⁶⁰ Documento árabe do cônsul ao sultão, em Fevereiro de 1797, e duas cartas em árabe do cônsul ao sultão e ao primeiro-ministro, a 14 de Junho de 1797, ATT, MNE, cx. 299, ano de 1797.
- ⁶¹ ATT, MNE, cx. 299, ano de 1798

O Magrebe e o Gharb al-Andalus

Testemunhos arqueológicos e simetrias culturais (séculos VIII-XIII)

Rosa Varella Gomes

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Antecedentes

Hoje, depois dos trabalhos de Fernand Braudel (1978), é quase uma ideia comum, entre os historiadores, considerar-se que a Península Ibérica e o Magrebe constituem, em termos civilizacionais, margens de uma mesma grande região, ou seja, do mesmo mar interior, o Mediterrâneo. De facto, a proximidade geográfica e as afinidades culturais entre aqueles territórios extremos de dois continentes do Velho Mundo remontam aos longínquos tempos pré-históricos, talvez mesmo ao período da hominização da Europa, quando os estreitos de Gibraltar e Sículo-tunisino foram vencidos por grupos de remotas comunidades humanas, nunca deixando depois de ser cruzado em ambas direcções. E, também, aquando da colonização fenícia do Ocidente, como durante os períodos de domínio político – militar cartaginês e romano, a grande via de comunicação em que se transformou o Mediterrâneo, haveria sempre mais de unir as suas duas margens do que separá-las, proporcionando forte interacção económica mas, também, miscigenando as sociedades que de um e outro lado se encontravam.

Tal panorama manteve-se durante a Alta Idade Média e atingiu, em território hoje português, maior repercussão dos seus reflexos entre os séculos VIII e XIII, quando ocorreu a islamização de parte daquele espaço e fortes contributos ideológicos e culturais, exógenos, alternaram entre os provindos do Próximo Oriente e os com origem norte-africana. Todavia, no que respeita aos testemunhos arqueológicos, são preponderantes aqueles últimos, nomeadamente quando o Gharb al-Andalus (o Extremo Ocidente Peninsular) fez parte do conjunto de províncias dos impérios Almorávida e Almóada, colocado sob a mesma administração política mas, também, unido ao mundo magrebino através da Fé.

História e Arqueologia muçulmanas em Portugal

Conhece-se, por ora, muito pouco da passagem, no Gharb al-Andalus, entre os tempos tardo-romano ou visigótico-bizantino e os primeiros anos da administração muçulmana, não só em relação às estruturas socioeconómicas e ideológicas como, em geral, no que concerne aos vestígios da cultura material, designadamente das arquitecturas civil, religiosa e militar, ou dos espólios quotidianos.

Dos primórdios da permanência islâmica naquela região, apesar da escassez de documentos contemporâneos, tem sido possível efectuar, com alguma precisão, sequência cronológica dos principais acontecimentos históricos, sobretudo através de documentos escritos, verificando-se, no entanto, que em termos arqueológicos existia, até muito recentemente, enorme vazio. De facto, quase não se atribuíam testemunhos a períodos anteriores ao século x, ignorando-se os variados contributos importados por uma socie-

dade complexa, pelas suas diversificadas origens e perfil sociocultural, durante cerca de duzentos anos.

Aquele aspecto pode relacionar-se com factores distintos, como o interesse pelo estudo dos impressionantes vestígios da Antiguidade Clássica, cuja monumentalidade e os conceitos a eles ligados, herdados da Renascença, fizeram preterir a investigação de períodos ulteriores, considerados em geral como decadentes, mas também devido à incompreensão das diacronias culturais dos cerca de cinco séculos correspondentes à permanência muçulmana no Extremo Ocidente Peninsular, julgados como um todo e conforme, infelizmente, ainda não raro acontece.

A islamização do território hoje português, tal como do Magrebe, terá ocorrido com dinâmicas distintas; uma veloz, tal grande vaga que alastra sem obstáculos e que se impõe nos grandes centros populacionais, através dos seus líderes religiosos e político-militares, enquanto em paralelo se desenrola processo em continuidade,

Ribât da Arrifana, Aljezur, século XII. Vista e planta de uma das mesquitas do (Sector 2). Escavações de Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes. Fotografia de M. V. Gomes



mas lento, de entrosão do islão nos pequenos núcleos urbanos e, em especial, nos espaços rurais. Este sistema haveria de permitir a coexistência de populações exógenas, tanto magrebinas como orientais, que em verdadeiras etnomigrações se instalaram no Gharb, com outras de peninsulares islamizados, a par de significativas comunidades moçárabes e judaicas.

A previnência ocupacional das áreas habitacionais foi quase uma constante, tanto relativamente aos espaços edificados urbanos como rurais, conduzindo à reutilização de estruturas tardo-romanas, introduzindo-se as naturais adaptações e transformações. Assim se tentou responder a novos conceitos de habitar e às recentes funcionalidades derivadas das alterações económicas e sociais ocorridas.

Textos de autores muçulmanos que descrevem o Sul da Península Ibérica, entre o século x e o século xiv, transmitem importantes informações de carácter geográfico, mais ou menos desenvolvidas, aspectos das suas riquezas naturais e importância, tal como referências de índole etnológica, administrativa, militar, económica e cultural (Blázquez, 1901; Lévi-Provençal, 1938, 1953; Miranda, 1953; Salgado, 1991).

Graças àqueles testemunhos, temos conhecimento não só do nome das mais importantes cidades, como dos núcleos urbanos fortificados que delas dependiam ou de pormenores específicos como, por exemplo, o número de portas existentes nas medinas de Lisboa ou Coimbra. Dispomos, também, de lápides comemorativas de determinadas construções, de alguns testemunhos arquitectónicos, de atribuição cronológica pouco precisa, e de escassas inscrições funerárias (Borges 1998, 236-255).

Para a compreensão daqueles tempos devem considerar-se, de igual modo, textos cristãos, como diversas crónicas, ou os relativos tanto à conquista de Lisboa como de Silves, tal como os forais concedidos, pelos primeiros monarcas por-

tugueses (Lopes, 1895; Pimenta, 1982). Ali se registaram preciosos elementos sobre alterações urbanas, o estado de conservação de determinadas edificações, assim como conhecimentos de carácter económico e técnico que, de algum modo, podem contribuir para a possível reconstituição da vida das populações de certos núcleos urbanos e regiões durante o domínio muçulmano.

Dos Omíadas aos primeiros reinos de Taifas

A integração, no século viii, do al-Andalus no Emirato Omíada de Damasco, além de ter dado origem à união, em termos religiosos, políticos e administrativos, de vasta região que incluía as duas orlas do Mediterrâneo Ocidental, provocou transformações na organização e valorização de determinados agregados urbanos, assim como no quotidiano das populações.

O controlo de tão vasto território, embora efectuado em datas distintas, deve ter ocorrido de modo similar, contando com a construção de dispositivos defensivos que cercaram importantes núcleos urbanos já existentes, conforme se verificou em Tânger ou Silves. Também então se construíram fortificações, no litoral e nas zonas de fronteira, como a de al-Mazamma, na costa norte de Marrocos, ou a da Mesas do Castelinho, em Almodôvar e o Castelo Velho de Alcoutim, ambos no *hinterland*, assim como os *ribâts* de Monastir e Susa, na Tunísia, ou os de Nakur e Šākīr, em Marrocos (Catarino, 1997-98; Fabião e Guerra, 1991; Gomes, 2002, 212, 213; Tāhirī, 2001, 283, 285).

As fortificações islâmicas mais recuadas apresentavam muralhas com planta quadrangular ou rectangular, defendidas por torres adossadas, semicirculares ou rectangulares, sendo o acesso ao seu interior realizado através de portas direitas, evidenciando continuidade na arquitectura dos acampamentos tardo-romanos e bizantinos.

Os mais antigos restos de muralha identificados, por ora, no actual território português, datam



Hisn de Pademe, Albufeira, séculos XII-XIII. Porta de entrada defendida por torre albarrã. Fotografia de M. V. Gomes

do século VIII, cercavam área urbana e foram reconhecidos em Silves. Detectados durante escavações arqueológicas do espaço onde hoje se ergue o Museu Municipal de Arqueologia daquela cidade, sobrepunham estratos com materiais datados nos séculos VI-VII e eram sobrepostos por estruturas mais tardias, a que se associavam cerâmicas similares a outras exumadas na alcáçova. Estas encontravam-se na base da longa sequência estratigráfica ali detectada, e para a qual obtivemos confirmação cronológica, através de duas análises efectuadas pelo método do radiocarbono, que indicam cronologias próximas e em pleno século VIII (Gomes, 1995; Gomes, 2002, 50). Peças afins, e que também documentam o início daquela presença, registaram-se nas áreas urbanas de Lisboa, Palmela, Alcácer do Sal e Mértola, mas, de igual modo, em grandes alcarias do Algarve, correspondendo a importantes explorações agrícolas romanas, como o Cerro da Vila (Loulé), Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) e Milréu (Faro), onde se observaram transforma-

ções, tanto na utilização dos antigos espaços como nos espólios.

Naquele último arqueossítio foram mesmo gravadas, sobre coluna pertencente a edifício religioso romano, seis grafitos islâmicos (Sidarús e Teichner, 1997).

Ainda outros locais revelam continuidades semelhantes, conforme se detectou na Quinta do Lago (Loulé) ou, recentemente, no Cerro das Relíquias (Alcoutim), onde existe o mais antigo palácio-fortaleza islâmico reconhecido no actual território português, local que permitia controlar o acesso a uma das mais remotas vias de penetração no vasto *hinterland*, alentejano e andaluz, o rio Guadiana.

A edificação acima referida, provida de planta rectangular, com torres rectangulares adossadas e integrada em recinto fortificado, evidencia antecedentes omíadas do Próximo Oriente, datados no século VIII (Catarino, 1997-98; Gomes, 2002, 213; Stierhin, 1997, 65-77).

No Gharb, entre as alterações evidentes na organização funcional das cidades, ocorreu a adaptação de muitos topónimos à sonoridade da língua árabe. Assim, *Olisipo* passou a chamar-se *al-Usbuna*, *Pax Iulia* denominou-se *Baja* e *Cilpes-Xelb*, entre outros, o mesmo acontecendo no Magrebe com *Iulia Tingi*, antiga designação de Tânger, com *Septem Frates* que deu origem a *Septa*, a Ceuta de hoje ou, ainda, com *Tynes-Tunis*. Transformam-se igrejas em mesquitas ou construíram-se novos locais de culto, ergueram-se palácios e depois alcáçovas, mas também mercados e banhos públicos dispondo, deste modo, tanto a cidade muçulmana peninsular como a norte africana do mesmo tipo de equipamento colectivo (Gomes, 1993; Tahirí, 2001, 286). Porém, as especificidades de cada região irão, ao longo dos tempos, diferenciá-las impedindo, por isso, o reconhecimento de modelo único de cidade generalizável a todo aquele vasto território.

Nas duas regiões observam-se, no entanto, que a *medina*, na sequência dos conceitos que originaram a *polis* grega e depois a urbe etrusco-romana, constituiu o centro do poder religioso, político-jurídico e militar, com inata função de referência física e orientadora a nível ideológico, sendo capaz de ordenar o tecido social, como a estrutura económica e administrativa de território bem demarcado. Como é lógico, sem este não existiria a urbe.

O desenvolvimento das cidades, do Ocidente Peninsular ou do Magrebe, deve relacionar-se com a localização particular de cada uma, nomeadamente por dominarem territórios férteis, do ponto de vista agrícola, por se encontrarem próximas de centros mineiros ou da costa, onde o mar era rico em sal e abundante em peixe e marisco, ou por se situarem sobre importantes rotas comerciais.

Embora os recursos naturais das diferentes regiões tenham tido papel fundamental na valorização dos aglomerados urbanos, não podemos esquecer o incremento decorrente da introdução, com a islamização, de novas técnicas agrícolas, designadamente complexos sistemas de rega e, sobretudo, de diferentes cultivos, como o arroz, o algodão, a cana-de-açúcar, a amoreira, o limoeiro ou de plantas aromáticas, utilizadas para condimentar alimentos, além de outras com finalidades medicinais, e do desenvolvimento de espécies já conhecidas como a alfarrobeira, amendoeira, oliveira, figueira e a videira, capazes de proporcionarem significativos excedentes.

Algumas explorações agrícolas do Gharb teriam sido mesmo famosas, como os pomares de Sintra e do Algarve, as vinhas de Coimbra, os cereais da zona de Évora, os frutos secos de Silves, que se chegaram a exportar, atingindo mercados longínquos como o do Cairo (Arié, 1987, 226, 227; Lévi-Provençal, 1938, 197). No Magrebe ficaram conhecidas as exportações de trigo para o al-Andalus (Guichard, 1991, 172).



A proximidade do mar e os grandes estuários permitiu aos habitantes das cidades ribeirinhas, como Lisboa, Alcácer do Sal, Silves e Faro viverem, de igual modo, do sal, da pesca e da recollecção de mariscos, conforme confirmam os seus restos, tanto de origem marítima como fluvial, encontrados nos níveis, muçulmanos, da medina e da alcáçova de Silves ou da medina de Mértola. No entanto, o peixe, depois de salgado e seco, poderia ser transportado e comercializado à distância.

Embora muito genérico, o modelo agora apresentado é aquele que, também, parece corresponder ao que pelo menos, em boa parte, acontecia do outro lado do estreito. Convém, contudo, registar o facto de no al-Andalus os reinos cristãos situados a norte constituírem também ao comércio, enquanto a sul do al-Magreb o islão alastrava cada vez mais e as caravanas oriundas das ricas zonas meridionais do Sara, no Continente Africano, transportando ouro, marfim e escravos, chegavam às costas atlântica e

Hisn do Belinho, Portimão, séculos XII-XIII. Pormenor de pano de muralha. Escavações de Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes (Fotografia de M. V. Gomes)



Ponta do Castelo, Aljezur, séculos XII-XIII. Vista de uma das casas de aldeia de pescadores. Escavações de Rosa Varela Gome. Fotografia de M. V. Gomes

mediterrânica, estimulando o comércio e enriquecendo as elites.

Os produtos existentes em cada região, controlada economicamente por uma cidade, devido a eficaz exploração e à transformação artesanal, constituíram importantes valores de troca que, ao entrarem nos circuitos comerciais, proporcionaram riqueza aos seus habitantes permitindo-lhes adquirir peças exógenas, nas diferentes zonas islamizadas, como cerâmicas, vidros, pequenos móveis, perfumes, tecidos, joalharia, etc., que conferiam prestígio e estatuto social aos seus proprietários.

Previvem, dos primeiros tempos da permanência muçulmana no Gharb, vários elementos arquitectónicos, como lápide referente à reconstrução das muralhas de Évora, efectuada entre 914 e 915, após a sua destruição no ano anterior por Ordonho, depois rei de Leão, dado encontrarem-se em mau estado e entulhadas no exterior e, por isso, ineficazes. Poderá relacionar-se com aquela

campanha de obras sector de muralha posta à vista, recentemente, na Rua de Burgos daquela cidade.

O incidente mencionado, segundo a Crónica de Abd al-Rahmān III, terá dado origem a que diferentes cidades e povoações importantes mandassem, naquela altura, reparar as suas fortificações ou, no caso de as não terem, construírem-nas de novo.

Dispomos de raros capitéis exumados em escavações arqueológicas, realizadas em Silves, ou encontrados avulso tanto naquela cidade como em Montemor-o-Velho, Palmela, Alcácer do Sal, Évora e Elvas, entre outros sítios.

Aqueles testemunhos e, em particular os mais tardios, indicam, tal como o cofre da Sé de Braga, a presença do mesmo tipo de formas, técnicas e temáticas decorativas implementadas, no al-Andalus, pela política centralizadora do califa omíada, residente em Córdova. Naquele momento, procedeu-se, de igual modo, à construção ou reformulação de diversas alcáçovas, conforme se verifica na de Mérida ou na de Silves, com as funções que mantiveram até meados do século XIII, no actual território português. O palácio-fortaleza simbolizava o poder das aristocracias militares, representando uma nova ordem, agora independente do Oriente, tanto em termos religiosos como políticos e administrativos.

Registam-se nos contextos arqueológicos do século X, em ambas orlas do Mediterrâneo Ocidental, cerâmicas esmaltadas com decoração policroma, em tons de verde e castanho, produzidas tanto nas oficinas de Medinat-az-Zahra ou de Medinat Elvira, como nas de Kairouan, reconhecendo-se, eventualmente, o mesmo tipo de gosto, embora com distintas temáticas figurativas e particularidades ornamentais que permitem a sua diferenciação.

A reorganização peninsular, nos fins do século X e durante a centúria seguinte, em pequenos reinos independentes, dá origem à valorização de determinadas regiões, em função da riqueza dos

seus territórios, aliada a estratégia individual de defesa, reflectida no reforçar das muralhas das cidades onde residiam os centros político-administrativos e militares.

Eloquentes versos intitulados – *Evocação de Silves*, de al-Mutamide, o rei-poeta de Sevilha mas nascido em Beja e falecido em Agmat, em 1095, recordam, com saudade, os tempos que passou no Palácio das Varandas, daquela cidade algarvia, localizado no interior do *Alcácer* (Coelho, 1975, 300-302). Aquela edificação começou, recentemente, a ser posta à vista, e dela subsistem, por ora, algumas paredes e magníficos estuques semelhantes aos recuperados na aljama de Saragoça ou aos recolhidos no Castelo de Montemor-o-Velho, da mesma época dos estuques exumados em Sedrata (Golvin, 1991, 240). São contemporâneos dos testemunhos assinalados o minarete da Mesquita de Moura, datado de 1052 e documentado através de lápide, assim como estelas funerárias recolhidas avulso nas áreas urbanas de Beja e Noudar (Borges, 1998, 230).

O prosseguimento das investigações arqueológicas no Gharb, deverá contribuir para melhorar o conhecimento de determinados elementos arquitectónicos, nomeadamente sobre as portas das medinas de Coimbra e de Faro, do Castelo de Veiros (Estremoz) ou referente ao Arco do Mira-deiro, de Elvas. No que concerne aos espólios e, sobretudo, em relação às cerâmicas, importa aprofundar estudos comparativos de modo a melhor fundamentar os reconhecidos contributos magrebinos das produções comuns, com as suas características decorações geométricas e os mecanismos da sua importação para o território peninsular.

No Magrebe, os testemunhos obtidos nas escavações de Sabra ou na Qal'a dos Banud Ham-mad e, em particular, os estudos respeitantes à arquitectura e temáticas decorativas próprias dos Zíridas, constituem aspectos fundamentais para uma maior compreensão do período que temos

vindo a referir, como da génese das influências culturais verificadas no Mediterrâneo Ocidental durante as duas centúrias seguintes.

A integração nos impérios Magrebinos, com Almorávidas e Almóadas

Os testemunhos melhor conservados que, no Gharb al-Andalus, previvem do Período Muçulmano, correspondem ao século XII e ao início do século XIII. Deste período subsistem alguns importantes dispositivos defensivos mas, também, mesquitas, palácios, casas, complexos de banhos, poços, cisternas, celeiros, silos, diversos elementos arquitectónicos, de mármore ou estuque, e importante espólio decorrente das actividades quotidianas, abandonado no interior dos espaços habitacionais ou lançado para lixeiras e que, nos últimos anos, tem sido possível recuperar e estudar.

Certa instabilidade, política e administrativa, além de frequentes alterações fronteiriças, acontecidas na Península devido aos confrontos entre os reinos cristãos e os muçulmanos, ou no Magrebe entre diferentes tribos, conduziram, como seria de esperar, à consolidação e remodelação de fortificações existentes, assim como à construção de equipamentos específicos (celeiros, silos e cisternas), que permitissem aos residentes, nos agregados urbanos ou rurais, e àqueles que ali se refugiassem, resistirem em caso de perigo e aos cercos prolongados, problemática descrita na conquista cristã, em 1189, de Silves. Esta cidade era, na altura, opulenta capital do Ocidente Peninsular e dela dependia a segurança de vasta região, assente em importante sistema defensivo cujas origens devem remontar a tempos mais antigos, sendo constituído por fortificações que delimitavam núcleos urbanos, como Lagos, Faro, Loulé e Tavira, por povoações amuralhadas, como Albufeira, Salir e Castro Marim, ou defendidas por castelos, como Alvor, Estombar, Aljezur, Cacela ou



Palácio islâmico do Castelo de Silves, séculos XII-XIII. Reconstituição gráfica e plantas vendo-se as duas fases construtivas. Escavações de Rosa Varela Gomes. Desenho de R. V. Gomes e M. V. Gomes



Mértola, mas também por *ribât* como o da Arrifana, e, ainda, por pequenas fortificações (*husun*), como o Castelo Belinho, Castelo de Alferce, Castelo de Paderne, de Porches ou o da Cola. Este sistema integrava rede de torres atalaias, localizadas junto das arribas litorais, como as de Alfanzina, Almádena, Lapa, entre outras.

Os dispositivos mencionados, além de protegerem os agregados urbanos situados próximos do mar, defendendo-os da pirataria, vigiavam os principais caminhos, assim como as zonas de passagem entre o Baixo Alentejo e o Algarve permitindo, por isso, uma mais segura circulação de pessoas e bens. Eles serviam de refúgio, em caso de perigo, aos habitantes das alcarias e das propriedades agrícolas.

Política similar deve ter ocorrido no Magrebe com a construção, pelos Almorávidas, das fortificações de Zagora e Amergo, assim como de rābitas costeiras que, conjuntamente com torres atalaias defendiam o vasto litoral norte-africano. Ulteriormente, com as comunidades almóadas, procedeu-se tanto à construção como a trabalhos de consolidação e restauro das muralhas que cer-

cavam urbes importantes como Fez, Marraquexe, Tremecém e Taza (Argélia), (Lillo, 1995, 147-149).

O ingresso nas medinas ou nas alcáçovas efectuava-se pelas portas defendidas por diferentes soluções: entradas direitas, ladeadas por torres, conforme se detectou na primeira fase de construção da Porta da Medina, de Silves, ou nas entradas da Fortificação de Amergo, assim como na Porta de Bahr al-Khamis, em Meknès, datada do século XII; protegidas por duas torres albarrãs, como exemplifica a Porta de São Gonçalo, de Lagos; possuindo duas entradas, átrio e guardada por duas torres, conforme se verifica na alcáçova de Silves; protegidas através de entrada em cotovelo, segundo modelo presente tanto no Arco do Repouso, em Faro, como na segunda fase de construção da Porta da Medina, de Silves, e, ainda, na porta de entrada no Castelo de Paderne ou em Zagora, onde coexistem portas de entrada direitas com outras em cotovelo (Gomes, 2002, 106, 107; Lillo, 1995, 149; Hattstein, 2001, 305).

Sob o domínio dos impérios magrebinos edificaram-se torres poligonais, como as de

Tavira e Silves, estas já destruídas, que poderiam ter constituído reprodução de tipo de dispositivo defensivo mais antigo, conforme poderá indicar a Torre de Bury Younga, em Tunis, ou as que alternavam com torres circulares no *ribât* de Monastir (Mazot, 2001, 139). As torres poligonais algarvias, que referimos, estavam associadas a couraças. Estas registam-se, também, em Mértola e Alcácer Ceguer e tinham como principal função permitir a ligação das muralhas que cercavam as urbes, através de torres e passadiços, a um rio ou fonte situados nas proximidades.

Torres avançadas ou albarrãs, algumas com matacões, facilitavam a defesa dos panos de muralha e intercalavam, em certos casos, com torres rectangulares adossadas, como acontece tanto na medina como na alcáçova de Silves. Nesta cidade, as torres albarrãs e, em particular, a que defende a Porta da Medina já existia em 1189, sendo referida no texto do cruzado anónimo que terá participado, naquela data, na sua primeira conquista cristã (Pimenta, 1982, 166).

Para melhor proteger as bases das muralhas construíram-se barbacãs ou antemuros, ainda visíveis tanto em Amargo como nas muralhas de Taza, no Magrebe.

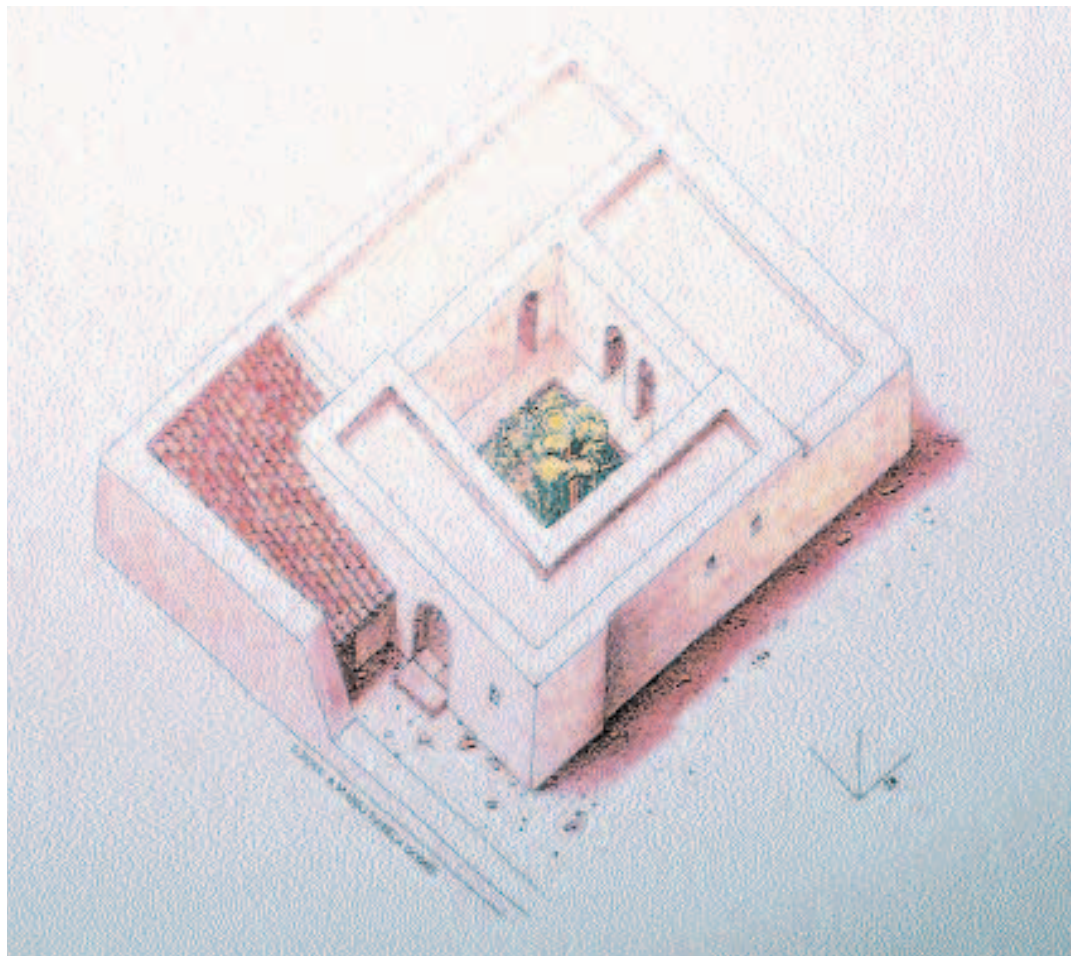
Os *husun* existentes no Barlavento Algarvio apresentam planta subquadrangular ou subrectangular. Esta morfologia pode indicar cronologia recuada e, apesar dos escassos materiais estudados de algumas daquelas fortificações indicarem datação compatível com os últimos tempos da presença muçulmana, não devemos liminarmente afastar a hipótese de elas terem previado dada a sua importância funcional e, em particular, a posição estratégica que ocuparam.

As muitas torres atalaias que temos registado na costa do Algarve, além de integrarem o sistema defensivo que temos vindo a mencionar poderiam, de igual modo, ter servido como fachos. Assim se facilitavam as rotas marítimas, feitas normalmente à vista de costa, alertando a sua



presença, durante a noite, para acidentes como os promontórios, que constituíam um dos principais perigos para a navegação. A defesa tanto do litoral como das zonas fronteiriças através da construção de torres atalaias, estrategicamente instaladas, terá sido implementada, no Gharb, durante o califado Omíada tal como aconteceu no Magrebe, mas promovida pelos Aglábidas. Também os minaretes das rábitas costeiras peninsulares e norte-africanas poderiam ter sido utilizados como torres de vigia, conforme se reconhece em relação ao convento-fortaleza de

Área urbana de Silves. Reconstituição gráfica de casas islâmicas dos séculos XII-XIII.
Desenho de R. V. Gomes e M. V. Gomes



Monastir, na actual Tunísia, e ao *ribât* da Arrifana, no Algarve (Mazot, 2001, 139).

Diferentes documentos muçulmanos mencionam, no al-Andalus, a presença de *ribâts*, rábitas ou arrábidas, de que subsistem alguns topónimos. No entanto, no Gharb só se conhece o recém identificado *ribât* da Arrifana (Gomes e Gomes, 2004). Este localiza-se no litoral Sudoeste, na pequena península denominada Ponta da Atalaia, situada a pouco mais de meia dúzia de quilómetros a poente de Aljezur. Escavações arqueológicas recentes permitiram pôr a descoberto restos de quatro

mesquitas, com diferente constituição e forma, mas todas com a *qibla* e respectivo *mihrab* (nicho sagrado) irrepreensivelmente orientados para Meca, tal como restos de minarete, depois transformado em torre atalaia e gerando o microtopónimo pelo qual o local é conhecido.

Informações de carácter histórico indicam que o *ribât* da Arrifana terá sido mandado construir, por Ibn Qasî, em torno a 525 H (1130) e abandonado em 546 H (1151), aquando do assassinato do mestre sufi, certamente depois de muitas obras de ampliação e reestruturação, crono-

logia que corresponde à da maioria dos materiais arqueológicos exumados.

É bem possível que, naquele local, tenha sido escrito a célebre obra de Ibn Qasî, *O Descalçar das Sandálias*, cujo manuscrito ou cópia foi oferecido, por um dos seus filhos e seguidor, a Ibn al-Arabi (1165-1240), e a quem se deve significativo comentário, como ali nasceu o movimento místico que proporcionou o suporte ideológico da revolta contra Almorávidas e Almóadas, tal como a tentativa da fundação de estado teocrático.

A arquitectura da arrábida da Arrifana, com as suas mesquitas de pequenas dimensões, os espaços a elas anexos e o minarete, constituem importante novidade no panorama das edificações religiosas islâmicas, não só no actual território nacional, onde é único, mas em termos peninsulares, dado dispormos, apenas, como paralelo, do *ribât* de Guardamar (Alicante), mais antigo cerca de uma centúria (Azuar Ruiz, 1989, 209). Por outro lado, contrariamente ao que acontece em Guardamar, não só conhecemos o nome, como grande parte da vida e obra do fundador do *ribât* da Arrifana, sendo possível deduzir os firmes propósitos da sua fundação ou as causas do seu abandono e destruição, através de factos bem balizados em termos históricos e cronológicos.

A análise arquitectónica permitiu identificarmos três grandes momentos construtivos no *ribât* da Arrifana. O mais antigo corresponde ao «muro de orações» que existiu na extremidade da Ponta da Atalaia, ao qual se sucedeu outro que incluía as três mesquitas com *mihrab* de planta quadrangular ou rectangular, reflectindo período de grande afirmação religiosa e, por fim, o terceiro integra obras de ampliação ou de renovação, conforme ilustra a grande mesquita, provida de *mihrab* com planta de forma semicircular (Gomes e Gomes, 2004).

Aquele tipo de construções com finalidades religiosas e militares e, em particular, as locali-

zadas junto à costa, encontram-se, normalmente, relacionadas com os inícios da ocupação de territórios, integrando a sua defesa ou, também, estratégia ligada à perspectiva de novas conquistas. Contudo, surgiram rábitas que reflectem alterações, religiosas ou políticas, no seio de territórios já islamizados, promovidas pelas comunidades almorávidas que implementam o «espírito do *ribât*» nas zonas costeiras, período que corresponde ao da Arrifana e, também, pelos almóadas, como exemplificam a de Tit (Mazagão) ou a de Rabat (Azuar Ruiz, 1995, 75).

Nos núcleos urbanos a mesquita principal (*mashjid jami*), localizada no seu ponto mais elevado e normalmente junto à alcáçova, constituía referência incontornável para qualquer muçulmano. Com Almorávidas e Almóadas verificaram-se alterações na estrutura do espaço de orações, assim como na decoração do interior das mesquitas, conhecendo-se, em Portugal, além das mesquitas que integram o antes referido *ribât* da Arrifana, apenas a Mesquita de Mértola (Ewert, 1973). Esta, embora adaptada a templo cristão, ainda possui a *qibla*, onde se abre o *mihrab*, delimitado por arcos polilobulados, de estuque, decorados com motivos fitomórficos. São seus contemporâneos estuques que se observam na nave que antecede o *mihrab* da mesquita almóada de Tinmal, assim como os estuques que exumámos no palácio almóada da alcáçova de Silves (Lillo, 1995, 154, 155; Gomes, 2004, 58-64).

Naquela última cidade terá existido *madrassa*, documentada através de bocal de poço, ornamentado com profusa iconografia de carácter religioso, onde se reconhecem motivos profiláticos e apotropaicos (Gomes e Gomes, 2000). Este importante elemento arquitectónico, talhado em monólito de arenito vermelho, foi descoberto, *in situ*, sobre pequena cisterna e tal como o bocal de poço, com inscrições alcorânicas, reconhecido em Ceuta, pertenceria ao pátio da *madrassa*, estando esta localizada junto à mesquita.

A *madrasa* e a mesquita principal de Silves situavam-se à mesma cota da alcáçova e próximas desta, junto à confluência de duas importantes vias de comunicação, denominando-se, ainda hoje, uma delas, Rua da Azóia, certamente aludindo àquele templo. No local onde actualmente se ergue a Sé, construída no século xiv, terá possivelmente existido templo cristão, conforme sugerem testemunhos antigos e o achado de capitéis romanos e visigóticos.

Também algumas torres sineiras de certas igrejas podem constituir previvências de antigas mesquitas, conforme parece acontecer com a da Igreja de São Clemente, em Loulé.

No Gharb existiu importante centro religioso considerado, por cristãos e aceite como tal por muçulmanos devido à santidade dos residentes, local de grande devoção – a Igreja do Corvo (*Kanisat-al-Gorah* ou *Kiniket al Corabb*). Esta situava-se sobre o *Promunturium Sacrum* e, a alguma distância, para Oriente, localizava-se a serra de Monchique-*Munt Sâquir* ou a montanha sagrada para os muçulmanos (Gomes, 2002, 114). No Magrebe, ainda hoje, constituem locais venerados e de peregrinação os vários marabutos existentes, constituídos por pequenos templos onde residiram ou estão sepultados homens santos, não raro implantados em locais ermos e junto à costa (Hattstein, 2001, 301).

Entre o que hoje podemos denominar o equipamento social das cidades islâmicas, encontravam-se os banhos públicos, não invalidando a existência do *hamman* privado na residência de certas elites. Aqueles edifícios erguiam-se, normalmente, próximo da mesquita ou junto a uma das portas das cidades, tal como acontecia em Lisboa, onde o nome dessa entrada se denominava *Bab-al-hamman*, com clara alusão aos balneários. Estes, ainda hoje, são numerosos no Magrebe, embora os exemplos mais recuados, como o da Qal'a dos Banud Hammad ou o de Zagora, estejam documentados (Maldonado, 1990, 306).

O complexo de banho islâmico, melhor conservado, que se conhece no actual território português foi reconhecido em Silves. Era constituído por oito compartimentos, de planta rectangular, adossados ao pano interior da muralha da medina, próximos de uma das mais importantes portas. Especificidades arquitectónicas daquelas salas, transformadas em lojas, como a localização, disposição, dimensões e, designadamente, a espessura das paredes ou a elevada altura dos seus compartimentos, além de significativas referências documentais e de paralelos com edifícios similares, conduziram ao seu reconhecimento (Gomes, 2002, 111-113).

Os espaços habitacionais islâmicos, melhor conservados, foram identificados nas áreas urbanas de Lisboa, Mértola ou Silves, pertencendo à fase final daquela permanência nas urbes referidas. Elas incluem-se em dois modelos arquitectónicos, bem distintos, que reflectem acentuadas diferenças socioeconómicas dos seus habitantes.

Ao modelo mais singelo, detectado nas zonas pertencentes às antigas medinas, correspondem restos de vivendas, de distintas dimensões, que têm como característica comum serem edifícios térreos, construídos em taipa, cujos espaços se articulam em torno de pequeno pátio central ou jardim, com passeador. Dispunham de instalações sanitárias, ligadas a fossas sépticas ou a redes de esgotos, assim como cobertura em terraço ou em telhado.

O segundo modelo integra as habitações de tipo palatino, mostrando maiores dimensões. Entre elas podemos referir sector de pátio interior anexo a complexo de banhos posto à vista na alcáçova de Silves, ainda em fase de escavação, que pertenceria ao palácio do governador daquela cidade. Esta área habitacional encontra-se separada, através de rua, de uma outra, correspondendo de igual modo ao palácio, mas de menores dimensões, que já foi integralmente explorada.

A última edificação mencionada possuía dois pisos, cobertura com telhado e desenvolvia-



-se em torno de dois pátios, possuindo diversos compartimentos, incluindo, ainda, instalações sanitárias, complexo de banhos privado, servido por depósitos de água e hipocausto. O acesso ao interior desta casa fazia-se através de longo corredor que permitia, de igual modo, a entrada em torre rectangular que se encontra adossada à muralha da alcáçova. Trata-se do único palácio até ao momento identificado no actual território português e o conjunto de estuques recuperado no seu interior é, também, raro.

A ulterior reutilização dos palácios magrebinos, almorávidas e almóadas, dificulta o seu estudo. De facto, no Norte de África, previnem grandes áreas palatinas abandonadas, localizadas no exterior de importantes núcleos urbanos, edificadas pelos Aglábidas e Fatímidas que, por serem mais antigas, podem ter constituído modelo para a construção de Medinat-az-Zahra que, na Península Ibérica, representa o exemplo com maior monumentalidade e mais divulgado da arquitectura civil aristocrática, como para outras edificações posteriores.

Todos os núcleos urbanos, rurais e estruturas defensivas deviam possuir reservatórios de água, conforme documentam as cisternas dos *husun* da Cola, Paderne e Alferce, entre outros, ou o monumental *aljibe* do Castelo de Silves, com capacidade para armazenar mais de 1 300 000 litros de água e similar ao de Sofra em Tunis (Maldonado, 1990, 24, 27; Mazot, 2001, 138).



Castelo de Silves. Loiça de mesa, séculos XII-XIII.
Fotografia de M. V. Gomes

Castelo de Silves. Loiça de cozinha, séculos XII-XIII
Fotografia de M. V. Gomes

Em Silves, além do monumental depósito de água da alcáçova, e de outros ali existentes de menores dimensões, encontra-se, na medina, magnífico Poço-Cisterna, hoje Monumento Nacional, adossado ao paramento interior da muralha, e hoje integrado no espaço do Museu Municipal de Arqueologia daquela cidade. Pode ser contemporâneo das duas construções antes mencionadas, a grande cisterna situada junto da mesquita principal de Marraquexe. Aqueles depósitos constituem importante equipamento tanto em períodos de seca, como em caso de cercos prolongados.

A água, além de ser fundamental à sobrevivência humana era ainda, para o islão, presença constante nos rituais religiosos, conferindo acréscimo à sua importância.

Os silos (*matmûras*) permitiam guardar cereais e frutos secos a longo termo e registam-se em todo o Sul de Portugal, tanto os de pequenas dimensões, sendo mais raros os que atingem oito e mais metros de profundidade, conforme exemplares da alcáçova de Silves. Os grandes silos reflectem, também, a excelente produção agrícola de uma região, como os cereais ali conservados poderiam ser redistribuídos pela população em momentos de crise. Também no Magrebe se conhecem estruturas subterrâneas idênticas, espalhadas pelos pequenos núcleos rurais ou nas áreas urbanas, constituindo os que apresentam maiores dimensões, ou conjuntos de outros

menores, verdadeiros celeiros em áreas palatinas e onde se acumulariam excedentes e, quiçá, o resultado de impostos como o *zakat*.

No exterior dos núcleos urbanos localizavam-se as necrópoles de que previvem testemunhos em Loulé, Silves, Mértola, Beja, Évora ou Lisboa. Nas zonas periurbanas situavam-se os estaleiros de construção naval, assim como áreas portuárias e industriais, em medinas como as de Alcácer do Sal, Silves e Ceuta.

Agregados populacionais de diferentes dimensões e importância completavam a rede de povoamento do Ocidente peninsular. Entre eles podemos mencionar o arqueossítio da Alcaria Longa ou outros estabelecimentos agrícolas, identificados tanto na zona de Silves como de Tavira. Pequena aldeia de pescadores que reconhecemos, recentemente, na zona da Carrapateira, em Aljezur, constitui, por ora, o único exemplo na Península e dela subsistem nove estruturas habitacionais, constituídas por uma única divisão, com planta rectangular, edificadas em taipa mas com enrocamento de pedra. Algumas conservavam vestígios de estruturas de combustão e cerâmicas, assim como restos de fauna marítima e terrestre. A localização deste assentamento, em alta arriba sobranceira ao mar, indica ter formado pequeno povoado, possivelmente sazonal, onde os residentes se dedicavam à exploração dos recursos marinhos e, nomeadamente, à caça da baleia. A subsistência dos residentes seria complementada, consoante as estações do ano, através da actividade agropecuária (Gomes, Assunção e Miranda, 2001).

O quotidiano doméstico era, certamente, similar nas duas orlas do Mediterrâneo Ocidental, muito embora os espólios exumados nos assentamentos urbanos se diferenciem dos recuperados em meios rurais. Assim, verifica-se a presença de peças com o mesmo tipo de forma e de técnicas decorativas tanto em Silves, Tavira, Alcácer do Sal, Belyounech, Alcácer Ceguer e Ceuta,

indicando o mesmo tipo de influências e, em particular, de gosto (Bazzana e Montmessin, 1995; Cardenal, 1980; Redman, 1986, 116-124).

Certas temáticas decorativas, como os arcos ultrapassados, registam-se sobre a superfície exterior de grandes talhas de Silves mas foram, de igual modo, figurados nas escadas do *minbar* almorávida, realizado de madeira, da *Kutubya* de Marraquexe. Arcos polilobulados associados a linhas incisais verticais, de modo a sugerirem arcarias, observam-se estampilhados em talhas de Ceuta e Silves onde, nesta última cidade, encontrámos matrizes, almóadas, com onze lóbulos, semelhantes aos arcos de *mihrab* do Mosteiro de Bou Jeloud, em Fez, fundado por Abu Yusuf Ya'qub al-Mansur, permitindo reconhecer a mesma iconografia arquitectónica tanto em grandes monumentos como em peças de cerâmica suas contemporâneas.

A casa medieval islâmica não seria pródiga em mobiliário e utensílios, abrangendo a economia de meios quase todos, exceptuando as elites que podiam adquirir e fruir de maior número de bens, sobretudo alguns exógenos e sumptuários. Estas dispunham, como é lógico, de espaços maiores, com arquitectura mais complexa, correspondendo às construções mais modestas menor espólio. Todavia, entre os diferentes pontos daquela escala encontram-se ocorrências comuns, como por exemplo as cerâmicas de ir ao fogo e que tanto eram usadas nas modestas cozinhas das populações economicamente mais carenciadas ou nas da mais abastada nobreza.

Os artefactos recuperados nas intervenções arqueológicas informam-nos sobre as principais actividades desenvolvidas nas áreas habitacionais. Além dos trens de cozinha com cerâmica de ir ao fogo, de armazenamento e de mesa, encontramos lucernas e lamparinas, restos de móveis, peças de fusos e de rocas, utilizados pelas mulheres de cada casa na fiação da lã e do linho, supondo manufactura de certos tecidos, a par de



objectos de carácter lúdico, como brinquedos e peças de jogos, de utensílios utilizados na higiene pessoal (pinças e frascos de perfumes) mas também adereços (alfinetes de cabelo e jóias).

Na grande maioria das casas muçulmanas, do Gharb e do Magrebe, as refeições eram tomadas junto do fogo, onde eram cozinhadas. Assim impunha a economia de espaços e de movimentos, aproveitando-se a iluminação proporcionada por aquelas estruturas de combustão, como o aconchego produzido pelo seu calor nos dias de clima mais rigoroso. Os alimentos eram consumidos em recipientes de uso colectivo, como as grandes taças ou até nas vasilhas em que foram cozinhados, no caso das frigideiras e tachos. Os líquidos eram servidos em jarros e jarras, utilizando-se, também, para se beber tanto os púcaros como as taças. Estas, de menores dimensões, poderiam servir para conter condimentos, nomeadamente o sal e especiarias mas, de igual modo, para o consumo individual de certos alimentos. Algumas facas ajudavam a partir os alimentos que eram consumidos com as mãos.

Ao acervo acima referido faltam, por certo, os utensílios produzidos de materiais perecíveis e que raramente se conservaram, mas que sabemos terem existido nas mesas islâmicas, designada-

mente recipientes de diferentes fibras vegetais entrançadas, assim como colheres de madeira.

Nas casas mais abastadas a mesa era armada no salão, perto da alcova, quando esta existia, onde se recostava o proprietário durante os repastos. Os alimentos eram servidos e consumidos no mesmo tipo de recipientes antes mencionados, embora apresentassem formas e decorações mais requintadas, recorrendo-se, desde cedo, às cerâmicas esmaltadas policromas importadas e, mais tarde, às produções peninsulares ou norte-africanas, a par de peças vidradas ou, durante os Períodos Almorávidas e Almóada, esmaltadas, decoradas com reflexo metálico, por estampilhagem, esgratitados ou com decorações plásticas.

A par dos pratos principais que constituíam as refeições, a mesa era completada com bonitas taças de pé, algumas com forma carenada e cobertas com tampa, onde se serviam frutos secos (acepipes), condimentos e molhos, tal como doces. Além das peças de cerâmica, podiam surgir, nestas mesas fartas, recipientes de cerâmica ou vidro (jarros), que continham água ou, até, vinho.

Nos dias escuros e durante a noite dispunham-se na mesa lucernas e, mais tardiamente, lamparinas de pé alto. Os lavabos de cerâmica faziam ainda parte do serviço de mesa. No salão encontram-se, também, queimadores que tanto aqueciam o ambiente como o purificavam através das essências neles queimadas.

Algumas moedas de ouro ou de prata traduzem o grande desenvolvimento comercial, alguma estabilidade económica e aspectos da propaganda político-religiosa.

Daqueles tempos previvem, ainda, tanto no sul do actual território português como no Magrebe, métodos agrícolas e de exploração de recursos naturais, processos de edificação de habitações, variados aspectos da produção artesanal, nomes de coisas e de sítios, encantamentos e superstições, mas ainda boa parte da fisio-

Castelo de Silves. Queimador de essências, séculos XII-XIII. Fotografia de M. V. Gomes

As construções portuguesas na cidade magrebina de Azamor

P e d r o D i a s

*Universidade de Coimbra
Director do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo*

CORRENDO A COSTA MAGREBINA, desde o cabo de Gibraltar até às faldas do AntiAtlas, um visitante depara, de poucas dezenas em poucas dezenas de quilómetros, com cidades que lhe recordam a passagem dos portugueses por estas terras. Ocupando Ceuta, em 1415, manter-se-ia a administração lusa sobre muitas cidades, até 1769, ano do abandono definitivo de Mazagão. São várias as que conservam as muralhas, ruas e praças, igrejas e capelas, ou ruínas delas, ou, tão-só, a toponímia e as fábulas. Azamor, que foi governada pela Coroa Portuguesa, entre 1514 e 1551, é, de entre as mais importantes, a menos conhecida, e aquela que, apesar da sua riqueza patrimonial, menos atenção mereceu até aos nossos dias. Já no seu tempo, o feito bélico teve grande repercussão, no reino, sendo até representada a tragicomédia *Exortação da Guerra*, de Gil Vicente, por ocasião da partida da armada. São claras as palavras do dramaturgo, sobre a legitimidade da acção: «(...) África foi de Christãos/ mouros vo-la tem roubada/ Capitães, ponde-lh'as mãos, (...)/ He guerra de devação/por honra de vossa terra, cometida com razão/ formada com descrição/ contra aquela gente perra...» A recuperação do antigo espaço do Império Romano e do Império cristão foi sempre um pilar ideológico das investidas portuguesas contra as praças magrebina.

Lembrar a necessidade de preservar as ruínas de Azamor é a razão fundamental pela qual escolhemos esta cidade, como objecto de estudo, para integrar num volume dedicado às relações entre Portugal e Marrocos.

Não é este o lugar para dissertar sobre a expansão dos portugueses na costa do Magrebe; damos o conhecimento dos factos e as suas razões como adquiridos, pelo que passamos, desde já, à questão específica de Azamor.

A primeira tentativa para ocupar esta cidade deu-se em 1508, mas nada resultou. No entanto, proporcionou-se outra ocasião, em 1513, quando da expulsão de alguns portugueses que ali viviam

e o consequente encerramento da nossa feitoria, por iniciativa de Mulay Zião, levando a que o duque de Bragança, D. Jaime, rumasse ao Norte de África, comandando uma armada de 400 velas, 13 mil homens a pé e mais de dois mil homens a cavalo¹. Adiantemos já que, nesta expedição, participou o construtor Francisco Danzilho, com largo currículo no Alentejo e em Marrocos, que desenhou uma ou mais vistas da cidade que foram enviadas ao rei.²

Durante o assédio, os muros foram submetidos a trabalho de sapa, para os enfraquecer, tendo os nossos militares levantado as tradicionais mantas, para poderem picar as paredes a salvo dos projecteis que os azamorense lhes arremessavam.

Como Damião de Góis escreveu, quando do ataque das tropas de D. Jaime de Bragança, a vila, ou cidade, tinha uma grande cerca de forma quadrangular, onde habitava gente de vários credos e raças, a começar por compatriotas nossos, que tinham construído as suas próprias moradias.

O quotidiano de Azamor estava intimamente ligado ao da vizinha Mazagão, mas ao contrário desta, foi entregue aos marroquinos, em finais de Outubro de 1541, ao mesmo tempo que Safim, dentro da política da coroa, que desejava diminuir o esforço económico e humano no Magrebe. Apesar do crescimento posterior da vila, o circuito das muralhas do tempo português está quase íntegro, contrariamente ao que acontece com o palácio do capitão, em adiantado estado de ruína, mas, mesmo assim, ainda com estruturas suficientes para que possamos perceber como era nos seus tempos áureos.

Azamor tinha uma dimensão fora de comum, para esse tempo, e, desde logo, colocou-se aos responsáveis portugueses a questão da sua manutenção, face à constante pressão inimiga. Enquanto alguns desejavam restaurar e reforçar os seus muros, mantendo o carácter eminentemente urbano, fazendo em Mazagão um ponto



mais forte e seguro, outros advogaram que se limitasse a área a defender, tornando antes Mazagão um reduto inexpugnável. A Coroa Portuguesa optou por uma solução mista, melhorando as condições defensivas da cidade recém-conquistada, embora com a diminuição da zona defendida, e recuperando o alcácer e a construção de um castelo mais forte, em Mazagão.

Após a conquista militar, por D. Jaime de Bragança, a população muçulmana abandonou as suas casas, ficando apenas a comunidade judaica, à qual se juntaram mouros de outras zonas, colonos idos do Continente, de Castela e, sobretudo, da ilha da Madeira, regressando os antigos moradores, e, mesmo assim, só alguns, passados anos, quando a situação parecia irreversível.

Azamor. Rio Morbeia e muralha da cidade
Fotografia Pedro Dias

D. João de Meneses, que foi o primeiro capitão da praça, ao tempo da administração portuguesa, dizia a D. Manuel que ficara com cerca de três mil homens, contando com os expedicionários e com os que conseguiu recrutar ali, o que era muito pouco, pois a vila era praticamente do tamanho de Évora e as defesas que possuía muito fracas³. Durante os vinte e oito anos da ocupação, foram executadas obras de vária índole, fortificações, a adaptação de velhas mesquitas, adaptação e construção, de raiz, de moradias, de armazéns, etc. É do que nos ocuparemos agora.

A preocupação de D. João de Meneses, quanto às dificuldades de sustento da guarnição, fica clara, na carta acima citada, defendendo a redução de Azamor a um simples castelo. No entanto, quando escreveu, num dos dias compreendidos entre 1 e 9 de Dezembro de 1513, disse que estava a reparar os muros, mas insistiu na necessidade de construir um atalho, ou seja, um muro transversal que deixasse de fora da cerca parte do aglomerado urbano, o que viria a ser conhecido como Vila Velha.

Uma outra carta, esta de Nuno Gato, para o rei, escrita a 5 de Dezembro, testemunhava a chegada do mestre construtor, Diogo de Arruda, a Mazagão, onde desembarcara no dia 26 de Novembro, e da sua ida a Azamor. Levava ordens para fazer primeiramente o alcácer da cidade, para o que foram caravelas com cal e outros apetrechos necessários. A cava começou a ser aberta, em volta da alcáçova, no dia 1 de Dezembro⁴. O contentamento de Nuno Gato foi grande, ao receber a confirmação dos seus desejos, e aproveitou um novo contacto para pedir ao monarca alfaias, para o culto religioso, pois as que havia eram ainda apenas as que D. Jaime de Bragança tinha deixado.⁵

Continuando a ver a correspondência trocada entre Azamor e a corte, realçamos a importância de uma carta de Rui Barreto, escrita a 21 de Fevereiro de 1514, que atesta a presença de

Diogo e de seu irmão, e também mestre-de-obras, Francisco de Arruda, na cidade, a superintender em todos os trabalhos de construção, desde a fortificação até à edificação de casas de morada. O alcácer continuava a ser melhorado, a ser transformado num atalho, mandando o rei fazer, aí dentro, habitações que, diga-se, Diogo de Arruda já havia começado, ou, pelo menos, a escolher os terrenos. Depois de acabada a alcáçova, poderiam ficar aí trinta moradores. No castelo, os irmãos Diogo e Francisco de Arruda tinham que edificar ainda o paiol e o celeiro.⁶

Um dos documentos mais importantes, para o conhecimento das campanhas de obras manuelinas, é a carta escrita por Francisco e Diogo de Arruda, no dia 31 de Março desse ano⁷. Por ela sabemos dos tradicionais problemas da cal, e ainda que foram eles que projectaram e lançaram os alicerces dos quatro principais baluartes, embora a sua conclusão se deva a outros mestres, pois eles partiram para nova empreitada urgente, em Mazagão. Fica assente que é aos irmãos Arruda que se deve também a primeira campanha de reparação geral das velhas muralhas mouras, que, dada a sua fragilidade, nunca deixaram de dar problemas.

A falta de mão-de-obra e de material não permitiam que fosse dado o aviamento previsto, na obra do castelo, do que se queixou Vasco de Pina, entretanto nomeado vedor⁸. As previsões de que se poderiam acabar até ao fim de Abril de 1514 saíram frustradas, sendo necessário mais um mês, pelo menos, para concluir os muros e os baluartes⁹. Entretanto, continuava a ser pouca a cal ida do Algarve, pelo que Nuno Gato resolveu fazer dois fornos, cuja construção ficou a cargo de um mestre judeu de nome Adibe. Ia também cal de Safim, que era, ao que parece, de muito boa qualidade, mas também igualmente escassa.

A obra da cava encontrava dificuldades, pois era necessário abrir a pedra viva, e os homens da



cidade não queriam trabalhar nela. Do conjunto dos baluartes virados a terra, já estava acabado o mais pequeno, certamente o Baluarte de São Cristóvão, mas o grande, o Baluarte do Raio, estava já engalgado até ao sobrado, onde seria colocada a artilharia grossa, ficando os dois níveis inferiores para a artilharia miúda; Nuno Gato escreveu, com orgulho indisfarçado, que era uma das famosas peças que, no Mundo, se podia ver.¹⁰

D. Manuel enviou um novo grupo, cerca de 200 homens, que rapidamente deram continuação a obras que se arrastavam, especialmente as de reparação dos muros e de construção do baluarte que defendia a porta virada para o rio.¹¹

Nas nossas pesquisas, de que já demos conta noutros textos anteriores, encontramos outros documentos que comprovam a continuidade dos trabalhos, durante os anos de 1514, 1515 e 1516; são sobretudo ordens de pagamentos de soldados e de materiais¹². Lembremos os nomes de João Fernandes da Fonseca, que fornece um carregamento de 1950 telhas¹³; do pedreiro Afonso Mourão, que acordou a construção de uma casa com Rui Queixada¹⁴; deste último, que arrematou o contrato de fornecimento de pedra e de outros materiais de construção, em 22 de Dezembro de 1517; e de Nicolau Vaz, que contratou tam-

bém a entrega da cal, para as obras, por contrato celebrado nesse mesmo dia.¹⁵

Conservam-se também cadernos com a lista dos pagamentos aos homens que trabalhavam sob as ordens de Diogo de Arruda, que aparece sempre como mestre e à cabeça das listagens, enquanto Francisco, que vem em segundo lugar, é intitulado *seu irmão*, o que prova, a nosso ver, que tinha, nesta empreitada específica, uma posição subalterna. Como não nos parece lógico fazer aqui a transcrição destas nominas, usamos, como amostragem, apenas duas, uma de 1514 e outra de 1516. Na primeira Diogo de Arruda tinha sob as suas ordens 46 pedreiros, dois carpinteiros, quatro cabouqueiros e mais 81 homens, entre taipeiros e trabalhadores indiscriminados. De entre os pedreiros, muitos eram de Tomar: Álvaro Pires, Fernão Peres, Afonso Rodrigues, João Fernandes, Gonçalo Vaz, Martim Rodrigues, Bartolomeu Pires, Fernão Pires, Bartolomeu Vaz e Fernão Vaz. Outros eram Francisco Fernandes de Monsaraz, Diogo Fernandes, João de Viana, Afonso Brás, André Fernandes, Gonçalo Anes, Antão Pires, Cristóvão Gil e Francisco Dias. Eram de Lisboa: Francisco Rodrigues e Diogo Pires e os mestres dos carpinteiros e dos cabouqueiros, Fernão Pires e Brás Afonso respectivamente.

Azamor. Muralha do lado de terra. Fotografia Pedro Dias

Azamor. Muralha do lado de terra e exterior do Baluarte de São Cristóvão. Fotografia Pedro Dias



Em Maio de 1516, a companhia tinha 49 pedreiros, cinco cabouqueiros, dois taipeiros, dois carpinteiros e mais 109 operários indiscriminados. É importante notar a constante utilização da arquitectura de terra, em taipa, tipologia ainda hoje muito comum no Magrebe e que, ao tempo, também o era no sul do nosso país. Daí poderem, com facilidade, enviar-se oficiais deste ofício para o Norte de África, e não ser preciso recorrer à mão-de-obra local, sempre pouco fiável, por razões de segurança. Quanto à origem destes trabalhadores, sabemos que além dos que eram de Tomar e da Batalha, outros foram de Porto de Mós, Junqueira, Beja, Viana, Estremoz, Coimbra, Serpa, Trancoso, Moura, Braga, Guimarães, etc.¹⁶ Todo o país estava representado e parece ter havido alguma renovação nos quadros, talvez devido ao reinício das obras no Convento de Cristo de Tomar, em 1515, com a chegada do Mestre régio João de Castilho, para completar os trabalhos que

Diogo de Arruda começara anos antes e que interrompera com a ida para o Norte de África.

O *regimento da obra do muro e atalho da cidade de zamor* foi dado pelo rei, em Lisboa, a 11 de Setembro de 1517, nomeando, simultaneamente, Álvaro de Cadaval como vedor e receptor das respectivas obras¹⁷. Aí se determina que seria feito um muro de taipa e formigão de cal, isto é, misturada com areia e saibro, com 1,70 metros de largura e cerca de 4,5 metros de altura fora as ameias, sendo os alicerces de pedra, muro que cortaria a cerca, desde o Baluarte de São Cristóvão até à Igreja Matriz, aqui chamada impropriamente sé, e daqui até ao rio de Morbeia. Este muro teria uma porta para o campo, cuja forma ficaria ao arbítrio do capitão.

As obras continuaram durante alguns anos, mas, no início de 1519, a famosa Vila Velha já tinha desaparecido, graças à diligente intervenção de D. Álvaro de Noronha.¹⁸

A 11 de Janeiro de 1520, foi passada a carta régia de nomeação de Antão Pires, como mestre das obras de pedraria, substituindo um tal Mestre Álvaro, do qual pouco ou nada sabemos. Este Antão Pires já aí vivia, pelo menos, desde 1515, quando aparece nos róis de pagamentos. O documento de D. Manuel I, confirmado depois por D. João III, é francamente elogioso, considerando-o hábil e capaz do desempenho do ofício, para que era nomeado.¹⁹

Em 18 de Abril de 1520, D. Álvaro de Noronha escreveu ao rei a dizer que, finalmente, a famigerada e tantas vezes adiada obra do atalho estava acabada.²⁰

As fortificações de Azamor, tal como estão, não são muito diferentes daquilo que se poderia ver, no final do reinado de D. Manuel I, já que as obras dos tempos seguintes apenas se limitaram a completar o que faltava e a reforçar um ponto ou outro. Do lado do rio Morbeia, a defesa era facilitada pela própria topografia e a muralha ainda é a de origem muçulmana. Com a desactivação da praça, as casas dos populares começaram a aproveitar os muros e, particularmente, o adarve, hoje só visível em breves trechos. Possuiu ameias de corpo largo e era reforçada por torres redondas, colocadas em espaços regulares, três das quais são claramente distinguíveis. Uma dessas torres fica no seguimento do muro do atalho e excede as restantes em altura. No ângulo mais a ocidente, ergue-se a porta da ribeira, defendida por uma grande couraça, que começa na cortina perpendicular do alcácer. Permite a passagem por cima do vão, como na porta da calheta do castelo do mar de Safim, e era a primeira defesa contra quem se aproximava, vindo do lado do mar.

A muralha leste tem um baluarte redondo, em cada extremo, com grande esbarro, e era dotada de um fosso seco, hoje entulhado. Tem ainda o adarve, mas as ameias desapareceram. A altura total devia ultrapassar os oito metros,



a que se juntariam mais cinco ou seis do referido fosso.

Este sistema era o mesmo da muralha do campo, que hoje começa por uma porta da vila, que julgamos ser de factura relativamente recente. É provável, no entanto, que, neste lugar, já existisse outra com a respectiva ponte levadiça, para acesso à vila. A parte inferior do baluarte, que lhe fica à esquerda, e a grande troneira, que está do lado oposto, são manuelinos.

Daqui, a muralha estende-se em duas secções, uma correspondendo à vila propriamente dita, e outra ao atalho, que coincide com o castelejo. A primeira quebra num ângulo muito aberto, onde está uma poderosa torre de secção rectangular, com canhoneiras acasamatadas para tiro rasante, nomeadamente para o flanqueamento, continuando o pano em linha recta até ao Baluarte de São Cristóvão, o que fica englobado no conjunto das casas do capitão. É neste ponto que se inicia o castelejo que conforma um losango com cerca de 180 metros de lado.

Azamor. Praça alta do Baluarte do Raio. Fotografia Pedro Dias



Azamor. Muralha do lado de terra. Fotografia Pedro Dias

Este baluarte tem planta circular e um diâmetro de 14 metros, e está preparado para o tiro alto, através de frestas, e para o tiro mergulhante, por aberturas semelhantes a matacões. Tem também canhoneiras quadradas, para peças de calibre grosso. O acesso faz-se da praça de armas através de escadas que se achem por uma magnífica porta de verga polilobada de recorte manuelino. Deste dispositivo resultaram três níveis de defesa, os dois baixos cobertos e o alto descoberto.

No extremo desta cortina, no ângulo do atalho ou castelejo, encontra-se o outro baluarte, excepcional pela forma e pelas dimensões. É o chamado baluarte do raio, que tem duas partes distintas: uma secção rectangular, que excede a junção das duas muralhas convergentes, e um corpo semicircular. A primeira tem dispositivos para o tiro mergulhante, como o anterior, e a segunda mostra uma sucessão de canhoneiras sobrepostas, como se fosse o bojo de um galeão. O entulhamento do fosso ilude, pois diminuiu a altura original, mas é possível reconstituir conjecturalmente este fantástico dispositivo. Tem também dois pisos acasamatados, que disparavam em 280°, e um piso alto poligonal dotado de merlões e canhoneiras.

Daqui, a muralha manuelina continua em direcção ao rio e à couraça da porta da calheta, que antes referimos.

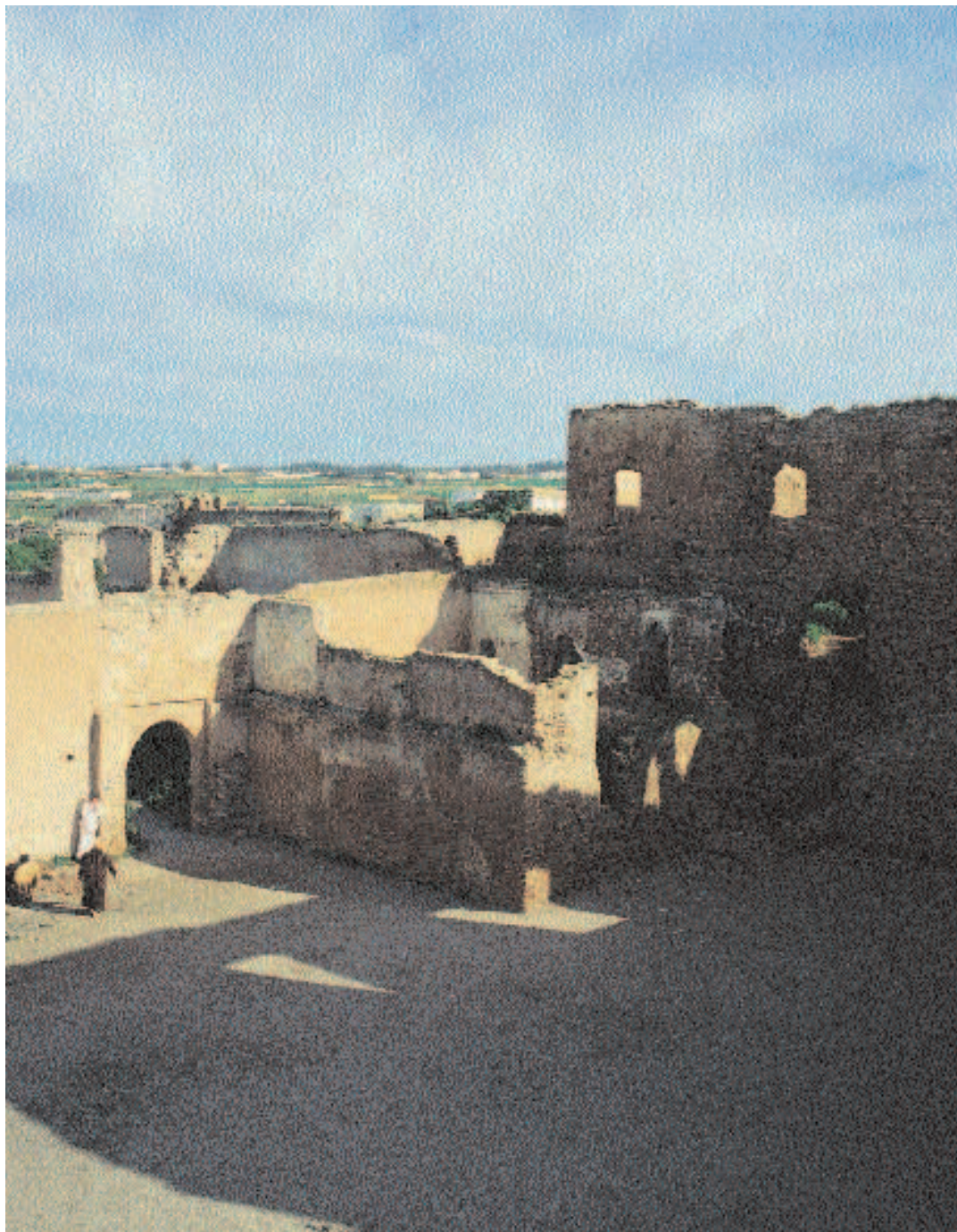
A vila continuou a ter novamente obras de reparação e adaptação, antes de 1530, quando se começou uma nova campanha. Conhecemos parte desses trabalhos, nomeadamente os efectuados em 1528, pois ainda existem as folhas de pagamentos aos operários, que já aproveitámos noutros estudos. O mestre era Jorge Dias, e trazia consigo cerca de oito pedreiros, número variável, a que se juntavam trabalhadores indiferenciados. A companhia não era grande, e incluía os pedreiros Álvaro Lopes, Francisco Ramalho, Francisco Fernandes, Fernão Dias, Afonso de Tomar, João Lopes, entre outros.²¹

A 9 de Junho de 1530, D. Pedro de Mascarenhas chegou à vila de Azamor e, por carta, logo se queixou a D. João III do facto dos muros estarem muito debilitados, serem de taipa e de terra, e muito finos, com pouca largura. O capitão resolveu reduzir ainda mais a última zona fortificada, fazendo um atalho, no enfiamento de um baluarte, que António Leite tinha anteriormente começado, aumentando a capacidade defensiva dos restantes que estavam operacionais.²²

Outro mestre das obras documentado é Jorge Dias, que, em 1541, passou a ocupar igual cargo em Mazagão; julgamos que este foi o último construtor português que esteve activo em Azamor.²³

Como acontecia com as outras cidades e vilas da região, também esta estava sob a alçada do bispo de Safim e integrada na respectiva diocese. A sua primeira Igreja Matriz foi instalada na Mesquita Maior, como de costume, depois de devidamente sagrada, dando o duque D. Jaime de Bragança a paramentaria e as primeiras alfaias para o culto. O prior era a principal entidade religiosa de Azamor, acumulando, por vezes, com outros cargos, pelo que não era de estranhar que estivesse no reino. No entanto, nunca estiveram aqui, ao mesmo tempo, mais do que 17 religiosos, entre clérigos regulares e clérigos seculares.

Os documentos coevos chamam Sé à Igreja Matriz, que ficava junto ao muro do atalho construído, logo após a conquista. Sabemos que tinha, pelo menos, em 1541, uma estrutura complexa, com três naves paralelas e, provavelmente, três capelas na cabeceira. De facto, a 12 de Abril de 1541, o capitão António Leite ordenou ao feitor Pedro Álvares que usasse as naves da igreja para celeiro e armazém, para apoiar as gentes do socorro, devido ao facto de não haver outras instalações convenientes e a urgência da situação²⁴. Esta igreja tivera obras, em 1537, que foram alvo das atenções dos conselheiros lisboetas de D. João III.²⁵



Azamor. Praça de armas dentro do atalho.
Fotografia Pedro Dias



Azamor. Residência do capitão e praça de armas dentro do atalho. Fotografia Pedro Dias

D. Manuel I ficou tão entusiasmado com a conquista de Azamor e com os seus frutos espirituais, que desejou fundar três conventos, o que motivou a contestação do capitão Rui Barreto, nada interessado em ter de dirimir as inevitáveis contendas entre os frades. Era de opinião que seria mais conveniente criar apenas uma casa religiosa, e de preferência da Ordem de Santo Agostinho, já que este Doutor da Igreja era magrebino. No entanto, esta razão devia esconder outra mais profunda, a da atitude habitualmente ponderada dos agostinianos, relativamente aos franciscanos e dominicanos. Barreto indicava até uma antiga mesquita, junto do alcácer, para a instalação dos padres.²⁶

Anos depois, havia não um mas dois conventos, o dos agostinianos e outro dos franciscanos, que tiveram por primeiro guardião um tal frei Vasco. O Convento de Nossa Senhora da Graça foi erecto canonicamente, e mesmo construído, por iniciativa de frei Pedro de Vila Viçosa; as obras decorriam, em 1538²⁷. Em 20 de Março

de 1540, os cavaleiros e fidalgos de Azamor pediram ao rei que a igreja, que tinha acabado de ser construída, fosse erecta em mosteiro. Parece que esta nova edificação não agradou aos padres franciscanos, que criaram uma grande intriga, chegando mesmo a caluniar o citado frei Pedro.²⁸

No âmbito das obras públicas, há que salientar outras informações. Desde logo, o projecto que se pode considerar de ordenamento urbano, proposto por Simão Correia, em carta escrita a D. Manuel I, e já acima citada, com data de 3 de Outubro de 1516. Dizia que o castelo, ou atalho, era suficientemente grande para que, dentro dele, se pudessem traçar ruas e praça e calçetas bem como para fazer a igreja com a sua torre, além de se dever abrir uma porta, para o cais fluvial, ao lado das casas da feitoria. Seguir-se-ia a destruição da vila velha, cujo terreno seria destinado a hortas e pomares. Os materiais das casas que fossem destruídas seriam aproveitados, e dar-se-ia uma indemnização aos seus proprietários. A judiaria, e esse era o desejo do nosso já conhecido Mestre Adibe, seria feita em duas ou três ruas, num local apartado, junto das muralhas, de modo que os seus habitantes pudessem refugiar-se, em caso de ataque. Em 1516, havia pelo menos 81 casas de morada em construção, em Azamor, e curiosamente havia quem jogasse com a indecisão régia de reduzir ou não a praça ao atalho ou alcácer, para fazer especulação imobiliária.

Relativamente a 1518, temos documentos que nos dão conta da construção da nova alfândega, dentro do castelo e por baixo das casas que tinham sido acabadas, onde funcionava a feitoria.²⁹

Mas a obra de carácter civil de maior importância e volume foi a morada do capitão, dentro do castelejo e confinando com a muralha de terra e com o grande baluarte a que antes nos referimos. Todas as construções se organizavam em

volta de um pátio ou praça de armas, ficando por cima a zona habitacional e no nível térreo dependências com outras características, como os armazéns, provavelmente o tronco, a casa do armamento e o alojamento para soldados, além das imprescindíveis cavalariças. Da vila, o acesso fazia-se por uma dupla porta, a primeira aberta, no atalho, e a segunda, já no primeiro muro de protecção da quadra, colocada em ângulo recto. Ainda existem, amplas e com cantarias chanfradas à maneira manuelina.

Chegava-se ao andar superior por uma escada larga e bem lançada, colocada lateralmente à parede do flanco nascente, e, alcançando um patamar, acedia-se à sala grande. Outras salas e câmaras sucediam-se em linha recta, quer para um lado quer para o outro, abrindo-se as janelas para a praça de armas, todas com molduras tipicamente manuelinas, mas feitas de tijolo e estuque. São ainda visíveis as vergas trilobadas ou em arco ou em carena.

Deste verdadeiro palácio passava-se ao adarve, e era possível percorrê-lo, em grande parte, quer para o lado do baluarte redondo quer em sentido contrário, para o do baluarte de ângulo. Nesta zona, ficava novo núcleo de habitações, difícil hoje de definir, mas que tinha pelo menos meia dúzia de salas e câmaras. Parece que a residência do capitão englobava o próprio adarve, já que é possível ver restos de elementos decorativos, como é o caso de dois conjuntos parietais compostos por mísula e dossel em calcário, incrustados junto de uma escada secundária. Inferiormente a este espaço podem ver-se outras salas e também as entradas, para as casamatas do baluarte.

Uma outra obra de grande alcance foi a construção da ponte sobre o rio Morbeia, que o bispo de Safim, D. João Subtil, patrocinou, dando para isso a quantia de 100 cruzados; aqui, trabalharam os Mestre Martim Teixeira e Afonso Gonçalves³⁰. Foi muito raro que os portugueses fizessem

trabalhos com estas características, em Marrocos, já que a sua jurisdição efectiva raramente ultrapassava o circuito das muralhas das praças-fortes.

São muitos, pois, os motivos arquitectónicos e urbanísticos de interesse que Azamor conserva, memórias de um curto e agitado período de presença portuguesa, apenas 28 anos, mas do qual muita da sua população hoje se orgulha.

- ¹ Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1970, vol. II.
- ² F. M. de Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, 1899-1922, vol. I, p. 275.
- ³ *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Portugal*, edição de Pierre de Cénival, David Lopes & Robert Ricard, Paris, 1934-1935, vol. I, pp. 459-467.
- ⁴ *Les Sources...* vol. I, pp. 453-456.
- ⁵ *Les Sources...* vol. I, pp. 468-469.
- ⁶ *Les Sources...* vol. I, pp. 489-501.
- ⁷ F. M. de Sousa Viterbo, *Diccionario...*, vol. I, pp. 48-49.
- ⁸ António Dias Farinha, «Feitos de Vasco de Pina em Marrocos e a sua acção na Abadia de Alcobaça», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1969, vol. I, pp. 124 e segs.
- ⁹ *Les Sources...* vol. I, pp. 522-524.
- ¹⁰ *Les Sources...* vol. I, pp. 530-533.
- ¹¹ *Les Sources...* vol. II - I, pp. 37-40.
- ¹² Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos*, Lisboa, 2000, pp. 117 e segs.; IAN/TT – Corpo Cronológico, P 2ª, m. 52, doc. 180; P 1ª, m. 15, doc. 97; P 2ª, m. 55, doc. 35; P 2ª, m. 56, doc. 2; P 2ª, m. 58, doc. 212; P 2ª, m. 61, doc. 148.
- ¹³ IAN/TT – Corpo Cronológico, P 2ª, m. 67, doc. 24.
- ¹⁴ IAN/TT – Corpo Cronológico, P 2ª, m. 66, doc. 73.
- ¹⁵ IAN/TT – Núcleo Antigo, mns. 751, inum.
- ¹⁶ IAN/TT – Núcleo Antigo, mns. 765, inum.
- ¹⁷ Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», pp. 147-148.
- ¹⁸ *Les Sources...* vol. II - I, pp. 240-241.
- ¹⁹ F. M. de Sousa Viterbo, *Diccionario...*, vol. II, pp. 294-295.
- ²⁰ *Les Sources...* vol. II, p. 274.
- ²¹ IAN/TT – Núcleo Antigo, mns. 770, inum.
- ²² *Les Sources...* vol. II-II, p. 529.
- ²³ F. M. de Sousa Viterbo, *Diccionario...*, vol. I, pp. 278-279.
- ²⁴ *Les Sources...* vol. III, pp. 384-385.
- ²⁵ *Les Sources...* vol. III, pp. 83-84.
- ²⁶ *Les Sources...* vol. II, pp. 57-58.
- ²⁷ IAN/TT – Cartas dos Governadores de África, maço único, doc. 104; e Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», pp. 129-130.
- ²⁸ *Les Sources...* vol. III, pp. 241-242.
- ²⁹ Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», pp. 149-150.
- ³⁰ *Les Sources...* vol. II, pp. 269-272 e 248-249.

A arquitectura abaluartada de origem portuguesa

R u i C a r i t a

Universidade da Madeira

A REORGANIZAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO do poder marroquino nos meados do século xvi, com a consequente capacidade de meios para actualização do seu parque de artilharia, invalidaram grande parte das construções defensivas levantadas até então pelos portugueses em Marrocos. Se entre os séculos xv e xvi a capacidade construtiva e de equipamento defensivo da coroa portuguesa não tinha encontrado organização à altura para lhe fazer frente na costa marroquina, o mesmo já não aconteceu nas primeiras décadas do século xvi. Acrescia ainda, que a dispersão dos meios portugueses por um império à escala de metade do globo, também não facilitava a situação. Houve assim que reformular toda a implantação no terreno, abandonando uma parte das praças e procedendo à reformulação defensiva das restantes.

A ascensão em Marrocos da dinastia Sádidas

Ao longo do século xv, Marrocos havia assistido à decadência da dinastia fundada pelos Beni Merim e à luta dos xarifes do sul e dos watácidas para assumirem o poder. Foi com base nesse vazio de poder que os portugueses conseguiram instalar-se nas praças do Rif, a Norte, e depois nas do Suz, Duquela e Enxovia. Pontualmente, chegaram mesmo a contar com apoios vários, de uma ou outra facção, conseguindo estabelecer protectorados e firmar tratados com os então denominados «mouros de pazes».

A partir da década de 20 do século xvi, no entanto, a situação interna de Marrocos evoluiu de uma outra forma. A queda do reino muçulmano de Granada, no final do século xv, tinha afastado o velho sonho de um império ibero-marroquino e Marrocos levou algum tempo a recuperar. O poder caíra nas mãos de confrarias religiosas locais, lideradas por marabutos, mas que dificilmente se impunham fora das suas zonas. A situação veio a evoluir com a ascensão progressiva dos xarifes sádidas, oriundos de Drá, em

Tagmadarte, de ascendência árabe e descendentes do Profeta.

Os sáidas eram descendentes de Saade, da tribo da ama do Profeta, e diziam-se directamente descendentes de Ali, o famoso califa, primo e genro de Maomé. Desde os finais do século xv que as populações do Suz os olhavam com respeito e esperavam conseguir polarizar à sua volta os sentimentos religiosos islâmicos e apelar para o renascimento de uma consciência nacional, expulsando os cristãos do Norte de África.

Já anteriormente, com base em pequenas revoltas populares, alguns chefes religiosos locais haviam obrigado as guarnições portuguesas a abandonarem algumas das praças, como teria acontecido com o Mogador, perante pressão da confraria do marabuto Diabat. Nessa sequência, em breve o xarife de Marraquexe, Mohammed ech Cheikh, levantava as tribos dos oásis interiores do Suz, apelando à guerra santa contra os estrangeiros, e cercava a Praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, hoje Agadir, que acabou por cair em Março de 1541.

Com a queda de Santa Cruz, para cuja defesa, inclusivamente, se recrutaram forças nas ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, as guarnições de Safim e Azamor recebiam ordens de abandonarem as suas praças. Perante o êxito da guerra santa contra os estrangeiros, em breve o xarife de Marraquexe se intitulava sultão de todo o território de Marrocos e cercava a poderosa cidade de Fez, capital do norte, que caiu em 1554, dando início à dinastia sáidas.¹

A arquitectura abaluartada

A evolução da fortificação medieval portuguesa tinha acompanhado de uma forma geral a restante fortificação europeia. No entanto, dada a sua forte componente islâmica, o que aconteceu em toda a Península Ibérica, apresenta algumas especificidades em relação às congéneres

europeias. Assim, grande parte da terminologia da fortificação ibérica tem fortes ressonâncias árabes, mas sem paralelo, por exemplo, na fortificação do Norte de África, pelo que teria, muito provavelmente, evoluído de forma independente durante o longo período da Reconquista, entre os séculos xii e xv, devendo ser considerada mais moçárabe que islâmica.²

Com a circulação e divulgação das ideias e tratados italianos do século xvi, vinculadas através do vasto império de Carlos v e dos territórios de D. João iii, foi especialmente nos territórios ultramarinos portugueses que se ensaiaram as novas técnicas e se construíram as grandes obras da chamada «fortificação moderna» europeia. Com a união das coroas ibéricas e a circulação de diversos especialistas, o Maneirismo europeu de expressão ibérica, mormente nos domínios da arquitectura militar e religiosa, transformou-se mesmo no primeiro estilo arquitectónico internacional de verdadeira difusão universal.

O incremento da circulação marítima no espaço do Mediterrâneo, nos inícios do século xvi, então alargada aos oceanos Atlântico e Índico, aumentou de forma quase exponencial a troca de conhecimentos científicos no quadro da construção naval e do seu armamento. Numa primeira fase, a evolução é patente, essencialmente, na qualidade da construção dos navios e no seu armamento, mas a breve trecho, os portos de partida e de chegada, assim como os intermédios de apoio, tiveram de acompanhar toda essa evolução. O motor de todo esse desenvolvimento foi, em grande parte, o aumento do potencial de fogo da artilharia.

A especial diferença entre esta primeira fase da arquitectura abaluartada e a anterior reside na progressiva introdução do baluarte triangular, de paredes inclinadas e cada vez mais simplificado, para se poder opor às cada vez mais potentes bocas de fogo e, ao mesmo tempo, servir de protecção e resguardo à sua própria arti-

Bastião da muralha de Arzila. Aguarela de Rui Carita



lharia. Nesta fase, o baluarte aparece dotado de «orelhas», ou seja, criando uma zona de articulação saliente em relação às muralhas em que se articula. De forma igualmente progressiva, irá proceder-se à eliminação das torres, alvos fáceis para a artilharia e até pontos de referência para a pontaria das bocas-de-fogo.

Houve, no entanto, um longo caminho de resistências a percorrer para impor uma estrutura assim. Existia todo um conjunto de preexistências, nem sempre passíveis de demolição imediata. As torres tinham, ainda, uma função de

representatividade para os quadros superiores, sendo entendidas como um factor dissuasor.

O termo «baluarte» aparece muitas vezes na nossa fortificação do século xv, designando de uma forma genérica uma construção defensiva, sem ainda indicar o elemento que entendemos hoje. O baluarte, como progressivamente será depois entendido, é uma construção, espessa, de planta pentagonal irregular, que se destaca nos ângulos salientes de duas cortinas contínuas ou de outros pontos vulneráveis, apresentando-se em forma de cunha e com essas duas paredes

especialmente inclinadas, para absorverem os impactos da artilharia.

Numa primeira fase, as muralhas iniciais quase verticais irão ser defendidas por sapatas, ou seja, protecções na base das mesmas muralhas com a função de absorverem os impactos, mas progressivamente a inclinação de todo o conjunto será uniforme desde a base até ao cordão que delimita a esplanada superior. A discussão sobre a utilização de torreões e cubelos, por vezes redondos e assentes em sapatas, contra a primazia dos baluartes em cunha, irá durar algum tempo, mas o caminho não conheceria retrocesso.

A artilharia irá concentrar-se progressivamente na esplanada dos baluartes e a fortificação perfeita tenderá para um conjunto regular e articulado dos mesmos. Na fase inicial da fortificação manuelina, a artilharia aparece incorporada nas várias cortinas de muralhas, à semelhança, muitas vezes, do que se fazia nos navios. Aliás, muita da fortificação da época de D. João II e D. Manuel, aparece directamente relacionada com a actividade naval, lembrando navios ancorados, como acontece com a Torre de Belém, em Lisboa. Com o desenvolvimento da artilharia e o aumento do volume de gases, as bocas-de-fogo deixam de poder ficar no interior das muralhas e passarão para as esplanadas dos baluartes, protegidas por parapeitos ressalvados.

Os projectos levados a cabo em Ceuta e depois em Mazagão, marcam perfeitamente o caminho para uma fortificação abaluartada, quase de carácter regular. Se na reformulação das defesas de Ceuta, especialmente dadas as preexistências e até a urgência que havia, o projecto é ainda de transição, tendo reaproveitado, inclusivamente, muralhas muçulmanas, o mesmo não acontece na envolvente de Mazagão, onde toda a cortina e baluartes são já de fortificação verdadeiramente abaluartada.

A queda de Santa Cruz do Cabo de Guér

Desde os primeiros anos do reinado de D. João III que se discutia na corte a presença portuguesa no Norte de África, consultando-se mesmo os grandes senhores do reino sobre esse assunto. A expansão para o Índico capitalizava cada vez mais os recursos portugueses, mostrando-se economicamente rentável, o que não acontecia com a manutenção das praças do Norte de África, que praticamente só consumiam homens e material.

Acrescia ainda que o aumento geral do comércio mediterrâneo, e então também no Atlântico, se fazia sentir nas costas de Marrocos através do contínuo concurso de navios de várias origens, incluindo da Andaluzia, dos grandes portos franceses e italianos, especialmente de Génova, e ainda dos vários portos das costas africanas sujeitos ao Império Turco, inclusivamente muitos traficando peças de artilharia. A partir de 1520 que o comércio peninsular na África atlântica diminuía progressivamente, e das poucas actividades que a documentação regista é o comércio clandestino de armas, de um modo geral, e especialmente de peças de artilharia. Em 1532, o rei de Portugal denuncia mesmo ao seu cunhado Carlos V as actividades comerciais de alguns dos seus súbditos.³

A situação não se passava somente nos portos, em parte sob controlo português, mas também no interior desse vasto território. Longe da costa actuavam inúmeros traficantes andaluzes, franceses e mesmo portugueses que, além de aumentarem os recursos financeiros dos xarifes, constituíam um perigo para a presença portuguesa. Como se refere numa memória datada de Safim, de 25 de Setembro de 1539, «a maior parte desses traficantes são artistas de armas de fogo e munições, que ensinam a sua profissão aos mouros». Seduzidos pelo xarife, «muitos cristãos novos, bons oficiais de armas, bestas e espingardas» ocorriam assim ao interior do Sus.⁴

As ilhas atlânticas, e especialmente a Madeira, devem ter concorrido também para o largo contrabando mantido com Marrocos, dadas as antigas relações que mantinham com essa área. Os madeirenses devem ter mesmo ampliado a sua área de influência açucareira, começando a instalar-se no Norte de África ao serviço dos xarifes locais. Em carta de 1537, o rei D. João III ameaçava com penas graves os carpinteiros e mestres de engenhos de açúcar que tomassem essa iniciativa, por ser contra os interesses de Deus e do seu serviço⁵. Ora se o rei fazia tal ameaça, é porque já devia haver instalação na área, que aliás fazia concorrência oficial ao açúcar madeirense e não seria assim, por acaso, que as bitolas existentes no Norte de África eram iguais às da Madeira.

Os anos de 1539 e 1540 haviam sido de grande seca no sul de Marrocos, tendo todas as praças portuguesas passado por difíceis situações de fome. Teria sido com base nessas dificuldades que o xarife iniciou o assédio a Arzila, Azamor, Safim e Santa Cruz do Cabo de Guer. Em meados de 1540 conseguiu-se uma trégua pontual nas hostilidades, mas logo em Setembro desse ano o filho mais velho do xarife inicia obras de fortificação numa elevação junto a Santa Cruz, denominada por Pico, onde já havia mouros desde Junho desse ano, constituindo o rompimento da trégua.

Os portugueses tinham-se fortificado na cidade, descurando aquela elevação, que em breve era fortemente artilhada. Os trabalhos decorreram até Novembro, sem que houvesse possibilidade de os desalojar, e por essa altura estava levantada uma fortaleza, inclusivamente com fosso, ou «cava», como então se dizia. Em breve era artilhada com bombardas grossas, trazidas por camelos. Só nessa altura se reiniciam os pedidos de socorro ao «continente do Reino», às restantes praças portuguesas e às ilhas, tendo chegado socorros da Madeira⁶. Infelizmente os

socorros do «continente» e mesmo de Safim chegaram demasiado tarde, e a praça era conquistada, a 12 de Março desse ano de 1541, depois de seis meses de cerco.

As descrições que nos chegaram da Fortaleza de Santa Cruz não nos deixam perceber muito bem como era. No entanto, existe uma gravura publicada por um aventureiro alemão, Hans Staden, poucos anos depois e que representa ambas as fortalezas. Trata-se da célebre obra sobre a *História do Brasil*, onde o aventureiro alemão conta ter parado na Madeira, na sua viagem para aquele continente, no Verão de 1547.

Staden passou no Funchal na nau do capitão Penteado e integrado numa pequena esquadra, que incluía mais uma caravela. Ao chegarem à ilha receberam a missão de se deslocarem à costa de Marrocos, para aprisionar possíveis navios que fossem encontrados a negociar com os mouros. Aprisionaram então um navio castelhano da praça de Valência, carregado com açúcar, entre outras coisas, como tâmaras, amêndoas, peles de cabra e goma-arábica, «um carregamento bom e intacto», na descrição do alemão.⁷ O navio foi aprisionado nas costas de Santa Cruz do Cabo de Guer, que Hans Staden chamou no texto Ighir Ufrani, e trazido para o Funchal, onde foi vendido com a carga.⁸

A xilogravura em causa retrata os portugueses numa escaramuça ocorrida na praia, que envolveu também a captura de um batel. Pela configuração da gravura, a mesma parece invertida, devendo tal ter ocorrido na passagem do desenho à madeira, embora as indicações se encontrem correctas: «Sdutiffi in Barbaria» como legenda geral e «Cape de Gell», para o Castelo de Santa Cruz. Trata-se, assim, ao que tenhamos conhecimento, da representação mais antiga da actual Agadir.

A velha instalação portuguesa aparece reconstruída, não muito diferente no seu traçado geral das restantes fortificações portuguesas em Marrocos. A cidade apresenta-se cercada de

muralhas, com a cortina virada ao mar protegida por um forte bastião redondo, a avançar pelo mar adentro e a proteger as portas do mar. Para terra parece haver mais três torreões, um mais baixo e dois mais altos. Ao centro da cidade levanta-se uma torre alta, que deveria ser a antiga torre de menagem portuguesa.

Acima da cidade aparece já representada na gravura a nova fortaleza marroquina do Pico, igualmente amuralhada, mas cujo desenho não dá para compreender correctamente a sua articulação. Parece distinguir-se três torres e uma casa fora das muralhas, mas pouco mais. De qualquer forma, entende-se perfeitamente pelo desenho que tinha comandamento sobre a cidade de Santa Cruz, não se percebendo como a elevação não tinha sido ocupada pelas forças portuguesas e como foi deixada ocupar pelas marroquinas.

Hans Staden teria alguns conhecimentos militares, e assim se compreende que tenha acompanhado a expedição portuguesa a Santa Cruz, não tendo ficado no Funchal. Aliás, na história que depois conta das suas aventuras no Brasil, informa que teria dado início ali à Fortificação de S. Luís e que tivera mesmo patente de primeiro comandante dessa fortaleza. Saliente-se ainda, que neste seu trabalho é publicado uma das mais célebres ilustrações dos nossos descobrimentos: a nau onde dois marinheiros medem os astros com astrolábio e com balestilha⁹. Não seria assim um simples curioso, pelo que a sua representação nos merece alguma atenção. Como podemos entender pelos elementos representados, as defesas de Santa Cruz ainda seriam de transição, longe da arquitectura militar abaluartada que nos propomos aqui desenvolver.

O projecto de fortificação de Ceuta de 1541

Os contactos da corte de D. João III com a de Carlos V eram muito estreitos, não só pelos mais

que íntimos laços familiares, mas essencialmente pela comunhão de interesses no domínio dos mares. A defesa do estreito de Gibraltar era mesmo um assunto comum às duas coroas, tendo chegado a colocar-se na corte de D. João III a cedência de Ceuta ao imperador, que possuía outras praças na área. É assim muito provável que a reforma das defesas da importante praça militar, que era Ceuta, estivesse em projecto antes da queda de Santa Cruz, em Março de 1541, e que tal desastre tenha accionado prontamente os meios para a sua efectivação.

A 25 de Maio desse ano chegavam a Ceuta os arquitectos, ou engenheiros militares, Miguel de Arruda e Benedito de Ravena, para estudarem e propor as obras a efectuar. O capitão de Ceuta, D. Afonso de Noronha, acompanhou os arquitectos e informou Lisboa como tinham decorrido os contactos. Tinham ficado espantados com o estado lamentável das defesas da cidade, tendo o capitão chegado a pedir-lhes para que não comentassem com ninguém a precariedade da situação. A visita ter-se-ia saldado por um êxito, tendo sido traçado um plano que deveria tornar Ceuta inexpugnável, como escreve o capitão de Ceuta.¹⁰

Miguel de Arruda fora encarregado de ir buscar o arquitecto italiano ao sul da Andaluzia, conforme pedido feito por D. João III ao cardeal de Toledo, ministro de Carlos V, e se esse por qualquer razão não pudesse ir, ele mesmo deveria levar a Ceuta o projecto que lhe entregasse.¹¹ O rei escreveu entretanto ao corregedor do Alentejo, a informá-lo de que Miguel de Arruda estava encarregado de contratar gente naquela comarca, assim como providenciou de imediato o envio de cal da vila de Portimão, de onde deveriam seguir dois carregamentos¹². A inspecção às fortificações portuguesas, em Marrocos, destes dois técnicos e o trabalho a que procederam, mudaram totalmente a arquitectura militar portuguesa, abrindo caminho a uma campanha aba-

luartada, que se estendeu a toda a nossa expansão no Atlântico e no Índico.

Benedetto da Ravenna, como aparece referido em Itália, teria nascido assim nessa cidade italiana por volta de 1485, fazendo parte dos pioneiros da nova concepção da arquitectura abaluartada. Nos seus primeiros trabalhos ainda deu prioridade às fortificações assentes sobre espessas sapatas e com baluartes de flanqueamento redondo, mas nos projectos para Marrocos já utiliza baluartes agudos e de faces totalmente inclinadas. Parece haver assim possibilidades de ter sido o autor do castelo artilheiro de Vila Viçosa, mandado levantar na vigência de D. Jaime, quarto duque de Bragança (1479-1532), muito provavelmente depois do seu regresso de Azamor, em 1513. O Castelo de Vila Viçosa segue de muito perto um projecto desenhado por Leonardo da Vinci, entre 1490 e 1504, assim como a fortaleza depois levantada em Aguz.

As notícias mais antigas sobre Benedito de Ravena datam de 1510 e 1511, apontando-o já a trabalhar como engenheiro militar e artilheiro ao serviço da corte de Castela. Teria assim participado na expedição a Tripoli, no Norte de África, em 1510, e no ano seguinte a Nápoles. Trabalhou depois nas fortificações de Pamplona, em 1517 e em 1522, encontrou-se com os cavaleiros de S. João na defesa de Rodes, então assediada pelos turcos. Participará depois nas várias guerras em que os exércitos de Carlos v se envolvem em Itália e em França, voltando à Península para trabalhar sob as ordens do condestável de Castela, Inigo Fernández de Velasco, segundo duque de Frias e tio do quarto duque de Bragança, altura em que poderia ter trabalhado no Castelo de Vila Viçosa.

Em 1533 era nomeado Ingeniero Real, dividindo a sua actividade entre o sul de Espanha e de França, alargando ainda a sua actividade a inspecções às fortificações castelhanas do Norte de África. Viria a distinguir-se na expedição enviada por Carlos v a Tunis, em 1535, na qual o infante



D. Luís, no comando do célebre galeão *São João Baptista*, o *Botafogo*, assumiu um dos papéis de maior relevo. Com a tomada desta cidade, Benedito foi encarregado da revisão das fortalezas que defendiam o acesso a Tunis. Nos anos seguintes voltou a trabalhar no sul da Península, fixando residência em Sevilha, onde adquiriu propriedades, acorrendo à revisão das defesas de Gibraltar, em 1540, depois do saque efectuado por Barba Roxa, assim como procedeu ao estudo das novas defesas do porto de Cádiz. Estaria assim nessa área, provavelmente em Gibraltar, quando foi chamado ao Norte de África a pedido de D. João III. Ainda viria a trabalhar nas áreas de Perpignan e Barcelona mas acabou por cegar em 1555, regressando a Sevilha, onde faleceu no ano seguinte.¹³

Miguel de Arruda era de uma família de arquitectos ligados às fortificações, devendo ser

sobrinho ou familiar próximo de Diogo e Francisco de Arruda. Em 1533 já conheceria uma grande nomeada, pois D. João III nomeou-o, por carta de 25 de Junho desse ano, mestre das obras do Mosteiro da Batalha, pela renúncia de João de Castilho. No final desse ano já tinha autorização para andar «em mula ou faca de sela e freio, posto que não seja de marca e tenha cavalo». Não foi assim por acaso que foi encarregado de ir buscar o arquitecto Benedito a Gibraltar e desenhá-lo o início das obras em Ceuta e depois em Mazagão.

Seria ainda um político hábil, como refere D. Afonso de Noronha a 7 de Junho de 1541, pois tendo Benedito de Ravena trazido «consigo um mestre para as medidas, para se encobrir a Miguel de Arruda», o mestre português começou por lisonjear o italiano de tal «maneira, que cumpriu bem nisso o que Vossa Alteza lhe mandava». Em breve Benedito se tornava seu amigo, «desejando de lhe mostrar ainda mais do que sabia», acrescentando o capitão de Ceuta que «ficava já Miguel de Arruda, segundo o mesmo Benedito diz, um grande homem do seu mester».

O capitão e governador de Ceuta refere, na carta de 7 de Junho, que os dois técnicos tinham «chegado aqui véspera da Ascensão» e que o italiano inspeccionara os canhões, bem como os muros de defesa. O governador acrescenta «que me pareceu Benedito de Ravena homem mui singular e sabedor deste modo de fortificar cidades e assim de todo outro engenho de guerra e ouvi-lo falar nisso é uma música»¹⁴. O projecto que foi depois enviado para aprovação em Lisboa previa o reforço da defesa no lado do istmo, ficando o castelo envolvido por um conjunto de muralhas que o defendiam para norte de Ceuta e para sul, do interior do território, com uma barbacã e os anteriores altos muros de origem muçulmana.

O Castelo de Ceuta era dotado de uma praça de armas, com casas e um conjunto de torres,

uma das quais especialmente forte e abobadada interiormente, denominada por isso por Torre de Hércules, que passaria a servir de paiol. O projecto tinha especial atenção para a utilização da artilharia, quer de um quer do outro lado, prevendo a defesa da praça através da solidez da construção e do uso de bocas-de-fogo, capazes de tiro rasante no campo, tiro de apoio e varrimento junto às cortinas, assim como a média e longa distância.

As obras previam a construção de uma nova muralha, um atalho, como era referido, rematado por peitoril de um metro de espessura e metro e meio de altura, chanfrado no exterior e com um talude inclinado de oitenta centímetros. Nos cunhais deveriam fazer-se dois cubelos de oito metros de vão, com duas casamatas no interior, abobadadas e sobrepostas, cada uma com duas bombardeiras que cobrissem as cortinas. Esses cubelos jogariam com a cava que se haveria de fazer e, ao seu nível mais baixo, ainda teria duas novas aberturas para bombardas.

Todo o conjunto era no fundo protegido por cavas a que se juntavam os dois braços de mar onde corria o istmo. A cava, que ficava virada à povoação, teria doze metros de largura e a altura necessária para poderem varar barcos a remos e mesmo, para passarem de um para o outro lado, ou seja, de mar a mar; a oposta, teria sete metros de largura e a altura com que já estava.¹⁵

Miguel de Arruda foi imediatamente a Lisboa levar o projecto que Benedito de Ravena fizera, assim como uma carta do italiano. Regressou trazendo consigo uma carta de agradecimento de D. João III para o arquitecto italiano, pela execução «do debuxo onde se via a maneira como vos pareceria que a cidade de Ceuta ficaria mais forte». O rei concordava com o projecto, aumentando ligeiramente a altura dos muros, e dada a concordância de Benedito, deveriam seguir imediatamente para Mazagão, onde deveriam fazer igual serviço.¹⁶

As obras teriam começado de imediato em Ceuta sob a direcção do mestre Francisco Pires, que mais tarde se notabilizaria na Índia, e com o pessoal entretanto enviado da comarca do Alentejo. É provável, no entanto, que não tenham saído como se desejava, devido à fraca qualidade da cal, como deu conta o governador de Ceuta a D. João III, a 12 de Agosto desse ano. As obras recomençariam com outro ritmo, em 1544, depois da visita de Miguel de Arruda, então acompanhado de D. João de Castro. Entretanto, encontrava-se em Ceuta para apoiar a sua defesa D. Bernardino de Mendonza, capitão de galés de Carlos V e que colocou algumas reservas aos técnicos portugueses sobre o que se ia fazer. Alvitava que vira recentemente o que se estava a fazer em Itália, e a hipótese de colocar canhoneiras a nível mais baixo estava totalmente colocada de parte.

O *regimento* entregue a D. João de Castro era muito explícito, determinando que logo que chegasse a Ceuta, «fareis desembarcar toda dita gente, artilharia e munições». Deveria reunir-se com o governador, ainda D. Afonso de Noronha, e com Miguel de Arruda, «para a dita cidade se fortificar agora, como todo o mais que parecer que se deve fazer sobre o que está traçado na obras nova». D. João III especifica mesmo «que todos pratiqueis e assenteis o que nas ditas obras se deve fazer, e depois praticareis sobre a traça que Miguel de Arruda leva da obra que ao diante se há-de fazer». Acrescenta ainda que «se há alguma coisa que se deva de emendar, para mo fazerdes saber»¹⁷. Não havia assim autorização para alterar o anterior projecto de Benedito de Ravena, sem autorização do rei. Claro que informado dos problemas levantados pelo capitão das galés de Carlos V, D. João III aceitou a alteração proposta.¹⁸

A corte de Carlos V sentia-se assim com a obrigação de socorrer os «lugares de África» portugueses, não só por uma questão de segurança própria, mas também porque isso já se vinha fazendo desde o tempo dos Reis Católicos. Nesta

mesma altura, por Abril de 1544, uma carta régia do imperador ordenava que se socorressem, com mantimentos e com tudo o que fosse necessário, as cidades de Ceuta, Tânger e Arzila, pertencentes ao rei de Portugal, referindo que tal se deveria fazer, conforme já ordenavam algumas cartas régias de 1513.¹⁹

O projecto de fortificação de Mazagão

As primeiras obras portuguesas em Mazagão foram efectuadas na sequência da conquista de Azamor pelo duque D. Jaime, tendo sido levadas a efeito pelos irmãos Diogo e Francisco de Arruda, em 1514. Era então um castelo de planta quadrada, rematado nos cunhais por torreões com casamatas no interior, estrutura ainda visível sob a camada grossa de reboco. Na sequência do projecto de Ceuta, Benedito de Ravena e Miguel de Arruda seguiram para Mazagão, onde escolheram o lugar e articulação da nova fortaleza com uma série de técnicos e de militares que ali se encontravam. A equipa envolvia o arquitecto Diogo de Torralta, casado com uma filha de Francisco de Arruda, assim como os experientes militares D. Fernando de Noronha, Fernão Peres de Andrade, Luís de Loureiro e António Leite.

A presença portuguesa em Mazagão e depois o novo desenho para a fortaleza devem ter causado celeuma na corte, tendo levado inclusivamente Francisco de Holanda a escrever mais tarde, que a nova fortaleza havia sido «feita por meu desenho e modelo, sendo a primeira força bem fortalecida que se fez em África, a qual desenhiei, vindo de Itália e de França»²⁰. Holanda não esteve em Mazagão, devendo-se ter limitado a fornecer cópias dos desenhos que fizera em Itália e em França, que dadas as suas semelhanças, interpretou, ou quis interpretar, como tendo sido o seu modelo, o escolhido.

As obras iniciaram-se de imediato nesse Verão de 1541, envolvendo muitas centenas de

pedreiros e de cabouqueiros enviados do Continente e chefiados pelo mestre das obras reais João de Castilho. João e o seu irmão mais novo, Diogo de Castilho, tinham trabalhado na Sé de Viseu, seguindo depois Diogo para Coimbra e João para os estaleiros das obras de Belém. João de Castilho veio a trabalhar ainda em Tomar e Alcobaça e em 1529 temos informação de que se deslocara a Arzila com Duarte Coelho. Nomeado entretanto, em 1528, para mestre das obras da Batalha, em 1532 renunciava ao mesmo em Miguel de Arruda, como já escrevemos.

Os homens e a cal para as obras de Mazagão começaram a chegar a 27 de Junho, a 16 de Julho sabemos que Castilho estava para partir com *regimento* e, segundo uma lápide existente no antigo baluarte de Santiago, hoje denominado do Anjo, as obras começaram no dia 1 de Agosto²¹. A 8 desse mês, João de Castilho pedia a D. João III que enviasse cento e cinquenta trabalhadores, para substituir pessoal entretanto indisponível e assim acabarem os trabalhos de movimento de terras. Em breve também do Continente, da base da serra de Sintra, da área de Pêro Pinheiro, vinha pedra aparelhada.

Segundo as contas de João de Castilho esses primeiros trabalhos deveriam demorar até Outubro, sendo possível dispensar nessa altura mil e quinhentos homens, inúteis à defesa, pois no Inverno só eram necessários cinquenta pedreiros, idêntico número de cabouqueiros e trezentos serventes. A 28 de Agosto do seguinte ano de 1542, Luís de Loureiro informava estarem praticamente prontas as muralhas e estarem então já a trabalhar nas portas.²²

A obra levantou inúmeros problemas, quer técnicos quer administrativos, que o mestre das obras reais, João de Castilho, e o provedor da obra, João Ribeiro, se esforçaram por ultrapassar. Houve problemas também com o diverso pessoal enviado do reino para a mesma, nem sempre habilitado nem disciplinado, salvo o

enviado do Convento de Cristo em Tomar. O mestre das Obras Reais chegou a propor que só deveriam para ali ir homens de Tomar, Torres Novas, Évora e Lisboa e, ao mesmo tempo, gente escolhida e acostumada a esse tipo de obras, homens rijos, capazes de trabalhar e de pegar em armas, como então especificou.

O projecto seguido sempre de muito perto foi o de Benedito de Ravena e alguma alteração necessária à continuação das obras era imediatamente colocada a D. João III, que, por certo, consultava Miguel de Arruda. Esse aspecto foi exposto por João de Castilho em Dezembro de 1541, provavelmente face a algum reparo feito de Lisboa: «E quanto ao que Vossa Alteza me escreveu que na obra não saia dos apontamentos de Benito de Ravena, eu assim o fiz sempre e farei. Por eles verá a pedraria que é necessária e a que meto nas chapas, a mais forte que pode ser, na mesma maneira que ele deixou ordenado (...)».²³

João de Castilho voltou entretanto a Portugal e, em 1545, permutava umas terras que possuía nos reguengos de Algés, junto a Belém, com Diogo de Torralta. João de Castilho deverá ser o especial responsável pela execução da cisterna de Mazagão, no entanto, não nos espanta que no projecto dessa obra não pudesse igualmente ter colaborado Diogo de Torralta. A cisterna ocupa o pátio interior da antiga fortaleza manuelina dos irmãos Arruda e é talvez das mais equilibradas e notáveis obras de toda a arquitectura portuguesa, além de essencial à sobrevivência da guarnição da fortaleza.

O conjunto da fortaleza assenta em parte na antiga praia, ficando assim com três dos seus lados parcialmente defensáveis por apoio naval. Articula-se ainda hoje num vasto quadrilátero quase regular, com todos os lados quebrados, salientando assim os baluartes implantados nos extremos, todos diferentes e especialmente adaptados ao local onde se implantam. Os baluartes virados a terra encontram-se dotados

A arquitectura militar portuguesa depois dos projectos de Ceuta e Mazagão

de orelhas, enquanto os virados ao mar se articulam directamente com a cortina quebrada ao centro, a proteger fortemente as monumentais portas do mar.

Ao contrário de Ceuta, especialmente vocacionada para ataques vindo do interior do território, Mazagão articula-se tanto em relação a um ataque terrestre como marítimo, encontrando-se ainda preparada para uma articulação permanente com o mar e as possíveis armadas de socorro ou de mantimentos. Para além da fantástica espessura das suas muralhas e baluartes, Mazagão surpreende pela imponente do seu fosso, onde podiam varar embarcações várias e que por um sistema de comportas, junto ao Baluarte de São Sebastião, podia conservar a água durante a baixa-mar, sendo inclusivamente utilizada pelos soldados para pescarem do alto das muralhas, dada a sua riqueza em peixe.

A Fortaleza de Mazagão teria sido das mais arrojadas obras militares portuguesas e de imediato, com Ceuta, influenciou as restantes praças do Norte de África, como foi o caso de Tânger. Encontrando-se prevista para resistir aos mais diferentes assédios, inclusivamente prolongados, dada a sua capacidade interior de armazenamento e a cisterna de que é dotada, logo em 1562 era sujeita a um complexo e prolongado assédio, a que sobreviveria, dizendo-se então que 500 portugueses ali refugiados haviam resistido a 150 mil sitiados²⁴, o que chegou a ser saudado pelo Concílio de Trento.

Os cercos e assédios viriam a suceder-se nos dois séculos seguintes, inclusivamente, entre os meados do xvii e do xviii, como única praça portuguesa do Norte de África. Novamente sujeita a cerco, em 1769, os seus habitantes receberam ordens para se retirarem, a coberto da noite, para o Brasil, onde viriam a fundar a Nova Mazagão. A imensidão da fortificação era de tal ordem, que só alguns dias depois os sitiados se aperceberam de que a fortaleza se encontrava vazia.

O Norte de África foi o local específico de ensaio das novas técnicas de fortificação dos inícios e dos meados do século xvi, da aprendizagem da nova geração de arquitectos portugueses. A fase de aprendizagem iniciava-se como pedreiro, mestre pedreiro e, consoante as provas dadas, de arquitecto, ou seja, mestre da obra. É paradigmática a trajectória dos irmãos Diogo e Francisco de Arruda, passando dos estaleiros ducais das obras de Évora para os de Tomar, mas trabalhando entretanto em obras militares, Diogo no baluarte do Paço da Ribeira e Francisco nos castelos de Moura, Mourão e Portel. Seguem depois para o Norte de África e regressam às obras do «continente do Reino», onde Francisco levanta, entre 1514 e 1520, uma das mais importantes obras do seu tempo: a Torre de S. Vicente, a par de Belém.

Nos meados do século, este aspecto formativo militar veio a criar uma nova escola de arquitectura em Portugal, inspirada de certa forma nos tratados internacionais, mas apresentando ao mesmo tempo um grande despojamento decorativo, que se poderia quase apelidar de austeridade militar, o chamado «estilo chão», teorizado por Kubler²⁵. Neste quadro se poderia apontar Diogo e João de Castilho, Diogo de Torralta e Miguel de Arruda, a principal figura e a que criou verdadeiramente uma escola. Miguel de Arruda foi mestre dos paços de Santarém, Almeirim e Muge, em 1543, e «mestre das fortificações do Reino, Lugares de Além e Índia» em 1548. Com a sua morte, o lugar não foi ocupado por uma só pessoa. Para o lugar de «mestre-mor» foi nomeado o seu discípulo Afonso Álvares, a que se seguiu António Rodrigues e vários fortificadores foram destacados para os restantes «Lugares dalém e Índia».

Tudo leva a crer que a chave que levou à reestruturação dos sistemas defensivos portugueses,

cuja discussão se arrastava quase há duas décadas, ocorreu com a queda da Praça de Santa Cruz do Cabo de Guér, em 1541. O desastre levou à chamada a Portugal de Benedito de Ravena e, ao mesmo tempo, à consolidação da figura de Miguel de Arruda como superintendente técnico de tudo o que dissesse respeito às fortificações. A partir dessa altura passam a circular, nos meios ligados à decisão régia, os desenhos divulgados pela tratadística internacional e a importância do uso da artilharia em terra passará a ser determinante, o que até então só teria acontecido no mar.

No sentido de coordenar todo este trabalho, tinha já surgido a necessidade de criar o lugar de provedor das obras reais, lugar entregue em 1525 a Pêro de Carvalho²⁶ e depois aos seus descendentes, João de Carvalho e Gonçalo Pires de Carvalho, assim como nessa sequência, mais tarde, um órgão central, uma provedoria-mor das obras reais, à frente da qual veio a ser colocado Álvaro Pires, e que passou a coordenar toda a circulação documental deste imenso esforço.

As dificuldades de articulação de todo esse esquema na década de 40 encontram-se patentes na longa carta de João de Castilho, datada de Mazagão, de 18 de Julho de 1542, a que já fizemos referência. Logo na abertura da carta, Castilho lamenta-se: «Senhor: Se deixo de escrever a Vossa Alteza muitas vezes é pelo tempo me não dar lugar para isso, e também porque João Ribeiro e eu temos escrito muitas vezes a Vossa Alteza e a Pêro de Carvalho e não vimos nunca nenhuma resposta, sendo coisa que cumpria muito a Seu serviço sobre esta obra.» Tudo leva assim a crer que faltava então apoio burocrático e administrativo a todo esse serviço.

A estruturação da provedoria das obras e fortificações deve ter surgido na sequência da reestruturação da Mesa do Desembargo do Paço, sucessivamente pela legislação de 10 de Outubro de 1534, 10 de Maio de 1553, de que vieram



a resultar os regimentos de 2 de Novembro de 1564 e 10 de Julho de 1568, situação que não foi de modo algum passível, levando, inclusivamente, a uma certa resistência dos velhos desembargadores, que mediante a nomeação de um presidente da Mesa, se sentiam de certa forma afastados da figura real. Equacionada nos finais da década de 40, teria visto o seu esforço reconhecido com o êxito do descerco de Mazagão, em 1562.

A institucionalização deste órgão deve datar de 1545 a 1550, datas em que assume progressivamente o controlo do excepcional movimento dos engenheiros militares portugueses e estrangeiros, ao serviço de Portugal. À frente da secretaria da Provedoria foi colocado Álvaro Pires de Landim, filho do escrivão das terças e da fazenda de D. Manuel e de D. João III, André Pires. Álvaro Pires de Landim seguiu o caminho burocrático do pai, mas prestando primeiro serviço no Norte de África, onde adquiriu alguma nobilitação e principalmente experiência. Foi então armado cavaleiro por Francisco Coutinho, a mandado do pai, o conde de Redondo, capitão e governador da vila de Arzila, em 1537, dignidade mais tarde confirmada por D. João III.²⁷

A ligação de Álvaro Pires à provedoria das obras e fortificações deve ter tido início com a passagem destes assuntos para as mãos do monarca, pois, principalmente a fortificação, tinha sido um assunto que o rei até certo ponto descansara no infante D. Luís, seu irmão, falecido em 1555. A situação mudou com a queda da Praça de Santa Cruz e depois com a morte do infante²⁸. A provedoria, entretanto, também amplia as suas áreas, não só à organização geral da fortificação, mas também à da artilharia, das ordenanças e do serviço de vigias. A Álvaro Pires se ficaram a dever, por exemplo, os ensaios na Madeira dos futuros Regimentos de Ordenanças e de Vigias, depois extensivos a todo o espaço nacional.

¹ É muito extensa a bibliografia sobre Marrocos e a presença portuguesa, objecto de relação detalhada neste número da revista *Camões*. A grande recolha documental foi a publicada in, *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Portugal*, Paris, 1934-1953. Limitar-nos-emos assim a só referir aqui as referências específicas ao nosso trabalho.

² Estes aspectos estiveram em discussão no Simpósio Internacional sobre Castelos, sob o genérico *Mil Anos de Fortificações na Península e no Magrebe (500-1500)*, organizado pela Câmara Municipal de Palmela e pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, Palmela, 3 a 8 de Abril de 2000. Infelizmente, a organização das mesas não conseguiu alargar a discussão deste assunto para se ter podido chegar a consensos alargados.

³ Cf. O ainda actual trabalho de Otilia Rodrigues Fontoura (O.S.C.), *Portugal em Marrocos na época de D. João III, Abandono ou permanência?* Dissertação de licenciatura de 1966, CEHA, Funchal, 1998. Os pedidos de esclarecimento de Carlos V encontram-se no A. G. Simancas, *Estado*, legajo 461, pub. in *Les Sources Inédites*, Espanha, 1.ª Série, vol. I, Paris, 1921, pp. 44-45, idem, António Romeu de Armas, *Espanha em el Africa Atlántica*, vol. II, Madrid, 1957, pp. 283-286 e Otilia Fontoura, ob. cit. p. 108;

⁴ IAN/TT, CC, P I, 65-89. Memória de João Afonso, Safim, 25 Set. 1539. Pub. *Les Sources Inédites, Portugal*, 1.ª Série, vol. III, Doc. LXIII, pp. 220-223.

⁵ ARM, CME, RG, T1, fls. 371 vº e 372; 19 de Janeiro de 1537: *Trelado de huma carta del Rey nosso senhor que mandou ao licenciado António Cardoso sobre os carpenteiros que nom vão a terra de mouros*. Pub. in revista *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIX, Funchal, 1990, pp. 79 e 80

⁶ Dada as distâncias, a Madeira era a principal responsável pela defesa das praças magrebina do sul, para as quais contribuía através das alfândegas do Funchal e de Machico na sua fundação, passando depois a contribuir igualmente com importantes contingentes humanos. Para socorro de Santa Cruz ainda foram enviados em Março 1541 quatro navios, inclusivamente com um cirurgião, tendo alguns feridos recolhidos ao Funchal para tratamento (cf. IAN/TT, CC, PI, pp. 69-67. Carta de 14 Março 1541).

⁷ As relações da Madeira com Santa Cruz do Cabo de Guér eram muito antigas e contínuas. Duas cartas do IAN/TT dão-nos conta duma chalupa procedente do Cabo de Guér, com contrabando, que tentou entrar no Funchal, sendo detectada (idem, CC, PI, 74-95: Carta de António de Sousa, de 12 Maio 1548). Seguiu então para Machico. Foi depois capturada por ordem do bacharel Diogo Luís, provedor da Fazenda, e a carga entregue na alfândega,

- ficando presos o mestre e tripulantes (*ibidem*, 80-113: Carta do bacharel 16 Maio 1548).
- ⁸ Hans Staden, *Warhaffige Historia Hud Bescherenbung Eines Landeschaft Der (...) Meusceufresseerbriten In Amerika*, André Kolbe, Marbourg, 1557; *idem*, *Duas Viagens ao Brasil*, tradução de Guiomar de Carvalho Franco, Universidade de São Paulo, Brasil, 1974.
- ⁹ Abordámos a figura de Hans Staden in *A Arquitectura Militar da Madeira, séculos xva xvii*, E.M.E./Universidade da Madeira, Lisboa, 1998. A gravura de Santa Cruz foi publicada in *Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, catálogo de exposição coordenado por Rafael Moreira, Porto, Junho-Setembro de 1994, p. 109, na abertura do artigo que então publicámos sobre «A defesa do Atlântico», pp. 111-123.
- ¹⁰ F. M. de Sousa Viterbo, *Dicionário...*, Ed. fac-similada com prefácio de Pedro Dias, vol. I, II/Casa da Moeda, Lisboa, 1988, pp. 67-69. *Idem* Pedro Dias, *A Arquitectura Portuguesa em Marrocos, 1415-1769*, Lisboa, 2000, p. 39.
- ¹¹ BNL, códice 1758, fls. 86-88 v.º. Cit. Pedro Dias, *ibidem*.
- ¹² *Idem*, códice 1762, fls. 221 e 222. Cit. Pedro Dias, *idem*, pp. 39 e 40.
- ¹³ John B. Bury, «Benedetto da Ravenna (c. 1485-1556)», in *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, catálogo cit., pp. 130-134.
- ¹⁴ F. M. de Sousa Viterbo, *Dicionário...*, ob. e vol. I cits., pp. 67-69. *Idem*, Pedro Dias, *idem*, p. 39; *idem*, John Bury, *idem*, p. 133.
- ¹⁵ Pedro Dias, ob. cit. pp. 40 e 41. O projecto de Benedito e de Miguel de Arruda encontra-se publicado in *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, Lisboa, 1960-1968, pp. 79-81.
- ¹⁶ *Ibidem*, 42 e 43. Minuta in BNL, códice 1758, fl. 470.
- ¹⁷ Cit. *Vida e Obra de João de Castro*, p. 408; Viterbo, ob. cit. p. 69; Pedro Dias, *idem*, p. 43.
- ¹⁸ Pedro Dias, *idem*, p. 43. Cf. BNL, códice 1728, fls. 474-479, 507-509 e 530-532.
- ¹⁹ Fontoura, ob. cit., p. 109.
- ²⁰ Jorge Segurado, *Francisco D'Ollanda*, Lisboa, 1970, pp. 151-152. *Idem*, Pedro Dias, *idem*, p. 138.
- ²¹ Pedro Dias, ob. cit., p. 139. Cf. Robert Ricard, «Les inscriptions portugaises à Mazagan», *Bulletin des Etudes Portugaises*, vol. II, Coimbra, 1932-1934, p. 397.
- ²² *Ibidem*, 141. Pub. *Les Sources...*, vol. III, pp. 507-508.
- ²³ As obras de Mazagão encontram-se documentadas, essencialmente, nas três cartas de João de Castilho, de 15 Dez. 1541 e 6 Jan. e 28 Jun. 1542 (IAN/TT, CC, P I, 71-32, 71-52 e 72-68), mas também na de João Álvares de Almeida, 16 Jul. 1541 (*idem*, 70-23) e, entre outras, do capitão Luís de Loureiro, de 6 Fev. 1542 (*idem*, 71-79), pub. por Viterbo, ob. e vol. I cits., pp. 193-198.
- ²⁴ Cf. A este respeito, a *História do Cerco de Mazagão* de Agostinho de Gavy de Mendonça, pub. por F. M. de Sousa Viterbo, Lisboa, 1890.
- ²⁵ George Kubler, *Portuguese Plain Architecture. 1521-1706*, Middletown, 1972.
- ²⁶ O lugar de provedor das obras reais foi assim ocupado por Pêro de Carvalho, que começara nesse ano de 1525 por *vedor de obras dos muros e fortaleza da vila de Almada*, com 20 réis por dia, *como o são os semelhantes oficiais*, devendo ser pago *no dia em que as obras lavra-rem com quatro oficiais ao menos, ou com dez servidores*. O alvará régio dá ordem ao *contador das ditas obras terças e resíduos* para lhe dar posse do ofício e determina o escrever deste alvará Nuno Martins da Silveira, *do seu conselho* (conselho real) e *senhor de Góis, vedor-mor das obras terças e resíduos, escrivão das terças e capelas, albergarias e secas de nossos Reinos*. Nesta sequência, Pero de Carvalho em Outubro de 1525 obtém o lugar de provedor das obras reais. Cf. IAN/TT, *Chanc. D. João III*, L.º 8, fl. 124, 3 Out. 1525; *ibidem*, L.º 10, fl. 99 v., carta de quitação; *idem*, L.º 19, fl. 179 v., padrão de 200\$000; *idem*, L.º 21, fl. 68 v., provedor das obras reais; *idem*, L.º 58, fl. 121 v., 20\$625 de juro na alfândega de Lisboa; e *idem*, L.º 63, fl. 169, 50\$000 em Setúbal.
- ²⁷ IAN/TT, *Chanc. D. João III, Doações*, L.º 28, fl. 61. 29 Out. e 12 Dez. 1543. Deve ter regressado assim em 1543, data deste documento e dum alvará de lembrança depois citado, em que lhe foi prometido o ofício de seu pai. André Pires no ano anterior assina o documento que manda Afonso Rodrigues tomar posse do ofício de escrivão da obra dos muros e fortaleza de Valença (*idem, ibidem*, L.º 38, fl. 136. Lisboa, 23 Set. 1542; *idem* ofício mandado passar já por Álvaro Pires, L.º 60, fls. 161 v. e 162).
- ²⁸ Foi também esta a altura da passagem de Francisco de Holanda para o círculo mais directo do Rei e em que o mesmo lhe passou a assegurar directamente a subsistência. Assim, praticamente todos os alvarás e registos régios de Francisco de Holanda são mandados passar por Álvaro Pires, logo em 1551, quando lhe é concedida uma tença anual e vitalícia de vinte mil réis. Nesta doação Álvaro Pires aparece como escrivão e ordenante (IAN/TT, *Chanc. de D. João III, Doações*, L.º 66, fl. 265 v.: *Dada em a Villa de Almeirim aos dez dias do mês de Setembro. Álvaro Pires a fez, ano do nascimento de noso Senhor Jezus Cristo de mil quinhentos e cinquenta e um*). Seguem-se as cartas de 30 de Julho e 18 de Agosto de 1556, em que se satisfaz pela fazenda real as tenças que Francisco de Holanda recebia do falecido infante D. Luís (falecido em 1555), já com a citação dos respectivos escrivães, mandando Álvaro Pires escrever o documento (*ibidem*, L.º 59, fl. 261. Escrivães Francisco de Vargas e João Alvares, *E eu, Álvaro Pires a fiz escrever*).

Judeus entre Portugal e Marrocos nos séculos XVI e XVII

Páginas de controvérsias e entendimentos

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim

Instituto de Investigação Científica Tropical

OS JUDEUS ESTIVERAM PRESENTES desde o dealbar das conquistas portuguesas em Marrocos. Por exemplo, na conquista de Ceuta, em 1415, assistiu Mestre José Arame, ourives do Infante D. Henrique, que também participou na expedição de Tânger, de 1437, desta vez ao serviço de D. Duarte. Por sua vez, em 1458, um mestre Lázaro, cirurgião, tomou parte na conquista de Alcácer Ceguer. E Abraão Abet, alfaiate de D. João III, esteve mesmo presente com armas e cavalo na expedição bem sucedida contra Arzila, que levou também à posse de Tânger, em 1471. Além dos necessários físicos e cirurgiões, os primeiros habitantes judeus das praças, já sob domínio português, faziam parte do extenso grupo dos homiziados – estratégia do poder central para controlar os sentenciados do reino e, ao mesmo tempo, para solucionar o problema do povoamento destas possessões ainda pouco «apetecíveis», devido às destruições provocadas pelas batalhas e ao perigo iminente dos ataques das forças locais.

Contudo, o maior conjunto populacional chegou a Marrocos entre 1492 e 1496, datas, respectivamente, das expulsões gerais dos Judeus de Espanha e de Portugal. Marrocos, com os seus reinos islâmicos do outro lado do estreito de Gibraltar, parecia um destino fácil de alcançar para aqueles que optaram pela preservação da sua identidade sociorreligiosa. Na realidade, o fluxo de judeus entre o Norte de África e a Península Ibérica fora e era uma constante, facilitando as trocas económicas entre dois blocos que se confrontavam secularmente no plano sociorreligioso. Os seus conhecimentos da geografia, dos poderes políticos e das riquezas do Norte de África ficaram bem patentes já em 1375, no Atlas de Abraão Cresques, resultado das informações obtidas dos correligionários que participavam no comércio com Tombuctu. Em 1393, o governador de Maiorca proclamaria que todos os judeus oriundos da «terra de sarracenos» estavam sob protecção régia. E, de facto, era frequente a mesma família



Portenar do Atlas de Abraão Cresques, de 1375.
Odyssey of the Exiles

possuir elementos dispersos nas duas margens do Mediterrâneo, o que facilitava os negócios e o enriquecimento destes núcleos judaicos, assim como das entidades políticas que os protegiam. Não será por acaso que, até à expulsão de Portugal, o comércio de Ceuta foi mantido por uma família judaica que operava a partir da metrópole – os alfaquim. E estas virtualidades explicam que, não obstante as peripécias das viagens marítimas e das chegadas às cidades de Marrocos, com todo o panorama de assaltos violentos e roubos, se tenha verificado uma inserção fácil dos judeus expulsos da Península nos microcosmos das sociedades locais, com um sucesso bem denotado nas fontes portuguesas e outras.

O grande centro de atracção dos judeus peninsulares foi, desde a expulsão de 1492, a urbe de Fez. Na sequência da descoberta do túmulo de Mulay Idris II, descendente do Profeta Muhammad, em 1438, e da elevação de Fez como cidade santa, os judeus foram obrigados a abandonar Fez al-Bâli (a parte antiga) e a estabelecerem-se em Fez al-Djadid – a Cidade Branca – edificada para albergar a residência dos sultões e abrigar as milícias formadas por tropas estrangeiras. Habitando junto do palácio real e dos agentes que mantinham a ordem, os judeus estavam assim mais protegidos das possíveis manifestações populares e dos meios religiosos mais ortodoxos e austeros. Esta medida não impediu que os xarifes locais, fazendo eco das manifestações contra o domínio merínida (dos Banu Marin), provocassem uma revolta cujas principais vítimas foram o sultão ʿAbd al-Haqq e os seus protegidos judeus, que viviam em Fez al-Bâli. Mas quando os judeus espanhóis chegaram a Fez, já outra dinastia ascendera das cinzas da revolta – os oatácidas (Banu Wattas) – interessados em repovoar o espaço de Fez al-Djadid com pessoas do mesmo grupo que haviam sido massacrados, e em usufruir das suas riquezas e conhecimentos. Não será por acaso que em 1493, o rei oatácida – Mulay

Muhammad Shayk – teria enviado mulas, víveres, guias e capitães a Arzila, com o intuito de trazer os judeus para a sua capital.

Os judeus foram acantonados no *mellah*. A etimologia da palavra é obscura, mas a hipótese mais corrente é que deriva de sal: o *mellah* seria a terra salgada e estéril, que o sultão colocou à disposição dos judeus na cidade de Fez. Por extensão semântica, passou a designar todos os bairros judaicos de Marrocos. O de Fez constituía o terceiro quarteirão de Fâs al-Djadid, entre a mesquita Karawiyn e a Bab Guissa, sendo rodeado por uma muralha. Portugueses e espanhóis continuaram a utilizar, respectivamente, as palavras judiaria e juderia para se referirem aos bairros judaicos de Marrocos, e até ingleses e franceses preferiram a terminologia ibérica. O *mellah* era também o local do «Outro Civilizacional» permitido. Judeus – mas também cristãos – estavam abrangidos em Marrocos pelo estatuto de «dhimmi», ou seja, de protegidos. A «Carta dita de Omar» (634) permite que judeus e cristãos possam viver e possuir os seus bens em terras do islão. O seu estatuto está baseado no facto de se regerem pelo «Livro de Deus» e, por isso, não devem ser exterminados, reduzidos à escravidão ou convertidos à força. Contudo, os *dhimmi*,

Rua principal do *mellah* de Fez. Gérard Sylvain «Sépharades et Juifs d'ailleurs», Adam Biro, Paris, 2001



recusando o Alcorão, ficaram excluídos da «nova fé», não podendo participar da nova «Ordem do Mundo». Esta cisão introduzida no pensamento do islão foi o princípio fundamental da discriminação entre muçulmanos e os outros mono-teístas referidos. Assim, aqueles que não pertencem à comunidade do Profeta, devem reconhecer a superioridade do islão e, como consequência da sua «imperfeição», fazer pagamentos extraordinários e reconhecer determinados proibições e obrigações específicas. Por exemplo, deviam pagar uma taxa capital extraordinária – a *djizzia* – estavam proibidos de exercer publicamente os seus cultos, era-lhes interdita a posse de cavalos – animais considerados nobres pela população muçulmana – e deviam usar vestuário distintivo. Em Marrocos, devido ao multissecular embate bélico, que levou à oclusão das comunidades cristãs, era no *mellah* que viviam, por norma, todos os portugueses que podiam permanecer em terra islâmica, a título precário: era o caso dos diplomatas, comerciantes, visitantes – inclusive religiosos – e cativos. Por exemplo, o humanista e religioso Nicolau Clenardo chegou a confessar a um amigo, em 1541, que vivia entre os judeus de Fez, pois não ousava conservar os seus criados na área habitada pelos muçulmanos. Muitos dos fidalgos cativos da Batalha de Alcácer Quibir (1578) foram também alojados no *mellah* de Fez, endividando-se aos judeus que falavam português e castelhano.

Documentação variada, inclusivamente processos da Inquisição de Lisboa, oferecem-nos «retratos» interessantes do bairro judaico de Fez, no século xvi: da sua dimensão, da sua grande densidade demográfica, das suas casas. Por exemplo, sobre estas últimas, escreve Jerónimo de Mendonça na sua *Jornada de África*, dada à estampa em 1607, que a judiaria «(...) he toda chea de casas muy altas e sobradadas».¹ Há também referências às sinagogas de Fez, nos processos dos cristãos-novos, os quais lhes dariam papel de destaque



*Mellah de Fez. Casario. Gérard Sylvain in
«Sépharades et Juifs d'ailleurs», Adam Biro, Paris,
2001*

como símbolos religiosos. Por exemplo, um converso de Arzila, estando doente, chegou a enviar azeite para uma sinagoga daquela urbe.²

Como testemunhou o converso Miguel Nunes, os judeus de Fez, quando ali viam algum cristão-novo, diziam-lhes «tornai-vos Judeus.»³ E de facto, sobretudo aqueles que levavam as esposas para Fez, rompiam com a Igreja, e raramente regressavam a Portugal, aumentando desta forma a densidade demográfica do *mellah*. Muitos dos conversos que fugiram eram comerciantes, mas especialmente bem recebidos seriam os artífices, sobretudo os ferreiros, bombardeiros e outros especialistas no armamento, que desta forma modernizavam e tornavam mais eficaz o aparelho bélico das potências islâmicas da área. Contudo, segundo o rabi Abner Hassarfaty, o ofício mais divulgado entre os judeus de Fez era o de passamaneiro – o artesão que torcia os fios de prata ou de ouro com os fios de seda, fabricando o tecido *scali* (em árabe) ou *balacian* (em ladino, fio de Valência).⁴

Mas os judeus peninsulares agruparam-se nos *mellahs* de muitas outras urbes de Marrocos. Entre estes destaquem-se, de norte para sul, os de Tetuão, Xexuão (Chefchaouèn), Mequinez (Meknès), Alcácer Quibir (Ksar el-Kebir) e, nomeadamente, de Marraquexe (Marrakech). Nos séculos xvi e xvii, todas estas comunidades estiveram envolvidas no tráfico de cativos cristãos e muçulmanos, e as da área do Rif, devido à proximidade geográfica das praças portuguesas, serviam como centros aglutinadores dos conversos que pretendiam viver livremente na fé judaica. Aliás, os conversos das praças portuguesas mais setentrionais não deixavam de participar activamente na vida social dessas comunas judaicas, de forma secreta, por exemplo enviando esmolas para os judeus pobres. Alcácer Quibir foi igualmente um centro fundamental da espionagem a favor das autoridades portuguesas, protagonizada por personagens como Abraão Gibre e Salomão Alcarouche, e os judeus que aí viviam estiveram depois amplamente

*Artesãos trabalhando o ouro. Gérard Sylvain in
«Sépharades et Juifs d'ailleurs», Adam Biro, Paris,
2001*



envolvidos no resgate, alojamento e alimentação dos nobres portugueses que ficaram cativos na batalha que toma o nome da povoação. Foi Mawlay `Abd Allah al-Galib bi Allah – xarife da dinastia Sádida (Sa´di) – que em 1557 ordenou a construção do segundo *mellah* do país: o de Marraquexe. Aí viviam quer os «beldiyin» – ou seja, os judeus autóctones – quer os judeus de origem peninsular, e a sua densidade populacional era de monta: cerca de três mil casas, informa Luís del Marmol Carvajal, em 1571⁵. Contudo, entre estes devem ser contabilizados também os conversos que desembarcavam em Azamor, Safim e Agadir, mas que acabavam por fugir para esta cidade. Tal como Alcácer Quibir, Marraquexe foi um centro de acolhimento dos nobres cativos da batalha de 1578, chegando alguns judeus desta cidade a entrar em Portugal e a converterem-se ao cristianismo para recolherem certas dívidas.

Quase de forma paradoxal, as praças e cidades conquistadas pelos portugueses em Marrocos ficaram povoadas por conversos e judeus. Os primeiros, incluídos na actividade da conquista, e exercendo as actividades tradicionais de artífices e comerciantes, singravam para as terras conquistadas quer devido à facilidade comprovada de fuga para as urbes muçulmanas próximas, quer devido ao facto de ficarem mais à margem das perseguições e hostilidades vividas na Península. Judeus expulsos de Espanha e de Portugal passaram também por Tânger e Arzila, antes de se embrenharem nas caravanas sertanejas. O caso de Arzila foi deveras dramático, com o capitão da praça – D. Vasco Coutinho, conde de Borba (entre 1488 e 1501) – a ordenar a sua prisão, mesmo desobedecendo ao rei D. Manuel, com o objectivo de obter um resgate no valor de 30 mil reais.

Os casos mais admiráveis foram, de facto, os das grandes cidades portuguesas do Norte de África: Safim e Azamor. Na primeira, conquistada em 1508, D. Manuel chegou a impedir a saída dos



judeus que já aí viviam sob domínio islâmico, para que mantivessem e promovessem os seus interesses económicos. Em 4 de Maio de 1509, D. Manuel começou por incutir segurança na comunidade, prometendo aos presentes e futuros habitantes judeus que jamais os expulsaria contra a sua vontade ou os obrigaria ao baptismo cristão. Mas foi só pela carta de privilégio, de 2 de Janeiro de 1512, que D. Manuel permitiria aos judeus a liberdade de escolha perante a política tributária, de saírem ou ficarem na praça, facto que é de novo mencionado na terceira carta de privilégio, de 20 de Abril do mesmo ano. A comprovar esta realidade está o facto de em 1 de Julho de 1511, Isaac Benzamerro receber o privilégio de se poder deslocar ao reino de Fez e aos lugares de África, as vezes que pretendesse, levando consigo dois criados. Até lá, a maioria dos judeus devia ter permanecido em Safim.

Isaac Benzamerro pertencia a uma família que auxiliara os portugueses na conquista da cidade, juntamente com os Rute. Mas serão os Rute, na pessoa de rabi Abraão, que dominarão a comunidade e as relações com D. Manuel. Rabi Abraão foi confirmado como rabi-mor dos judeus de Safim em Almeirim, em 5 de Junho de 1510.

Mellah de Alcácer Quibir. Gérard Sylvain in «Sépharades et Juifs d'ailleurs», Adam Biro, Paris, 2001

Contudo, com esta confirmação reconheceu um esquecimento crasso, pois já havia passado carta de rabi-mor a Isaac Benzamerro como recompensa pelos serviços prestados aquando da conquista da praça, e outros. Os Benzamerro nunca perdoaram este arrojo de rabi Abraão, movendo contra ele e seus filhos – Moisés e Jacob – uma luta intensa, e conseguindo eximir-se à sua jurisdição, embora Abraão Benzamerro só tenha conseguido alcançar o arrabiado-mor após a morte daquele, em 1537.

Na verdade, desde a ascensão de D. João III ao trono, em 1521, e a demissão do poderoso secretário de Estado António Carneiro, em Janeiro do ano seguinte – principal interlocutor dos Rute – os Benzamerro, mais activos no reino e servindo-se da sua poderosa e tentacular rede familiar e de criados, começaram a dominar não só a vida económica da comunidade, como da própria cidade e de outras possessões então de menor importância, como Santa Cruz do Cabo de Guér e Mazagão. Aliás, os Benzamerro tinham também interesses em Azamor e, sobretudo, em território islâmico e em Portugal. Sabemos que Abraão Benzamerro negociava a importação de bens do Norte de África para clientes fixos que tinha no reino. Trata-se do processo inverso ao do pagamento dos soldos e das dívidas aos habitantes das praças, assim como ao do fornecimento de bens aos senhores muçulmanos do Norte de África. Era assim, com proveito próprio, um dos grandes promotores das trocas comerciais entre as duas margens do estreito. Temos conhecimento, por exemplo, que fornecia Marrocos do lacre importado de Portugal, proveniente da Casa da Índia, em troca do trigo marroquino, cereal em que Portugal apresentava défice assinalável. Entre os interlocutores de Abraão Benzamerro encontrava-se, por exemplo, Mulay Ibrahim, alcaide de Xexuão, e o próprio rei D. João III. Devido à posição económica e social que detinha, D. João III agraciou-o, já em 1527, com o

estatuto de cavaleiro, advertindo os cavaleiros e fidalgos de Safim que não consentissem que lhes fosse feito qualquer agravo. Esta mercê do rei permitia, segundo as próprias ordenações vigentes, que Abraão tivesse cavalo – a montada nobre do cristão e do mouro – e licença de posse de armas. Contudo, como já referimos, a consagração política da sua carreira no meio judaico verificou-se só em 24 de Maio de 1537, após a morte de rabi Abraão e ao afastamento dos seus filhos. Pouco tempo teria exercido esta dignidade. A última notícia que temos dele é de 2 de Abril de 1539. Podemos colocar a hipótese de que na sequência do processo levantado contra a sua amante Leonor Mendes, em 1537, não voltou mais ao reino. De facto, Benzamerro entregou-a ao cuidado do cristão-novo Jorge Mendes e não há referência, nesse processo, à sua presença no reino após a prisão daquela. A primeira notícia da morte de Abraão Benzamerro é de 15 de Outubro de 1540, quando os herdeiros vieram a Lisboa para saldar a sua dívida. O processo de Leonor Mendes revela também o círculo de pessoas em que Abraão Benzamerro se inseria. Aquela que seria sua amante chegou a acusar o inquisidor João de Melo de assédio sexual; nunca cumpriu a pena de degredo para o Brasil que lhe fora sentenciada, devido a protecção régia; conseguiu fugir do cárcere graças ao auxílio dos criados do arcebispo do Funchal – D. Manuel de Portugal – e a sua pena foi comutada em 1544. No seu processo é evidente não só o esquema montado da fuga, com saída dissimulada pela Arrábida, mas também como Abraão Benzamerro providenciou a sua libertação por meio de um cristão-novo. Em terra marroquina, Benzamerro servia-se do auxílio de outros judeus poderosos como Abraão Cabeça – judeu cortesão que vivia em Marraquexe – mas também dos seguros do rei de Fez e dos senhores e alcaides mouros das terras por onde Leonor devia passar. Aliás, no processo de Leonor existe a refe-

IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. nº 2714, fol. 4-4vº

(Fol. 4)

Perante vos senhor doutor joão de melo do conselho da Santa Inquisicao Comissario Jeral nas causas dela sudelegado do serenissimo Senhor Inffante dom anrique emquisidor Jeral em estes Reinos, diz o promotor da Justica da dita Santa Inquisição contra lianor mendez Ree presa. E se conprir.

1 - Entende prouar que sendo a Ree cristãa morando nesta cidade de lixboa veo a tomar afeicao carnal com hum abião benzemerro judeu morador em fez terra de mouros que aquj andaua, E estaua por ele por sua manceba nesta cidade em sua casa dela Ree. E foy sua afeição com ele tal E tanta que se veo ela Ree a determjnar em apostatar por ele totalmente de nosa santa fee, leixando de todo nosa fee catholica E seguindo sua lej dos judeus, jndo-se com ele de todo pera senpre por judia E pera judaizar pera fez terra de Infieens, E sendo ela ja partida desta cidade com esa determjnacão com todo seu fato E casa mudada em companhia de hum cristão-nouo que por mandado do dicto judeu lha leuaua a fez com seguros del rei de fez e dos senhores E alcaides mouros per onde avia de pasar E com cartas do dito judeu muito encarregadas pera judeus e judias de fez seus parentes E amjgos lhe recolherem E agasalharem la atee ele de qua jr E proujda de sua despesa pera embarcar na arrabida fingindo Romaria em hũa nao que pera iso o dicto judeu fretou ao mestre dela que a avia de vijr tomar secreta E dissimuladamente na dita arrabida, por não embarcar aqui em lixboa onde fora vista. foy ali tomada comprehendida E presa pela justiça per mandado del Rej noso senhor que delo foy enformado no mes de nouembro do ano de 1537, E trazida presa a esta cidade donde depois foy entregue ao juizo E carcere da Santa Inquisicao, E depois de asy presa o dito judeu atee que moreo lhe fez E mandou fazer toda sua despesa E negociação de seu liuramento largamente per cristão-nouo desta çidade trabalhando muito pola liurar E soltar pera a levar a fez.

2 - Entende prouar que por A Ree se ter asi feita judia E apostata da nosa santa fee como dito he, estando asy presa no carcere da Santa Inquisição gardaua E celebraua encubertamente com outros cristãos-nouos que estauão presos por judaizar a pascoa dos judeus do pão asmo do mes d' abril tam solenemente com seu pão asmo E yguarias E cerimonjas como a guardauão os judeus. E ja dantes de presa a Ree em sua casa nesta cidade judaizaua comendo carne como judia sem necessidade aos sabados, a qual Ree he cristãa-noua E por esa rezão fica ajnda em ela mujto mais manj-festa sua apostasia em se tornar as lejs dos judeus E aos ritos E obseruancias dela/

(Fol. 4vº)

3 - Entende prouar que estando ela Re asy presa nesta cidade no carçere da Santa Inquisição, por ser culpada E fugir a justica que mereçe teue tal maneira com ajuda de pessoas que hũa noute do mes d' agosto passado do presente ano de 1540 fogio do dito carçere lançando-se dele per hũa Janela alta per hũa corda de linho E dous Ramos de lançol que atou no marmore da dita Janela, E desfechando-a dentro com chaue que pera iso buscou E despregando hũa aldraua que tinha pregada, porque a tinha o carcereiro fechada com ferrolho E chaue E pregada a aldraua dela com hum prego. E andou asy fugida atee que tornou a ser tomada E presa como ora estaa.

do que he publica voz E fama

pede ser feito da Re conprimento de justica, com as custas, Non astringes

(...)

Transcrição de um extracto do processo da Inquisição de Lisboa levantado contra Leonor Mendes, amante de Abraão Benzamerro, entre 1537 e 1544

rência que, quando permanecia em Lisboa, Abraão Benzamerro não trazia sinal identificativo. O que vai de encontro à notícia do anedotário quinhentista *Ditos Portugueses Dignos de Memória*: «Andando em Lisboa um judeu chamado Abraão Benzamerro, a quem el-rei D. João III, por ser mercador muito rico e muito discreto, deu licença que andasse sem sinal (...)»⁶

Esta realidade paradoxal – a da sobrevivência de uma comunidade judaica, de onde personagens gradas, como Abraão Benzamerro, vinham ao reino, em liberdade e gozando da estima régia – verificou-se também em Azamor. Era como se a própria autoridade régia que expulsou os judeus e mais tarde insistiu junto da Santa Sé para que o Tribunal da Inquisição fosse estabelecido no reino, tentasse prolongar fora deste, nesses territórios mais distantes do Norte de África, uma realidade que só ali podia continuar. Em Azamor, conquistada em 1513, a comuna judaica obteve também de D. Manuel, logo no ano seguinte, uma carta de privilégio, obrigando apenas a cada um dos seus membros o pagamento do tributo anual de uma onça. Nessa cidade, até ao seu abandono em 1541, o arrabiado supremo esteve sempre nas mãos da família Adibe, como reconhecimento pelo facto desta ter auxiliado os portugueses na sua conquista. Mas o mais curioso é que estes Adibe de Azamor, de provável origem portuguesa, possuíam na urbe parte dos familiares na condição de conversos, e Moisés Adibe tivera mesmo uma educação cristã em Tavira. A acusação de celebração das cerimónias judaicas por ambas as «faces» religiosas da família revela, aliás, o clima de liberdade religiosa que se vivia na praça.

As comunidades judaicas só abandonaram Safim e Azamor em 1541, pouco antes destas cidades deixarem de existir no quadro da presença portuguesa, devido ao potencial bélico do novo poder que vinha do sul: o dos xarifes sádidas. Até lá foram uma «peça essencial», tal como

os homens da fortaleza e da feitoria, devido ao seu papel na actividade de espionagem, no evoluir das relações diplomáticas, mas sobretudo porque possuindo liberdade de movimentação e capital avultado, permitiam a «respiração económica» destas cidades, cercadas por entidades muçulmanas, frequentemente em confronto. Sabemos ainda que pequenos núcleos populacionais permaneceram em Arzila, Santa Cruz do Cabo de Guer e Mazagão.

Os judeus continuaram a visitar as praças portuguesas nas suas cáfilas, mas foi só a título excepcional que a autoridade régia permitiu que aí permanecessem, como aconteceria em Tânger, no início do século XVII, com Salomão Parente e sua família. De facto, a ascensão vitoriosa dos xarifes sádidas, a partir dos anos quarenta do século XVI, e a imposição, mesmo no Norte de África, da política de intolerância religiosa que se vivia na metrópole, no contexto da Reforma Católica, vão fechar um diálogo civilizacional que sobrevivera, enquanto possível e necessário, nas praças portuguesas do Norte de África. O enquistamento das praças resistentes de Tânger, Ceuta e Mazagão levou, naturalmente, a um decréscimo da presença judaica e, mesmo assim, a uma política de vigilância da sua conduta.

Vogando entre os espaços cristão e muçulmano, os judeus foram um dos grandes vectores da sobrevivência das praças portuguesas do Norte de África e, por vezes, da convivência entre cristãos e muçulmanos. Ocuparam aí o «espaço de charneira», que tão bem tinham preenchido na «Espanha das Três Religiões».

Inseridos nas cáfilas que eram formadas maioritariamente por comerciantes muçulmanos, e usufruindo da sua segurança, os judeus entravam nas praças portuguesas vendendo as mercadorias mais variadas: trigo, panos, ouro, anil, escravos... mas também preciosas informações secretas ou abertas...

Figuras cimeiras das comunidades judaicas autorizadas nas possessões portuguesas, como rabi Abraão Rute, Abraão Benzamerro e os Adibe, eram também comerciantes de monta, dedicando-se à importação de bens valiosos do Norte de África e de Portugal, e chegando a deslocar-se com frequência até Lisboa, devido à sua prática negocial. Mas os judeus eram até essenciais para a proficiência dos mercadores cristãos, assumindo o papel de intérpretes e corretores quer destes, quer dos mercadores muçulmanos. Existe documentação abundante versando a prática comercial destes judeus, sobretudo de Safim e de Azamor: abasteciam Portugal e as praças de trigo e de outros cereais; do açúcar do Suz e das passas; da cera que era vendida inclusivamente no México; da goma e do anil necessários para o apresto da roupa; do ouro negociado em troca do metal argênteo. E por sua vez abasteciam Marrocos de bens importados de Portugal: especia-

rias – especialmente a pimenta – mas sobretudo o lacre necessário para o apresto da roupa marroquina: as aljaravias (*el-djalabiya*), os alquicés (*haiks*) e suas variantes; e ainda os alambéis (*hambels*) requeridos pelas gentes de Azamor, em troca do ouro e dos escravos. Estas roupas marroquinas compradas pelos portugueses, para obterem as mercadorias de Arguim e outras, tinham também como mercadoria de troca peças de algodão vindas de Portugal e fabricadas ali ou na Inglaterra, designadas bordates. E também nestes circuitos complexos, os judeus desempenhavam um papel fundamental, devido à possibilidade de deslocação presencial em terras cristãs e muçulmanas, tendo mesmo como parceiros personagens tão destacadas, no sector português, como D. Álvaro de Noronha e António Leite, capitães de Azamor, os oficiais da Casas da Mina e da Índia, D. Manuel, D. João III e a rainha Dona Catarina, esposa deste; e do lado marroquino,



Mellah de Tetuão. Gérard Sylvain in «Sépharades et Juifs d'ailleurs», Adam Biro, Paris, 2001

alcaides como El-‘Attar, Mulay Ibrahim e o próprio rei de Fez, Mulay Ahmad, o Oatácida.

A par deste comércio autorizado e promovido, os judeus – e muitas vezes os mesmos que praticavam o comércio lícito – vendiam e compravam mercadorias defesas que, por isso mesmo, eram altamente lucrativas. É o caso das armas e dos ferros, vendidos aos muçulmanos, e que tornaram mais eficaz o poder bélico das entidades islâmicas de Marrocos. De salientar que neste comércio obscuro usufruíam muitas vezes dos laços secretos que mantinham com comerciantes e artífices conversos. De facto, o negócio do armamento desabrochou livremente no século xvii, acompanhando o desenvolvimento comercial dos países protestantes. Os Palache, judeus marroquinos de origem peninsular, tiveram um papel fundamental como intermediários na compra de armamento aos Países Baixos. A título de exemplo, vemos José Palache, em 1634, como agente do rei de Marrocos naquele país, pedindo autorização para a compra de munições que seriam entregues ao seu senhor – Mulay Walid – num navio armado de quatro canhões, cedido pelos Estados Gerais. Os judeus também se dedicavam quer à importação de livros em hebraico para Marrocos, quer à sua divulgação secreta entre os cristãos-novos de Portugal – tarefas necessárias para a manutenção da fé judaica.

Outro dos seus negócios avultados, usufruindo do facto de serem os intermediários entre dois mundos em confronto, foi o comércio dos homens. O alfaqueque era, em Marrocos, geralmente um judeu, negociando em escravos e cativos. Por exemplo, foi por intermédio de Abraão Rute, «xeque» dos judeus de Fez, e do italiano André Corso, que se fizeram os primeiros acordos entre os oitenta fidalgos cativos após a Batalha de Alcácer Quibir, e o novo xarife – Mulay Ahmad al-Mansûr. Já foi salientado o facto dos cativos se aposentarem nos *mellahs*, vivendo luxuosamente segundo o seu estatuto, e sendo

alimentados, vestidos e tratados pelos judeus. Por exemplo, em 1592, D. Filipa de Sá, esposa de D. Fernando de Noronha, conde de Linhares, entregou ao jesuíta frei Cosme, que partia para Alcácer Quibir, 3 848 680 reais para, entre outros motivos, remunerar certos judeus que naquela povoação tinham ajudado o seu marido, entregando-lhe cartas, vestindo-o e servindo-o. Outros judeus foram também remunerados, na mesma data, por estarem relacionados com o resgate de pessoas ligadas à Casa de seu marido. Os judeus agiam igualmente em parceria com outros especialistas cristãos do resgate de cativos no Norte de África. Por exemplo, em 4 de Agosto de 1614, Filipe II de Portugal escreveu ao capitão de Mazagão, Henrique Correia da Silva, pois não havendo perigo de peste, devia abrir o porto e permitir a entrada das cáfilas de mouros e judeus. A ordem tinha sobretudo em conta o problema do resgate dos cativos ali transportados, que seria empreendido pelos religiosos trinitários.

Os judeus das praças portuguesas praticavam também o empréstimo e a usura. Assim, quando era necessário obter verbas avultadas para a reparação das muralhas e para o pagamento dos soldos, era aos judeus locais que as autoridades portuguesas recorriam. Aliás, no contexto dos contratos firmados com as entidades oficiais de Portugal, estes judeus arrendavam frequentemente o pagamento dos soldos, assim como os tratos das alfândegas: as de Safim, Azamor, Santa Cruz do Cabo de Guér e Mazagão tiveram muitas vezes como seus feitores e rendeiros figuras eminentes dos meios judaicos locais.

Os judeus exerciam ainda, predominantemente algumas actividades socioprofissionais essenciais. É o caso dos físicos, visto que as prescrições da Igreja Medieval relativamente ao tratamento do corpo humano haviam empurrado esta minoria para essa actividade, embora dentro dos limites defendidos pela Lei Judaica, em que a cura é antes de mais um fenómeno espiri-

tual. Muitos destes judeus estiveram ligados a grandes vultos da nobreza e ao próprio rei, que não podia passar sem estes servidores. Permitida a sobrevivência dos judeus nas praças do Norte de África, é normal que os governantes tivessem também aí, ao seu serviço, físicos hebreus – precisamente aqueles que, devido à proximidade das suas pessoas, passaram a deter posições fundamentais, como é o caso de rabi Abraão Rute, de Safim. Aliás, muitos destes judeus transformaram-se em «mestres» conversos, garantindo desta forma a confiança necessária para cuidar dos seus senhores.

Outra função de destaque foi a de «língua», «turgimão» ou intérprete. O lugar era colocado a concurso por meio da afixação de editais que convidavam as pessoas aptas para o ofício. Os candidatos que ocupavam esse cargo eram sobretudo os judeus, e era lógico que assim fosse, devido ao facto de saberem português, conhecerem ou entenderem outra língua hispânica, e ainda o árabe. Cada praça tinha o seu «língua» judeu, e membros das famílias dominantes referidas acabaram por exercer esse cargo, com perícia. A par desta «face oficial», muitos transmitiam mensagens sigilosas sobre as reais pretensões dos reis de Fez e dos xarifes sápidas, ou seja, transformavam-se em espões e frequentemente em agentes duplos, vendendo informação essencial a muçulmanos e cristãos, em simultâneo. É por isso que pessoas como Meir Levi acabaram por ser apanhadas e mortas, acusadas de traição (neste caso pelo xarife Mulay Muhammad Shaykh, na década de 1520). Mas os judeus também exerciam essa actividade fora das praças portuguesas, auxiliando os portugueses que visitavam a Corte de Fez quer na sua actividade de comerciantes, quer em missão diplomática. Jacob Rute, filho do rabi Abraão de Safim, e que fora «intérprete» nessa cidade, foi o «expoente» desses «línguas» deslocados em Fez. Nesta urbe continuou a servir as autoridades portuguesas,

por exemplo, traduzindo para o árabe uma carta que o embaixador Lourenço Pires de Távora apresentou ao rei de Fez, em 1541, sobre o assunto do reatamento da paz entre este soberano e D. João III. O embaixador considerava-o «grão oficial» de árabe e explicou ao rei que «(...) sem elle não se faz nada nesta terra»⁷. Outro exemplo: em 1534, Jacob Rosales trouxe uma carta de Mulay Ahmad, o oatácida, dirigida a D. João III, sobre o assunto da paz, e logo se prestou a traduzi-la perante este⁸. Os judeus intérpretes e tradutores eram, portanto, pessoas intimamente ligadas ao poder político, servindo-se do seu papel crucial como conhecedores de línguas para actuar no âmbito da diplomacia que se ia gizando entre os soberanos portugueses, o sultão de Fez e os xarifes. Por isso, muitos não conseguiram manter a neutralidade do cargo de «língua» e foram também espões e informadores.

Devido a todas estas faculdades, os passos fundamentais da diplomacia subtil, dúbia e sinuosa entre os reis de Portugal e os soberanos marroquinos, passaram igualmente pelo essencial intermédio dos judeus. Figuras cruciais da cena judaica nas praças portuguesas aposentaram e alimentaram os embaixadores dos senhores de Marrocos, providenciando também a alimentação dos seus animais. A judiaria transformou-se assim, no que respeita à permanência do elemento muçulmano em «solo cristão», num espelho do *mellah*: o lugar do «Outro Civilizacional». Muitos destes judeus das praças vieram a Portugal com cartas dos soberanos fronteiriços, mas parece que certas famílias estiveram mais predispostas para um relacionamento com determinado poder soberano. Os Rute de Safim serviram sobretudo de intermediários com os oatácidas de Fez. Os Adibe de Azamor, com os xarifes sápidas. E os Benzamerro de Safim, também com os xarifes vencedores. Particularmente interessante foi o caso de Jacob Rute, que entre 1542 e 1545, devido ao perigo do avanço vitorioso dos xarifes,

se correspondia com o irmão Moisés em hebraico, informando-o sobre as peripécias da guerra entre aqueles e o rei de Fez. O hebraico servia assim como uma criptolíngua, e o conteúdo das cartas, traduzido por Moisés, era depois transmitido às autoridades portuguesas. Aliás, podemos mesmo dizer que a sobrevivência das praças portuguesas – e o caso dos Adibe é notável, presenteando o xarife que colocava cerco a Azamor, em 1530, e aconselhando o capitão António Leite – se deveu bastante aos requisitos da perícia judaica, e ao pleno domínio das línguas hispânicas e do árabe, por parte dos judeus. Até que a força agressiva dos xarifes, nos anos quarenta do século xvi, impugnou toda a diplomacia possível.

As deslocções frequentes destes judeus ao reino, desde o dealbar do século xvi, sob o pretexto do negócio ou da missão diplomática, levaram a outras consequências espelhadas na documentação de maior teor religioso, nomeadamente inquisitorial: a sua participação mais ou menos incisiva na preservação da identidade judaica entre os meios conversos quer assistindo às cerimónias religiosas secretas em Portugal, inclusivamente realizadas nas sinagogas ocultas; quer providenciando determinados meios de cristãos-novos, nas formas possíveis que as circunstâncias permitiam, de livros e têxteis em hebraico; quer também elucidando aqueles sobre a vinda do Messias, as datas e a forma de comemorar determinados eventos religiosos; quer ainda montando redes de fuga de conversos para o Norte de África, que abrangiam o auxílio pago de homens do mar cristãos-velhos, e personalidades judaicas das praças portuguesas e das cidades onde aqueles seriam acolhidos, nomeadamente Fez, Tetuão e Larache. Abraão Benzamerro, Abraão Rute, Jacob Rute, Moisés Rute e tantos outros estiveram ligados a essa actividade. Os Rute foram incisivamente implicados neste processo, fazendo de Arzila uma espécie de placa giratória da fuga de cristãos-novos para o Norte

de África, e chegando Moisés a ser detido por ordem da Inquisição, em Tânger, no ano de 1542, devido às acusações deste teor que sobre ele recaíam.

Mas um dos casos mais interessantes é o dos judeus que se converteram ao cristianismo para conseguirem entrar em Portugal e cobrar os direitos que alguns nobres cativos da Batalha de Alcácer Quibir lhes deviam. Como o motivo da conversão era essencialmente esse, e continuavam a ser secretamente judeus e com a pretensão de voltar às suas cidades natais obtida a devida cobrança, o seu percurso de elucidantes e de actuates junto das comunidades de conversos foi assinalável em finais do século xvi e início do seguinte. Tanto que, passando a fronteira, no contexto da União Dinástica, formaram redes de apoiantes e seguidores no espaço espanhol. António de Barcelos, ou seja, Jacob Jaén, vindo da capital sádida, devia estar relacionado com a libertação e chegada a Portugal de D. Teodósio, duque de Barcelos, que aliás foi seu padrinho no baptismo cristão. Bastião Pereira, outrora Juda Castiel, vindo de Mequinez, baptizou-se em Ceuta, em 1581, sendo seu padrinho de baptismo D. Dinis Pereira, capitão da praça. Já cristão entrou no reino, trazendo cativos da Batalha de Alcácer Quibir, cujo cômputo do resgate necessitava. O terceiro membro deste trio de cristãos-novos norte-africanos – Francisco de Castro – vivera em Fez, onde se chamara Abraão Sason. Gastara muitos dos seus bens no resgate de cinco cativos, favorecendo-os e ajudando-os na fuga. Devido a este procedimento o xarife ordenou a sua prisão e que o levassem a Marraquexe, com ferros nos pés, cidade onde esteve cativo durante um ano, para que confirmasse o número de cristãos que havia enviado a Portugal. Foi o embaixador de D. Filipe I de Portugal – Pêro Vanegas – que entre 1579 e 1582 o tirou da prisão. Por sua vez, foi o conde de Portalegre, a cuja libertação estaria ligado, que protegeu e acolheu este con-



verso. Depois de receber os bens que desejava, viajou por Castela, mas regressou ao reino em 1584, onde se juntou a António de Barcelos e a Bastião Pereira, com o objectivo de regressar a Marrocos e praticar livremente o judaísmo.

Os processos inquisitoriais levantados contra estes judeus conversos permitem-nos conhecer outras personalidades com um percurso semelhante: é o caso de António dos Reis, aliás, João de Arroio, originário de Marraquexe e cujos

padrinhos de baptismo, em Santarém, no ano de 1580, foram D. António, Prior do Crato – de que adoptou o nome próprio – e o tesoureiro deste – Francisco Lopes. É ainda o caso de Gaspar César, outrora judeu em Alcácer Quibir. De Baltazar de Faro, judeu de Mequinez, que residia em Lisboa como cristão. E ainda o de Belchior de Bragança, outrora Jacob Benafahy, judeu converso de Marraquexe que residia habitualmente em Lisboa, e que é um dos casos mais retumbantes da

Mellah de Mequinez. Gérard Sylvain in «Sépharades et Juifs d'ailleurs», Adam Biro, Paris, 2001

influência destes cristãos-novos oriundos de Marrocos. No seu processo inquisitorial de 1607 está referido um plano de fuga astucioso: de Lisboa vogaria até Sevilha e daí a Gibraltar. Antes, porém, realizaria um longo périplo pelo norte de Portugal, com o objectivo de recolher donativos de algumas das principais comunidades de cristãos-novos dessa região: iria de Coimbra a Lamego (onde aliás foi preso) e dali a Trancoso e à Covilhã.

De António de Barcelos sabemos que exerceu actividade de divulgação religiosa, de Lisboa a Alcácer do Sal, passando também por Vila Viçosa, onde o duque de Bragança tinha a sua corte. O caso de Belchior de Bragança é tanto mais insólito quando sabemos que o seu padrinho de baptismo, em 1601, fora D. Francisco de Bragança, a essa data cónego da Sé de Évora e deputado do Santo Ofício e da Mesa da Consciência e Ordens. E tanto mais incisivo quando sabemos que Belchior fora leitor de Hebraico e de Caldeu, nos anos de 1605 e 1606, na Universidade de Alcalá de Henares. É, como já referimos, uma influência que extravasou as fronteiras do reino, no contexto da União Dinástica. Não confessou Francisco de Castro, em 1585, que apoiara os cristãos-novos de Múrcia e que em Toledo «praticou» com seus parentes conversos, dando-lhes por escrito muitas «coisas da Lei»?⁹

Também curiosa é a associação de pessoas em situação minoritária, em Portugal, mas de religião diferente, relacionadas com o Norte de África. Entre os implicados no processo de Leonor Mendes, que juntamente com ela pretendiam navegar para Marrocos, encontrava-se um casal de mouriscos. Por sua vez, Bastião Pereira projectava acompanhar Mulay Nácer (Mulay en-Nasser) – príncipe marroquino refugiado em Portugal após a Batalha de Alcácer Quibir – quando este pretendesse regressar ao seu país, com o objectivo de derrotar seu tio – o vitorioso xarife

Mulay Ahmad, al-Mansûr. Foi também António de Barcelos que levou uma carta do mesmo xarife a um dos seus alcaides convertidos ao cristianismo, convencendo-o a voltar à fé islâmica. Aliás, não pretendia António voltar ao Norte de África, sob a tutela daquele senhor, para ser «xeque» dos judeus na capital sávida?

Denota-se assim que estes judeus conversos continuaram a ser essencialmente «judeus marroquinos» vogando na Península, avivando ali a fé judaica dos seus correligionários secretos, movendo-se nos círculos que recriavam, além, os seus «pequenos» Marrocos, mas essencialmente facilitando a passagem de homens de credo judaico para terras islâmicas.

Não se pense, contudo, que os contactos entre judeus, cristãos e muçulmanos em Marrocos, durante os séculos xvi e xvii, se limitaram ao plano das actividades mais ou menos económicas. Por exemplo, o humanista Nicolau Clenardo, que em 1540 partiu para o Norte de África com o objectivo de se esmerar na aprendizagem do árabe para mais facilmente converter os muçulmanos, noticiou ao bispo de Cabo Verde: «Aqui estão em Fez alguns doutíssimos [judeus], tão versados na língua hispânica como eu na flamenca.»¹⁰

Por sua vez, o cronista Jerónimo de Mendonça não deixou de salientar como, após as negociações sobre os cativos de Alcácer Quibir, existia na cidade de Fez um ambiente de cortesia entre os judeus e a gente nobre, facilitado pelo facto dos judeus falarem correctamente o castelhano¹¹. De realçar que o próprio duque de Barcelos – D. Teodósio – antes de partir para Marraquexe, foi precisamente aposentado na casa de Abraão Rute. E teria sido acerca deste *naguid* ou chefe da comunidade judaica de Fez que D. Francisco da Costa – o malogrado embaixador que morreu em Marraquexe, em 1591 – escreveu no seu *Cancioneiro chamado de Dona Maria Henriques*:

«Dum decreto se lê,
que publicarão, hum dia,
em Fez, não he zumbaria,
que me falem por mercê,
a Rute por senhoria.»¹²

Aliás, o ambiente de liberdade, inclusivamente religiosa, permitiu que os frades aprisionados durante a Batalha de Alcácer Quibir exercessem as suas funções de culto, e mesmo uma obra de proselitismo sobre os rabis, nas casas em que se aposentou D. Francisco de Portugal, filho do conde de Vimioso. Segundo Jerónimo de Mendonça, alguns destes rabis chegaram a converter-se por obra de frei Vicente da Fonseca, vindo a residir em Portugal como cristãos, «dos quaes eu conheço alguns nesta Cidade de Lixboa» – asseverou o cronista.¹³

Contudo, informação proveniente dos meios hebraicos atesta que este triunfalismo de Jerónimo de Mendonça balança para uma mentalidade inserida no contexto da Reforma Católica. De facto, os dois longos diálogos missionários, que Carsten Wilke editou com o título *Les Dialoges à Marrakech d'Estevão Dias, voyageur d'Anvers (1581): une réfutation espagnole clandestine de la religion chrétienne*¹⁴, mostram que nessas «bolsas» norte-africanas em que voltaram a conviver e a disputar membros das religiões judaica, cristã e muçulmana, o meio judaico não apresentou uma posição tão passiva e submissa. Mais ainda, que esse encontro fecundo proporcionou o aparecimento, nos meios judaicos, de uma obra e de um pensamento que exprimem uma preocupação fundamental dos meios portugueses e judaicos instalados em Livorno, Veneza, Amesterdão e Hamburgo: a da necessidade de compilar tratados de exegética consagrados à defesa do judaísmo, contra as pretensões hegemónicas do cristianismo. Esta obra singular foi seguida (e por vezes utilizada) por toda uma literatura clandestina de apologética judaica, em que o crente cristão capitula perante a superio-

ridade lúcida do judaísmo. O facto deste peregrino ter encontrado o seu «caminho» em Marrocos, revela que os meios judaicos desse país tiveram um papel fundamental no desabrochar de uma literatura e de todo um pensamento sobre a identidade judaica entre os judeus-novos de Amesterdão (para utilizar uma expressão de Yosef Kaplan¹⁵) e outras paragens, ainda pouco estudado. Afinal, não foi também de Fez que veio rabi Isaac Uziel, o mestre do famoso e prolixo rabi da capital dos Países Baixos, Menasseh ben Israel?

Tal como aconteceu entre os nobres portugueses que vogavam para o Oriente, para quem Marrocos foi fundamentalmente uma «escola de armas», também entre os judeus a experiência marroquina foi crucial para se inserirem em contextos similares de outros continentes. Já vimos que a perícia dos Palache, judeus de Fez, os levou a transformarem-se nos emissários fundamentais entre Marrocos e os Países Baixos. Joseph Palache chegou mesmo a ser nomeado embaixador de Marrocos na Holanda¹⁶. Aliás, o cadinho cultural impulsionado pela permanência dos judeus ibéricos em Marrocos levou a que a sua presença fosse considerada imprescindível, ou compreensível, em território externo. Já referimos o caso de Isaac Uziel. Outro caso exemplar é o dos irmãos Almosnino – Isaac e Abraão – que uma nave proveniente de Goa, em 1618, trouxe até Lisboa. Isaac tinha-se aposentado na casa de Robert Sherley, embaixador da Pérsia em Espanha, pois indo comerciar a Istambul, e partindo para a terra do Shah, conhecera ali aquele personagem, que decidiu acompanhar numa viagem até Ormuz, e depois a Goa. O seu processo é um manancial formidável para conhecermos os meios judaicos de Fez, as suas redes familiares e negócios. Aliás, judeus de Fez e de Tetuão são chamados a testemunhar acerca da idoneidade das declarações dos Almosnino, sobretudo acerca do facto de

não se tratar de cristãos-novos, pois assim podiam ser penitenciados pela Inquisição. No processo estão incluídas três cartas em aljamia – escritas em língua castelhana mas no alfabeto hebraico – da autoria do sogro e do cunhado de Isaac Almosnino, e enviadas a este quando permanecia na prisão em Lisboa. De realçar que através do seu processo verificamos como era a educação de um judeu de boas famílias: sabia o hebraico, o árabe, o castelhano, o aramaico (caldeu), entendia o italiano e o francês, mas o português muito bem – devido ao grande número de portugueses que havia em Marrocos e ainda, no caso de Isaac, por se relacionar com os cativos da Batalha de Alcácer Quibir e negociar com as praças portuguesas resistentes. Conheceu particularmente o conde de Vimioso no *mellah* – curiosamente aquele em cujas casas – segundo Jerónimo de Mendonça – os frades cativos exerciam obra de proselitismo sobre os rabis. E assim se fecha o círculo: foi servindo-se dos resultados desta ambiência cultural em Marrocos que os Almosnino, na sequência da derrota de Mulay Zidan, a quem se encontravam particularmente ligados, chegaram a exercer a sua actividade comercial num local de um outro continente em que se falava a mesma língua – o português.

Um fenómeno que se repetirá quando as conjunturas peninsulares, sociais, religiosas e culturais, o permitirem... A actual comunidade judaica de Lisboa tem origem num grupo de judeus sefarditas, ou seja, de remota origem peninsular – que se foram instalando em Portugal no início do século XIX. Eram sobretudo comerciantes, oriundos de Gibraltar e de Marrocos – particularmente de Tânger, Tetuão e Mogador – exprimindo alguns dos seus nomes a ligação às terras ibéricas de origem, de onde os seus antepassados haviam sido expulsos em finais do século XV. E ainda hoje, alguns continuam a vogar no Mediterrâneo, entre a Penín-

sula e o Norte de África, devido a laços contrai-dos com as duas margens, em momentos e contextos diferentes.

- ¹ Jerónimo de Mendonça, *Jornada de África*, Lisboa, por Pedro Craesbeek, 1607, fol. 69.
- ² Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), Inquisição de Lisboa, Livro de Denúncias, nº 2, fol. 19. Pub. por José Alberto R. Silva Tavim, in *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM, Distrital de Braga, 1997, Apêndice 7, doc. XXXVIII.
- ³ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, processo (proc.) 2850, fol. 5 vol.
- ⁴ Ribbi Abner Hassarfaty, «Le Yahas Fés» (extractos), pub. por Y.D. Sémach, in «Une chronique juive de Fès. Le Yahas Fés de Ribbi Abner Hassarfaty», in *Hespéris*, t. XIX, fascs. 1-2, 1934, p. 91.
- ⁵ Luís del Marmol Carvajal, *Description General de Affrica...*, Granada, Casa de Rene Rabut, P. I, vol. 2, 1573, fol. 278.
- ⁶ Anónimo, *Ditos Portugueses Dignos de Memória*, introdução, anotação comentada e comentários por José Hermano Saraiva, Lisboa, Edições Europa-América, s.d., p. 160.
- ⁷ «Carta de Lourenço Pires de Távora para D. João III», Tetuão, 26.VII.1541, pub. in *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, première série: Dynastie Saadienne, Archives et Bibliothèques du Portugal (doravante SIHMP), Paris, Éditions Paul Geuthner, vol. III, 1948, p. 470.
- ⁸ «Carta de Jacob Rosales a D. João III», Lisboa, 23.IX.1543, pub. in SIHMP, vol. II, pp. 647-648.
- ⁹ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 8943, fol. 8.
- ¹⁰ «Carta de Nicolau Clenardo a D. João Petit, bispo de Cabo Verde», Fez, 4.XII.1540, pub. por Manuel Gonçalves Cerejeira, in *O Renascimento em Portugal. Clenardo e a Sociedade Portuguesa do seu Tempo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1949, pp. 350-351.
- ¹¹ *Op. cit.*, fol. 111 vº.
- ¹² D. Franciso da Costa, *Cancioneiro chamado de Dª Maria Henriques*, introdução e notas do padre Domingos Maurício Gomes dos Santos, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956, fol. 6.
- ¹³ *Op. cit.*, fols. 110-111.
- ¹⁴ *Mémoire de diplôme*, Paris, École Pratique des Hautes Études, Ve Section, juin 1993.
Vide referências também no seu artigo «Conversion ou retour? La métamorphose du nouveau Chrétien en Juif portugais dans l'imaginaire sépharade du XVI^e siècle», in *Mémoires juives d'Espagne et du Portugal*, pub. sob a dir. de Esther Benbassa, Paris, Publisud, 1996, pp. 53-67.
- ¹⁵ Vide Yosef Kaplan, *Judíos nuevos en Amsterdam. Estudio sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII*, Barcelona, Editorial Gràdiva, 1996.
- ¹⁶ Sobre os Palache vide Mercedes García-Arenal e Gerard Wiegers, *Entre el Islam y Occidente. Vida de Samuel Pallache, judío de Fez*, Madrid, Siglo Vientiuno de España Editores, 1999.

Mazagão

Retrato de uma cidade luso- marroquina deportada para o Brasil

José Manuel Azevedo e Silva

Universidade de Coimbra

O sonho e o pesadelo marroquino

Com a dinastia de Avis, Portugal foi o primeiro país colonizador da Época Moderna e foi igualmente o primeiro a descolonizar. O sonho marroquino que, de D. João I a D. Manuel, os portugueses tentaram materializar, cedo se tornou num pesadelo político, «sumidouro de homens, armas e dinheiro» que tanta falta faziam nas restantes partes do dilatado império.

A questão de Marrocos dividirá mesmo o Povo Português em dois «partidos» ou correntes de opinião, segundo a épica construção camoniana: uma, consubstanciada na figura mítico-simbólica do «Velho do Restelo», que aglutinava os prosélitos da luta contra a moirama no Norte de África, dilatando aí a Fé e o Império, como prolongamento natural do Reino (o Algarve Dalém-Mar) e que a utopia sebastianista intentou retomar; a outra, representada pela figura, também ela simbólica, mas real, de Vasco da Gama, que congregava os partidários das viagens marítimas rumo à Índia, como forma de cercar o islão e combatê-lo pela retaguarda, cortando o acesso dos muçulmanos ao rico comércio oriental.

O fracasso da política portuguesa em Marrocos e o sucesso da aventura marítima levou D. João III à decisão de não continuar a alimentar o sonho e a sacrificar aí os seus escassos recursos humanos e materiais. A queda de Santa Cruz do Cabo de Guer, em 12 de Março de 1541, perante o ataque do xarife de Suz, levou o monarca português a determinar, em Outubro seguinte, a evacuação de Safim e de Azamor. Mais tarde, em 1550, será a vez do abandono de Alcácer Ceguer e de Arzila. No dizer de Robert Ricard, é o fim do «período português» em Marrocos.¹

Portugal conservará apenas Ceuta, Tânger e Mazagão (Arzila foi recuperada por D. Sebastião, em 1577, mas será restituída ao xarife Ahmede Almançor, por Filipe I, em 1589). Ceuta, em 1640, tomou voz por Filipe IV e continuará na posse de Espanha até aos nossos dias. Tânger será cedida

Frontispício da «Historia do famoso cerco, que o xarife pos a fortaleza de Mazagam deffendido pello valeroso capitam mór della Alvaro de Carvalho», de Agostinho de Gavy de Mendonça. Biblioteca Nacional de Lisboa

à Inglaterra, em 1662, como parte do dote de casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II. A partir de então, apenas Mazagão permanecerá como símbolo da resistência, da heroicidade e do sonho luso-marroquino, até à sua evacuação, por ordem de D. José, em 11 de Março de 1769.²

Os «Velhos do Restelo», porém, nostálgicos do sonho marroquino, atravessarão os séculos. Concretamente, em 1890, ao darem à estampa a *História do cerco de Mazagão*, de Agostinho de Gavy de Mendonça, ocorrido em 1562, os editores não deixaram de exarar, na «advertência preliminar», o seguinte: «O perfume das especiarias orientaes estonteou-nos e a conquista da Mauritania, iniciada por D. João I, prosseguida com toda a efficacia pelos seus sucessores até D. Manuel, foi um mau sonho na cabeça de D. João III.»³

Continuamos, ainda hoje, a ouvir vozes condenatórias da atitude (que consideram de fraqueza) do rei português. Esquecem-se, contudo, tais vozes, de que por vezes é necessário sacrificar a parte para salvar o todo. Foi o que fez o nosso monarca. Perante a avaliação dos meios humanos e materiais tidos por necessários e daqueles de que dispunha, decidiu alijar parte do peso mauritano para preservar o império ou, dito de outro modo, optou por trocar o pesadelo marroquino pelo sonho brasileiro.

A resistência do último bastião português em Marrocos

Em 1561, a regente D. Catarina projectou mandar evacuar a praça de Mazagão, mas a nobreza e o povo manifestaram-se contrários a tal intenção. E, uma vez assumida a coroa de Portugal, Filipe I tentou negociar com o xarife Almançor a troca de Mazagão por Larache.⁴

Tendo apenas a porta do mar como abertura ao exterior, donde poderia receber socorros, a praça de Mazagão, até meados do século XVIII, viveu tempos de paz, durante os quais foi possível estabelecer relações e fazer o comércio com



os mouros da Enxovia e da Duquela, entrecortados de tempos de guerra ou ameaças dela, havendo notícia de, em tais situações, terem os mazaganistas (fronteiros e moradores) praticado verdadeiros actos de bravura e heroicidade, como, por exemplo, no tremendo cerco de 1562.⁵

Os ataques mouros à praça portuguesa de Mazagão intensificaram-se a partir de 1750.

Pelas «Relações» e «Notícias» que nos deixaram Simão Correia de Mesquita e Pedro da Silva Correia, sabemos que a praça foi sujeita a duríssimos ataques dos mouros, nomeadamente nos anos de 1751, 1752, 1753, 1754, 1756, 1760, 1763, culminando com o poderoso contingente que montou o último cerco de 1769. Vale a pena atentar no vigor e no dramatismo desses relatos, tanto mais que sabemos terem sido os seus autores testemunhas presenciais.

Ao relatar-nos o ataque de 1751, Simão Correia de Mesquita diz-nos que os 150 cavaleiros e pouco mais de 400 infantes da sua guarnição, «estando continuamente expostos às hostilidades de hum bloqueyo perpetuo, se póde crer sem a menor superstição, que só o amparo do Ceo os defende da força de hum vizinho tão poderoso, e turbulento»⁶. Face à incrível desproporção das forças em presença, o relator faz questão de deixar expressa a sua profissão de verdade, nos seguintes termos: «A fidelidade, que pede a história nos obriga a segurar ao publico, que nem o amor da Patria, nem o da Fama, nos poderão fazer transgredir as severas leis da verdade, e como o Historiador foi testemunha ocular, por todas as razoes se lhe deve dar inteiro credito ao seu depoimento.»⁷ Passando propriamente ao relato do assalto, começa por dizer que «a 13 e 14 de Novembro de 1751 sairão os Portugueses para o campo de Mazagão Velho, que dista da Praça tres quartos de legoa, e nelle se mantiverão até á noite sem descobrirem vestigios de andar fóra o inimigo». Mas a ameaça pairava no ar. O inimigo não tardaria a atacar e, a 7 de Dezembro seguinte, «ficando os Portugueses senhores do Terreno, conseguirão huma Victoria completa. Os Mouros deixarão no Campo vinte e cinco homens mortos, e mais trinta cavallos, não chegando a nossa perda mais do que a dez cavallos feridos».⁸

A prévia preparação do terreno e a disposição ardilosa das nossas reduzidas forças, por de

forma a surpreender o adversário logo no primeiro embate e quebrar o seu ímpeto, era, por regra, a tática utilizada pelos nossos chefes militares, procurando assim compensar a desproporção numérica. Foi o que aconteceu nomeadamente no início do Verão de 1752, quando Mazagão voltou a ser assediada por um numeroso exército inimigo, porquanto, «logo no primeiro ataque ficarão vinte e tres Mouros mortos e seis cavallos, cujo accaso os atemorizou tão gravemente, que ja supprimidos do seu furor, e acovardados se punhão em retirada, e ficaria sem mais ruina o triunfo dos Christãos, se accaso não chegasse subitamente todo o groço da cavallaria Mourisca, que se observou pelos pendoens que trazião, ser de alguns quinze, ou vinte mil homens, que corrião com tanta furia, e impeto como quem queria levar tudo á escalla».⁹

A provisão de mantimentos, de armas e de reforços humanos chegava normalmente por mar. Mas, por vezes, os mazaganistas viam-se forçados a irem a campo a proverem-se de lenha e de ferrejo. Foi o que aconteceu antes do já referido ataque de 7 de Dezembro de 1751, altura em que tinha sido «muito preciso aos moradores daquela Praça proverem-se de lenha, e ir a ferrejarem algumas hervas, e feno para o pasto dos cavallos»¹⁰. Do mesmo modo, antes do assalto de 3 de Fevereiro de 1753, o governador da praça, José Leite de Sousa, «determinou tomar o campo do Palmeirinho furtado, para prover a Praça de lenha apesar das contrarias vigilancias daquelles inimigos»¹¹. Nesse dia, com um esquadrão de apenas 120 cavaleiros e 40 infantes, alcançou o referido governador inequívoca vitória sobre 1800 mouros de pé e de cavalo. Conta o relator que vimos citando que os chefes mouros, «havendo com antecedência mandado retirar para distante citio, como desconfiando dos fins deste choque, os mortos, e mal feridos, que puderão, nos deixarão sómente onze mortos no campo, e sete cativos, que á força de armas trou-

xerão á Praça os nossos Cavalleiros, entrando neste numero alguns dos seus Cabos de primeiro nome. Da Torre da Praça chamada do Rebate, se virão levar atravessados nos cavallos trinta, e tantos mortos, e hum extraordinario numero de feridos»¹², ao passo que, da nossa parte, houve apenas a morte de dois cavaleiros e dois soldados e o registo de um só ferido.

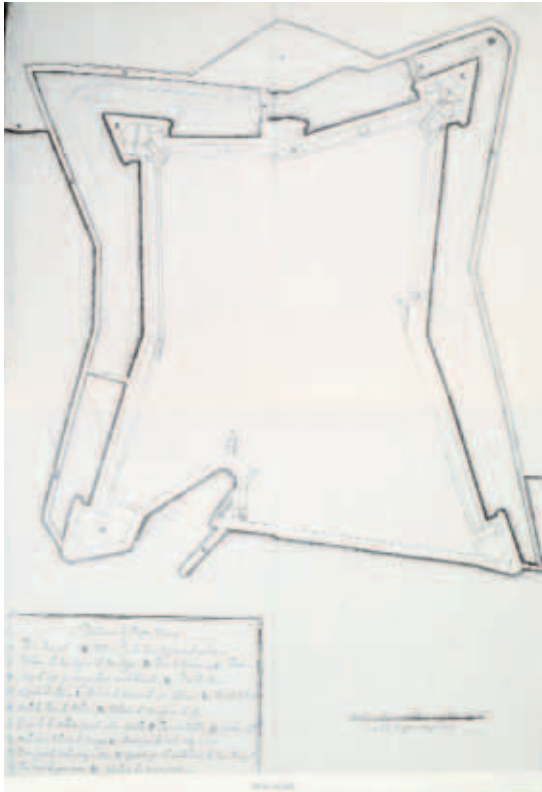
No ataque que a praça sofreu, em 28 de Outubro de 1754, o governador José Leite de Sousa temeu o pior, chegando a considerar «quasi impossivel fazer constante resistencia aquelle esquadram a tantos Mouros»¹³. Apesar da habitual desconformidade das forças em presença, as baixas do inimigo foram muitíssimo superiores às nossas. Ouçamos o que nos diz o nosso informador: «Principiou este combate ao nascer do Sol, e acabou ao meio dia, continuando sempre em repetidas descargas de mosquetaria: e he digno de admiravel ponderaçam, que no espaço de mais de seis horas de peleja perdessemos só dous homens (...). Foy mayor o numero de feridos, e o nam expressamos por nos faltar verdadeira informaçam deste particular.»¹⁴ Repare-se na preocupação do relator em procurar conferir credibilidade às suas inflamadas palavras. Relativamente às baixas do inimigo, acrescenta que «nos ficaram dous captivos e, quanto aos mortos, passáram de setenta».¹⁵

Grande choque sofreram os mazaganistas com o violento tremor de terra de 1 de Novembro de 1755. Atentemos, a este respeito, nas expressivas palavras de Simão Correia de Mesquita, na parte introdutória do seu relato, respeitante ao ataque que os mouros desferiram àquela praça, em Junho de 1756: «Ninguem ja ignora o lastimoso effeito, e deploravel estrago, que a Praça de Mazagão experimentou no primeiro de Novembro do anno passado, aonde desde as nove horas e meya, até as nove e tres quartos tremeo a terra com impeto tão forte, que se abrio em varios sitios, arruinando-se todas as



casas, e desamparando todos suas habitaçens, sendo a confusão igual ao estrago.»¹⁶ Repare-se que todas as casas ficaram danificadas, mas, quanto à fortaleza, nem uma palavra, porque, certamente, nem uma fenda, o que pressupõe a sua robustez. Os mouros julgaram o momento azado para o ataque decisivo àquele bastião lusitano, mas, uma vez mais, subestimaram o heroísmo dos nossos. Como nos diz o nosso informador, «virão, e souberão os Mouros o grande estrago, que os Portugueses padecerão, e avaliando, ou considerando, que a fortuna lhe mostrava prompta occasião, determinarão dar hum assalto á mesma Praça, persuadindo-se, que ficarião victoriosos, como se este não fosse o mesmo Theatro, em que os Portugueses tantas vezes tem ficado Triumfantes, quantas os mesmos forão destruidos, mortos, e derrotados».¹⁷

A disposição estratégica das tropas no terreno ou o facto de ficarem de frente ou de costas para o Sol podia influir no desfecho de uma peleja. E os portugueses, normalmente em inferioridade numérica, sabiam tirar partido disso. Foi o que aconteceu nesta batalha, como expressivamente nos esclarece o relator que vimos



Planta de Mazagão em 1611. Instituto Árabe da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

seguindo: «Tiverão os nossos a vantagem de ficarem com as costas para o Sol, e os inimigos com elle nos olhos, cousa que tanto os afligio, que foy huma das causas de conseguirmos mais cedo a victoria, era ja tal a confusão, que havia entre elles, que ja os de Mazagão não duvidavão, antes tinham por certo o vencimento, começarão a por-se em huma retirada tão forte, que foy huma descomposta fugida, seguirão-os os nossos, e ainda então lhes fizerão mais consideravel damno, mas como se avizinhava a noite se retirarão, e os deixarão na fugida, vierão ao campo da peleja, e trouxerão alguns despojos, supposto que pequenos no valor, não sendo por isso menor a alegria, porque os bons Soldados mais estimão o vencer, que as riquezas, soube-se, que forão mortos perto de quatrocentos Mouros, e entre

elles tres Capitaens, que o seu General fora levemente ferido, e que este fora o motivo da retirada, os feridos forão sem conta, dos nossos morrerão seis, e vinte e sete feridos, que ja se achão restituídos a saude perfeita.»¹⁸ Patriotismo à parte, o nosso relator não deixa passar em claro o heroísmo dos portugueses: «Com esta victoria se recolherão á Praça de Mazagão, os nossos Soldados, pondo desta sorte mais huma Corôa á heroicidade Lusitana, que na Africa, e em todas as partes do mundo se tem coroado com tantos Louros.»¹⁹ Com título e texto idênticos nos relata Simão Correia de Mesquita o cerco de Junho de 1760.²⁰

O penúltimo grande assalto à praça de Mazagão, perpetrado por oito mil mouros, ocorreu em 4 de Abril de 1763, mas o narrador Pedro da Silva Correia não nos dá o número de baixas de um e de outro lado, como por norma fazia Simão Correia de Mesquita. Diz-nos, contudo, ter a praça de Mazagão «de guarnição, quando completa, seiscentos infantes, duzentos cavallos, e quarenta artilheiros»²¹. Temos, portanto, que a guarnição de Mazagão foi reforçada nos últimos anos, uma vez que, como atrás se viu, em 1751 tinha apenas 150 cavaleiros e pouco mais de 400 infantes. O número de artilheiros deveria ser idêntico, ou seja, 40. Informa ainda o relator que, nessa data, em Mazagão «habitão mais de tres mil pessoas de hum, e outro sexo da nação Portuguesa, no qual numero se comprehende multidão grande de Cavalleiros da Ordem de Christo, honrados tambem por seus serviços, e merecimentos, com os fóros de Cavalleiros Fidalgos, e Fidalgos da Casa de Sua Magestade: e a maior parte de seus moradores são de antigas familias, e nobres progénies»²². No início de 1769, perante a informação da concentração de grande contingente de tropas mouras em torno de Mazagão, D. José ordenou o abandono da praça e o embarque da população ocorreu em 11 de Março desse mesmo ano.

Retrato sociológico de Mazagão no momento da sua deportação para o Brasil

O códice 1784 do Arquivo Histórico Ultramarino, com 75 fólios escritos frente e verso, sob o título «Rellação das Familias que vierão da Praça de Mazagão em 11 de Março de 1769», é um daqueles espécimes raros na tipologia documental dos fundos arquivísticos, nacionais e estrangeiros, na medida em que nos permite captar o retrato sociológico daquela praça marroquina, antes da sua deportação para o Brasil.

O escrivão anónimo organizou-o meticulosamente, do seguinte modo: tomou a ordem alfabética dos cabeças-de-casal, com os membros da sua família agregados a seguir, mas, dentro de cada letra, não estão alfabetados; por regra, ao registo do cabeça-de-casal segue-se o nome da mulher, dos filhos, das filhas, de outros membros da família e, por fim, de pessoas com outros vínculos (afilhados, enjeitados, criados e escravos).

No final de cada letra do alfabeto, a seguir às famílias, registou, se era o caso, os nomes das pessoas isoladas, isto é, não integradas em família. Em dois casos, porém, tal regra não se verifica: na letra “M”, depois do elenco das pessoas isoladas, registou uma família, da qual, certamente, se tinha esquecido, o mesmo acontecendo na letra “V”, desta feita com duas famílias.

Em função dos elementos a registar, o códice está estruturado em cinco colunas. Na primeira, estão exarados os nomes dos 1863 membros das 425 famílias²³ e dos 229 indivíduos isolados (não integrados em famílias), num total de 2092 pessoas, que corresponde à população portuguesa da praça, evacuada em 11 de Março de 1769. A segunda coluna dá-nos o cargo, profissão ou qualquer outra situação dos cabeças-de-casal, bem como do parentesco de cada um dos membros da família (mulher, filhos, parentes e pessoas com outros tipos de vínculo, já atrás explicitados). Esta coluna,

rica de informações, dá-nos ainda a profissão, cargo, ocupação ou situação de grande parte dos elementos masculinos dependentes e dos 229 indivíduos não integrados em famílias (a nenhuma mulher é assinalado cargo ou profissão), bem como esclarecimentos específicos de vária ordem. A terceira coluna regista a idade dos maiores de 11 anos, no total de 1497 pessoas. A quarta dá-nos igualmente a idade das 595 crianças menores de 10 anos. A quinta e última coluna puxa à direita o total de cada uma das 425 famílias e de elementos dos grupos de indivíduos sem família registados no final de cada letra do alfabeto, como atrás ficou expresso, de modo que a soma de todas estas parcelas perfaz, no final, o total geral de 2092 pessoas (1137 do sexo masculino e 955 do sexo feminino).

Passemos ao tratamento e interpretação dos dados. O modo como organizámos o Quadro I permite-nos captar a dimensão e a estrutura da guarnição militar de Mazagão, em 1769, num total de 592 efectivos, organizados em três corpos (472 militares de infantaria, 99 de cavalaria e 21 de artilharia).

Na análise da sociedade mazaganista de então ressalta, desde logo, o peso da sua guarnição militar. Com efeito, os seus efectivos representavam 28,3% do todo social, mas esta relação aumenta significativamente se nos ativermos apenas aos homens e jovens capazes de pegar em armas que, como mostra o documento, podiam ser soldados a partir dos 13 anos de idade. Assim, se aos 1137 indivíduos do sexo masculino retirarmos as 303 crianças até aos 10 anos do mesmo sexo, os 35 rapazes de 11 e 12 anos e os 50 inválidos, ficam-nos 749 considerados válidos.

Portanto, os 592 elementos da guarnição militar representam 79% do universo dos homens e jovens capazes de se habilitarem a pegar em armas. Dito de outro modo, apenas 157, ou seja, 21% dos varões válidos não estavam integrados num dos três corpos da guarnição militar. Estes

ocupar-se-iam em actividades comerciais e artesanais, nas tarefas de conservação do património urbano construído e na prática de alguma agricultura dentro do espaço amuralhado e, fora dele, num circuito a coberto da artilharia e com a protecção de «um complexo sistema de tranqueiras», num perímetro semicircular de 8096 braças de mar a mar²⁴. As mulheres tinham a seu cargo as tarefas domésticas e de assistência à família e aos soldados em situação de guerra.

QUADRO I
Composição da guarnição militar de Mazagão, em 1769

POSTO/CARGO OU FUNÇÃO	NÚMERO
Condestável	3
Almocadém	3
Anavel ou anadel	3
Capitão	10
Tenente	6
Alferes	18
Ajudante	1
Sargento	10
Furriel	7
Cabo	21
Soldado	355
Atalaia	23
Tambor (escravo/preto)	5
Atalhador	4
Porteiro da sentina (pardo)	1
Facheiro da Torre	1
Facheiro do Campo	1
Subtotal (corpo de infantaria)	472
Capitão de cavalaria	4
Tenente de cavalaria	3
Alferes de cavalaria	2
Cabo de cavalaria	3
Cavaleiro	87
Subtotal (corpo de cavalaria)	99
Condestável de artilharia	1
Artilheiro	20
Subtotal (corpo de artilharia)	21
TOTAL DA GUARNIÇÃO MILITAR (três corpos)	592

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, *Códice 1784*, «Rellação das Famílias que vierão de Mazagão, em 11 de Março de 1769.»

Não caíamos, porém, na tentação de considerar Mazagão uma realidade castrense. Para além de 71,7% da população que o documento regista ser civil, há que ter em conta que a grande maioria dos militares vivia em família e que quase metade da qual tinha um militar por cabeça-de-casal. Acresce ainda que, para além da população lusa, Mazagão acolhia gente de outras etnias: árabes, berberes, mouriscos expulsos de Espanha e judeus sempre muito ligados ao comércio.²⁵

Voltemos ao Quadro I e procuremos delindar alguns aspectos que se escondem por detrás da rigidez dos números, apoiados nas informações específicas do documento. Resalta, desde logo, que a guarnição militar era constituída por três corpos (infantaria, cavalaria e artilharia).

O corpo de infantaria dividir-se-ia em três secções, cada uma das quais comandada por um condestável, coadjuvado por um almocadém, incorporando um grupo de besteiros, capitaneado por um anadel. Um dos almocademes fora nomeado por patente do governador e, dos três anadéis, um tinha-o sido por patente de Sua Majestade, outro por patente do governador e um outro registado sem qualquer alusão específica. Dos dez capitães, dois estavam nesse posto por patente de Sua Majestade, três por patente do governador, três agregados por nomeação do governador, um por nomeação do governador e um outro referenciado sem qualquer especificação. Quanto aos seis tenentes, três foram registados sem qualquer referência especial, dois foram-no por nomeação do governador e um era tenente agregado. Dos 18 alferes, seis aparecem-nos sem qualquer alusão especial, três tomaram o posto por patente de Sua Majestade, três por patente do governador, quatro por nomeação do governador, um era agregado por nomeação do governador e um outro era alferes agregado dos apartados. Havia

Planta de Mazagão em 1757. Instituto Árabe da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



ainda na cadeia de comandos um ajudante por patente de Sua Majestade, um sargento-mor de infantaria por patente de Sua Majestade, cinco sargentos do número e quatro sargentos supra. O facheiro do campo era escravo da viúva D. Maria dos Santos.

Vejamos a cadeia de comando do corpo de cavalaria. Dos quatro capitães, um era agregado e três nomeados por patente do governador. Dois dos três tenentes eram-no por patente do governador e um não regista qualquer menção específica. Os dois alferes eram agregados pelo governador.

O corpo de artilharia era comandado por um condestável e, além dos vinte artilheiros no activo, aparece ainda registado um artilheiro aposentado.

É possível captar a evolução da guarnição militar de Mazagão nas duas últimas décadas

de resistência, antes da retirada final. Em 1751, era composta por 400 infantes, 150 cavaleiros e certamente um corpo de artilheiros da ordem das três dezenas. Em 1763, tinha a praça «de guarnição, quando completa, seiscentos infantes, duzentos cavallos, e quarenta artilheiros», o que denota um reforço e um último esforço no sentido de aguentar aquele bastião luso-marroquino²⁶. Em 1769, no momento da evacuação, contava, como se pode ver pelo Quadro I, com um contingente global de 592 efectivos (472 infantes, 99 cavaleiros e 21 artilheiros), reflectindo um decréscimo significativo da presença militar portuguesa em Marrocos, nos últimos seis anos, o que faz supor que a opção pela evacuação daquela praça já vinha sendo equacionada pelo gabinete josefino há algum tempo.

Passemos à análise mais civilista da comunidade urbana de Mazagão. O Quadro II condensa o estado civil dos cabeças-de-casal das 425 famílias aí estabelecidas.

QUADRO II	
Estado civil dos cabeças-de-casal das 425 famílias de Mazagão, em 1769	
ESTADO CIVIL	NÚMERO
Casados	312
Viúvos	39
Viúvas	49
Casada	1
Solteiros (5 padres)	18
Solteiras	6
TOTAL	425

Fonte: A.H.U., *Códice 1784*.

Predominam, naturalmente, os homens casados, seguindo-se as viúvas, os viúvos, os solteiros (cinco dos quais eram padres), as solteiras e uma casada. Quanto a esta, convirá esclarecer que se trata de D. Paula Inácia Joaquina, de 40 anos de idade, mãe de um filho soldado de 18 anos, outro de 15 e três filhas de 12, 10 e

5, respectivamente, «casada com Pedro Alvares degredado em Biçáo», a qual assumia excepcionalmente a função de cabeça-de-casal, em virtude da situação de manifesto impedimento do marido.

Excluindo as 229 pessoas que viviam individualmente, vem-nos que a composição média da instituição familiar de Mazagão era de 4,4, oscilando entre os dois membros (naturalmente marido e mulher, constituindo famílias de recém-casados ou de casais sem filhos, mas também pai e filha, mãe e filho, padre e criada, viúva e escravo e outros tipos de agremiação dual) e os onze elementos (dois agregados familiares), registando-se nove famílias de oito pessoas, 5 de nove e 4 de dez).

Uma das duas famílias de onze membros era a do tenente João Fernandes Estácio, constituída pelo cabeça-de-casal, por sua mulher Mariana de Jesus, seus três filhos, menores, António Gonçalves Romeiro, Francisco Xavier de Freitas e Manuel de Sousa Abreu, de 6, 5 e 3 anos, respectivamente, suas irmãs Francisca Fernandes (viúva), Ana Maria de Jesus e Bernardina da Piedade, de 50, 49 e 35 anos, sua sobrinha Maria da Conceição, de 25 anos, seu criado João da Costa, de 12 anos e seu escravo José Vasco, de 35 anos.

A composição do casal que acabámos de analisar reflecte bem o conceito alargado de família, existente em Mazagão. Para além da mulher e dos filhos, aparecem-nos com frequência famílias agregando membros de outros tipos de parentesco ou de vínculo, como mães, sogras, tias, sobrinhos, netos, irmãos, cunhados, enteados, afilhados, enjeitados, criados e escravos (ver Quadro III).

Tomemos o exemplo de outra família numerosa, com dez membros, a do anadel Francisco Fernandes de Macedo, de 43 anos, para podermos estabelecer algumas comparações. De sua mulher, D. Maria Gil, de 41 anos,

QUADRO III
Parentesco ou vínculo dos membros das 425 famílias de Mazagão, em 1769, em relação ao cabeça-de-casal

PARENTESCO OU VÍNCULO	NÚMERO
Cabeça-de-casal	425
Mulher	312
Filho	497
Filha	441
Mãe	11
Sogra	6
Tia	3
Sobrinho	9
Sobrinha	11
Neto	4
Neta	7
Irmão	5
Irmã	32
Cunhado	2
Cunhada	10
Enteado	5
Enteada	4
Familiar	4
Afilhado	2
Afilhada	2
Enjeitado	3
Enjeitada	3
Agregada	1
Criado	2
Criada	4
Escravo	23
Escrava	29
Não indicado	6
Não integrado em família	229
TOTAL	2092

Fonte: A.H.U., *Códice 1784*.

tinha três filhos, o cavaleiro Belchior Vieira de Macedo, de 19 anos, o soldado João Tavares, de 15 anos, Manuel Fonseca, de 13 anos e cinco filhas, D. Maria José, D. Isabel Rodrigues, D. Joana Valente, D. Antónia Mariana e D. Catarina Maria de Sousa, de 16, 9, 7, 5 e 3 anos, respectivamente. Desde logo ressalta uma diferença em relação ao casal anteriormente ana-



Um mercado em Mazagão no século XVIII.
Biblioteca Nacional de Lisboa



A costa de Mazagão no século XVIII.
Biblioteca Nacional de Lisboa

lisado. Trata-se de uma família nuclear, composta pelo pai, pela mãe e por oito filhos (três rapazes e cinco raparigas). Ao contrário da do tenente, a família do anadel devia pertencer à ordem nobiliárquica, uma vez que a mulher e as filhas, mesmo as crianças de tenra idade, ostentam o tratamento de «Dona» ligado ao nome. Se analisarmos atentamente o códice que vimos estudando, deparamos, a cada passo, com famílias em que a mulher e as filhas têm a anteceder o nome essa forma de tratamento, o que denota bem o peso da nobreza na realidade social de Mazagão.

Uma coisa, porém, apresenta em comum as duas famílias que tomámos como exemplo. Em ambas, o sobrenome dos filhos são diferentes uns dos outros e raramente ostentam o do pai ou da mãe, situação que traduz, neste aspecto, a generalidade dos agregados familiares desta comunidade urbana.

Pondo de lado o estatuto social que, aliás, o documento não destrinça explicitamente, se analisarmos com algum cuidado a composição e a situação de cada uma das famílias arroladas, facilmente se constata que as condições económicas eram bastante heterogéneas. Independentemente de estarmos perante famílias numerosas ou de poucas pessoas, detectam-se agregados familiares de vida manifestamente desafogada, outros de situação difícil e precária, roçando o limiar da sobrevivência ou mesmo da indigência e, neste caso, vivendo à mercê de instituições de assistência ou da caridade alheia, e outros, sem dúvida a maioria, onde predomina a presença de soldados como cabeça-de-casal ou como dependentes, que evidenciam um modo de vida intermédio que podemos classificar de remediado.

A ilustrar a primeira situação, temos os exemplos já referidos do anadel Francisco Fernandes de Macedo e do tenente João Fernandes Estácio, a que poderíamos juntar a família de seis pessoas do capitão agregado pelo governador João das Neves ou a do tenente de cavalaria por patente do governador Luís Manuel, com um agregado familiar de sete pessoas.

Famílias pequenas e de vida desafogada, diríamos mesmo faustosa, também se detectam algumas. Seja o caso do condestável Francisco Gonçalves de Velhasco, de 53 anos, de sua mulher Catarina Leite, de 24, e da filha Maria da Luz, de 4. Ou do anadel por patente do governador António do Rego Coutinho, de 40 anos, sua mulher D. Maria Madalena, de 39, e sua filha D. Leonor Salgueira, de 16.

Mas não custa adivinhar as dificuldades por que passavam famílias como a que tinha por cabeça-de-casal o adolescente Sebastião Rodrigues, de 12 anos, certamente órfão de pai e mãe e, por isso mesmo, responsável por quatro irmãos: Vicente Álvares, de 8 anos, Belchior Barriga Português, de 4, Ana Custódia, de 16, e Maria

da Luz, de 7. Ou a constituída por João Português Pereira, de 59 anos, incapaz, e de sua mulher D. Ana de Jesus, de 54. Ou ainda a da viúva Teresa das Neves, de 39 anos, e de seu filho Sebastião Gomes, de 11.

Certamente na situação de indigência, embora se suspeite estirpe nobre, aparecem-nos alguns casos como o da família de Tomás Antunes, de 79 anos, incapaz, sua irmã D. Crispina Lopes, de 77, e seu irmão, também incapaz, Sebastião Antunes, de 60. Acrescente-se, contudo, que casos aparentemente dramáticos como este não se detectam com muita frequência.

Famílias sem abastança, mas com as condições económicas mais ou menos resolvidas, eram, sem dúvida, a grande maioria. Um dos exemplos que vale a pena tomar é a outra família de 11 membros (já vimos a do tenente João Fernandes Estácio) que tinha por cabeça-de-casal o soldado Bernardino de Moraes, de 42 anos, casado com Antónia Pinta, de 40, pais de seis filhos e duas filhas, o mais velho dos quais o cavaleiro Francisco Xavier, de 16 anos, Manuel dos Santos, de 15, Inácio Fragoso, de 11, António de Mendonça, de 5, José do Espírito Santo, de 4, João de Mendonça, de 1, Margarida Xavier, de 8, e Maria Xavier, de 3 e que ainda conseguiram espaço na família para criar o enjeitado João de Matos, então com 21 anos. Um outro exemplo é o do cavaleiro António Ribeiro, de 40 anos, casado com Francisca de Jesus, de 24, pais de Pascoal do Sacramento, de 8, João, de 1, e Maria do Rosário, de 9. Ainda um outro exemplo pode ser a viúva Rosa Maria de Sousa, de 60 anos, mãe do cavaleiro Sebastião José Prestes, de 19, e do soldado José Prestes, de 18.

Como se viu, 229 pessoas viviam individualmente, sem estarem integradas em famílias, as quais se integravam na comunidade mazaganiستا do seguinte modo: 170 soldados (um dos quais incapaz) viviam, certamente, aquartela-

dos nas casernas e havia ainda três padres, o «Mestre de meninos», 20 homens incapazes, 11 mulheres, cinco viúvas e dois viúvos. Pressente-se que a vida destas últimas 38 pessoas estaria à mercê da solidariedade institucional ou particular.

O código em análise poderá facultar a reconstituição da estrutura etária da população cristã de Mazagão, uma vez que nos dá a idade das 2092 pessoas evacuadas em 11 de Março de 1769, possibilitando até a elaboração da pirâmide de idades. Não cabe no âmbito deste artigo essa análise, mas o Quadro IV permitir-nos-á uma aproximação à taxa de natalidade e até aventar a taxa de mortalidade das crianças menores de 10 anos.

QUADRO IV
Frequência de idades dos menores de 10

IDADE	RAPAZES	RAPARIGAS	TOTAIS
Meses	21	23	44
1 ano	21	25	46
2 anos	45	21	66
3 anos	26	33	59
4 anos	30	30	60
5 anos	34	30	64
6 anos	29	22	51
7 anos	15	30	45
8 anos	45	24	69
9 anos	19	31	50
10 anos	18	23	41
Total	303	292	595

Fonte: A.H.U., Código 1784.

Temos, assim, que as 595 crianças menores de 10 anos representavam 28,4% da população cristã de Mazagão, o que nos dá uma aproximação à taxa de natalidade de cerca de 3%. Comparando, por exemplo, com a Madeira, temos que os menores de 7 anos representavam, em 1598, 26,8% da população do arquipélago e a taxa de natalidade registada foi de 3,8%; em 1767, as crianças com menos de 7 anos repre-

sentavam apenas 9,2% da população e a taxa de natalidade baixou para 1,3%, quebra explicável por uma violenta epidemia de sarampo que grassou naquele arquipélago nesses anos.²⁷ Pode, pois, considerar-se normal a taxa de natalidade em Mazagão, nos últimos dez anos que precederam a evacuação.

Quanto à taxa de mortalidade, não temos dados para a calcular, mas, da análise do quadro, vislumbra-se uma mortalidade infantil relativamente baixa. Com efeito, se verificamos uma significativa variação numérica entre as crianças de ambos os sexos com a mesma idade e até algumas oscilações entre os totais de alguns anos, o certo é que não se registam grandes disparidades no conjunto da década que renunciem anos críticos denunciadores de surtos epidémicos. Note-se, aliás, a presença de um médico, de um cirurgião e a existência de instituições de assistência como as confrarias, nomeadamente a da Piedade e a da Santa Casa da Misericórdia com o seu hospital.

Dois outros indicadores apontam para uma taxa de natalidade relativamente alta e uma taxa de mortalidade infantil relativamente baixa. Um deles é o facto de aparecerem com frequência casais em que as idades dos filhos são muito próximas, muitas vezes nascidos em anos seguidos. Outro é o registo de oito casos de irmãos gémeos, com idades inferiores a 19 anos. Vale a pena referi-los: Valério Vaz e Francisca Inácia, de 19 anos, filhos da viúva Maria Rodrigues Cabral; José Vicente Leite e João Tavares, de 15 anos, filhos do tenente por nomeação do governador André Cardoso e de sua mulher D. Guiomar da Silva; Pedro Rodrigues e Vicência Maria, de 9 anos, filhos do soldado Inácio de Sousa Falcão e de sua mulher D. Ana Gonçalves; Timóteo José e António Martins da Cunha, de 7 anos, filhos do viúvo, incapaz, Manuel Falcão Pires; D. Joana Maria e D. Mariana da Fonseca, de 7 anos, filhas do alferes por nomeação do gover-

nador e de sua mulher D. Isabel Botelha; Catarina Valente e Alexandre António, de 5 anos, filhos do soldado Pedro Valente da Costa e de sua mulher Maria Espinosa; Lázaro Valente e Isabel da Assunção, de 4 anos, filhos da viúva Francisca Inácia; José e Jacinta, de 5 anos, filhos da escrava Ana, sendo os três escravos do escrivão do almoxarifado Domingos Pinto da Fonseca e de sua mulher D. Maria Neta.

Além da composição e da estrutura hierárquica do corpo militar, o código regista a função, cargo, profissão, ocupação ou situação de certos agentes da sociedade civil mazaganista. São eles: o médico Dr. Leandro Lopes de Macedo, o cirurgião Armando da Costa, o «Mestre de meninos» Manuel Ferreira da Costa, o oficial da vedoria Francisco Afonso da Costa, os escrivães da vedoria Felizardo José de Miranda e Manuel Gonçalves Luís, o escrivão do almoxarifado Domingos Pinto da Fonseca, os meirinhos Gaspar Álvares Faleiro e Manuel Gonçalves da Costa, o fiel dos armazéns Miguel dos Anjos, o piloto da barra António Baptista e o sapateiro José da Costa. De referir ainda 2 criados, 4 criadas, 23 escravos, 29 escravas e 50 incapazes (dos quais cinco eram soldados incapazes cabeças-de-casal e um soldado incapaz não integrado em família).

Como é natural, o clero estava presente, não para converter mouros, porque não havia condições para tal, mas para prestar assistência religiosa aos cristãos da cidade. O documento regista um grupo de nove eclesiásticos. Vale a pena ver como estavam ou não integrados em famílias e como estas eram constituídas: o padre frei Lázaro Valente Marreiros, de 40 anos de idade, era o «Vigário da Praça de Mazagam» e vivia só; sozinho viviam também o padre frei João Valente da Costa, de 45 anos, e o religioso frei Diogo Dias da Costa, de 67; o provisor, padre Pedro Rodrigues, de 66 anos, era cabeça-de-casal e vivia com sua irmã Francisca Fernandes, de 49, sua sobrinha

Vicência Maria, de 44, seu sobrinho Simão Marques Leitão, de 23, e sua escrava Maria, de 30; o padre Brás João Romeiro, de 72 anos, vivia com a sua escrava Ana Maria, de 40; o padre Francisco Afonso da Costa, de 58 anos, vivia com o preto Gonçalo Pereira, de 30, que era soldado-tambor; o padre Mateus Vaz, de 32 anos, era filho da viúva e cabeça-de-casal Brites Pires de Macedo, de 44, com quem vivia juntamente com seu irmão, cavaleiro Pedro de Amorim, de 22, e com suas irmãs Isabel Velosa, Ana Dias e Engrácia Maria, de 23, 20 e 16 anos, respectivamente; o padre Matias da Cruz Rua, de 74 anos, vivia com a sua escrava Ana Maria, de 29; o padre Pedro António Amora, de 36 anos, era cabeça-de-casal e tinha como dependentes seu irmão Manuel de Jesus Amora, de 23, suas irmãs D. Catarina de Abreu, de 25, e D. Isabel Gonçalves, de 19, e seu afilhado António José, de 15.

Para coadjuvar estes sacerdotes, haveria, certamente, alguns sacristães que o documento não assinala, mas regista como «Mestre da Capela» o soldado José Joaquim de Aguiar.

Como o próprio título sugere, a «Relação das Famílias que vierão de Mazagão, em 11 de Março de 1769» dá-nos informações preciosas sobre as pessoas que constituíam a população de Mazagão, permitindo-nos traçar o seu retrato sociológico, mas não nos fornece quaisquer dados sobre o pano de fundo desse retrato, ou seja, nada nos diz sobre a fortaleza e o correspondente sistema defensivo, sobre as habitações e a organização do casario dentro e fora das muralhas, numa cidade que, como vimos, chegou a ter três mil habitantes, sobre os edifícios religiosos, concretamente a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e de outras igrejas e capelas, enfim, sobre as instituições e sobre o quotidiano daquela praça marroquina.

Não vamos debruçar-nos aqui sobre essa matéria. Nem tal se justificaria. Remetemos, nesse sentido, o leitor para os excelentes estudos

de António Dias Farinha²⁸ e de Pedro Dias²⁹, dos quais, aliás, extraímos as gravuras que ilustram este texto.

A reflexão a que este estudo nos obrigou levou-nos a concluir que, afinal, há fortes relações entre a história portuguesa de Marrocos e a história da colonização do Brasil. Quando se tratou de avaliar e de racionalizar os meios para garantir a manutenção e o funcionamento do império, a coroa portuguesa sacrificou sempre o pesadelo marroquino ao sonho brasileiro.

Na verdade, quando D. João III, em 1533, decidiu imprimir um novo impulso ao até aí incipiente processo de colonização do Brasil, lançando-o numa nova etapa com a criação das capitâncias hereditárias, pediu ao Papa Clemente VII que lhe permitisse manter em Marrocos apenas as praças de Ceuta, Tânger e Arzila, autorizando-o a abandonar as restantes. Anos mais tarde, perante a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué, face ao ataque do xarife do Suz, em Março de 1541, o monarca português decidiu abandonar, em Outubro desse mesmo ano, Safim e Azamor e, no momento em que instalava o governo-geral do Brasil, em 1549, mandou evacuar Alcácer Ceguer (1549) e Arzila (1550).

Ceuta ficará na posse de Espanha em 1640 e Tânger será sacrificada, em 1662, ao apoio da Inglaterra à Guerra da Restauração e à consequente defesa do Império Português, nomeadamente do Brasil, englobada que foi no dote desse casamento de conveniência de D. Catarina de Bragança com Carlos II.

Mazagão, o último bastião português em Marrocos, perante as investidas dos mouros, no momento em que o Marquês de Pombal centrava o esforço da política ultramarina no Brasil, será deportada para a Amazónia, onde os seus cerca de dois mil habitantes irão participar no processo de povoamento e de municipalização, com a fundação de Vila Nova de Mazagão.

- ¹ António Dias Farinha (Estudo crítico, introdução e notas de), *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603)*, Edição bilingue, com tradução francesa por Léon Bourdon, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, pp. XLIII-XCV. Veja-se do mesmo autor, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1970.
- ² Robert Ricard, *Mazagan et le Maroc sous le règne du sultan Mouley Zidan (1608-1627), d'après le Discours de Gonçalo Coutinho, gouverneur de Mazagan (1629)*, Paris, Paul Geuthner, 1956, e ainda *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, «Marrocos».
- ³ Agostinho de Gavy de Mendonça, *História do cerco de Mazagão*, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1890, p. 239.
- ⁴ António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, pp. 115 e 116.
- ⁵ *Ibidem*, pp. 30-32; Raul da Silva Veiga (Catálogo organizado por), *Documentos referentes ao governo da praça de Mazagão, 1758-1769, Cartório dos Condes da Cunha*, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1982, pp. 56 e 57. Para um estudo aprofundado deste cerco, veja-se Agostinho de Gavy de Mendonça, *História do cerco de Mazagão*, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1890. O extenso e só por si esclarecedor título original desta obra, cujo autor foi testemunha presencial dos acontecimentos nela narrados, é o seguinte: *Historia do famoso cerco que o xarife pos á fortaleza de Mazagam deffendido pello valeroso capitam mor della Ruy de Sousa de Carvalho, Reynando neste reyno a Serenissima Raynha Dona Catherineira primeira do nome em Portugal, no anno de 1562. Escrita por Agostinho de Gavy de Mendonça, cidadão da cidade de Lisboa, natural da dita Força. Dirigida ao muyto poderoso senhor Dom Diogo da Silva, conde de Portalegre, Mordomo Mor do Reyno de Portugal. Impresso com licença da Santa Inquisição, em Lisboa, em casa de Vicente Alvarez, anno de 1607.*
- ⁶ Simão Correia de Mesquita, *Relaçam do choque, que tiveram os Cavalleiros da Praça de Mazagão com os mouros de Aducala, e Azamor, em 7 de Dezembro de 1751*, Lisboa, Joze da Sylva da Natividade, 1752. Escrita por Simão Correia de Mesquita, assistente na mesma Praça, que dedica, e consagra ao Ilustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Luiz da Cunha, prelado da Santa Igreja de Lisboa, p. 7.
- ⁷ *Ibidem*, p. 8.
- ⁸ *Ibidem*, p. 12.
- ⁹ Simão Correia de Mesquita, *Relação do grande combate, e fatal peleja, que agora proximamente tiverão os Soldados, e Cavaleiros da Praça de Mazagão, com os Mouros de Azamor, e Maquinez*, Lisboa, Na Officina de Manoel Soares, Anno de 1752, p. 8.
- ¹⁰ *Ibidem*, p. 6.
- ¹¹ Simão Correia de Mesquita, *Notícia do grande choque que teve a Guarnição do Presidio de Mazagam com os Mouros estuques, e de como alcançou delles huma fatal victoria no dia 3 de Fevereiro do anno de 1753*, s. l., s. e., s. d., p. 2.
- ¹² *Ibidem*, p. 6.
- ¹³ Simão Correia de Mesquita, *Relaçam do grande, e admiravel choque que teve o presidio de Mazagam, em 28 de Outubro proximo passado com os Mouros da sua fronteira*. Dada ao publico em 16 de Abril de 1755, s. l., s. e., s. d., p. 6.
- ¹⁴ *Ibidem*, pp. 7 e 8.
- ¹⁵ *Ibidem*, p. 8.
- ¹⁶ Simão Correia de Mesquita, *Noticia do grande assalto e batalha, que os Mouros derão á Praça de Mazagam, em o mez de Junho do presente anno de 1756. Com outras cousas notaveis modernamente succedidas na mesma Praça*. Lisboa, Na Officina de Domingos Rodrigues, 1756, p. 3.
- ¹⁷ *Ibidem*, p. 4.
- ¹⁸ *Ibidem*, pp. 7 e 8.
- ¹⁹ *Ibidem*, p. 8.
- ²⁰ Simão Correia de Mesquita, *Noticia do grande assalto, e batalha, que os Mouros derão á praça de Mazagam em o mez de Junho de 1760*, Lisboa, Na Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1760.
- ²¹ Pedro da Silva Correia, *Feliz e glorioso successo da batalha, que a guarniçam de Mazagão teve em quatro de Abril deste anno de 1763 com oito mil Mouros por mais certa noticia, destroço e mortandade, que nove Cavalleiros fizerão na mesquita dos Corsairos, que na Cidade de Salé se tem armado contra a Republica Catholica Romana*, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, 1763.
- ²² *Ibidem*.
- ²³ Cf. o nosso artigo «Mazagão. De Marrocos para a Amazônia», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 1, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra, 2001, pp. 81-109. Nessa primeira abordagem deste códice, referenciámos 418 famílias, mas, na realidade, são 425. Aproveitamos para rectificar agora este e outros dados.
- ²⁴ Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 64.
- ²⁵ António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 71-80.
- ²⁶ Cf. o nosso artigo atrás citado «Mazagão. De Marrocos para a Amazônia», pp. 83, 87 e 88.
- ²⁷ Cf. José Manuel Azevedo e Silva, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (Séculos XIV-XVII)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, vol. II, pp. 655-657.
- ²⁸ António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970; *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.
- ²⁹ Pedro Dias, *ob. cit.*, pp. 42-44, 59-67 e 78-80.

Influência andaluza na arquitectura portuguesa dos séculos XIX e XX

António Losa[†]

Ex-Professor de Língua e Cultura Árabes do Centro de Estudos Humanísticos do Porto

Extraído de
*Actas do IV Congresso
de Estudos Árabes
e Islâmicos,
Coimbra – Lisboa, 1968*

1 – A PENÚRIA PORTUGUESA E A SEDUÇÃO ANDALUZA

É sabida a penúria portuguesa em matéria de arte relativa ao período de domínio islâmico no nosso país.

Vivendo na esfera castelhana e andaluza, parece que o território que depois havia de constituir Portugal não possuiu nunca grandes monumentos. Nem mesmo Silves, cujo Palácio das Varandas foi imortalizado pelo seu antigo governador – o poeta Al-Mutamid, que viria a ser rei de Sevilha – conservou testemunhos da sua efémera grandeza.¹

Sem dúvida que existiram, semeadas por todo o país, inúmeras mesquitas e azoias, de que a toponímia conserva a recordação. Mas, ou pela acção do tempo ou pela intolerância dos homens, quase nada resta dos edifícios que serviram à prática, durante cerca de cinco centúrias, do culto islâmico.²

Cabe à arqueologia, seguindo as raras – algumas porém muito valiosas – pistas que possuímos, reconstituir o passado e trazer ao conhecimento dos homens do nosso tempo a história dos que os precederam, dos quais eles herdaram boa parte do património que hoje usufruem.³

Sem falar no *mudejarismo* que nos séculos xv, e xvi invadiu as nossas igrejas e palácios, quer com os seus tectos geometricamente decorados, quer com as paredes revestidas de azulejos⁴ importados do país vizinho, Portugal havia de redimir-se da referida pobreza e da possível sanha demolidora, levantando, a partir de meados do século passado, e por vários pontos do seu território, numerosos edifícios, uns mais valiosos que outros, mas todos igualmente significativos.

Vivendo tão próximo da Andaluzia, é para lá sobretudo que os nossos românticos voltam as suas atenções, imitando, por vezes copiando, as maravilhas que a civilização islâmica lá produziu.

Fonte dos Passarinhos.
Palácio da Pena em Sintra.
Fotografia de Paulo Andrade



2 – A ROMÂNTICA SINTRA

Não foi por acaso que a nova arquitectura, o *neomudejarismo*, surgiu nesta paradisíaca vila. Em nenhuma outra povoação era mais viva a recordação dos *mouros*: no palácio joanino-manuelino⁵, na toponímia⁶, nas lendas.⁷

Os últimos reis da quarta dinastia fizeram de Sintra a sua estância de veraneio.

D. Maria II, a rainha forte e a mãe excelente, casara, em segundas núpcias, com um príncipe alemão, verdadeiro tipo de intelectual e de artista. Vivendo em plena época romântica, oriundo mesmo dum dos berços do romantismo, o rei D. Fernando de Coburgo e Gotta, pintor e gravador apreciado, fez-se rodear de sábios e artistas, de quem foi verdadeiro mecenas.

Em 1838, comprou⁸ o que restava do antigo Convento da Pena, construído por D. Manuel em 1503 para aí instalar dúzia e meia de frades jerónimos⁹. Parcialmente destruído pelo terramoto de 1755, encontrava-se, à data em que o monarca o adquiriu, completamente abandonado, em consequência da expulsão das ordens religiosas. Enxertado na antiga construção, levantou o príncipe um palácio acastelado, de aparência norte-europeia, mas onde predominava a inspiração oriental.

Cedo se dividiram as opiniões, se não a respeito do mérito da obra, pelo menos do gosto e, sobretudo, do critério que presidiu à sua erecção. Assim, enquanto o célebre crítico Raczinsky¹⁰, lhe censura o hibridismo da enxertia, outros, como Vilhena Barbosa¹¹, dizem maravilhas do novo palácio-fortaleza.

À entrada, por dentro da porta principal, na base do tecto em estalactites, e passando quase despercebido, um friso constituído por uma legenda árabe, na qual se declara que aquele edifício é a continuação melhorada da construção manuelina. Essa mesma legenda, em caracteres mais altos, vocalizada e com todos os diacríticos, serve de ornato a envolver, exteriormente, a cúpula

da chamada Fonte dos Passarinhos, que se encontra no riquíssimo Parque da Pena, mandado plantar pelo mesmo monarca.

Damos a seguir, supomos que pela primeira vez, o texto árabe, seguido da sua tradução literal.

TEXTO ÁRABE

السلطان صون مانويل بنا هذا الدير المبارك على اسم سيدتنا مريم
ده پنھا سنه ١٥٠٣ ذكرًا لرجوع صون فاسكو ده غامة سالها من كشف
واستعلاک الاراضي والبلاد التي وجدھا اعني ٢ كابو بونا سيرانسه
والهند وغيره ٣ ثم حضره السلطان صون فرناندو الثاني قرين ذات الجلالة
صوتہ ماریا سیکونده عبره واتقنه هكذا سرائة وقلة سلطانية سنة ١٨٤٠

TRADUÇÃO

*O sultão D. Manuel construiu esta capela bendita em nome de Nossa Senhora Maria da Pena, no ano de 1503, em comemoração do regresso, a salvo, de D. Vasco da Gama do descobrimento das terras e países que encontrou, isto é, o Cabo da Boa Esperança, a Índia e outros. Depois, Sua Alteza o sultão D. Fernando Segundo, marido de Sua Majestade D. Maria II, construiu e cuidou desta maneira, com muita magnificência real, no ano de 1840.*¹²

Impõe-se aqui um breve comentário à redacção deste texto, que nos apareceu perfeitamente esculpido, vocalizado e com todos os diacríticos marcados:

O vocábulo Maria, quando aplicado à Senhora da Penha ou Pena (a primeira forma é a que aparece no texto), é grafado por *Mariam*. Quando se fala da soberana reinante, escreve-se *Maria*. Também há disparidade de tratamento com relação ao numeral Segundo e *Segunda*. Enquanto o primeiro vocábulo é traduzido para árabe, a forma feminina aparece pura e simplesmente aljamiada. Além das palavras *Don* e *Dona*, figuram igualmente em aljâmia os nomes *Manuel*, *Fernando*, *Vasco da Gama*, *Cabo da Bona* (em vez de Boa) *Esperança*.

Próximo da referida Fonte dos Passarinhos, encontram-se dois grandes vasos de pedra, envolvidos cada um por uma legenda em caracteres

árabes. Estudámo-la atentamente, graças ao decalque que dela nos foi feito pelo administrador do Parque da Pena, Eng. Roque de Pinho, mas a única coisa que parece poder apurar-se é a data – 1840 – perfeitamente legível.

Intitulámos o nosso trabalho de *Influência Andaluza sobre a Arquitectura Portuguesa dos Séculos XIX e XX*. Esclareça-se porém que ele não é, nem pretende ser, estudo de crítica ou de história de arte.

Como arabista, interessa-nos sobretudo a literatura, original ou não, que ilustra ou decora os edifícios de que nos vamos ocupar.

Não nos demoraremos pois a julgar a obra do Barão de Eschewege. Não queremos, no entanto, deixar de fornecer aos interessados o meio de se debruçarem sobre o assunto, sobretudo no que se refere à possível influência da Alhambra na concepção do projecto encomendado pelo príncipe consorte ao arquitecto alemão. Por isso se documenta uma das portas que são geralmente apresentadas como sugeridas pelo maravilhoso palácio granadino.¹³

3 – A PRESENÇA DE LORD BYRON. MONSERRATE

O exemplo de D. Fernando foi seguido muito em breve por outros. Mesmo em Sintra.

Foi sem dúvida sob a influência da Pena que em Monserrate se construiu um novo palácio, em estilo oriental, mas denunciando visivelmente a preocupação de seguir de perto a arquitectura indopersa. Nem o facto é de estranhar, da parte dum cidadão britânico, uma vez que estava já em pé, havia alguns anos, o celebrado pavilhão de Brighton.¹⁴

Desde 1770 que a famosa Quinta de Monserrate¹⁵ andava em mãos de ingleses quer por arrendamento, quer por compra.

O primeiro inglês que a ocupou foi Gerardo de Visme, que a arrendou à família Melo e Castro. Este riquíssimo súbdito britânico, depois de deslocar a

capelinha quinhentista existente, construiu no lugar que ela ocupava um palacete, de que resta, segundo creio, uma única gravura.¹⁶

Ao fim de dezasseis anos, De Visme regressa a Inglaterra, cedendo a Beckford a quinta e palácio, que continuam em sistema de arrendamento.

Não obstante possuir a propriedade a título mais que precário, Beckford consome uma enorme fortuna na plantação do Parque, um dos mais belos do mundo. Recebe Lord Byron, que aí escreve certamente parte do seu livro *Harold's Pilgrimage*, no qual imortaliza a formosíssima vila e o seu hospedeiro.¹⁷

É em 1853 que um outro inglês, Francis Cook, adquire a propriedade com o palacete, ambos já em ruínas, e manda construir, sobre risco dum arquitecto inglês, o actual palácio.¹⁸

As publicações do final do século passado dão-nos testemunho de como se vivia naquele recanto da fidalga povoação e dos benefícios que advinham à vila e concelho de ter no seu grémio um cidadão britânico ornado com um título português – o de Visconde de Monserrate¹⁹.

Faz pena verificar que aquela elegante construção está praticamente abandonada, fechada e sem o riquíssimo recheio que possuiu até há bem poucos anos. Não haverá mais um inglês romântico que salve Monserrate da ruína?²⁰

4 – O PALACETE DA QUINTA DO RELÓGIO

A construção, em estilo árabe, que se seguiu, ainda em Sintra, foi a do «chalet» da Quinta do Relógio, na estrada dos Pisões, fronteiro ao palácio neomanuelino conhecido por Palácio da Regaleira.

Foi este palacete construído, em tempos de D. Pedro V, pelo capitalista Manuel Pinto da Fonseca. Diz-se que o monarca reinante se recusara a visitá-lo, por achar que o edifício havia sido levantado com dinheiro mal adquirido – ganho no tráfico de escravos.

D. Carlos, menos escrupuloso, ao que parece, ali passou a sua lua-de-mel.

É a primeira construção portuguesa, que eu saiba, em que surge – bem visível – a divisa dos reis de Granada.²¹

«Enão há vencedors enão Deus» ولا غالب الا الله

Disse-me alguém, não sei se o próprio caseiro, que o edifício vai ser demolido. Pena é que se não envidem esforços no sentido de evitar tal perda.

Além da casa, possuía a quinta um formosíssimo jardim e uma árvore que era muito admirada.²²

O edifício foi desenhado pelo arquitecto António Manuel da Fonseca Júnior, filho do professor de Belas-Artes do mesmo nome.

Em 1864, Vilhena Barbosa descreve a construção e faz-lhe as considerações que julga justas.²³

Agora é o tijolo que toma o lugar da pedra e do estuque.

Em 1891, a Empresa Tauromáquica Lisbonense põe a concurso a construção duma nova praça, que o arquitecto António Dias da Silva desenhara.

A empreitada é adjudicada ao francês Brousard.

Um ano volvido sobre a abertura do concurso era inaugurada, ainda incompleta.

Obra de grande aparato exterior, foi recebida ruidosamente pela crítica do tempo.²⁶

Mais ou menos da mesma época é a de Algés, hoje abandonada em ruínas. Ao que consta, vai ser demolida.

Palácio da Bolsa. Fotografia de Paulo Andrade

5 – OS PALACETES DE LISBOA

De Sintra, o novo estilo passou a Lisboa.

Na Avenida da Liberdade, que sucedera ao tão chorado Passeio Público, construiu o rico industrial de bolachas, Conceição e Silva, um prédio que fora desenhado pelo arquitecto francês Henri Lusseau, e para o qual mandara vir materiais do estrangeiro – Itália e França²⁴. É o prédio que ocupa hoje a Fosforeira Portuguesa. A data da sua edificação remonta a 1891.

Na mesma Avenida, mas do lado oposto, ergue-se um outro edifício, que não pudemos ainda estudar.

Mais antigo que estes dois é, sem dúvida, o que outro capitalista fez construir na Praça Príncipe Real, em 1877, e que felizmente se conserva ainda. Ignora-se-lhe porém o arquitecto, não faltando quem avente a hipótese de ser cópia de modelo estrangeiro.²⁵

6 – A PRAÇA DE TOUROS DO CAMPO PEQUENO

Procurando rivalizar com a capital do país vizinho, também Lisboa quis ter a sua praça monumental.

7 – SOBRE AS RUÍNAS DUM CONVENTO, UM PALÁCIO COMERCIAL COM UM LUXUOSÍSSIMO «SALÃO ÁRABE»

A construção do Palácio da Bolsa do Porto, sede da Associação Comercial daquela cidade, é contemporânea da da Pena, em Sintra.

Efectivamente, a sua edificação, no sítio das ruínas do Convento de S. Francisco, que um incêndio destruíra, praticamente, iniciou-se em 1842²⁷. A do salão de que nos vamos ocupar só se processou, todavia, a partir de 1862, tendo ficado concluída em 1880. A sua inauguração constituiu um dos números, por sinal dos mais modestos, das comemorações do III Centenário da Morte de Camões.²⁸

É de todas as obras arquitectónicas produzidas pelo novo estilo – o *neomudejarismo* – a que se reveste de maior interesse para este estudo. Não se estranhe pois que aqui nos alonguemos um pouco mais.

Na concepção e na execução do plano desta sala é notória a preocupação de seguir de perto – por vezes até à cópia servil, como se verá claramente – modelos da Alhambra.

A decoração mural, a exemplo do que se verifica em Granada, é constituída por losangos,



preenchidos com motivos de ordem vegetal, geométrica e literária.

São duas as legendas que alternadamente entram na decoração desses losangos.

Uma, dentro dum quadro a que se quebraram os lados, assente sobre fundo vermelho, diz:

«Proteja-o
الله نصره
Deus»

Esta legenda, de carácter religioso, figura por vezes em certos tipos de moedas medievais.

A outra, certamente a mais representativa, por ter sido composta expressamente, segundo cremos, para dedicar aquela sala à sobrana reinante a quando do início da construção, reza assim:

عز لانا السلطانة مريم آ

«Glória (...) a sultana Maria II»

Em nosso entender, a inscrição foi amputada pelo operário que a moldou, ou por quem lhe deu a orientação, pois ela não pode formar sentido sem o complexo trilítero que aí não figura لمو que deveria formar corpo com a terminação لانا para significar «ao nosso chefe» ou soberano.

A legenda completa será pois:

عز لمولانا السلطانة مريم آ

«Glória ao nosso soberano a sultana Maria II»

Custa a compreender-se – mas temos que o admitir – como foi possível trincar-se uma legenda sem a cortar no princípio ou no fim. É certo que o executante da decoração não sabia que estava a lidar com literatura.

Até hoje, não se encontraram os desenhos nem mesmo o projecto daquele Salão, como aliás de todo o edifício, apesar dos persistentes esforços desenvolvidos nesse sentido.

Quem teria sido o autor desta legenda? Um português? Mas, nesse caso, o arabista não se teria dispensado de prestar a sua assistência e orientação aos trabalhos.²⁹

Note-se ainda, no que respeita a esta mesma legenda, que na sua redacção, empregando embora o masculino مولا, em vez de مولاة, o autor usou o feminino سلطانة — سلطان — para significar *rainha*.

Contrariamente ao que verificámos na legenda da Pena, o nome da soberana tem a forma semítica *Mariam*. E em vez do ordinal *Segunda* aparece o algarismo 2 – ٢.

Nas vinte portas envidraçadas do Salão encontram-se pintadas, em vidros independentes, e sobre fundo azul, quatro legendas. São de difícil interpretação, pelo menos as duas da esquerda. Supomos não nos enganarmos, se dissermos que elas foram reproduzidas, fidelissimamente, de duas páginas gémeas dum alcorão do século XVIII.³⁰

O decorador achou por bem suprimir a frase

«O poder pertence a Deus» الملك لله

representada quatro vezes nas mencionadas páginas.

Convém fixar que as legendas pintadas nas portas do Salão do Palácio da Bolsa, segundo cremos, não fazem parte do texto corânico. Aquelas duas páginas gémeas, profusamente iluminadas, destinavam-se a separar capítulos. E ocuparam-nas com qualquer máxima moral. Deixamos aos especialistas – com competência que nos falta – a sua interpretação.

Na maior parte das portas do Salão Árabe as legendas estão baralhadas: as de cima passam para baixo, as da esquerda para a direita. Suprimem-se por vezes duas e repetem-se as outras duas. Até há uma porta com os vidros pintados ao contrário e com uma das inscrições posta de pernas para o ar..³¹

No seu conjunto, a sala tem majestade. E poucos se aperceberão de que o tecto é uma cópia – diríamos escandalosa – da Alhambra, reproduzindo um trecho da Sala da Barca.

No centro do octógono de lados côncavos, emoldurado pela mesma legenda cúfica de

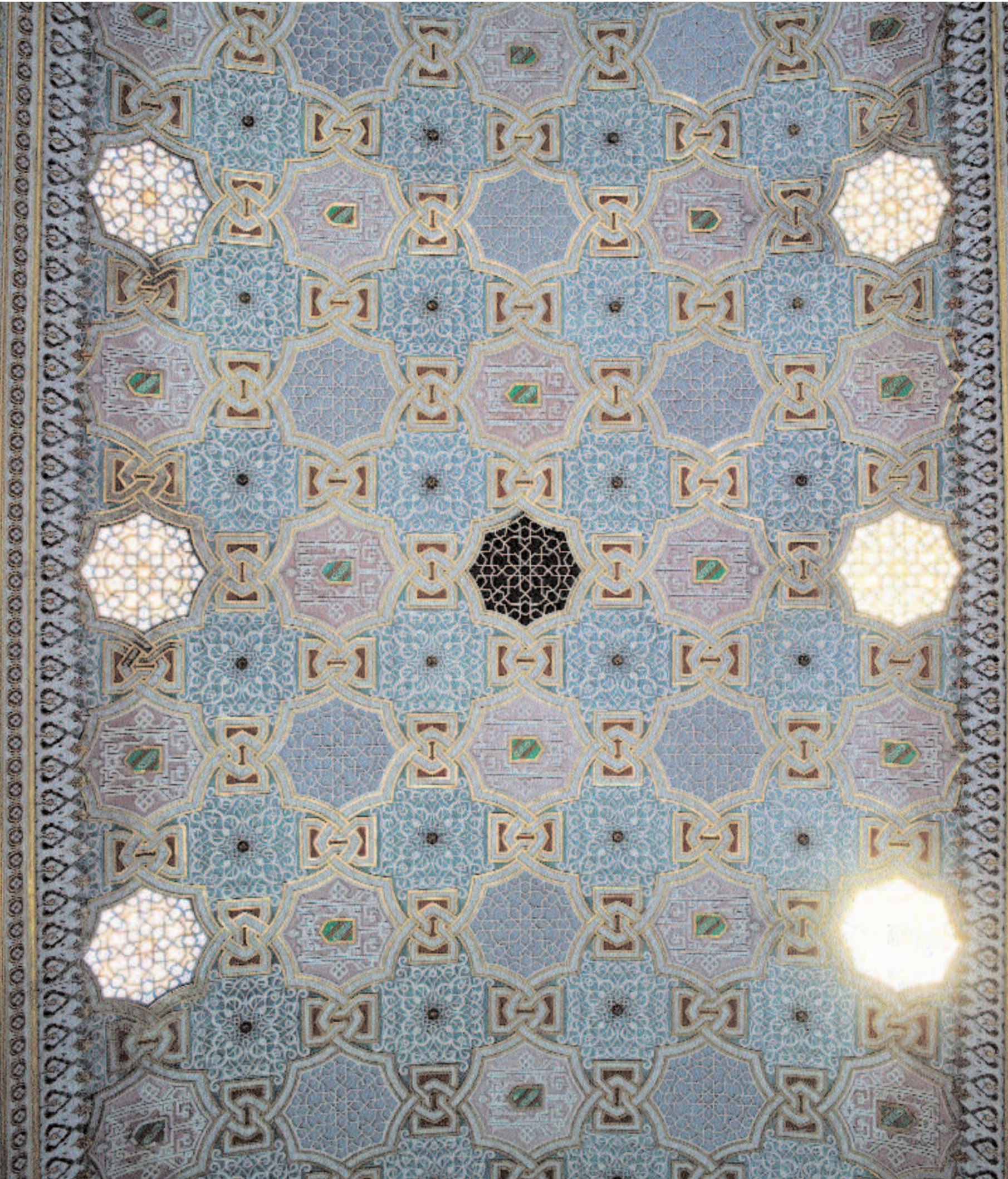
Palácio da Bolsa. Fotografia de Paulo Andrade



عَلَّمَ الْإِسْلَامَ مُحَمَّدٌ

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ



Granada, encontramos, mais uma vez, a divisa dos reis granadinos, representada no medalhão, em diagonal, sobre fundo verde: ولا غالب الا الله «E não há vencedor senão Deus.»

É neste salão que a cidade do Porto recebe as personalidades mais importantes que a visitam. Foi lá que em 1898 Mouzinho de Albuquerque recebeu a espada de honra, como foi lá que em 1957 foram apresentadas a Isabel II de Inglaterra as saudações da cidade invicta.

A Associação Comercial, sendo sua proprietária, zela esta bela construção com o máximo cuidado, mostrando-a a todos os turistas que o solicitam, mas não autorizando, como medida de precaução, que passem para além do gradeamento que protege a entrada. De desejar é, porém, que aquela entidade consiga evitar, através de obras e estudos que se impõem, a infiltração de humidade no tecto e parede do lado de poente, donde já desapareceu parte considerável da pintura do estuque tão belamente policromado.³²

8 – A FÁBRICA DE CERÂMICA DAS DEVEZAS, EM VILA NOVA DE GAIA

Esta importante unidade industrial existia desde 1865. Tinha, e tem ainda, sucursal na Pampilhosa, onde fabricava telha.

Por volta de 1890, mandou construir no Porto, na antiga Rua D. Carlos I, hoje designada por Rua José Falcão, um belo edifício em estilo árabe, todo revestido de cerâmica cozida, aí instalando os seus escritórios.

Em 1900, as primitivas instalações de Vila Nova de Gaia foram substituídas por outras, rematadas em ameias orientais, revestidas as paredes de azulejos que imitavam os hispano-árabes.

Transcrevemos da obra *Cerâmica Portuguesa*, de J. Queiroz publicada em 1907 (33), uma informação preciosa:



«Fundada por António de Almeida da Costa, tem hoje como título: “Fábrica Cerâmica e de Fundição das Devezas” e funciona sob a firma de António de Almeida da Costa & C.^a. A mais das bem montadas oficinas das Devezas tem sucursal na Pampilhosa, desde 1880 onde fabrica telha, e um depósito geral, magnífica instalação própria, Rua de D. Carlos I, 131.

«Toda a direcção e a cargo do hábil artista José Joaquim Teixeira Lopes (pai).

«Pela quantidade, qualidade, e variedade dos seus productos, é uma das mais importantes fábricas do país.

«...Produz toda a qualidade de materiais para construções, desde tijolo até às peças de ornamentação.

«Das peças artísticas e de adorno caseiro, distinguem-se uma pela forma e outras pelo desenho e modelação. Muitas destas faianças são obra de Teixeira Lopes (pai)... Fabrica azulejos artísticos e cozidos a grande forno.»

Foi arquitecto das novas instalações da fábrica o dito José Joaquim Teixeira Lopes, pai do célebre escultor do mesmo nome, o primeiro duma dinastia de artistas.

Da autoria de Teixeira Lopes devem ser igualmente os projectos da casa da R. José Falcão, no Porto, bem como os edifícios da Creche e do Asilo de Vila Nova de Gaia, mandados edificar por Almeida da Costa, bem como a casa de habitação que foi deste industrial, hoje propriedade da Miseriecórdia de Gaia.

Em matéria de azulejo, há que referir uma outra fábrica, a das Caldas da Rainha, dirigida pelo grande artista que foi Rafael Bordalo Pinheiro.

A Bordalo Pinheiro se refere J. Queiroz, na obra citada, nestes termos:

«No meado do século XIX, já pouco se fazia de bom em azulejos.

...

«A Raphael Bordallo Pinheiro deve-se grande impulso neste género de decorar. ...

«Bordallo fez-nos transportar à olaria árabe e aos seus predecessores do século XVI, com os seus belos azulejos, a que deu o maior carácter, reproduzindo os tipos «desenho geométrico» e «arabescos», que até agora não foram excedidos na cor nem tão-pouco no saber rudimentar que distingue os originais do Pátio dos Leões, na Alhambra, em Granada e do Alcázar de Sevilha e tantos outros, existentes em Portugal, em que o ceramista se inspirou para criar novos modelos.

«Actualmente há entre nós um renascimento no fabrico do azulejo artístico que nos está

compensando de bons quarenta anos (...) de azulejos estampilhados». – *Ob. cit.*, pp. 243/244.

Na verdade, foi devido sobretudo à acção destes dois grandes artistas – Bordalo e Teixeira Lopes – a que se deve juntar um terceiro, Jorge Colaço, que dirigia a Fábrica de Sacavém, que assistimos a um notável renascimento desta arte trazida pelos árabes para a Península.

9 – UMA VIVENDA EM COIMBRA

O novo gosto arquitectónico ultrapassou o século XIX e não se limitou às duas primeiras cidades do país e seus arredores – casos de Sintra e Vila Nova de Gaia.

Sem pretender apresentar aqui um inventário completo de todos os edifícios que se erguem pelas várias terras de Portugal, construídos em estilo oriental, quero, no entanto, chamar a atenção para uma casa existente em Coimbra, na Rua Oliveira Matos, Letra A.

É propriedade da viúva do médico Dr. José Nunes da Costa, que não me soube dizer ao certo a quem tinha sido comprada por seu marido, nem tão-pouco quem foi o seu arquitecto e qual a data em que foi edificada.

Felizmente, pessoa³⁴ amiga, nosso companheiro de trabalho, que é natural daquela cidade, fez o obséquio de proceder às necessárias diligências, que, felizmente, foram levadas a bom termo, com pleno êxito.

Foi assim que recebemos a informação seguinte, assinada pela Sr.^a D. Elvira Santos:

«Esse *chalet* árabe (...) foi mandado construir por mim, no ano de 1914, sendo o meu sogro, já falecido há anos, João Francisco Santos Júnior, director dos Serviços Hidráulicos do Mondego, quem fez o projecto, e os desenhos das cantarias e varandas, dirigindo sempre essas obras».

O edifício em si é de modestas proporções. Interiormente não tem qualquer interesse.

É construído de calcáreo da região.

10 – UM PÁTIO ÁRABE NUM CLUBE DE LUXO DE LISBOA

O imóvel onde há já bastantes anos está instalada – optimamente instalada, diga-se de passagem – a Casa do Alentejo, depois de ter sido liceu, passara a sede da «Liquidadora», armazém de mobília e de objectos artísticos.

Durante a Primeira Grande Guerra Mundial foi completamente remodelado – sem que para isso fosse modificado o seu aspecto exterior – para aí abrigar o Magestic Club de Lisboa, definido por um jornalista contemporâneo da sua construção como «um club de fina sociedade, *un cercle privé*, onde para se ser sócio é preciso ser apresentado, e pagar uma, relativamente avultada, jóia, e quotas respectivas. Não é ali sócio quem quer.

É só quem o pode ser».

Dado o carácter deste trabalho – uma breve comunicação sobre as legendas dos edifícios construídos em estilo árabe – abstemo-nos de fazer aqui a descrição do belo pátio interior. Limitamo-nos a transcrever um passo da reportagem publicada em 1919 na revista *Arquitectura Portuguesa*³⁵, que, mais do que uma ideia da obra, de que aliás se poderá ajuizar pelas fotografias que documentam o nosso trabalho, nos dará testemunho da maneira de sentir e de pensar dos homens responsáveis pela orientação das coisas de arte daquele tempo:

«Transpondo o guarda-vento envidraçado, fica-nos na frente uma grande escadaria, em mármore.

«Ao cimo, e em frente, uma porta árabe com vitrais; dando acesso aos gabinetes reservados. Abre-nos essa porta um criado irrepreensivelmente fardado e então vêm-nos à mente as visões fantásticas das *mil e uma noites*.

«Estamos num amplo pátio árabe, com arcarias em volta, janelas de escada ao nível do primeiro andar, e coberto por uma cúpula envidraçada e

fosca, por onde se coa uma luz suave, que ilumina o fantástico recinto.

«A impressão de momento, perante o conjunto de uma obra árabe, com os seus rendilhados, nichos, frisos decorativos, colunas, tudo conjugado com uma policromia especial e característica, sucede a análise geral de conjunto, a apreciação, a classificação, enfim, deste estilo, que das Índias até Granada e Sevilha, esse povo proeminente deixou nos períodos áureos da sua civilização, dispersos pelo litoral da África Setentrional, Arábia, Pérsia, Síria, Índia, e por outros pontos do globo, com diferenças inspiradas nos vários centros geográficos, raças e costumes, onde a civilização árabe dominou».

Mais adiante, diz-se nessa longa e elucidativa reportagem:

«Assim, julgamo-nos transportados a Sevilha, ou vagueando nas cidades marroquinas, onde o estilo árabe está intimamente ligado ao carácter que esse povo soube dar ao belo padrão que se chama Alhambra».³⁶

Vemos aqui confessada a influência granadina sobre a concepção deste pátio.

Mas não era necessário que o repórter no-lo dissesse, pois ela está larga e eloquentemente documentada nos frisos que ornamentam o pátio e o anexo onde foi construída a escada de acesso ao primeiro andar.

Esses frisos são constituídos, a exemplo do que se fez na Alhambra, pela repetição da legenda:

ولا غالب الا الله «E não há vencedor senão Deus»

Conforme ao que encontramos no Salão do Palácio da Bolsa do Porto, vemos nos capitéis que rematam as colunas deste pátio pequenos brasões com a mesma inscrição granadina disposta em diagonal.

11 – UMA PADARIA EM ESTILO ÁRABE

Em data que não conseguimos apurar, mas que parece situar-se entre 1920 e 1930, uma

empresa de moagem de Lisboa construiu, para nele instalar uma padaria, na Avenida de Berna, daquela capital, um edifício em estilo árabe, que esteve de pé até 1965, ano em que deu o lugar a um grande imóvel de rendimento.

À gente de Lisboa ouvi chamar-lhe «Mesquita de Ali Há Pão». E é que havia mesmo...

Foi propriedade do Sr. Castanheira de Moura, da Companhia Lisbonense de Moagem, com sede na Rua de S. Nicolau. Mas, segundo parece, o primeiro proprietário fora um espanhol.

Em 1964, quando preparava uma primeira redacção deste trabalho para o enviar para o Congresso de Cambridge, pedi a pessoa amiga³⁷, que vivia então em Lisboa, o favor de mandar fotografar a curiosa padaria. O fotógrafo porém só o reproduziu exteriormente, por a casa «estar cheia de utensílios e em más condições de conservação». Que aliás também não tinha interesse, esse interior – foi-me dito então.

Num belo domingo de 1965, estando na capital, passei pela Avenida de Berna. E grande foi a minha surpresa e o meu pesar ao ver a casa quase totalmente demolida.

Recorri a outro amigo³⁸, que se interessa por coisas árabes, e solicitei-lhe que mandasse no dia imediato, às primeiras horas da manhã, retratar o que restava e que assim ficou para a história... E ninguém se apercebeu, que eu saiba, que aquela padaria ostentava, além duma imponente cúpula, uma bela decoração interior onde, mais uma vez, se fazia sentir a irradiante sedução da Alhambra. A legenda lá estava:

ولا غالب الا الله «E não há vencedor senão Deus»

Como lá estava esta, decorando uma janela simulada:

الغز لله «A glória pertence a Deus»

Foi demolida a padaria. Outros edifícios do mesmo género terão idêntico destino em breve, sobretudo aqueles que não têm mais de um ou dois andares, como é o caso de duas casas sitas na

Avenida Almirante Reis e outra no Arco do Cego, ao começo da Rua D. Estefânia, onde estão instalados os serviços do Instituto de Reumatologia. Bom seria que os verdadeiros amigos de Lisboa se interessassem por que desses imóveis ficasse ao menos documentação fotográfica suficiente, atesando uma temática que foi grata, numa determinada época, aos nossos arquitectos e àqueles para quem trabalhavam.

12 – UMA FONTE EM SINTRA

O jovem libanês que connosco visitava Sintra, em 1951, ao desembarcar do comboio que lá nos conduziu, pondo os olhos na fonte que ali se levantava e depois no Palácio Nacional, exclamou, abrindo os braços: – Isto é tudo meu!

Efectivamente, Sintra parecia, e parece ainda, não obstante ter-se sacrificado aquela fonte³⁹ em benefício dum novo arruamento, terra de árabes...

A revista já citada *A Arquitectura Portuguesa*, em seu número de Fevereiro de 1922, anunciava que um novo chafariz, «um belo trabalho em estilo árabe, a condizer com o velho Paço de Sintra, que lhe fica muito próximo», ia substituir o existente, que não tinha mais nada que o recomendasse, a não ser a bela água que dele brotava.

O informador precisava:

«Tem de largura na frente oito metros, e de alto oito metros e meio, devendo ser feito em mármore lioz da região e forrado de azulejos, imitação dos que se acham nas salas do velho Paço, que são árabes».⁴⁰

Segundo nos consta, essa fonte foi erecta numa das belas quintas da região, onde felizmente se conserva. Nem tudo se perde, afinal.

13 – DOIS ARCOS FESTIVOS

Em 1858, a revista *Archivo Pitoresco*, publicava larga reportagem sobre o casamento de D. Pedro v e D. Estefânia.

O articulista⁴¹ não se mostra porém muito benevolente para com os autores dos arcos triunfais levantados nas ruas do Ouro e da Prata, em homenagem ao régio acontecimento. Ouçamo-lo, que merece a pena:

«O arco do fundo da rua do Ouro, bem como o da rua da Prata, visto de perto, dismantelavam cruelmente as impressões daquele belo efeito, porque estavam pesados e sombrios, como verdadeiros sepulcros.

«De todas as decorações que a Câmara levantou, eram aquelas onde a arte foi mais abafada. Não tinham os seus autores a alma e o coração bem dispostos no momento em que tentavam inspirar--se na elegância e imponência da forma, da fantasia dos ornatos e arabescos, da contraposição e vigor do colorido que revestem, animam e caracterizam as composições orientais...»

Não admira que o crítico, com os olhos habituados às magnificências de Sintra, dissesse mal dos dois arcos de triunfo...

14 – UMA ESTAÇÃO DE CAMINHO-DE-FERRO

Aquando da inauguração da estação de Vila Franca de Xira, construída de 1929 a 1930, falando das janelas geminadas que ela apresentava, exprimia-se a revista *A Arquitectura Portuguesa* (Janeiro de 1931) nestes termos:

«...O coração do Ribatejo, centro das afamadas lezírias, que segundo o escritor romano Plínio o Velho, já no seu tempo eram notáveis, entre outras coisas “porque as éguas que aí nascem têm a particularidade de conceber do vento, dando à luz crias velocíssimas que infelizmente não vivem mais de trinta anos”.

«Talvez em homenagem a tão importante e tradicional indústria pecuária não quis o espirituoso artista deixar de fazer figurar na construção e suficientemente em relevo o arco de ferradura...

«Valha a verdade que no nosso país abunda a tradição que o obriga a empregar...

«Entre muitas outras razões, sabe-se que esse arco foi e tem sido tão largamente utilizado pelos muçulmanos na sua típica arquitectura que é tomado pelo nosso povo como um dos seus caracteres mais frisantes e genuínos.»

E mais adiante elucida o crítico:

«Que admira pois que ferindo com mais vivacidade e vigor a nota mourisca o arquitecto tivesse enriquecido a fachada do lado da vila rasgando no 1.ª andar duas janelas geminadas de arco de volta plena ultrapassada e encaixadas à maneira andaluza, num quadro de azulejos policrómicos de desenhos geométricos?»

Eis como, a propósito duma ninharia, o crítico duma revista de especialidade manifestava o seu entusiasmo.⁴²

Não é possível, em trabalho deste género, apresentar um inventário mais ou menos completo do que se erigiu, no chamado estilo árabe, no nosso país no decurso dos séculos XIX e XX. Detivemo-nos sobretudo nas construções que apresentavam, consciente ou inconscientemente por parte dos autores dos seus projectos, literatura a interpretar. Não queremos todavia deixar de fazer referência a outras casas que existem ainda, mas sobre as quais não foi possível documentarmo-nos.

Estão neste caso uma sita em Vila Nova de Gaia, na avenida que parte da Ponte, a qual apresenta uma nota curiosa: a decoração dum alpendre faz-se com letras isoladas do alfabeto, uma em cada canto. Saberá o canteiro ou até o desenhador que aquilo era o equivalente ao *j* espanhol ou a um *m*, por exemplo?

Outros edifícios se conservam igualmente ao começo da Avenida da Boavista.

Não falta quem remate construções em manuelino com ameias orientais. Como aconteceu em Viana, no palacete da família Alpoim.

Às vezes são uns arremedos sem sentido, com caracteres de pernas para o ar, como acontece em certa construção de Braga.

Outras vezes são mirantes, como um de madeira que se conservou até há alguns anos em Esposende, do qual só resta a construção da base, em arco de ferradura, que hoje serve, muito tipicamente de oficina a um sapateiro.⁴³

Que haverá mais por esse país fora? Não pudemos sabê-lo.

15 – UM CAPÍTULO DO ROMANTISMO PORTUGUÊS

Para se compreender a razão de ser desta nova maneira de construir em arquitectura, convém compulsar a literatura do tempo, sobretudo a dispersa por jornais e revistas da época.

Ora, se folhearmos o *Panorama*, o *Archivo Pitoresco*, o *Occidente*, *A Ilustração*, os próprios jornais diários, vamos encontrar, constantemente, artigos sobre os monumentos árabes da Península ou dos países islâmicos.⁴⁴

Sabemos como o interesse dos românticos pelas coisas do oriente foi perfilhado pelos realistas. Lembremo-nos de Eça e de Gautier, para não falarmos em Vítor Hugo e muitos outros.⁴⁵

Tenha-se ainda presente as boas relações diplomáticas que mantínhamos com os países árabes, sobretudo com Marrocos. Recorde-se, por exemplo, a embaixada mandada pelo rei de Marrocos ao monarca português em Maio de 1878.

No final da circunstanciada reportagem que a revista *Occidente* publicou em 1 de Junho desse mesmo ano, sobre o acontecimento, lê-se o seguinte:

«O desenho que hoje damos na primeira página é feito sobre uma photographia de Fillon, distincto e apreciavel artista, que no seu conhecido atelier recebeu a visita da embaixada. Sid Tibi Benhima e os seus companheiros, deixando-nos

o seu retrato, deram-nos uma alta prova de consideração, que só se aprecia em sectarios de Mafoma sabendo-se que pelo Alcorão é expressamente prohibida a reprodução da imagem humana.

A embaixada, praticando um acto em offensa à sua crença, para nos dispensar uma amabilidade, mostrou que não lhe será difficil entrar no verdadeiro caminho aberto á diplomacia europeia.»

Voltando porém ao domínio da arquitectura, convém notar que, mau grado o entusiasmo manifestado por certos críticos, a adesão dum artista ao estilo árabe não é total. Por vezes, como vimos na Casa do Alentejo e no Palácio da Bolsa, o mesmo architecto, no mesmo edificio, sacrifica a vários estilos – árabe, manuelino, império, Luís XVI, etc. E, que eu saiba, não há duas dessas construções projectadas pelo mesmo architecto.⁴⁶

16 – O ARABISTA, ESSE DESCONHECIDO

Apesar de todos os esforços desenvolvidos em mais de meia dúzia de anos, não foi possível apurar, até hoje, quem foram os arabistas que orientaram as várias obras a que vimos fazendo referência.

As legendas da Pena não foram certamente vertidas para árabe pelo Barão de Eschewege nem pelo seu régio protector...

Ao descrever-se a Quinta do Relógio e o seu palacete, o articulista contemporâneo da sua construção ignora que lá existe literatura árabe...

Na extensíssima reportagem em que se relata, até ao mínimo pormenor, a remodelação por que passou a que hoje é Casa do Alentejo, não se faz qualquer referência à utilização da legenda dos monarcas granadinos como motivo de adorno.

O Palácio da Bolsa do Porto, ou melhor, o seu Salão Árabe, tão abundante em literatura, que lhe cobre paredes, tecto e até as portas envidraçadas, também é de arabista desconhecido...

Parece que o fatalismo – o *maktub* dos filhos de Mafoma – persegue inelutavelmente os que em Portugal se apaixonaram algum dia pelas coisas arábicas.

O arabista é, entre nós, o indivíduo a quem se recorre para satisfazer pequenas curiosidades, a quem se agradece à pressa – quando se agradece. E mal fecha os olhos, cansado e desiludido, cai sobre ele, mais pesado que a lousa sepulcral, o véu do silêncio. Haja em vista o acontecido com o esquecível Dr. Joaquim Figanier, meu saudoso mestre.

Muitas são as pessoas a quem são devidos agradecimentos pelos serviços que nos prestaram, tornando possível este trabalho tão árduo como modesto. É possível que alguns nomes fiquem, mau grado nosso, injustamente esquecidos. Disso pedimos desculpa.⁴⁷

17 – ACTUALIDADE DA ARTE HISPANO-MOURISCA

Que eu saiba, o entusiasmo dos nossos arquitectos pelo estilo árabe não passou do final do primeiro quartel deste século.

Não me foi possível, até à data, fazer uma constatação do que se passou na vizinha Espanha.

Não deixa de apresentar certo interesse a exposição, aqui, e neste momento – Julho de 1970 –, do que pude observar numa recente viagem feita a Marrocos.

Em Casablanca, o guia que nos mostrou a cidade levou-nos a ver exteriormente o Palácio Real daquela cidade, construído há duas ou três dezenas de anos, em belo estilo hispano-mourisco.

Na mesma cidade, e dos nossos dias, é o Palácio da Justiça, da mesma cidade. Um e outro

seguem de perto a lição dos mestres granadinos, na requintada maneira de moldar o estuque e de aplicar o azulejo.

Em Marraquexe, além do belo palacete Der Es-Salame, com as paredes cobertas de literatura corânica, moldada no estuque ou cozida nos belíssimos azulejos reproduzindo a divisa dos monarcas que habitaram a Alhambra – *ولا غالب الا الله*, o qual parece remontar ao século xvii e está hoje transformado em restaurante de luxo onde se vai comer o *cuscus* e ver a dança do ventre, podemos hospedar-nos muito comodamente no Hotel Cutubia, igualmente em estilo hispano-mourisco, e ostentando da mesma forma a literatura de Granada. Este último, porém, é de construção recente.

A nossa surpresa é ainda maior quando chegamos a Rabat e nos permitem visitar as obras colossais do Mausoléu de Maomé v, integrado num vasto e riquíssimo conjunto arquitectónico, compreendendo o panteão, uma mesquita – à qual servirá de minarete a vizinha Torre de Hassan, irmã gémea da Giralda de Sevilha e da Cutubia de Marraquexe – bem como um museu.

Aí nos é dado ver os artistas de hoje repetindo o que faziam os seus irmãos medievais: com paciência beneditina, lavar o estuque, assentar os mosaicos, entalhar o cedro e a laranjeira.

Na enorme sala quadrangular que receberá o cadáver do Pai da Independência Marroquina, um friso metálico a envolvê-la: «E não há vencedor senão Alá». E por toda a parte versículos corânicos.

Como poderemos estranhar o interesse e o entusiasmo dos portugueses pela arquitectura dos nossos vizinhos?

¹ Transcrevemos, em tradução, as duas primeiras estrofes do poema de Al-mutamid:

Vamos, abu Bakr, saúda os meus lares em Silves, e pergunta-lhes se, como penso, ainda se recordam de mim.

Saúda o Palácio das Varandas, da parte dum jovem que sente perpétua nostalgia daquele alcácer.

.....

O leitor poderá ler todo o poema, traduzido para castelhano, no livro de Garcia Gomez *Poemas Árabe-Andaluces*, Coleção Austral, n.º 163, Madrid 1940. – O original árabe podê-lo-á encontrar na tradução egípcia da mesma obra, feita pelo Prof. Monés, director do Instituto Egípcio de Estudos Islâmicos de Madrid.

² Veja-se «A Dominação Árabe e a Toponímia a Norte do Douro», da nossa autoria.

³ Nesse aspecto, recomenda-se sobretudo o que sobre o assunto tem publicado nestes últimos tempos o ilustre investigador cap. Correia de Campos.

⁴ O azulejo parece ter sido invenção dos árabes. O próprio vocábulo denuncia essa origem.

Tanto em Sintra, no Palácio Nacional – onde não faltavam modelos a imitar –, como em Coimbra, na Sé Velha, empregaram-se azulejos importados de Espanha.

⁵ Divergem muito os nossos historiadores de arte quanto à origem deste palácio. Para alguns seria de origem árabe. Sobre as ruínas da construção primitiva teria D. João I edificado o actual, a que se havia de acrescentar mais tarde a parte do manuelino. Curioso porém é que, contrariamente ao que os críticos escrevem, os cicerones vão dizendo aos visitantes que a capela fora parte da antiga mesquita. Coisa semelhante ouvi em Coimbra, na Sé Velha, referente aos azulejos que lhe revestem as paredes...

⁶ O Castelo dos *Mouros*, por exemplo; a povoação de *Cacém*, etc.

⁷ Vilhena Barbosa, no *Archivo Pitoresco*, Vol. IX, pp. 184-86, conta-nos uma, segundo a qual a propriedade ou sítio de Monserrate fora de um moçárabe, «fidalgo cristão que vivia tranquilamente no alto onde ora campeia o formoso palácio acastelado».

Refere a lenda que o cristão tinha frequentes questões com o chefe mouro que defendia o castelo da vila. Pelejavam amiúde, até que o cavaleiro de Cristo caiu às mãos do islamita.

Os cristãos passaram a considerar o moçárabe como um verdadeiro mártir e a visitar-lhe a sepultura como se de santo se tratasse.

Tomada a vila aos mouros pelo montante do Conquistador, os cristãos construíram no local da sepultura, em acção de graças, uma capelinha dedicada a Nossa Senhora. O tempo porém deliu a fé e arrasou o humilde monumento.

⁸ Pagou D. Fernando pelo convento, pelas casas anexas, pela cerca, pinhal, mata e Castelo dos Mouros, a importância de 761\$00.

⁹ Ouçamos Jorge Cardoso, no *Agiolégio Lusitano*, 1657, Tomo II, pp. 478 e segs.:

«Mais celeberrimo e aprazível he o sítio de N. Senhora da Pena convento de Hieronymos, edificado no cume da mesma serra, onde avia ja Ermida da Senhora, a qual (segundo a tradição) apareceu neste lugar, de que lhe resultou o nome. Foi o caso que el Rei D. Manuel, depois de fundar o mosteiro de Bethlem, afeiçoado a este posto, assi pela estranheza delle, como pelo muito que daqui se descobre, e principalmente pela veneranda imagem da Virgem (tão antiga como devota) mandou erigir este convento á sua custa anno 1503. (...) Nesta piquena praça se levantou de madeira a nova colonia de glória, que

durou perto de oito annos. Vendo pois o d. Rei que não era perduravel, a mandou fazer de cantaria e abobadada de pedra, lançada com todo o primor de arte, em que entra a igreja, clausura, dormitorio, e mais oficinas a 18 religiosos, que ali morão de ordinario, necessarias».

¹⁰ Eis como Raczinsky se refere ao architecto da Pena, barão de Eschewege: «Eschewege (le baron d'), Allemand, issu d'une très ancienne famille, général au service du Portugal, a plus de 60 ans. C'est un homme instruit, intelligent, honorable; l'architecture n'est pas sa spécialité, il s'en occupe en amateur, qui y est porté par un gout très décidé, qui y a fait quelques études et dont l'esprit est en général très cultivé. Je sois cependant loin d'approuver les constructions que ce général a exécutées à Pena, près de Cintra.

J'ai déjà dit mon avis sur ces constructions (...) «Dictionnaire historique-artistique du Portugal», Paris 1847.

O mesmo crítico refere-se ainda à Pena e ao seu architecto na obra *Les Arts en Portugal*. Em sua opinião, as novas construções apresentam alguns detalhes interessantes. Condenável – em seu entender – era a enxertia que se fazia sobre o manuelino.

¹¹ Pelo contrário, no *Archivo Pitoresco* de 1858, 2.º Vol., pp. 329, lê-se: «Como ao toque de vara mágica, vai o palácio acastelado surgindo d'encantamento, completando-se ou estendendo-se, pelos píncaros fragosos do mais elevado da serra. «Vede os milagres que mão real, espírito ilustrado e artístico, tem operado naquella região das nuvens, tomada agora como poética e deleitosa estância!

«Calculai o que não será e não valerá para as artes, e para as sensações deliciosas o complexo daquelas obras, quase fantásticas, quando puserem remate ao que ali e em toda a parte é uma maravilha!»

Já no primeiro volume da mesma publicação, p. 363, o mesmo crítico dizia: «Engrinalde-se a Pena de flores alegres e viçosas, e matize-se o papel com o reflexo do seu colorido.

«Formosas filhas da arte, descei do trono de vossa glória, e vinde saudar o rei que se inspira do vosso engenho, e protege os vossos discípulos.»

«Génios da independência e da liberdade, desfraldaí os vossos pendões, e vinde colocar-vos aos lados do rei que vos ama e se nutre da vossa salutar influência.»

«Operários de todas as indústrias, largai por um instante o trabalho, e acercai-vos do rei que vos anima com o prestígio da sua palavra, folga em tratar convosco. E vós, partidários de todas as cores, vinde também cumprimentar o rei que a todos vos olha como irmãos. Festejemos todos o nome de D. Fernando II. Rei que só é rei pelo título, rei que tem de humano as qualidades, rei a quem os preconceitos e as etiquetas da suprema aristocracia incomodam (...)».

¹² Repito aqui o que disse quando apresentei a leitura desta inscrição ao xxvi Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências:

«Tendo visitado, pela primeira vez, e acompanhado dum amigo de origem libanesa – que havia tempos trocava correspondência comigo em língua árabe – o Parque da Pena, surgiu-nos no caminho a Fonte dos Passarinhos. O meu companheiro exultou com o achado duma legenda redigida na sua língua materna, a envolver a cúpula da pequena construção. O texto que se publica foi então traduzido por esse

mesmo amigo – Yussef Dawid Harun Alfarkh – hoje médico, e a exercer clínica em Madrid. Considere-se pois sua e não minha a tradução deste texto em que D. Fernando assinalou, ao mesmo tempo, a construção do seu castelo e o regresso de Vasco da Gama, da sua segunda viagem à Índia. Segundo é tradição, do alto da Pena teria D. Manuel avistado ao longe as caravelas que demandavam o estuário do Tejo.

¹³ E não se lhe pode negar uma certa semelhança com a famosa Porta da Justiça.

¹⁴ Temos presente uma fotografia do exterior desse pavilhão, a que, pelas abóbadas, se assemelha mais a Praça de Touros do Campo Pequeno.

¹⁵ A designação de *Monserate* data do séc. xvi, e é devida à presença, naquela propriedade, duma ermida consagrada a Nossa Senhora de Monserate, construída pelo padre Gaspar Preto, após uma peregrinação feita por aquele sacerdote ao célebre santuário mariano de Barcelona.

¹⁶ Publicada no *Archivo Pitoresco* de 1864.

¹⁷ É a este palácio que se refere Lord Byron na sua «Peregrinação de Child Harold»:

*There thou too, Vathek! England's wealthiest son
Once formed thy Paradise, as not aware
When wanton Wealth her mightiest deeds hath done,
Meek peace voluptuous, lures was ever wont to shun.
Here didst thou dwell here schemes of pleasure plan,
Beneath yon mountain's ever beauteous brow:
But now, as if a thing unblest by Man,
Thy fairy dwelling is as lone as thou!
Here giant weeds a passage scarce allow
To halls deserted, portals gaping wide:
Fresh lessons to the thinking bosom, how
Vain are the pleasures on earth supplied;
Swept into wrecks anon by Time's unbends tide!*

O que em português quer dizer:

«Ali também tu, Vathek! opulento inglês, fizeste outrora o teu Paraíso, sem considerar que a riqueza, prodiga de voluptuosidades, quando uma vez chega a realizar os prodígios de que é capaz, é para logo se dizer adeus a todo o sossego.»

«Aqui moraste, aqui sob os píncaros sempre belos desta serra, formaste sonhos de prazer. Hoje, porém, como cousa amaldiçoada dos homens, a tua vivenda encantadora está solitária como tu. Altas ervas parasitas a custo dão passagem para salas desertas e portais abertos. Que lição ainda recente para o homem que medita! Vaidade dos prazeres do mundo que o tempo inexurável depressa mudou em ruínas!»

No belo artigo de que extraímos esta passagem, Alberto Teles (*Occidente*, n.º 22, de 1899) mostra como Lord Byron denomina Beckford pela designação que este riquíssimo autor inglês e antigo senhor de Monserate deu a um dos seus livros: *História do Califa Vathek*, que o mesmo Byron classificou como «um dos livros que mais admirei na minha mocidade».

Beckford está ligado à nossa literatura do século xix, como principal personagem do livro de Rebelo da Silva intitulado *Lágrimas e Tesouros*.

¹⁸ Knowles era o seu nome.

¹⁹ Ver, por exemplo, o artigo acima citado de *Occidente*.

²⁰ Entre os arabistas estrangeiros, e tantos foram, que tomaram parte no IV Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos, a que

esta comunicação foi apresentada, figurava um parente de Francis Cook.

Foi o Sr. Nevill Barbour, que se inscreveu com a comunicação: «O significado da palavra «mouro».

²¹ A legenda, em letras a branco sobre fundo azul – e com um tipo caligráfico pouco vulgar – está repetida três vezes e é perfeitamente legível da Estrada dos Pisões, que lhe passa em frente, entre ele e o luxuoso palácio neomanuelino da Regaleira.

²² A esta árvore – o sobreiro secular conhecido por Sobreiro dos Fetos – se refere Southey em suas *Cartas*, dizendo que era tão grande e tão velho que um pintor devia vir de Inglaterra só para o pintar.

²³ São dele estas palavras:

«A casa é elegante, e produz lindo efeito em meio de tão risinha paisagem. Mau grado de algumas censuras que lhe fazem, entendemos que aquele distinto arquitecto (António Manuel da Fonseca Júnior) fez um bom serviço público, variando assim a construção das casas de campo, que entre nós são de ordinário de uma arquitectura monótona e mais própria da cidade».

²⁴ *V. Arte em Portugal no Século XIX*, por José-Augusto França, II Vol. pg. 20, Lisboa 1967.

²⁵ José-Augusto França, *ob. cit.*

²⁶ Curioso é o depoimento do mordaz Fialho de Almeida:

«Tudo está por fazer, repito ainda, e se para o terreiro normal do Campo Pequeno faltam artistas e bois do typo impecavel, tão pouco as pretensões *ornamentaes* d'aquella praça, e o aficionamento toural dos espectadores, estão á altura da supremacia orgulhosa que conviria dar ás corridas de touros da capital. Por enquanto o redondel do Campo Pequeno só exteriormente expõe certa grandeza, e essa mesma arremendada ao estylo macaco-árabe dos nossos amigos espanhoes. Por dentro a miséria exigua e pelintra dos janotas de fato rico e de tripa vazia, que a gente vê por ahi palitando os dentes depois de terem bebido um copo de água.

...

«Ora no Campo Pequeno o espectador não tem destaque, a praça come-o.

...

«Logo á primeira vista, as altíssimas muralhas da praça, nuas e inúteis, dão-nos a impressão d'irmos vêr correr touros dentro d'um poço, e pergunta-se se aquella altura cyclópica que deixa ás duas ordens de camarotes, por fundo, grandes superfícies verticais impossíveis de decorar, terá por fim prohibir as entradas de borla até aos proprios passarinhos. – *Os Gatos*, Vol. VI, pp. 101 e segs. Edição 5.ª, Lx.ª 1923.

²⁷ Foi projectado por Tomaz Augusto Soller.

²⁸ Ouçamos o noticiário de *O Comércio do Porto* de 13 de Junho de 1880:

«Proseguimos hoje na narração das diversas solenidades com que se tem festejado o terceiro centenário da morte do cantor dos «Lusiadas».

«Ontem pela 1 hora realizou-se a abertura do Salão nobre do edificio da Bolsa, acto que se fez sem aparato.

«Ao fundo do salão elevava-se um estrado onde estava colocada a rica mesa, primor de obra de talha, que foi montada agora para permanecer naquele sitio.

...

«Da sala inaugurada já temos dado por vezes várias descrições e portanto só nos resta congratular-nos pelo termo das obras daquela parte do edifício, a qual pela sua riqueza e delicadeza dos diversos trabalhos de talha e estuque que a aformoseiam se toma uma das curiosidades artísticas desta cidade».

²⁹ Não havia, nessa data, que saibamos, estudos árabes no Porto. Nem em Lisboa havia grandes mestres. Estou pois convencido que os desenhos das legendas foram encomendados a estrangeiros. Pelo menos aquela que dedica a sala a D. Maria II, pois as outras podem ter sido copiadas inconscientemente quer de monumentos como a Alhambra, quer de publicações.

³⁰ As duas páginas que neste trabalho se reproduzem haviam sido publicadas na monumental obra de Prisse d'Avennes, intitulada «L'Art arabe d'après les monuments du Caire», Paris 1876. A edição iniciou-se em 1869, em fascículos.

Foi na biblioteca da Escola Industrial e Comercial de Braga, onde a obra existe, que se tornou possível verificar a provável origem das legendas das portas envidraçadas do Salão Árabe da Bolsa Portuense. De idêntico exemplar da mesma obra extraiu certamente o decorador do monumento estes motivos de ordem literária.

Tem seu interesse a história deste alcorão; por isso vamos transcrever alguns dados que nos são fornecidos por Prisse d'Avennes: «Mohammed Abou-Dahâb fit don à sa mosquée, construite dans les environs d'El-Azhar, de ce splendide Qorân; il provenait, dit-on, d'un sultan du Maroc, Sidi Mohammed. Nous avons publié les principales pages de ce beau manuscrit, que tous ceux qui l'admirent à l'Exposition Universelle de Paris, en 1867, faisaient remonter beaucoup plus haut, tant le style mauresque en était pur et original.

«Ce Qorân aurait donc été écrit et décoré en 1768 pour le sultan Sidi Mohammed, empereur du Maroc; les arabesques sont d'un gout très pur».

O autor de «L'Art arabe» informa que o papel – de Holanda e com a marca *Pro-Patria* – denunciava tratar-se dum manuscrito do século XVIII. Mas se algumas dúvidas pudessem subsistir a esse respeito desvanecer-se-iam ao ler o fecho da obra:

«Gloire au Dieu unique, que les bénédictions et le salut soient sur celui qui n'aura plus de prophète après lui. Celui qui ordonne la transcription de ce noble Qorân, qui fait glorifier et honorer le Dieu très haut, est le maître, le noble, le glorieux, celui qui a une haute origine, en qui réside tout l'honneur et dont les hommes apprécient l'éclatante renommée, celui dont les vertus font sourire le siècle, dont l'odeur de générosité donne aux fleurs un parfum qui se répand de tous côtés, notre maître, le prince des croyants, le khalife de Dieu, le sultan Sidi-Mohammed, fils du sultan notre maître, Ismayl. L'an 1182 (1728 ère vulgaire)».

«Légué par Mohammed-Bay Abou Dahâb, à sa mosquée, l'an 1188 (1774)».

«Au-dessus se trouve son cachet».

³¹ Trata-se duma porta simulada, portanto com a superfície pintada dos vidros voltada para a parede e não para o interior do salão. Estamos em crer que a razão disto foi ter-se o artista enganado ao aplicar as formas que serviram para a reprodução das legendas. Isto obrigou a voltarem tudo ao contrário...

³² Cumpre-nos consignar aqui o nosso sincero agradecimento à ilustre Direcção da Associação Comercial por todas as facilidades que nos foram concedidas para levar a cabo este estudo.

³³ Depoimento idêntico nos fornece Fialho, em «À esquina»:

«A mór parte dos lindos tipos d'azulejo portuguez da Batalha, da Bacalhôa, Santa Cruz e Sé de Coimbra, Évora, Caldas e outros logares onde monumentos architectonicos das duas primeiras dynastias poderam offerecer variedades de desenho e esmalte à contemplação assimilativa de Bordallo, foi por este reproduzida fielmente, e está na colecção mosaista da fabrica, espera que os ricos se lembrem de colgar as fachadas e atrios dos palacios com aquelles soberbos brocados faiscantes», pp. 221/222, 5.^a ed., Lx.^a 1923.

³⁴ O Dr. Armando Mendes, cujo pai, por sua incumbência, entrou em comunicação com a antiga proprietária da vivenda. Ao mesmo amigo se deve a fotografia que publicamos.

³⁵ Essa reportagem ocupa inteiramente os números 10 e 11 da referida publicação. É acompanhada por numerosas fotografuras, seis das quais referentes ao pátio árabe e ao anexo. Esclareça-se porém que o architecto, obedecendo ao enciclopédismo que era muito frequente nos começos deste século, utiliza, na mesma obra, vários estilos, entre os quais o império e o Luís XVI.

Foi autor do projecto o Arq. António R. da Silva Júnior.

³⁶ Aqui também se ignora qual foi o arabista, se o houve, que orientou os trabalhos, sobretudo o da reprodução da legenda que serve de motivo aos frisos.

³⁷ O Dr. José Bernardino Amândio.

³⁸ José Rodrigues Marinho, insigne numismata.

³⁹ Segundo me informaram, essa fonte foi reconstruída numa das quintas da região.

⁴⁰ Está apurado que esses azulejos são do século XVI, e importados de Espanha.

⁴¹ O artigo é assinado por Nogueira da Silva.

⁴² Não se reproduzem aqui as respectivas gravuras para se não sobrecarregar ainda mais este trabalho.

⁴³ Esse mirante fora construído à margem da rua, em frente ao *chalet* que fora propriedade (e julgo ser também desenho seu) do pai do escritor Mário Gonçalves Viana.

⁴⁴ Eis alguns dos temas tratados pelas referidas publicações: «Alhambra», in *Archivo Pitoresco* (1858); «Tunis», *ibid.*; «Granada», *ibid.*; «Sacerdote abexim», *ibid.*; «Córdova», *ibid.*; «Toledo», *ibid.*; «Meca», *ibid.*; «Marrocos», *ibid.*, 1960; «Adém» *ibid.* (1860); «Jerusalém», *ibid.* (1861); «Hagdad», *ibid.* (1861). Por sua vez, no *Panorama* foram tratados os seguintes temas: «Constantinopla», «Interior da Mesquita de Achmede», «Sultão Mahmud II», «Camelo Árabe», «O *muezzim* da torre da mesquita», «Meca», «Mar Roxo», «Mahomed e os árabes», etc. Isto para só nos limitarmos àquelas duas publicações.

⁴⁵ É bem conhecida a viagem empreendida por Eça ao Egipto, a assistir à inauguração do canal de Suez, viagem essa que lhe deu materiais ou sugestões para livros como *A Relíquia* e *Egipto*.

⁴⁶ Um caso apenas, entre muitos: O architecto da Praça do Campo Pequeno é, ao mesmo tempo, quem projecta a Igreja de Reguengos de Monsaraz, em estilo gótico, e a casa dos duques de Palmela, em Cascais, bem como o Teatro da Trindade, em Lisboa.

⁴⁷ Um aceno muito especial ao Arq. José Veloso Lamosa, autor da reportagem fotográfica relativa ao Porto e a Vila Nova de Gaia.



Muito mais do que aprender

Assumimos uma forte participação nas responsabilidades de desenvolvimento harmonioso e sustentado da sociedade em que trabalhamos.

Assim é o nosso compromisso com a Educação.

Encaramos o futuro com optimismo e confiança. A experiência da CGD é uma partilha de ideias, de conselhos, de emoções, de amizade e de resultados que são de todos nós.

Aqui e em qualquer parte do Mundo

 **Caixa Geral de Depósitos**

As relações entre Portugal e Marrocos

Uma cronologia¹

Maria do Carmo J. D. Farinha

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

1258-1465

Dinastia Merínida em Marrocos.

1415

Conquista de Ceuta por D. João I. Reina em Marrocos Abu Said III.

1420-1465

Abd al Haqq, último sultão da dinastia Merínida.

1437

Expedição portuguesa a Tânger. Reina em Marrocos Abd al Haqq.

1437

16 DE OUTUBRO Tratado de Paz entre Portugal e os mouros de Tânger, que previa a entrega de Ceuta, tendo o infante D. Fernando ficado como refém.

1443

Morte do infante D. Fernando no cativeiro em Fez.

1458

Conquista de Alcácer Ceguer.

1471

Tomada de Arzila e ocupação de Tânger. Mulei Xeque, senhor de Arzila, assenta pazes com D. Afonso V e reconhece a Portugal a posse das quatro praças do norte de Marrocos e seus termos. D. Afonso V acrescenta ao seu título o de «rei do Algarve dalém mar em África».

1479-1480

Tratado de Alcáçovas-Toledo. Castela reconhece a Portugal o «direito de conquista» do reino de Fez.

1486

16 DE AGOSTO Ratificação do tratado entre D. João II e os habitantes de Azamor.

1489

Construção da fortaleza da Graciosa, alguns quilómetros a montante da foz do Lucos, o rio que banha Larache. Os marroquinos cortaram o acesso fluvial à fortaleza, pelo que os portugueses foram obrigados a retirar.

1494

Tratado de Tordesilhas.

1499

O papa Alexandre VI, pela bula *Cum sicut Nobis*, concede a D. Manuel I o direito de padroado em todas as igrejas fundadas nas terras conquistadas no norte de África.

1505

Fundação de Santa Cruz do Cabo de Guer (Agadir) por Diogo Lopes de Sequeira.

1506

Fundação de Castelo Real de Mogador (Essaouira).

1508

Conquista de Safim por Diogo de Azambuja.

1509

Tratado de Sintra a confirmar a Portugal o «direito de conquista» do reino de Fez e a reconhecer a Castela a posse de Santa Cruz do Mar Pequeno e de enclaves no nordeste de Marrocos.

1513

Conquista de Azamor por D. Jaime, duque de Bragança.

1514

Fundação de Mazagão.

1515

Desastre da Mamora (na foz do rio Cebu), insucesso que marca o fim do expansionismo português em Marrocos.

1516

31 DE MARÇO Breve de Leão X, *Dundum Pro Parte Tue*, declarando compreendida a Igreja de Marrocos na sujeição da Ordem de Cristo.

1538

8 DE MAIO Paz celebrada entre o capitão português de Arzila e o representante do rei de Fez.

1541

Mulei Muhammad Xequê, fundador da dinastia sádida, conquista Santa Cruz do Cabo de Guer. Abandono de Safim e de Azamor.

1547

Tratado de paz entre D. João III e o rei de Fez.

1549

Conquista da cidade de Fez pelo xarife sádida.

1550

Abandono de Alcácer Ceguer e de Arzila e intensificação da defesa de Tânger e de Ceuta.

1555-1659

Dinastia Sádida em Marrocos.

1562

O xarife sádida, Mulei Abdalá al-Gâlib, cerca a cidade de Mazagão. Triunfo da resistência portuguesa ao cerco.

1576

Crise dinástica em Marrocos aberta pela tomada do poder pelo xarife Mulei Abd al-Mâlik contra seu sobrinho, o xarife Mulei Muhammad al-Mutuwakil.

1577

MAIO D. Sebastião encarrega Luís da Silva, embaixador em Madrid, de obter o apoio militar prometido pelo monarca espanhol.

1578

4 DE AGOSTO Batalha de Alcácer Quibir entre os Portugueses, comandados pelo rei D. Sebastião, aliados às forças do sultão deposto Mulei Muhammad al-Mutuwakil, contra o exército de Mulei Abd al-Mâlik. Morte dos três reis.

1578-1603

Mulei Ahmede Almançor, sultão de Marrocos.

1579

25 DE JULHO Chega a Marrocos a embaixada de D. Francisco da Costa com o objectivo de resgatar os fidalgos cativos em Alcácer Quibir.

1610

O sultão Mulei Xequê, filho de Almançor, entrega Larache a Castela.

1614

Uma expedição castelhana comandada por D. Luís Fajardo conquista o lugar de Mamora na foz do rio Cebu.

1662

Tânger é entregue à Inglaterra como dote da princesa D. Catarina.

1666-1672

Reinado de Mulei Rachid, primeiro sultão da dinastia alauíta (filálida) de Marrocos.

1668

13 DE FEVEREIRO Tratado de paz entre D. Afonso VI e Carlos II de Espanha, mediado por Carlos II de Inglaterra, que reconhece a legitimidade do monarca português, cedendo Portugal a Praça de Ceuta a Espanha.

1672-1727

Reinado de Mulei Ismail, o «Rei-Sol» marroquino.

1718

25 DE JULHO Pedro da Fonseca Neves é enviado à corte de Mequinez com a incumbência de tentar resgatar cativos portugueses.

1728-1757

Reinado de Mulei Abdallah.

1757-1790

Reinado de Sidi Muhammad ben Abdallah, o sultão que conseguiu recuperar a Praça de Mazagão aos portugueses.

1765

Cerco de Sidi Muhammad a Mazagão, levantado após o regresso a Marrocos de Manuel de Pontes, enviado a Lisboa para negociar a paz.

1769

Sidi Muhammad ordena a reabertura de hostilidades contra Mazagão.

1769

12 DE MARÇO Abandono de Mazagão por ordem do Marquês de Pombal.

1769

5 DE SETEMBRO O sultão Sidi Muhammad ben Abdallah confirma uma trégua anual enquanto Portugal não enviasse uma embaixada a Marrocos para negociações de um tratado de paz.

1769

26 DE SETEMBRO Publicação, pela Junta do Comércio, das tréguas e suspensão de guerra entre Portugal e Marrocos.

1769

9 DE OUTUBRO Sidi Muhammad concede liberdade de comércio aos barcos portugueses.

1773

Preparação de uma embaixada de Portugal a Marrocos para negociar um tratado de paz.

1773

22 DE SETEMBRO Nomeação de José Rolleen Van-Deck, capitão de mar e guerra, ministro plenipotenciário para a negociação da paz em Marrocos.

1773

29 DE SETEMBRO Nomeação de Bernardo Simões Pessoa para cônsul de Portugal em Marrocos.

1773

29 DE SETEMBRO Nomeação de Jorge Colaço para vice-cônsul de Portugal em Marrocos.

1773

30 DE SETEMBRO Partida da missão diplomática a Marrocos, chefiada por José Rolleen Van-Deck.

1773

18 DE NOVEMBRO Morre em Marrocos José Rolleen Van-Deck, que chefiava a missão diplomática que ali se deslocara para firmar um tratado de paz.

1773

1 DE DEZEMBRO Negociação do Tratado de paz, navegação e comércio, por Sidi Muhammad, em Marraquexe.

1773-1807

Período de grande desenvolvimento das relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos, com elevado número de embaixadas e missões a ambos os países.

1774

11 DE JANEIRO Tratado de paz entre D. José I, rei de Portugal, e Mulei Muhammad ben Abdallah ben Ismail, sultão de Marrocos.

1774

OUTUBRO Primeira embaixada do sultão de Marrocos ao rei de Portugal, sendo embaixador o cádi Omar ben Eddaudi.

1774

13 DE NOVENBRO Ratificação portuguesa do Tratado de paz com Marrocos.

1775

SETEMBRO (1189, 2 RAGEB) Ratificação do Tratado de paz pelo sultão Muhammad ben Abdallah ben Ismail.

1777

15 DE NOVENBRO Chegada da segunda embaixada do sultão de Marrocos ao rei de Portugal. O embaixador foi Hadj Abdelmajid Lazrad encarregado de apresentar condolências pela morte de D. José e felicitar a nova rainha. Permaneceu em Lisboa até ao final de Fevereiro de 1778.

1780

4 DE OUTUBRO Chega a Lisboa a terceira embaixada do sultão de Marrocos ao rei de Portugal. O embaixador Hadj Mohammed Laanaia foi encarregado de depositar na Casa da Moeda de Portugal uma parte do tesouro real de Marrocos.

1783

26 DE MAIO Sidi Muhammad comunica a abertura dos portos de Larache e Mogador à exportação de cereais e legumes.

1790-1792

Reinado de Mulei Yazid.

1792-1822

Reinado de Mulei Slimane.

1793

3 DE AGOSTO A família real concede audiência a três princesas marroquinas de visita a Lisboa.

1798

Antero José de Brito nomeado cônsul em Mazagão.

1799

Negociações da Regência de Tunes com Portugal e assinatura de tréguas.

1813

A Regência de Argel assina um tratado de paz com Portugal.

1822-1859

Reinado de Mulei Abderraman.

1859-1873

Reinado de Mohammed IV.

1865

Embaixada portuguesa a Marrocos.

1869-1882

José Daniel Colaço, cônsul-geral e encarregado de Negócios em Tânger.

1873-1894

Reinado de Mulei Hassan.

1876

Embaixada portuguesa a Marrocos.

1878

Embaixada marroquina a Lisboa.

1880

3 DE JULHO Convenção para estabelecer sobre bases fixas o exercício do direito de protecção em Marrocos.

1882-1896

José Daniel Colaço, ministro plenipotenciário em Tânger.

1882

Viagem do rei D. Fernando a Marrocos e entrega da Grã-Cruz da Torre e Espada ao sultão Sidi Muhammad.

1894-1908

Reinado de Mulei Abdelaziz.

1901-1913

Conde de Mártens Ferrão, ministro plenipotenciário em Tânger.

1906

7 DE ABRIL Acto Geral da Conferência de Algeciras.

1906

24 DE DEZEMBRO Ratificação portuguesa do Acto Geral da Conferência Internacional de Algeciras.

1908-1912

Reinado de Mulei Hafid.

1911

13 DE JANEIRO Criação de um consulado de carreira em Casablanca.

1912-1927

Reinado de Mulei Youssef.

1912

30 DE MARÇO Tratado do protectorado franco-espanhol.

1912

12 DE MAIO Adesão portuguesa à Convenção franco-alemã relativa a Marrocos, assinada em Berlim a 4 de Novembro de 1911.

1913

18 DE DEZEMBRO Criação de um consulado-geral em Tânger.

1926

28 DE JANEIRO Autorização ao Governo para aderir à Convenção relativa ao Estatuto de Tânger de 18 de Dezembro de 1923.

1927-1961

Reinado de Mohammed v.

1945

3 DE OUTUBRO A Comissão de Fiscalização de Tânger elege o vice-almirante da Marinha Portuguesa, Magalhães Correia, para o cargo de administrador da Zona Internacional de Tânger.

1956

Independência de Marrocos.

1956

29 DE OUTUBRO Declaração final da Conferência Internacional de Tânger reconhecendo a abolição do regime internacional da zona de Tânger.

1956-1960

Manuel da Cunha Pimentel Homem de Mello, ministro plenipotenciário em Rabat, nomeado em 18 de Dezembro de 1956.

1957

16 DE MAIO Acordo comercial entre Portugal e o Reino de Marrocos assinado em Paris.

1960

11 DE ABRIL A Legação de Portugal em Rabat é elevada à categoria de Embaixada.

1961-1999

Reinado de Hassan II.

1961

13 DE MAIO Protocolo de acordo comercial celebrado em Rabat.

1973

Corte de relações diplomáticas entre Marrocos e Portugal.

1974

8 DE JUNHO Restabelecimento das relações diplomáticas com Marrocos.

1976

25 DE MARÇO Acordo em matéria de pesca marítima entre Portugal e Marrocos assinado em Lisboa.

1978

11 DE DEZEMBRO Acordo cultural e científico com Marrocos assinado em Lisboa.

1986

Visita de professores e auditores do curso de Defesa Nacional a Marrocos.

1990

15 DE MAIO Visita oficial a Marrocos do Presidente da República Mário Soares.

1992

28 DE ABRIL Acordo de cooperação em matéria de protecção civil entre Portugal e Marrocos.

1992

18 DE MAIO Visita de Estado a Portugal do rei Hassan II de Marrocos.

1993

3 DE SETEMBRO Acordo de cooperação em matéria de defesa entre Portugal e Marrocos.

1994

30 DE MAIO Tratado de amizade, boa vizinhança e cooperação entre Portugal e o Reino de Marrocos.

1998

13 DE MAIO Visita oficial a Marrocos do Presidente da República Jorge Sampaio.

1999

Início do reinado de Mohamed VI.

2001

15 E 16 DE MAIO VI Cimeira Luso-Marroquina em Lisboa.

2002

18 DE JUNHO Visita a Marrocos do primeiro-ministro José Manuel Durão Barroso.

2003

17 DE JANEIRO Visita a Portugal do primeiro-ministro do Reino de Marrocos Driss Jettou.

2003

21 E 22 DE MAIO VII Cimeira Luso-Marroquina em Rabat.

2004

26 NOVEMBRO VIII Cimeira Luso-Marroquina em Sintra.

¹ Agradecemos os dados recolhidos pelo Sr. Embaixador Fernando de Castro Brandão e pela Sr^a. Dr^a. Isabel Fevereiro, responsável pelo Arquivo Histórico Diplomático.

BIBLIOGRAFIA

1 – Fontes

Maria do Carmo J. D. Farinha

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

- ÁLVARES, Fr. João – *Trautado da vida e feitos do muito virtuoso s.^{or} ifante D. Fernando*, ed. por Adelino de Almeida Calado, in *Obras*, Vol. I, Coimbra, 1960.
- ANDRADE, Francisco de – *Crónica de D. João III*, Introd. de M. Lopes de Almeida, Porto, 1976. [1ª ed., 1613]. Trad. francesa por Robert Ricard, «Les Portugais et l'Afrique du Nord sous le règne de Jean III (1521-1557), d'après la chronique de Francisco de Andrade», in *Hespéris*, 1937, pp. 259-345.
- CASTILHO, Alexandre Magno de – *Descrição e roteiro da costa occidental de Africa desde o cabo de Espartel até o das Agulhas*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1866.
- CASTRIES, Henry de – *Une description du Maroc sous le règne de Moulay Ahmed el-Mansour (1596) d'après un manuscrit portugais de la Bibliothèque Nationale*, texto port. e trad. franc. Paris, Ernest Leroux, 1909.
- CENIVAL, Pierre de; MONOD, Th. – *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par – (1506-1507)*, Paris, Librairie Larose, 1938.
- Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir)*. Texto port. do séc. XVI, trad. e anot. por Pierre de Cenival, Paris, Paul Geuthner, 1934.
- COSTA, D. Francisco da – *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*, introd. e notas de Domingos Maurício Gomes dos Santos, S. J., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956.
- COUTINHO, D. Gonçalo – *Discurso da jornada de D. Gonçalo Coutinho á villa de Mazagam e seu governo nella*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1629. [Trad. franc., introd., notas e índices por Robert Ricard, *Mazagan et le Maroc sous le règne du sultan Moulay Zidan (1608-1627) d'après le «Discurso» de Gonçalo Coutinho gouverneur de Mazagan (1629)*, Paris, Paul Geuthner, 1956.]
- Crónica do xarife Mulei Mahamet e d'el-rei D. Sebastião 1573-1578*, introd. e notas de Sales Loureiro, Odivelas, Europress, 1987.
- Un document portugais sur la place de Mazagan au début du XVII^e siècle*, trad. franc. com introd. e coment. por RICARD, Robert, Paris, Paul Geuthner, 1932.
- Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, organiz. por Pedro de Azevedo, Lisboa, Academia das Ciências, 1915-1934.
- Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, ed. por António Baião, Lisboa, Academia das Ciências, 1925. [Seleção de documentos da Parte I do *Corpo Cronológico* do ANTT, até ao maço 16.]
- Documentos inéditos de Marrocos. Chancelaria de D. João II*, organiz. por P. M. Laranjo Coelho, Lisboa, Academia das Ciências, 1943.
- DORNELAS, Afonso de – *Uma planta de Ceuta*. Sep. do *Tombo Historico Genealogico de Portugal*, Lisboa, Livraria Ferin, 1913.
- DUARTE, D. – *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta*, ed. crítica e anot. por Joseph M. Piel. Lisboa, Livraria Bertrand, 1942.

- [Edição modernizada, introdução e notas por João Morais Barbosa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982.]
- *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, edição diplomática por João José Alves Dias. Lisboa, Estampa, 1982.
 - ESAGUY, José de – *Cartas do Diplomata Jorge Pedro Colaço, sobre um empréstimo de 100 mil pezos duros negociado com o Imperador Marroquino Muley Sleiman, por ordem da Junta Suprema do Algarve. Tânger et Fès*, Les Editions Internationales, 1937. (Arquivos do Consulado Geral em Tânger, Registos de Cartas, nº VII, 23 de Janeiro de 1808 a 7 de Dezembro de 1815).
 - FAGUNDES, Maria Augusta Lima Cruz – *Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor*, sep. de *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. II (1970), pp. 104-179.
 - FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias – *Os documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990.
 - FIGANIER, Joaquim – «Descrição de Ceuta muçulmana no século XV», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Vol. 13 (1947), pp. 10-52.
 - GALVÃO, Lourenço Anastásio Mexia – *Vida do famoso herói Luiz de Loureiro*, introd. de M. Lopes de Almeida, Porto, Portucalense Editora, 1946. [1ª edição, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1782.]
 - Gavetas da Torre do Tombo (As)*, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.
 - GÓIS, Damião de – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, nova ed. conforme a primeira de 1566. 4 vols. Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949-1955.
 - *Crónica do príncipe D. João*, ed. de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa, Universidade Nova, 1977. [Outra edição por Gonçalves Guimarães, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1905.]
 - Jornada Del-Rei D. Sebastião às partes de África*. Leitura Introdução e Notas por Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro. Lourenço Marques, 1970.
 - Jornada Del-Rei D. Sebastião às partes de África. Crónica de D. Henrique*. Pref. por Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1978.
 - LA VÉRONNE, Chantal de – *Vie de Moulay Isma'îl, roi de Fès et de Maroc d'après Joseph de Léon (1708-1728)*, Paris, Paul Geuthner, 1974.
 - LOPES, Fernão – *Cronica del Rei Dom Joham I*. Parte Primeira. Ed. por A. Braamcamp Freire; Parte Segunda, ed. por William J. Entwistle, Lisboa, Imprensa Nacional, 1968 e 1973.
 - MASCARENHAS, D. Jerónimo de – *Historia de la ciudad de Ceuta. Sus sucessos militares, y politicos; Memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capitanes generales*, escrita em 1684 e publ. por Afonso de Dornelas, Lisboa, Academia das Ciências, 1918.
 - MASCARENHAS, D. Jorge de – «Discripção da fortaleza de Mazagão», publ. por Belisário Pimenta, in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. X (1916).
 - MENDONÇA, Jerónimo de – *Jornada de África*, 4ª ed. com prólogo de G. Pereira, 2 vols., Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1904.
 - MENESES, D. Fernando de – *Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até a sua ruina*, Lisboa, Officina Ferreiriana, 1732.
 - MORSY, Magali – *La relation de Thomas Pellow. Une lecture du Maroc au 18^e siècle*, Paris, Éd. Recherche sur les Civilisations, 1983.
 - MOURA, Fr. José de Santo António – *História dos soberanos mohometanos das primeiras quatro dynastias e de parte da quinta, que reinarão na Mauritania, escripta em Arabe por Abu-Mohammed Assaleh*, Lisboa, Academia das Ciências, 1828.
 - Nova Relação de hum grande combate, que a guarnição da Praça de Mazagão teve em Domingo de Ramos 23 de Março do presente anno de 1766 com os Alarves da Provincia da Duquela; e notícia veridica da liberdade, e seguro real que o Imperador de Marrocos deo a Manoel de Pontes, natural da dita Praça, que se achava em seu poder cativo*, Lisboa, 1766.
 - PINA, Rui de – *Crónica de el-rei D. João II*, nova ed. com prefácio e notas de Alberto Martins de Carvalho, Coimbra, Atlântida, 1950.
 - RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila*, ed. por David Lopes, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1915-1919.
 - SALDANHA, António de – *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603)*, *Chronique d'Al-Mansour, sultan du Maroc*, estudo crítico, int. e notas por António Dias Farinha e trad. francesa por Léon Bourdon, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.
 - Sources inédites de l'Histoire du Maroc, Les. Série Portugal* por Pierre de Cenival, David Lopes, Robert Ricard e Chantal de La Véronne, 5 vols. em 6 tomos, Paris, Paul Geuthner, 1934-1953].
 - SOUSA, Fr. João de – *Documentos arabicos para a historia portugueza copiados dos originaes da Torre do Tombo*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790.
 - SOUSA, Fr. Luís de – *Anais de D. João III*. 2ª ed., prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa. 2 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-1954.
 - TORRES, Diego de – *Relacion del origen y sucesos de los xarifes y del estado de los reinos de Marruecos, Fez y Tarudante*, ed. Mercedes García-Arenal, Madrid, 1980.
 - VASCONCELOS, Ernesto de – *Uma planta de Ceuta de 1774*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1915.
 - ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I*, publ. por F. M. Esteves Pereira, Lisboa, 1915.
 - «Chronica do conde Dom Pedro de Menezes», in *Collecção de livros inéditos de Historia Portuguesa*, Tomo II. Lisboa, Academia das Ciências, 1792, pp. 205-635.
 - *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, ed. diplomática de Larry King, Lisboa, Universidade Nova, 1978.
 - *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista de Guiné por mandado do infante D. Henrique*, introd. e notas de Torquato de Sousa Soares, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978-1981.

2 – Estudos

- AFONSO, António Jorge – *Portugal e o Magrebe nos finais do Antigo Regime* [Dissertação de Mestrado], Lisboa, Faculdade de Letras, 1998.
- AMARAL, Augusto Ferreira do – *História de Mazagão*, Lisboa, 1989.
- BAEZA HERRAZTI, Alberto – *El Aleo, bastón de mando de los comandantes generales de Ceuta*. Nº 1 de «Monografías do grupo Aleo», Ceuta, 1987.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de – *A Comuna Muçulmana de Lisboa sécs. XIV e XV*, Lisboa, Hugin – Editores, 1998.
- BATAILLON, Marcel – «Le rêve de la conquête de Fes et le sentiment impérial portugais au XVI^e siècle», in *Mélanges d'Études Luso-Marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, 1945, pp. 31-39.
- BERQUE, Jacques – *L'intérieur du Maghreb XV^e – XIX^e siècle*, Paris, Gallimard, 1978.
- BÉRTHIER, Paul – *Un épisode de l'histoire de la canne à sucre. Les anciennes sucreries du Maroc et leurs réseaux hydrauliques. Étude archéologique et d'histoire économique*, 2 vols., Rabat, 1966.
- Boletim Comemorativo do V Centenário da tomada de Ceuta*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1915. [Inclui diversos artigos sobre Ceuta, entre os quais os de Ernesto de Vasconcelos, «Uma planta de Ceuta de 1774», pp. 35-43; Afonso de Dornelas, «Os tumulos de D. Pedro e D. Duarte de Meneses», pp. 47-61; e J. Farmhouse, «Subsidio bibliografico para a história da conquista de Ceuta», pp. 101-117.]
- BOONE, James L. – *Artifact deposition and demographic change: an archeological case study of medieval colonialism in the age of Expansion*, tese de doutoramento apresentada à «State University of New York at Binghamton», 1980.
- BOUCHARB, AHMED – *Dukkala wa-Isti'mar al-Burtugali*, Casablanca, 1984.
- BRANDÃO, Fernando de Castro – *De D. João V a Dona Maria I, 1707-1799. Uma cronologia*, Odivelas, Europress, 1993.
- *Para uma Bibliografia da História Diplomática Portuguesa*, s. l., 1988.
- *Portugal e as Regências de Argel, Tunes e Tripoli. Subsídios para a História Diplomática Portuguesa*, Porto, 1985.
- «Subsídios para a História Diplomática Portuguesa. O Tratado Luso-Marroquino de 1774», in *Studia*, nº 32 (Junho de 1971), p. 303-370.
- BRÁSIO, C. S. Sp., António – «A primitiva catedral de Ceuta», in *História e Missiologia. Inéditos e Esparsos*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973, pp. 56-71. [1^a ed. in *Portugal em África*, Lisboa, 1950 (VII), pp. 231-244.]
- «Santa Maria de África», in *História e Missiologia. Inéditos e Esparsos*, Luanda, I.I.C.A., 1973, pp. 72-83. [1^a ed. in *Portugal em África*, Lisboa, 1944 (I), pp. 151-161.]
- BRIGNON, Jean; AMINE, Abdelaziz; BOUTALEB, Brahim; MARTINET, Guy; ROSENBERGER, Bernard – *Histoire du Maroc*, colaboração de Michel Terrasse. Paris, Hatier e Casablanca, Librairie Nationale, 1967.
- CALADO, Adelino de Almeida – «O infante D. Fernando e a restituição de Ceuta», in *Revista Portuguesa de História*, Tomo X (1962), pp. 119-152.
- CARCOPINO, Jérôme – *Le Maroc antique*. 14^a ed., Paris, Gallimard, 1948.
- CHATELAIN, Louis – *Le Maroc des Romains. Étude sur les centres antiques de la Maurétanie Occidentale*, Paris, Boccard, 1944.
- CHAVREBIÈRE, Coissac de – *Histoire du Maroc*, Paris, Payot, 1931.
- CHOURAQUI, André – *Les Juifs d'Afrique du Nord*, Paris, P. U. F., 1952.
- COINDREAU, Roger – *Les corsaires de Salé*. Publ. de l'Institut des Hautes Études Marocaines, Tomo XLVII, Paris, 1948.
- Contos marroquinos modernos*. Int. Abdulqadir Achui. Trad. por professores de Estudos Árabes da UFRJ, Editions Ministère des Affaires Culturelles, 1998.
- CORTE-REAL, Manuel Henrique – *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras, 1967.
- CORTESÃO, Jaime – *Os Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Arcádia, s.d. [1958-1962].
- COSTA, António Domingues de Sousa – «João Martins e João Aranha professores de Teologia em Bolonha e bispos de Safim na África», in *Antonianum*, 48 (1973), pp. 300-342.
- CUNHA, Carlos Guimarães – *O curso norte-africano em finais do século XVIII e princípios de século XIX. Um Tratado de Paz com a Argélia em 1813*, Lisboa, 2003.
- CRUZ, Maria Augusta de Abreu Lima – *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*, Lisboa, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras, 1967.
- «Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. II (1970), pp. 104-179.
- CRUZ, Maria Leonor García da – *As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África*, sep. de *Mare Liberum*, nºs 13 e 14 (Lisboa, 1997).
- DACHRAOUI, Farhat – *Le Califat Fatimide au Maghreb (296-365 H./ 909-975 J.C.) Histoire Politique et Institutions*, Tunes, S. T. D., 1981.
- DAWUD, Muhammad – *Ta'rikh Titwan*. 10 vols. Rabat, Faculdade de Letras – Tetuão, Instituto Mawlay al-Hasan, 1959-1979.
- DE WITTE, Charles-Martial – *Une lettre inédite du roi Jean II au pape Innocent VIII sur l'affaire de Graciosa*. Sep. de *Studia*, nº 1 (1958), pp. 90-100.
- DEPONT, Octave; COPPOLANI, Xavier – *Les Confréries religieuses musulmanes*. Nova edição. Paris, J. Maisonneuve e P. Geuthner, 1987. [1^a ed., 1897.]
- DEVERDUN, Gaston – *Marrakech des origines a 1912*, 2 vols., Rabat, 1959-1966.
- DIAS, Pedro – «A arquitetura mudéjar portuguesa: tentativa de sistematização», in *Mare Liberum*, nº 8 (Dez. 1994), p. 49-89.

- *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos. 1415-1769*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000.
- DINIS, O. F. M., António Joaquim Dias – *Antecedentes de Tânger*. Sep. de *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2ª série, nº 13 (1963), pp. 59-82.
- *Capítulo inédito da «Crónica do conde D. Duarte de Meneses»*. Sep. de *Biblos*, Vol. XXIV (1949).
- *D. Pedro de Meneses primeiro conde de Vila Real e primeiro capitão e governador de Ceuta*. Sep. de *Studia*, nº 38 (1974), pp. 517-562.
- DOMINGUES, Garcia – *História Luso-Árabe. Episódios e Figuras Meridionais*, Lisboa, Empresa Editora Pro Domo, Limitada, 1945.
- DORNELAS, Afonso de – *Os jogos Floraes de 1923 em Ceuta*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1924.
- DOUTTÉ, Edmond – *En tribu*, Paris, 1914.
- EVIN, Paul-Antoine – *L'architecture portugaise au Maroc et le style manuelin*. Sep. do *Bulletin des Études Portugaises*, fasc. 1 (1942).
- FARINHA, António Dias – *Contribuição para o estudo das palavras portuguesas derivadas do Árabe hispânico*. Sep. de *Portugaliae Historica*, revista do Instituto Histórico Infante D. Henrique da Faculdade de Letras de Lisboa, Vol. I (1973), pp. 244-265.
- *História de Mazagão durante o período Filipino*, Lisboa, CEHU, 1970.
- «O Imaginário da Cidade Muçulmana», in *O Imaginário da Cidade*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1989, pp. 59-75.
- «Norte de África», in *História da Expansão Portuguesa*, dir. por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Vol. I. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 118-136.
- *Plantas de Mazagão e Larache no início do século XVII*, Lisboa, Presença, 1987.
- *Portugal e Marrocos no século XV*, 3 vols., Lisboa, 1990.
- *Os Portugueses em Marrocos*. Lisboa, Instituto Camões, 1999, Coleção Lazúli. Edição em Português e Árabe. 2ª ed. 2002.
- FIGANIER, Joaquim – «Contribuição para o estudo da Cultura Árabe em Portugal», in *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*. Lisboa, 1945, pp. 75-138.
- *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.
- *Fr. João de Sousa, Mestre e Intérprete da língua árabe*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1949.
- FONSECA, Luís Adão da – «Uma carta do condestável Dom Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V», in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série de História, Vol. I (1970), pp. 83-96.
- *O essencial sobre Bartolomeu Dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987.
- *Navegación y corso en el Mediterráneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1978.
- «Le Portugal entre la Méditerranée et l'Atlantique au XV^e siècle», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. XXVI (1989), pp. 145-160.
- GARCIA FIGUERAS, Tomás – *Expedicion de los Portugueses al rio de Larache y fundacion de la fortaleza de «La Graciosa»*, en *el Lukos (1489)*. (*Datos para su estudio*), Larache, 1941.
- «Portugal y Jerez. Nota para sus relaciones en los siglos XV y XVI», in *Garcia de Orta*, Vol. 9, nº 2 (1961), pp. 179-188.
- e JOULIA SAINT-CYR, Carlos Rodriguez – *Larache. Datos para su historia en el siglo XVII*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1973.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ª ed., 4 vols. Lisboa, Presença, 1981-1983. [Ed. franc. sob o título *L'Économie de l'empire portugais aux XV^e et XVI^e siècles*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1969.]
- *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962.
- *O «Mediterrâneo» saariano e as caravanas do ouro*, S. Paulo, Coleção da Revista de História, 1956.
- GOULVEN, Joseph – *Safi au vieux temps des Portugais*, Lisboa, 1938.
- GOZALBES BUSTO, Guillermo – *Estudios sobre Marruecos en la Edad Media*, Granada, 1989.
- GOZALBES CRAVIOTO, Carlos – «El albacar en las fortificaciones hispano-portuguesas del Norte de África», in *España y el Norte de África [...]*, Granada, 1987, Vol. I. pp. 79-92.
- «El puerto pirata de Tetuan y los intentos hispano-portugueses para su inutilización (siglos XV-XVI)», in *España y el Norte de África [...]*. Granada, 1987, Vol. I pp. 293-304.
- Guerra Naval no Norte de África (A) (Séculos XV-XIX)*. Prólogo A. Dias Farinha, org. Francisco Contento Domingues e Jorge Semedo de Matos, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003.
- GUEVARA, Adolfo L. – *Arcila durante la ocupación portuguesa*, Tânger, Instituto General Franco para la Investigación Hispano-Arabe, 1940.
- GUIMARÃES, Vieira – *Marrocos e três Mestres da Ordem de Cristo*, Lisboa, Academia das Ciências, 1916.
- História da Expansão Portuguesa*. Dir. Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, 5 vols.
- JORDÃO, Levy Maria – *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tânger*, Lisboa, 1858.
- JULIEN, Ch., André – *Histoire de l'Afrique du Nord. Tunisie – Algérie – Maroc*. Vol. I, *Des origines à la conquête arabe (647 ap. J. C.)*, 2ª ed. rev. por Ch. Courtois; Vol. II, *De la conquête arabe à 1830*, 2ª ed. rev. por R. Le Tourneau. Paris, Payot, 1956.
- KABLY, Mohamed – *Société, Pouvoir, et Religion au Maroc à la fin du «Moyen-Âge» (XIV^e - XV^e siècle)*, Paris, Editions Maisonneuve et Larose, 1986.
- LA VÉRONNE, Chantal de – *Tanger sous l'occupation anglaise d'après une description anonyme de 1674*, Paris, Paul Geuthner, 1972.

- LAROUÏ, Abdallah – *L'Histoire du Maghreb. Un essai de synthèse*, Paris, Maspero, 1970.
- LE TOURNEAU, Roger – *Fès avant le Protectorat. Étude économique et sociale d'une ville de l'Occident musulman*. Publications de l'Institut des Hautes Études Marocaines, Tomo XIV. Casablanca, 1949.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. – *Histoire de l'Espagne Musulmane*. 3 vols., Paris, Éd. G. P. Maisonneuve, 1950-1953.
- *Les Historiens des Chorfa. Essai sur la littérature historique et biographique au Maroc du XVI^e au XX^e siècle*, Paris, Émile Larose, 1922.
- *Islam d'Occident. Études d'Histoire Médiévale*, Paris, 1948.
- LEWIS, Bernard – *Os Árabes na História*. Prefácio de A. Dias Farinha, Lisboa, Estampa, 1982.
- LIMA, Durval Pires de – *História da dominação portuguesa em Çafim (1506-1542)*, Lisboa, 1930.
- LOBATO, Alexandre – *Ainda em torno da conquista de Ceuta*, sep. de *Clio*. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Vol. 5 (1984-1985), pp. 21-28.
- *A vida quotidiana em Ceuta depois da conquista (1415-1437)*, Lourenço Marques, 1974 (dactilog.).
- LOPES, David – «Cousas luso-marroquinas. Notas filológicas sobre particularidades vocabulares do Português das praças de África», sep. do *Boletim de Filologia*, Tomo VII (1941).
- *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989.
- *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589)*, Lisboa, Academia das Ciências, 1924.
- «Les Portugais au Maroc», sep. de *Revue d'Histoire Moderne*, Tomo XIV, (Nova Série, Tomo VIII), nº 39 (1939), pp. 337-368.
- *Textos em aljamia portuguesa. Documentos para a história do domínio português em Safim*, 2ª ed., Lisboa, 1940. [1ª ed., 1897].
- LÓPEZ, Atanasio – *Obispos en el Africa Septentrional desde el siglo XIII*, 2ª ed. Tânger, Instituto General Franco para la Investigación Hispano-Árabe, 1941.
- MACEDO, Jorge Borges de – «A política atlântica de D. João II e o Mediterrâneo», in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, Vol. I, Porto, 1989, pp. 387-403.
- MACHADO, José Pedro – *Influência árabe no vocabulário português*, 2 vols., Lisboa, 1958 e 1961.
- AL-MANOUNI, Mohammed – *Feuilles. La Civilisation Marocaine à l'époque des Merinides (Waraqat 'an al-Hadarat al-Magribiyya fi 'asr Bani Marin)*. Rabat, publ. da Faculdade de Letras e Ciências Humanas, 1979.
- Maroc chez les Auteurs anciens (Le)*, trad. Raymond Roget, Paris, 1924.
- Marrocos-Portugal Portas do Mediterrâneo*, Lisboa CNCDP, 1999.
- MARTINS, F. A. Oliveira – *Portugal e Marrocos no século XVIII*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1937.
- MASSIGNON, Louis – *Le Maroc dans les premières années du XVI^e siècle. Tableau géographique d'après Léon l'Africain*, Argel, Adolphe Jourdan, 1906.
- Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, 1945.
- Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa, CNCDP, 1997.
- MERCIER, Ernest – *Histoire de l'Afrique Septentrionale (Berbérie) depuis les temps les plus reculés jusqu'à la conquête française (1830)*, 2 vols., Paris, Ernest Leroux, 1888.
- NETO, Maria Joana Miranda de Carvalho – *Portugal e Marrocos. Diplomacia e Comércio (1760-1783)*. [Dissertação de Mestrado], Lisboa, Faculdade de Letras, 1996.
- NETTO, J. P. Leite – *Guia de conversação Português-Arabe para uso dos comerciantes, viajantes e pessoas cuja presença nas regiões do Levante é reclamada pela diplomacia, etc.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.
- NUNES, Eduardo Alexandre Borges – «O parecer do infante D. João sobre a ida a Tânger», in *Brotéria*, Vol. LXVI (1958), pp. 269-287.
- OSÓRIO, Baltasar – *Ceuta e a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)*, Lisboa, Academia das Ciências, 1933.
- PERES, Damião – «Ceuta cercada: um problema cronológico», in *Revista Portuguesa de História*, Tomo 12, Vol. 1 (1969), pp. 293-299.
- *Conquista de Azamor pelo duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisboa, 1951.
- PERIALE, Marise – «Promenade a travers l'histoire et les vestiges de la domination portugaise au Maroc», in *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, publ. da 4ª Secção «África» III – Os Portugueses em África, Lisboa, 1938.
- POSAC MON, Carlos – *El Acueducto de «Arcos Quebrados» (Ceuta)*, sep. de *Segovia y la Arqueología Romana*, Instituto de Arqueología e Pré-História, Universidade de Barcelona, 1977.
- *La ultima decada lusitana de Ceuta*, Ceuta, Publicaciones del Instituto Nacional de Enseñanza Media, 1967.
- REDMAN, Charles L. – *Qsar es-Seghir. An archaeological view of medieval life*, Orlando (Florida), Academic Press, 1986.
- e BOONE, James L. – *Qsar es-Seghir (Alcácer Ceguer): a 15th and 16th century Portuguese colony in North Africa*. Sep. de *Studia*, nºs 41-42 (1979), pp. 5-50 + 27 pp. de ilust.
- RENAUD, H. P. J. – «Recherches historiques sur les epidemies du Maroc. Les «pestes» des XV^e et XVI^e siècles, principalement d'après des sources portugaises», in *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisboa, 1945, pp. 362-389.
- RICARD, Prosper – *Le Maroc*. Coleção «Les Guides Bleus», 3ª ed., Paris, Hachette, 1925; 6ª ed., *ibidem*, 1948. [Guia com boa informação documental e histórica, mapas e plantas. Além destas edições, v. a 10ª ed. por Robert Boulanger (1969) e a edição não seriada de Jean-Jacques Fauvel, de 1981.]

- RICARD, Robert – «Dernières remarques sur l'histoire des portugais au Maroc», in *Les Sources inédites de l'Histoire du Maroc, Portugal*, V, pp. xi-xvi.
- *Études Hispano-Africaines*, Tetuão, 1956.
 - *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955.
 - *Inscriptions portugaises de Tanger*, sep. do *Bulletin des Études Portugaises*, fasc. 2 (1938).
 - *Notes Luso-Marocaines*, sep. do *Bulletin des Études Portugaises*, Tomo XXIII (1961).
- «Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l'Atlantique», in *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2ª série, Vol. II (1949), pp. 399-410.
- *Les Portugais au Maroc de 1495 à 1521. Extraits de la Chronique du roi D. Manuel de Portugal*, Institut des Hautes Études Marocaines, t. XXXI. Rabat, ed. Felix Moncho, 1937.
 - *Relaciones entre Canarias y las plazas portuguesas de Marruecos en el siglo XVI*, sep. de *Revista de História*, nº 85, Janeiro-Março de 1949, La Laguna de Tenerife.
 - e FARINHA, António Dias – *Les documents sur le Maroc dans le vol. IV de As Gavetas da Torre do Tombo*, sep. de *Studia*, nº 16 (1965).
 - e LA VÉRONNE, Chantal de – *Les architectes des places portugaises du Maroc sous Emmanuel I^{er} et Jean III (1495-1557)*, sep. de *Mélanges d'Histoire et d'Archeologie de l'Occident musulman*, Tomo II (1958), pp. 153-158.
- RODRIGUES, Urbano – *A França em Marrocos*. Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1942.
- ROSENBERGER, Bernard – «Calamités, sécurité, pouvoir. Le cas du Maroc (XVI^e-XVIII^e siècles)», in *L'État et la Méditerranée. Peuples méditerranéens*, 27-28 (Abril-Setembro, 1984), pp. 247-271.
- *Cultures complémentaires et nourritures de substitution au Maroc (XV^e-XVIII^e siècle)*, sep. de *Annales*, nº 3 e nº 4 (Maio-Agosto 1980), pp. 477-503.
 - *Le Portugal et l'Islam maghrébin (XV^e-XVI^e siècles)*, sep. de *Histoire du Portugal Histoire Européenne*, Actas do Colóquio de Paris, 22/23 de Maio de 1986, Paris, Centro Cultural Português, 1987, pp. 59-83.
 - e TRIKI, Hamid – *Famines et epidemies au maroc aux XV^e - XVII^e siècles*, sep. de *Hespéris-Tamuda*, Vol. XIV (1973), pp. 109-175.
- RUBIM, Nuno José Varela; Sampaio, Tércio Machado – *A Artilharia antes da utilização da pólvora*, sep. da *Revista de Artilharia*, Lisboa, 2000.
- SAMPAYO, Luís Teixeira de – *O Arquivo Histórico dos Negócios Estrangeiros (Subsídios para a História da Diplomacia Portuguesa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925. 2ª ed. Lisboa, 1984.
- «Antes de Ceuta», in *Estudos Históricos*. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984, pp. 145-161. [1ª edição, 1923.]
 - *Estudos Históricos*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1984. [1ª edição, 1923.]
- SANCEAU, Élane e RICARD, Robert – «Un projet de remise de Tétouan aux Portugais en 1502», in *Hespéris*, Tomo XLIV (1957), pp. 21-29.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- «O Infante Santo e a possibilidade do seu culto canónico», in *Brotéria*, Vol. IV (1927), pp. 197-199.
 - *A última carta do Infante Santo e a falência do seu resgate*, sep. dos *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, Vol. VII (1956).
- SANTOS, Reinaldo dos – *As tapeçarias da tomada de Arzila*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1925.
- SARAIVA, José Hermano – «Uma carta do infante D. Henrique e o problema das causas da Expansão Portuguesa no norte de África», in *Ethnos*, Vol. III (1948), pp. 319-345.
- SÉRGIO, António – «A conquista de Ceuta (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)», in *Ensaio*, edição crítica, Tomo I. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1971, pp. 253-273 (1ª edição, 1919).
- SOARES, Torquato de Sousa – «Algumas observações sobre a política marroquina da Monarquia Portuguesa», in *Revista Portuguesa de História*, Tomo X (1962), pp. 509-554.
- SOUSA, Fr. João de – *Vestígios da lingua arabica em Portugal, ou Lexicon etymologico das palavras, e nomes portuguezes, que tem origem arabica*, 2ª ed., aumentada e anotada por Fr. José de Santo António Moura, Lisboa, Academia das Ciências, 1830 (1ª ed., 1789). Nova edição com prefácio de A. Farinha de Carvalho. 1981.
- SOUSA, J. M. Cordeiro de – «Inscrições portuguesas de Marrocos», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 71ª série (1953), pp. 263-285.
- SZMOLKA CLARES, José – «Un caso de cooperacion luso-castellana en tiempos de los Reyes Catolicos: la frustrada conquista de Tetuan (1510-1513)», in *Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 177-195.
- SZYMANSKI, Edward – *Étude sur la formation des États Maghrébins*, Varsóvia, Polska Akademia Nauk, 1978.
- TERRASSE, Henri – *Histoire du Maroc des origines à l'établissement du Protectorat français*, 2 vols., Casablanca, Éd. Atlantides, 1949-1950.
- «Les Monuments de Ceuta d'après la description d'al-Ansari», in *Al-Andalus*, Vol. XXVII (1962), pp. 442-448.
- VALDEZ, José Joaquim de Ascensão – *O sino de Ceuta*, Lisboa, 1914.
- VELHO, Martim – «Varões Árabes do Andaluz Ocidental», in *Boletim da Junta Distrital de Évora*. Nº 7, 1966, pp. 35-96.
- VERNET GINES, Juan – *Historia de Marruecos*, Tetuão, 1957.
- VIGUERA, Maria de Jesús – «La intervención de los Benimerines en Al-Andalus», in *Relaciones de la Península Ibérica con el Magreb*, pp. 237-247.
- YAHYA, Dahiru – *Morocco in the sixteenth century: Problems and Patterns in African Foreign Policy*, Harlow, Longman, 1981.



Valor Protecção

O seu seguro de vida para proteger a sua família

O Valor Protecção é um seguro de vida completo e simples de subscrever, com as garantias principais que permitem assegurar o seu descanso e o da sua família.

Além de garantir um apoio financeiro à sua família, em caso de morte provocada por acidente ou doença, também assegura a sua independência em caso de doença grave ou invalidez total e permanente. E ainda permite poupar nos impostos, através da dedução do prémio no IRS.

 **TRANQUILIDADE**
a cuidar | **de si**
da sua família

**Tratado de paz entre El-rei o Senhor Dom José I
e Saed Mohammad ben Abdallah, Imperador de Marrocos,
assignado na cidade de Marrocos, aos 12 dias de Ramadan de 1187 annos
da Hegira que corresponde a 11 de Janeiro de 1774.¹**

Dos artigos que contém o Tratado de paz entre o Imperador de Marrocos Saed Mohammad Ben Abdallah, e El-Rei de Portugal o Senhor Dom José Primeiro.

O louvor seja dado a Deus somente. Não ha força, nem poder senão em Deus Unico. Depois do que, está feita e ajustada tregoa completa e paz perfeita entre Nosso Senhor o Emame, Elevado, Heroe, Senhor dos Fieis, Defensor das Cidades, Exaltador do pharol da Lei do Propheta, Nosso Senhor e Amo, Imperador dos Crentes.

A quem Deus ajude, faça perduravel sua gloria e extensa sua magnificencia, Rei dos Paizes Occidentaes collectivamente, Respeitado em todos os seus Climas e Cidades Marrocos, Sus, Tafilalat, Dará, Fés, Maquinés, Salé e mais Estados de seus Dominios, Portos, Cidades e suas estradas; e entre o Mui Alto e Poderoso Soberano de Portugal Dom José Primeiro, Rei dos Algarves, Conquistas, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, India, Guiné e mais seus Estados, pela mediação do que foi incumbido de fazer as vezes da Real Pessoa no ajuste d'esta paz, que é o Consul Geral Bernardo Simões, nomeado em lugar do Embaixador, que veio mandado pelo Rei de Portugal, e falleceu nos Estados de Nosso Senhor.

Os Artigos d'este Tratado são os seguintes:

Art. I.

Por este artigo de paz entre Sua Magestade Marroquina e El-Rei de Portugal fica livre aos Vassallos Marroquinos a entrada nos dominios de Portugal para comprarem aquillo de que tiverem necessidade, commercio e mais objectos: os vassallos Portuguezes ficam tendo a mesma franquia para entrarem nos portos e Estados Marroquinos, e sair d'elles sem que alguém lhes ponha impedimento; e n'elles poderão fazer toda a sorte de commercio licito. Da mesma maneira as embarcações de guerra de Sua Magestade Marroquina poderão entrar nos portos de Portugal, e demorar-se n'elles para se proverem do que necessitarem, e fazerem os concertos a que os precisarem as tempestades do mar: em todos os portos Marroquinos se observará o mesmo com todas as embarcações de guerra de El--Rei de Portugal.

Art. II.

Toda a embarcação de guerra do Soberano de Portugal que precisar entrar em algum dos portos Marroquinos para fazer provisão de viveres e mais objectos de que tenha necessidade, poderá livremente compra-los pelos preços correntes no porto em que entrar, e não será obrigada a dar mais cousa alguma sobre o preço que corrente d'esses generos. O mesmo se praticará com as embarcações de guerra Marroquinas em todos os portos de Portugal.

Art. III.

Quando alguma embarcação Portuguesa se encontrar com outra Marroquina de guerra dentro dos mares de Portugal, e a Portuguesa for embarcação de commercio, n'esse caso a Marroquina de guerra, se quizer ver-lhe os passaportes, lhe enviará para esse fim o proprio escaler, por a embarcação Portuguesa, por causa de ter poucos marinheiros, lhe não poder sem grande incommodo mandar o seu; porém se a Portuguesa for embarcação de guerra, esta então deverá mandar o seu escaler se quizer examinar os passaportes da Marroquina; e n'isto se observará a convencionado com a Hespanha.

Art. IV.

Todo o navio de guerra de Sua Magestade Marroquina, que encontrar alguma embarcação de nação, que não tiver paz com Sua Magestade Marroquina, a poderá atacar e apresar, comtanto que essa embarcação não se ache dentro da distancia de dez leguas de algum dos portos de Portugal; porque se tiver entrado no referido limite, a embarcação Marroquina não a perseguirá debaixo de pretexto algum por ter entrado para debaixo da protecção da Nação Portuguesa, com a qual temos paz. Mas se a embarcação Marroquina encontrar alguma Portuguesa de guerra, exigirá d'ella certificado assignado pelo Commandante, Piloto, e principaes da guarnição com seus nomes, em como a encontrou em tal logar, nomeando esse logar para Sua Magestade Marroquina ver quando a sua embarcação se recolher.

Art. V.

Signal entre as embarcações de guerra de Sua Magestade Marroquina e entre as de El-Rei de Portugal. Quando se encontrar uma embarcação Marroquina com outra Portuguesa, e houver entre ellas distancia, em que se possam reconhecer antes de se aproximarem, a Portuguesa dará um tiro de peça, para certificar à Marroquina de que ella é Portuguesa; e a Marroquina lhe responderá içando a bandeira de que usam as embarcações Marroquinas; e logo a Portuguesa dará outro tiro de peça para demonstração de que entendeu o signal, e depois cada uma seguirá o seu destino, sem que uma seja obrigada a mandar o seu escaler à outra, excepto se de boa vontade o quizer fazer: com este signal se distinguirão as embarcações de guerra Marroquina das de Alger, Tunes e Tripoli, que não têm paz com Portugal, e se evitará o receio de se enganar com alguma d'ellas, pensando ser Marroquina, e ser apresada por essa supposição, se ella se lhe aproximar.

Art. VI.

Se depois de feito o signal distinctivo, quizer a embarcação Marroquina de guerra examinar os passaportes da embarcação Portuguesa que encontrar, lhe será permitido, comtanto que a Marroquina se ponha à capa em distancia do alcance de tiro de bala de doze libras, e mande o seu escaler com dois Officiaes e os marinheiros necessários para o remarem à ida e volta; mas não subirão senão os dois mandados pelo Arraes para observarem o passaporte proprio da Nação Portuguesa, o que feito, partirão esses dois e guarnição do escaler sem demora e sem indagamem outra cousa, nem inquirirem por quem estiver na embarcação.

Art. VII.

Se alguma fragata, ou galiota Marroquina de guerra praticar o contrario do que se contém nos Artigos V e VI d'este Tratado, e accometter embarcação Portugueza, esta a repellirá com tiros da sua artilheria, pelo receio de que se lhe confunda com embarcação de outra nação, e seguir-se-lhe perigo, deixando-a aproximar sem se acautelar.

Art. VIII.

Toda a pessoa que se achar debaixo da bandeira usada nas embarcações de guerra de Sua Magestade Marroquina, quer essa pessoa seja mouro ou christão de nação, que não tem paz com Portugal, e se achar a bordo de alguma embarcação Marroquina, fica protegida pela bandeira, e nenhum Portuguez entenderá com elle por pretexto algum. O mesmo se praticará com todo o individuo que com semelhantes circumstancias se achar embarcado em navio Portuguez, que ficará livre e desembaraçado por se achar debaixo da bandeira Portugueza.

Art. IX.

Que Sua Magestade Marroquina não mandará os seus navios de guerra em auxilio das Nações que não tiverem paz com Portugal, como são: Argel, Tunes, Tripoli ou outras.

Art. X.

Toda a embarcação que sendo caçada por navios Portuguezes fugir para algum dos portos Marroquinos, não consentirão os Empregados n'esse porto que n'elle seja atacada ou se lhe faça algum damno, por isso que entrou no porto e se amparou d'elle; mas antes a protegerão e defenderão quanto podérem. Isto mesmo se praticará com os navios Marroquinos em todos os portos Portuguezes.

Art. XI.

Toda a embarcação Portugueza que, ou fugindo do inimigo ou arrojada pelo mar, encalhar em praia dos Estados Marroquinos, será guardada e segura dos vassallos Marroquinos, e não se permitirá que se lhe aproxime individuo algum para destruir nem roubar cousa alguma, mas sim quem com efficacia lhe acuda e trabalhe para a salvar do perigo; e não será obrigada a pagar cousa alguma pelos effeitos que se salvarem, e sòmente a paga de quem trabalhar para os salvar, e segundo o que por esse trabalho merecer. D'este modo serão tratadas nos Estados de Portugal as embarcações Marroquinas que pelos ditos motivos n'elles encalharem.

Art. XII.

Se acontecer que algum navio Portuguez se encontre em algum dos portos Marroquinos com outra embarcação inimiga, e a Portugueza receiar que, se saír, a inimiga logo a siga, n'este caso os

Empregados no porto impedirão a saída da embarcação inimiga por vinte e quatro horas, depois de ter saído do porto o navio Portuguez, e afastado da outra inimiga. D'este modo serão tratados os navios Marroquinos nos portos de Portugal.

Art. XIII.

A todo o vassallo do Rei de Portugal, que quizer commerciar nos Estados Marroquinos, demorar-se em algum dos seus portos que bem lhe agrade, e estabelecer-se onde for sua vontade, será permitido comprar tudo o que aos demais negociantes for permitido comprar, sem que seja obrigado a pagar mais que o preço e o direito estabelecido para os generos que comprar, os quaes depois poderá embarcar ou conservar em sua casa. Tambem poderá vender os effeitos que por sua embarcação receber do paiz dos christãos, pagando o direito sabido, ou conservar esses effeitos em sua casa.

Art. XIV.

O negociante de nação Portuguez que vier para comprar o que é costume vender-se das fazendas proprias dos Estados Marroquinos, e não achar estas fazendas no logar em que residir, e as quizer comprara em outra terra dos ditos Estados, não será obrigado a pagar mais que o preço d'ellas, o direito correspondente, como pagarem os outros negociantes, quando as embarcam, e paga ao guia e guarda no caminho, ou o estipendio diario de quem o servir.

Art. XV.

O Consul Geral que El-Rei de Portugal nomear para residir nos Estados do Rei de Marrocos terá o livre exercicio de sua Religião e Orações, elle, e sua família, todos os seus criados e adherentes, assim como todos os que seguirem a sua Religião e quizerem praticar os seus actos com elle em sua casa. Ao dito Consul competirá o julgar todos os pleitos que se suscitarem entre os subditos Portuguezes, sem que no julgado tenha ingerencia algum dos juizes Marroquinos; porém se o pleito for entre mouro e christão será julgado pelo Juiz da Côte Marroquina, com assistencia do Governador da Cidade em que o pleito começou entre os que vão ser julgados.

Art. XVI.

O Consul Portuguez não será obrigado a pagar divida alguma contrahida por Portuguez, salvo se elle obrigar sua pessoa para ella, por escripto por elle firmado e authenticado.

Art. XVII.

Se algum christão Portuguez morrer nos Estados de Rei de Marrocos, os moveis e bens que deixar serão entregues ao Consul Geral para elle os mandar ao herdeiro do morto ou a seus parentes proximos.

Art. XVIII.

Se acontecer praticar-se o contrario ou faltar-se a algum dos Artigos escriptos n'este Tratado, por vassallos Marroquinos ou Portuguezes, nem por isso se dissolverá a paz firmada entre as duas Nações; mas se escreverá e notará esse acontecimento a fim de se consolidarem as vontades, e concertar-se o que tiver sido mal feito.

Art. XIX.

Se Sua Magestade Marroquina quizer dar por acabada esta paz que se acha estabelecida entre Elle e o Soberano de Portugal, de nenhuma sorte permitirá se façam hostilidades, em quanto não forem passados seis mezes, contados desde essa rotura, para se retirar dos Estados Marroquinos o Consul Geral e os mais Portuguezes; e n'esse espaço transportarem seus moveis e effeitos, sem que no praso indicado lhe ponham impedimento algum os Governadores do Rei de Marrocos.

Art. XX.

Este Tratado que se acha escripto e estipulado entre o Rei de Marrocos e o de Portugal, será approvedo e ratificado no espaço de tres mezes para depois d'elles começar a sua observancia.

Art. XXI.

Desde que se acha convencionado este Tratado de tregoa e paz entre as Côrtes de Marrocos e Portugal, não haverá captivos Portuguezes, com essa denominação nos dominios Marroquinos, ainda quando o Tratado não esteja ratificado. Não será permitido venderem-se em seus Estados, nem comprarem-se em outra terra, para serem nos mesmos Estados vendidos. Segundo este Artigo serão tratados os subditos Marroquinos. Assim como os Portuguezes que se acharem presos em outro paiz não serão vendidos nem comprados nos Estados Marroquinos.

Art. XXII.

Se acontecer rotura d'esta paz da parte d'El-Rei de Marrocos, ou da parte d'El-Rei de Portugal, n'esse caso os mouros vassallos Marroquinos, que depois da rotura caírem em poder dos Portuguezes, não serão considerados como captivos, mas desapparecerá este nome captivo; nem serão obrigados a trabalho algum, até que sejam postos em liberdade. Da mesma maneira serão tratados os vassallos Portuguezes e considerados como prisioneiros, e não serão obrigados a trabalhar, até que consigam que Sua Magestade Marroquina lhes dê a liberdade.

هذه المعاهدة المرسومة بهذا السجل بين سيدنا نصره الله والجنس
المذكور تضى وتجسل في مدة ثلاثة اشهر الى يعتدى بعضها
بعد ذلك

الشرط الحادي والعشرون

ان جميع جنس البرتقيز من انبرام الصلح والمهادنة لا يكون بوجه
اسرى في مملكة سيدنا نصره الله ولوما دام الصلح واقعا لا يرفع بيعهم
في مملكة سيدنا نصره الله ولا يشتقرون من ارض اخرى ويباعون في
ايالته وبهذا الشرط يعامل كل من هو من ايالة سيدنا نصره الله فلا
يباع بارضهم كما ان من كان منهم مغبوضا في غير ايالة سيدنا فلا
يباع ولا يشتري في ايالة سيدنا نصره الله



الشرط الثاني والعشرون

اذا وقع نفض لهذا الصلح من قبل سيدنا نصره الله او من قبل جنس
البرتقيز واسارى المسلمين الذين يكونون بيد البرتقيز من ايالة سيدنا
نصره الله بعد انقضى المذكور لا يكونون في حكم الاسارى بل يضمحل عنهم
اسم الاسارى ولا يطلبون بعمل الى ان يسرحون وكذلك ما استاسرو
سعيدنا نصره الله من جنس البرتقيز فانهم يعاملون بهذا الوجوه
يكونوا كالمسجونين ولا يخلفون بعمل الى ان يفتح تسريحهم من قبل
سيدنا نصره الله تم تم تم

في الثاني عشر من رمضان

1188

خافه خدمه وحشمه وجميع من يريد من اهل دينه استعمال الصلاة
معد في داره وله بصل ما يحدث بين جنس البرقيز من الخصومات
فيما بينهم من غير ان يدخل مصالحهم احد فضايت سيدنا نصره الله
الذين بايائته السعيدة الا ان كان الخصام بين مسلم ونصارى من
الجنس المذكور وليقول البصل فاض حضرة سيدنا نصره الله بحضور
حاج البلد التي وقع النزاع بها بين المتخاصمين

الشرط السادس عشر

الفصل المذكور لا يلزم بوفاء ديني احد البرقيز بين الا اذا الزم
ففسه بذلك بطل بده بوثيقة منه

الشرط السابع عشر

اذا مات احد نصر البرقيز بايالة سيدنا نصره الله فواجبه
وامتعتهم تدفع للفصل الجراي ليعت بدلك لوارثه او الاقربين
لنسيبه

الشرط الثامن عشر

اذا اراد سيدنا نصره الله ابطال هذه المعادنه والصلح الواقع
بينه وبين ملط البرقيز فلا يارهم سيدنا نصره الله الا بعد ستة
اشهر من الابطال ليترجل من ايلاته الفوصل الجراي ومن معه من
البرقيز في هذه المدة الموقورة وينقلون حوايجهم وامتعتهم من
غير ان يتعرض لهم احد في الامر المثار اليه معارض من ولايت سيدنا
نصره الله

الشرط التاسع عشر

اذا حدث خلاف او نقص لشرط من هذه الشروط المرسومة في هذه
المعامدة بين رعية سيدنا نصره الله وطبيعة البرقيز فلا يفسد
الصلح المفقوت بين سيدنا نصره الله والجنس المذكور بل يجب ما
حدث ويرسم ليفج جبر الخاطر واصلح ما جسد

الشرط العاشر

شئ على امتنعه المستحقة سوى اجر من قام بوضيف الخلاص بقدر
عمله وجميع ما خرج من مراحب سيدنا نصره الله بايالة البرتقيز
يكون على هذا المنوال

الشرط الثاني عشر

ان تصرفت ملاقات سبعة من سجاى البرتقيز باحدى مراحب
سيدنا نصره الله مع بعض عدوها وخشيت سبعة البرتقيز على
الخروج من ان قتل اليها اخرى في الحال فان اهل مراحب سيدنا نصره الله
يلتصون عدو البرتقيز من الخروج اربعة وعشرين ساعة بعد بزور
سبعة البرتقيز من المرسى لتبعد الاخرى بهذا المنوال تعامل
مراحب سيدنا نصره الله



الشرط الثالث عشر

كل من ورد من قبل سلطان البرتقيز يريد التجارة بايالة سيدنا
نصره الله والمقام باحدى مراسيه يجب لمراده ويفر حيث يشاء
ميشترى كل ما لساير التجار مشاؤه من السلع من غير ان يلزمه شئ
زايد على الثمن والصاغة المفردة لها ثم له عند ذلك ارسال ما
اشتري لمركبهم او يفايه بداره خاله ان يبيع ما جاء به لمركبهم
من السلع الواردة من به الفطري بعد اعطاء الواجب المعلوم بما
شاء من الثمن او يدعها بداره

الشرط الرابع عشر

من جاء من جنس البرتقيز لالبا شراء ما هو محمود للبيع من السلع
المختصة بايالة سيدنا نصره الله فلم يده بالموضع الذي نزل به و اراد شراؤه
من ارض اخرى من الايالة المذكورة فلا يخلف باعطاء شئ مما اشتراه
سوى ما يلزمه من الصاغة كساير التجار عند جملة في مركبهم
واجب من دله على الطريق وحرفته او قام معه بوضيف

الشرط الخامس عشر

الفنصل الجبال الذي عينه سلطان البرتقيز يجلس بايالة سيدنا
نصره الله له التصرف في دينه والقيام بامر صلاته هو واهل بيته و

الشرط السابع

ان خالف مركب من مراخب سيدنا نصره الله الجهادية او غليوطة من خلايطه ما تضمنه الشرط الخامس والسادس في هذا السجل من الاشارة المتشار اليها فيهما وافهم على مركب البرتقيز والمركب المذكور يدبر على نفسه برمي مدابحه ليبعد عنه المركب المذكور مخافة ان يلتقي له بغيره فيحصل للمركب البرتقيز الضرر بسبب قربه منه فيفتح في الحدود



الشرط الثامن

كل من دخل تحت سنجاي سيدنا المعهود للمراخبة الجهادية من المسلمين او النصارى وهو غير معاهد لسلطان البرتقيز وركب في مركب من مراخبه الشريعة فانه تحرم بسبب دخوله فيها فلا يصل اليه احد من جنس البرتقيز بوجه من الوجوه وكذا من حمل في مركب من مراخب البرتقيز من الذين ليسوا في مهادنة مع سيدنا نصره الله فانه يقتل بسيفه ويترك حاله لدخوله تحت سنجاي البرتقيز

الشرط التاسع

ان سيدنا نصره الله لا يرسل مراخبه الجهادية معينة لمن لم يدخل في مهادنة مع البرتقيز من اهل الجزائر وتونس وطرابلس وغيرها

الشرط العاشر

كل مركب مركب من مراخب البرتقيز لم يرضى من مراخي سيدنا نصره الله بآثاره ولا يرضى عليه فلا يدع اهل مرسى سيدنا نصره الله ذلك المركب الطالب له ان يفهم عليه او يضروه بشي لاجل دخوله في مرسى سيدنا نصره الله وتحيظه لها بل يحاموا ويدافعوا عنه بقدر الامكان ولعسوف سيدنا نصره الله مثل ذلك على جميع مراسر سلطان البرتقيز

الشرط الحادي عشر

كل من جاء من مراخب البرتقيز جارا من عهده او فذوق به البحر في سلاح من اياقية سيدنا نصره الله وهو في حفظ وامان من رعية سيدنا نصره الله فلا يصل اليه احد بضياح ولا يتهب منه شئ بل يقدم له من يسعى في انتقله لحي يخلص من الخطر ولا يكلف باعطاء شئ

يسمى البرتقيز يأخذ منه وثيقة المسجلة بخط رئيس المركب
و بلوطه واسم من معه معتبرا في المركب انه لقيه بموضع كذا
ويسمى الموضع الذي التفتا فيه ليطلع سيدنا على ذلك عند رجوع
المركب المذكور

الشرط الخامس

أشارة بين مراقب سيدنا نصره الله وبين سفين البرتقال ان
التي احد مراقب سيدنا نصره الله مركبا من مراقب البرتقيز
وكان بين المركبين من البعد مقدار ما يتعارفا فيه قبل المرافاة
ان يخرج مركب البرتقيز مديحا ليتخف منه مركب سيدنا
نصره الله انه للبرتقيز فيجيبه مركب سيدنا نصره الله باخر بعد
نشر سنجف مركب سيدنا المعلوم للسيف السعيوة ثم يرمي البرتقيز
بمدفاع اخر علامة على انه قد فهم الاشارة ويذهب اذا كان من
شأن من المركبين المرافاة ولا يومر احدهما بالمراسلة فلو خفته للاخر الا
اراد عد طيب نفسه وبهذه العلامة تميز سفين سيدنا نصره الله
والمراقب الجهادية عن عدائها من سفن المسلمين من اهل
الجزائر وتونس وطرابلس التي لم يكن في مهادنة مع سلطان
البرتقيز المذكور خافة ان ينوع ببعض سفنهم فيظنوا لايالة
سيدنا نصره الله ويؤخذ بسبب الامان عندما يقربها

الشرط السادس

ان اراد مركب من مراقب سيدنا نصره الله الجهادية بعد جعل الاشارة
المستشار اليها ان يطلع على ما عند المركب الذي لقي من مراقب البرتقيز
اوراق البحر فيمكنه لاحد ان يثبت مركب سيدنا نصره الله
بعيدا مقدار ما تصل اليه طوره اثني عشر رطلا ويوصل فلو خفته مع اثني
من مركبه ومن احتياجه اليه لفدى الفلوقة في حال الدواب و
الاياب ويطلع الاثنان الموجهان من قبل رئيس مركب سيدنا نصره الله
على ما بيد المركب الذي لقي من بأسير طرقة التي تخص جنس البرتقيز
وبعد ذلك يرجع الاثنان المذكوران ومن معها من دون افعال ولا
يخلف صاحب السفينة التي لقي بمصر اخر ولا تفتيش في من معه
في مركبه

الشرط

السلطان المذكور له الدخول الىالة سيدنا نصره الله والخروج من
غير ان يتعرض له معارض ويتعاطى مما صابر انواع التجارة وضروب
المعاملة وكذا قد سكبوا في سجونهم من المهادنة ومنعهم
لها الدخول والمقام في جميع مواضع السلطان المذكور لفضاءها
احتاج اليه وما اليها حوادث البحر لفضائه ويخرج من مواضع
السلطان البرهقيز وسبونه مثل ذلك في مواضع سيدنا نصره الله



الشرط الثالث

كل مركب من مركب سلطان البرهقيز اليه الدخول ليعقر مواضع
سيدنا نصره الله لفضاء ما اضطر اليه واراد شراء ما احتاج اليه من اقوات
وجميع الامور الضرورية التي اجتقر اليها في نفسه له ابتياع ذلك بالصحر
التي هو مقرر للبيع في المراسي التي دخل اليها ولا يكلف باعطاء رزاق
عن الشئ المعين لها ولجميع سجون سيدنا ومراجه فضاء ما يحتاجون اليه
في جميع مراسي السلطان المذكور

الشرط الثالث

اذا التقى مركب من مركب البرهقيز سفينته من طبع سيدنا نصره الله
الجهادية في داخل بحر البرهقيز وان كان المركب البرهقيز معدا للتجارة
وان مركب سيدنا نصره الله يوصل فلو حقه للمركب المذكور ان يشاء
ليطاح على ما بيده من اوراق البحر لحرق المركب البرهقيز عليه مشقة
في الاتيان له لقلعة يريته وان كان البرهقيز فرما معدا للحرب فانه هو
الذي ينتدب لارسال المركب سيدنا نصره الله ان اراد الاطلاع على اوراق المذكور
وليجري على النوال التي عفت سيدنا مع الصنيول

الشرط الرابع

ان جميع مراكب سيدنا الجهادية اذا التقى احدهم مركبا من مركب منا
عدى البرهقيز من من ليس بينه وبيننا مشقة نصره الله معاهدة بالمركب
مقتضى نصره الله ان يطارد له لاختلافه حاله ليجازي حشره في البحر
لحرقه من مواضع الالة البرهقيز من مواضع المركب المذكور لانه احسن
لمراكب سيدنا الصفة الحد المذكور فلا يطالبه بوجه من الوجوه لدخوله
تحت حماية جعفر البرهقيز للمعاهدتين واذا التقى مركب سيدنا نصره الله

اوله الحمد لله وسعته ولا حول ولا قوة الا بالله وحده
اما بعد فقد تعينت المملانية الطاملة والصلح التام بيني
وسيدنا الامام العلي الهادي مولا العباد وحامي البلاد رابع منار
الشريعة النبوية وناصر رايات العلوم الدمية سيدنا ومولانا
امين المؤمنين



نصره الله وادام عزه وجلده في صحبات الجند مالك البلاد المغربية
باجلها والمتصرف في اقاليمها وبلادها مراشش وسوسر وكافال
وزعد ومارش ومكناش وملا وما عداها من الاقاليم ونسب اليها
من الملوك والادب على حياها وسبلها وبين السلطان عبي
البرتغال وقويهم دون جوه الاول مالك المغرب وجميع طوحيستا
وصطير سيجر ومشر بلاد الحبش وارابيا ويريضيا والهند وعيسى
والباقي من ايلاته بواسطة من قاب عنه في عقد المعاهدة المغرب
وهو الفاضل الجلال برنردوسيويس المنبث في مقال الملك دور
الموجة من قبل سلطان البرتغال المتوفي في ايلة سيدانصر الله

[illegible]

هذه نسخة من دفتر الشروط
التي انعقد بها الصلح بين
امير المومنين سولطان
مراكش سيدي محمد بن عبد
الله وبين سلطان البورتنال
دون جوزة الاول